



**MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

ATA DA 38ª REUNIÃO ORDINÁRIA

BRASÍLIA/DF

EM 22 E 24 DE ABRIL DE 1997

DATA: 22/04/97 e 24/04/97

HORÁRIO: 9h

LOCAL: Esplanada dos Ministérios, Bloco "F", Sala de Reuniões do 9º andar do Ministério da Previdência e Assistência Social - MPAS, Brasília - DF.

PRESIDENTE (Celecino de Carvalho Filho) - Vamos dar início à nossa reunião.

Como está previsto na pauta, esta reunião se estende amanhã, com a reunião ampliada, no Espaço Cultural da Câmara dos Deputados, e na quinta-feira, pela manhã, novamente aqui.

A pauta foi distribuída, com os respectivos anexos.

O primeiro ponto, tradicional, é a aprovação da Ata da reunião anterior, 37ª Reunião Ordinária.

Em face de o material só ter sido distribuído agora, consulto os colegas se deixamos para examinar a Ata na reunião de quinta-feira. É razoável? (Pausa.)

Por favor, até lá, leiam a Ata da reunião anterior.

O segundo ponto da pauta é o assunto principal da nossa discussão nesses dias: 2ª Conferência Nacional de Assistência Social, tendo em vista a reunião ampliada que será realizada amanhã.

Todos os senhores sabem que a Presidência determinou uma comunicação urgente aos Conselheiros a respeito da publicação da medida provisória que altera a Lei Orgânica da Assistência Social, no que diz respeito à realização da conferência de dois em dois anos. A medida provisória está publicada desde quarta-feira, dilatando esse prazo para quatro anos. Esse assunto é extremamente grave. Embora o Conselho já tenha sido avisado pelo Sr. Ministro na última reunião, entendo que devemos examinar alternativas de procedimentos do Conselho em relação a esse ato.

Já está franqueada a palavra para iniciarmos uma discussão sobre os procedimentos a serem adotados em virtude da publicação dessa medida provisória, que tem valor de lei. Obviamente, ela não se estende a Estados e Municípios que têm as suas conferências previstas.

Está aberta a discussão relativa à 2ª Conferência, particularmente quanto à publicação da medida provisória dilatando o prazo para quatro anos. (Pausa.)

Estamos pasmos com a medida ou estamos aquecendo, ainda, para começar a discussão? (Pausa.)

Dra. Fátima, já iniciamos a reunião e estamos no ponto dois. A apreciação da Ata ficou para a reunião de quinta-feira.

VANDEVALDO NOGUEIRA - Eu não queria ser o primeiro, mas alguém tem que começar.

A medida provisória estava sendo esperada; não deseja, mas esperada. Ela não só colocou a conferência para 1999, já que é a cada quatro anos, como também extinguiu a possibilidade de o Conselho convocar conferências extraordinárias. A medida provisória foi bastante cuidadosa para evitar esse perigo de conferência nacional. Como disse o Celecino, se tivermos as informações atualizadas, porque existem dois mil e seiscentos Conselhos pelo Brasil inteiro - pelo menos até antes das eleições, da posse dos novos prefeitos -, significa que, por lei,

esses Conselhos também vão convocar suas respectivas conferências nos Estados e Municípios. Ou, então, nos Estados e nos Municípios que têm Conselho também teria que haver algum tipo de medida impedindo a realização das conferências.

Provavelmente, a motivação nos Estados e nos Municípios não é a mesma do Governo Federal ao editar essa medida provisória.

Eu entendo que a medida provisória acertou naquilo que é competência do Conselho. Como Conselheiro, representante da ABONG e da sociedade civil, entendo que o Conselho não deve aceitar a medida provisória. Juridicamente ela tem força de lei. O Conselho não pode mais convocar a conferência nacional, em virtude da medida provisória, e politicamente o Conselho está prejudicado. A autonomia do Conselho está absolutamente prejudicada. Eu entendo que o Conselho deve continuar tentando invalidar essa medida provisória, já que não fomos capazes de invalidar a sua edição, que saiu embutida em uma outra medida que foi reeditada pela trigésima vez. Existe um movimento contra a edição de tantas medidas provisórias para toda e qualquer coisa, e vale à pena brigar para que esse artigo dessa medida provisória não seja reeditado, por exemplo. Se continuar do jeito que está, o Governo terá de reeditar essa medida provisória pelo menos sete vezes mais, se não passar o projeto Fogaça. Eu entendo que o Conselho deve brigar sete vezes mais para que essa medida provisória não seja reeditada. Não a medida provisória, mas especificamente o artigo que diz respeito à Conferência do CNAS, ordinária e extraordinária.

Acho também que o Conselho não deve frustrar, já que ele é o principal responsável pelas conferências, por ter convidado os Estados e os Municípios a participarem do processo de conferência. Foi o Conselho que começou a puxar essa questão, foi o Conselho que foi divulgar isso em vários Estados e acho que o Conselho não deve frustrar isso. Entendo que o Conselho deve reforçar esse processo de conferência nos Estados e nos Municípios e, dentro de suas possibilidades, apoiá-lo, não frustrá-lo.

Já tivemos conversas anteriores sobre isso. Na reunião em que o Ministro veio eu não estava, mas participei de uma reunião lá no Ministério, de uma delegação, tinha Deputado e gente do Conselho, em que pedimos a ponderação do Ministro mais uma vez e não obtivemos êxito. Então, a medida provisória está aí e é a realidade.

Entendo, também, que o Conselho deveria se posicionar para não adiar a conferência. Agora, não em forma de conferência, mas mantendo a data simbólica de dezembro, início de dezembro, para a realização de um evento nacional, um evento extraordinário que o Conselho convocasse e possibilitasse o encontro das múltiplas decisões nos Municípios e nos Estados. Mantendo esse evento, o Conselho deveria trabalhar com os mesmos conteúdos, com a mesma pauta. Não seria com os mesmos critérios, com delegados, etc. e tal. Seria trabalhar a idéia de um evento nacional, mantendo essa data, e continuar lutando pela não reedição do artigo da medida provisória. Acho que isso dignificaria o Conselho.

Quem é do Conselho, e é golpeado nas suas competências, deveria defender o Conselho.

Eu não tenho uma posição a respeito da periodicidade da conferência - se a cada dois anos, a cada três anos. Acho que a conferência pode ser uma questão de conveniência política ou não, mas é num processo de realização ou não de uma conferência. Acho que a medida provisória foi uma decisão unilateral, autoritária, fora de propósito. Acho que o Governo Federal não buscou dialogar; nem com o Conselho ele buscou o diálogo. Ele comunicou. Comunicou, ainda, não oficialmente, mas fez um comunicado de que aquela era a posição do Governo. Não buscou o diálogo, não buscou discutir quais seriam as implicações disso. Na conversa com o Ministro, S.Exa. não fez nenhum tipo de ponderação, apenas ouviu, só ouviu. Eu acho isso um desrespeito muito grande a tudo que significa o próprio processo participativo e deliberativo que está na LOAS. Se o Governo tivesse proposto ao Conselho discutir, se o Governo tivesse aberto essa discussão amplamente, sobretudo se isso acontecesse na própria Conferência Nacional, eu não teria nenhum problema em defender uma mudança de posição do Conselho futuramente. Mas como isso foi feito de forma unilateral e fora de época, acho que o Conselho não pode se dobrar a ela, acatá-la legalmente, mas brigar contra ela politicamente.

PRESIDENTE (Celécino de Carvalho Filho) - Conselheira Fátima.

MARIA DE FÁTIMA DE AZEVEDO FERREIRA - Depois que o Vando falou, eu acho que tenho pouca coisa a dizer sobre a conferência, em termos de defendê-la, mas eu acho que algumas coisas deveriam ser melhor levantadas para o Plenário deste Conselho, que hoje está repleto. É muito bom ver isso, porque nos momentos de dificuldade que o Conselho passa temos que nos unir. Ao fazer a defesa da 2ª Conferência, eu faço exatamente com este espírito: o espírito que tomou o Conselho Nacional de Assistência Social em defesa de uma questão que não é secundária.

Não é apenas uma mudança de conferência que nos deixa extremamente perplexos e indignados, como disse ao próprio Ministro. É que isso daí está ligado a outras questões. É o baixo orçamento, é o orçamento precário que está sendo colocado para a Assistência Social, e ainda com problemas. É o aumento da fome e da miséria no País, apesar de dizer que 15 milhões estão saindo da faixa dos excluídos, mas nunca vi esses 15 milhões. Eu procuro e não vejo.

São várias questões que estão muito ligadas e a 2ª Conferência, ao contrário do que está pensando o Governo, serviria exatamente para avaliar, para saber se aquilo que definimos, como foi muito bem dito pelo Padre Virgílio, Governo e sociedade civil, na Lei Orgânica da Assistência Social, na 1ª Conferência e em outros atos que existiram, é que nós queremos uma assistência social que leve a cidadania. Como é que vamos avaliar isso? Será que é só o Conselho Nacional de Assistência Social que vai avaliar isso? Nós temos os nossos pares e a Conferência é exatamente para essa avaliação. Acho que isso está repercutindo de uma forma muito boa não só no CNAS como no Congresso, onde estivemos. Todos os Deputados com os quais falamos, independente de partido, inclusive os que fazem a frente que hoje apóia o Governo, defendem a 2ª Conferência.

Acho que o Eduardo pode passar agora o depoimento da Rita Camata sobre essa questão.

É uma falta de sensibilidade não ver que estamos precisando fazer uma conferência para avaliarmos o que foi feito da Lei Orgânica da Assistência Social, de 1993 até hoje. Passar para daqui a quatro anos é realmente não querer fazer essa avaliação, é não ver a importância da lei, é não ver o País de excluídos que estamos tendo. Isso está levando os

jovens, com falta de perspectiva e de qualquer outra coisa, a matarem uma pessoa, como ocorreu aqui em Brasília.

Acho que esses atos não são fora de âmbito. São nesse âmbito de falta de perspectiva, de falta de lucidez do que vai ocorrer daqui para a frente.

Então, eu apelaria para que o Conselho, hoje muito bem representado, com quase todos seus membros presentes, fizesse uma corrente para defender a conferência e tentar que seja eliminado esse artigo na próxima medida provisória, quando sair a trigésima primeira. Inclusive, amanhã temos audiência com o Clóvis Carvalho; a sociedade civil e alguns parlamentares que convocaram essa audiência com Clóvis Carvalho, no sentido de solicitar que essa medida provisória pare de ser reeditada, pelo menos com esse parágrafo a mais.

Além disso, temos uma reunião ampliada, em que devemos fazer toda a mobilização para que a discussão continue. A discussão não pode parar. Temos que fazer com que ela circule, com que ela seja feita num fórum nacional, numa plenária nacional. O nome não importa, já que conferência não pode ser feita. Se não conseguirmos que a medida provisória não permaneça, que façamos uma grande reunião nacional, uma grande plenária nacional, para que possamos fazer essa avaliação do que já foi feito na assistência social, para que possamos tirar novas diretrizes, aproveitando o que for de bom, o que existe de bom feito pela Assistência Social, e tentando não repetir os erros que comumente estão acontecendo. Eu acho que ela se faz necessária e não podemos recuar nesse momento. Devemos, todos, Governo e sociedade civil, travar essa batalha que é importante para os excluídos do País.

Era isso que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (Celecino de Carvalho Filho) - Conselheira Patrícia.

PATRÍCIA SOUZA DE MARCO - Eu queria reforçar a fala do Vando e da Fátima, mas como estive ausente em algumas reuniões, gostaria de manifestar em nome da representação da sociedade civil, da Central Única dos Trabalhadores, a nossa indignação com relação a mais essa medida provisória, por ser mais uma, num governo que tantas medidas

provisórias edita, e pela natureza da mesma, desrespeitando, mais uma vez, o próprio Conselho Nacional de Assistência Social. Infelizmente, estamos tendo de enfrentar quase que cotidianamente o desrespeito com relação ao Conselho. Não é a primeira vez. No relacionamento com a SAS já enfrentamos desrespeito dessa natureza e outros tantos, mas, mesmo com a convivência com esse desrespeito, acabamos nos surpreendendo quando vem com o peso de uma medida provisória, desrespeitando uma conquista da democracia, que a duras penas foi conquistada neste País. Acho que essa medida provisória é mais uma demonstração de que o Estado brasileiro ainda não é democrático, ainda não aprendeu a ser democrático, ainda não sabe lidar com as instâncias de participação popular. Foi uma conquista a criação de fóruns de participação popular, em que as decisões públicas, que afetam o cotidiano do cidadão brasileiro, pudessem ser discutidas, e por muitas vezes esses espaços podem até existir mas não lhes é permitido funcionar e exercer o papel de democratizar as decisões públicas.

Lamentamos muito que o Estado brasileiro ainda não tenha aprendido a viver a democracia. Esta é mais uma demonstração disso.

É lamentável, também, percebermos que há um temor ou um desprezo em garantir a existência de um processo que possa avaliar uma política. Que medo temos de avaliar uma política? Qual o objetivo da Conferência Nacional? Avaliar a política e definir diretrizes. Que Estado não quer avaliar uma política e redefinir diretrizes para melhor alcançar os objetivos da política? É difícil entender que uma lei que tem tão pouco tempo, uma lei de 1993, uma lei que está organizando a assistência social no Brasil pela primeira vez, que está sendo efetivada em estágios ainda muito elementares em alguns aspectos, ainda não conseguimos, de verdade, o sistema descentralizado e participativo. Ainda estamos implantando, não da maneira ideal, os benefícios de prestação continuada, que é um benefício conquistado com muito dificuldade. Quer dizer, ainda estamos num processo inicial de implantação de uma política e não se quer fazer uma conferência que pode consolidar esse processo. Sistema descentralizado e participativo sem participação fica meio complicado.

Fico muito surpresa que se pense que essa conferência está fora de época. Ela está muito colocada. Se na lei estivesse dito que era de quatro em quatro anos, teríamos que

propor uma extraordinária agora. Está mais do que apropriado o momento. Fico surpresa de não se querer realizar essa conferência, de tão oportuna que ela é. Se daqui para a frente, dois anos, é pouco tempo, vamos discutir. Ninguém recusou a discussão de alteração desse aspecto da lei. O que se tem discutido o tempo todo é que a sociedade e os próprios governos locais já estavam com essa conferência pensada. O pouco tempo que a lei tem de efetivação justifica que a conferência aconteça este ano.

Se o Governo Federal acha que a política não precisa de avaliação, porque ela é muito precipitada ou porque não é importante neste momento, e que não precisa discutir diretriz, eu questiono se o CNAS também compartilha dessa posição. O Conselho acha que não precisa de uma avaliação para atuar, para exercer o seu papel? Eu acho que precisa. Eu, como Conselheira, gostaria de ouvir e ver o processo de avaliação e mobilização de Governo e sociedade em torno da assistência, dois anos após o processo de discussão. Eu preciso, enquanto Conselheira, saber em que caminhamos nesses dois anos. Nós efetivamos? Tivemos ganhos? Perdas? Quais foram? Em que precisamos implementar mais ações? São dois anos e quais os dados que temos? Temos pouquíssimos dados para avaliar.

Se o Governo Federal entende - eu acho que equivocadamente - que não precisa desse processo de avaliação, a pergunta é: o CNAS compartilha dessa posição? O CNAS não precisa? O Governo diz que não. E nós, CNAS, precisamos dessa avaliação? Eu acho que sim.

Acho que devemos nos posicionar contrários a essa medida e continuar lutando para que ela não seja reeditada nos termos em que foi colocada, no sentido de alterar o prazo de realização da conferência; mas acho também que se o Conselho entende que é importante uma avaliação e precisa dessa avaliação, ele deve promover um evento que faça essa avaliação. É o CNAS que está promovendo um evento, porque o CNAS precisa de uma avaliação. O Governo disse que não quer, lamentavelmente, mas nós, Conselho, queremos, precisamos, para a nossa atuação, de uma avaliação. Não podemos esperar mais quatro anos para ter uma avaliação, sob pena de prejudicar a nossa situação enquanto órgão deliberativo e fiscalizador.

É uma posição política importante que devemos tomar. Se os Governos Estaduais e Municipais também tiverem a mesma visão do CNAS, ou seja, entender que é

importante ter uma avaliação agora, acho que o CNAS tem que dar todo o apoio às conferências estaduais e municipais. Tem que prestigiar e participar das conferências, organizar publicações que fortaleçam a discussão das conferências estaduais e municipais. O que pudermos colocar à disposição das conferências estaduais e municipais, deve ser colocado.

Acho que temos que separar bem as coisas. Foi uma avaliação do Governo Federal. Eu espero, sinceramente, que grande parte dos Governos Estaduais não compartilhe dessa avaliação do Governo Federal e entenda que precisa e que é importante para a estruturação da política haver conferências e que os Governos Municipais também. Espero que eles não compartilhem da posição do Governo Federal. Se eles não compartilharem, acho que o CNAS deve apoiar as conferências, porque vai ser muito rico e importante termos esse material ao final desse processo de conferências estaduais e municipais para subsidiar um evento que o CNAS possa promover. O CNAS precisa de uma avaliação desses dois anos, para redirecionar, inclusive, a sua atuação, a sua função.

A minha fala é mais no sentido de reforçar o encaminhamento proposto pelo Vando e também pela Fátima. Devemos nos posicionar contrários à medida provisória, devemos continuar fazendo gestões no sentido de buscar com que ela não seja reeditada nesses termos, no que se refere à conferência, e que possamos, também, fortalecer as conferências estaduais e municipais e nos organizarmos para a realização de um evento nacional em que a avaliação da política e sugestões de diretrizes possam ser apresentadas com a temática que propusemos para a conferência, para que o Conselho possa ter subsídios para atuar nas competências que tem por lei.

PRESIDENTE (Celécino de Carvalho Filho) - Com a palavra o Conselheiro Elizeu.

ELIZEU FRANCISCO CALSING - Eu tenho que assumir uma posição institucional porque represento a Secretaria de Assistência Social. Nesse sentido, então, eu procuraria colocar um argumento que já havia sido apresentado por mim em uma reunião, logo no início do ano, quando esse assunto entrou em discussão, ou seja, quando se colocava um

questionamento a respeito da realização e apoio à Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, que era em contraposição à Conferência Nacional de Assistência Social.

Naquela ocasião, em nome da SAS, eu tinha dito que a Secretaria, como tal, não se colocava de forma alguma contrária à realização da 2ª Conferência Nacional de Assistência Social. Argumentos que foram então colocados iam na seguinte direção: o processo descentralizado e participativo da assistência social estava em implantação. É um processo novo, um processo que ainda não se consolidou. O ano de 1996 foi marcado por uma intensa organização por parte dos Estados e Municípios para que, criando Conselhos e Fundos e elaborando planos, pudessem ter uma atuação mais organizada, mais orgânica inclusive. Nesse sentido, o que teria para avaliar ao final do ano de 1997 talvez não fosse algo substancial, ou seja, talvez não fosse algo que permitisse, como a própria LOAS determina, avaliar esse processo e propor diretrizes para o seu aperfeiçoamento. Esse foi o argumento colocado naquela ocasião.

Esse problema foi levado ao Sr. Ministro e, a partir daí, confesso, nem institucionalmente tive mais notícias. Eu procurava me abastecer com notícias junto ao Sr. Presidente do CNAS, mas talvez tanto ele quanto eu não tínhamos notícias do encaminhamento que estava sendo dado. Pelo menos da minha parte, eu digo com toda a sinceridade, não tive notícias, no âmbito do Ministério da Previdência e Assistência Social, das providências que estavam sendo tomadas.

Hoje, a posição da SAS não muda substancialmente. Ela não é contra a realização da conferência, desde que haja realmente um tempo necessário para avaliar esse processo, para permitir que Estados e Municípios possam realmente mostrar como esse processo está organizado. O próprio Conselho, até há algum tempo, vinha sendo alimentado com algumas informações produzidas no âmbito da Secretaria. De dezembro para cá, em nível de Municípios, em função de mudança de prefeitos e vereadores e, conseqüentemente, de mudança no âmbito dos Conselhos. Não consegui mais obter informação desse processo de mobilização, seja de criação de novos Conselhos, de criação de fundos, também não teve notícias sobre quantos Municípios tiveram os seus Conselhos em efetivo funcionamento. Essa também é uma das

razões pelas quais não se encaminhou nenhum tipo de informação além daquela de dezembro passado.

Então, a Secretaria, repito, julga que qualquer conferência organizada dentro do que a LOAS propõe é necessária - e essa, inclusive, é uma posição do Governo -, só que não está sendo colocado dentro de um período suficientemente amplo para permitir uma avaliação. Uma avaliação não é travar embate de natureza política, uma conferência não tem fundamentalmente esse objetivo. Da forma como a LOAS propõe, é para ser fundamentalmente uma conferência de caráter técnico, capaz, efetivamente, de trazer essas representações de Municípios e Estados e propor um efetivo aperfeiçoamento desse sistema.

Questiona-se, por exemplo, esse volume muito grande de propostas da 1ª Conferência Nacional de Assistência Social. São, salvo engano, 233 propostas. Nenhuma delas foi avaliada. Pela programação proposta em nível de Conselho para essa conferência, praticamente não se coloca, como objetivo da avaliação, essas propostas. Não se levou, vamos dizer assim, os Municípios e os Estados a prepararem as suas conferências dentro daquilo que a LOAS realmente prevê. Quem conhece um pouco de avaliação sabe que não é possível avaliar com dois ou três *papers* e com duas ou três reflexões todo esse processo de exclusão a que está submetida uma boa parte da população.

Então, avaliar o sistema significa, efetivamente, e com bastante antecedência, realizar levantamentos, realizar pesquisas, procurar ver como funciona, em nível de Municípios e Estados, todo esse sistema descentralizado e participativo.

Além do mais, o que se coloca é que não ocorreu de 1995 e 1996 para cá nenhuma mudança substancial na rede prestadora de serviços. Os próprios Estados não conseguiram, a despeito da própria resolução do CNAS que permitia uma mudança dessa rede, alterar a rede prestadora de serviços. Portanto, é a mesma rede que vem prestando serviços. Avaliar essa rede em contraposição a uma rede inexistente, é também algo que não acrescentaria nada, vamos dizer assim, ao conhecimento, ao aperfeiçoamento desse sistema descentralizado e participativo.

A posição institucional da Secretaria, e eu suponho que em nível do Ministério da Previdência e Assistência Social haja também uma outra posição a respeito, e é importante

ouvi-la, mas em nível de Secretaria, a posição colocada é de que esse modelo é muito novo. Ainda se fala de forma muito ampla nos Municípios e Estados da LBA, quer dizer, a situação nova que se quer não sai ainda desses padrões da extinta LBA, o que faz, então, que a Secretaria tenha assim se posicionado.

Por exemplo, se tivéssemos, da parte dos Estados e Municípios, o atendimento de uma série de requisitos básicos - é claro que eu não generalizo a questão - para esse processo descentralizado e participativo, que é a implantação de uma capacidade gerencial e técnica capaz de exercer esse comando único das ações, se tivesse havido essa co-responsabilidade no financiamento das ações, o que de um modo geral verificamos que não existe, pois são raros os Estados que avançaram nesse sentido. Também o exercício dessa função de cooperação técnica a todos os Municípios, entidades e organizações de assistência social também não foi lograda nessa passagem de 1996 para cá. Compromissos com resultados e padrões de atendimento é observado em muito poucos Estados. Compromisso com uma gestão intergovernamental é outro pré-requisito colocado que não foi atendido. Implementação, em nível de Estados e Municípios, de uma sistema de acompanhamento e avaliação desse processo de descentralização também não foi obtido. Além, enfim, de um problema que é sério e que põe em risco, muitas vezes, esse sistema: a falta de disponibilidade de equipes técnicas com capacitação, por exemplo, nas áreas de assistência social, contábil e financeira. Em grande parte, empecilhos que existem em alguns Estados, para não dizer na maioria, é porque eles não contam com equipes definidas, tecnicamente capacitadas para esse processo.

Então, hoje temos uma avaliação dessa natureza que está posta. Por exemplo, alguém dizia que talvez o Governo - foi a Patrícia - não precise de avaliação. O Governo está em busca constante dessa avaliação. Pelo menos a Secretaria, a todo o momento, busca esse tipo de informação e orienta-se por esses dados obtidos. O que acontece, até para exemplificar um pouco mais - perdoem-me se me estendo -, é que das vinte e sete unidades federadas, com Conselhos criados, até agora - fevereiro de 1997 -, apenas dezessete tinham os seus Conselhos funcionando, e alguns de forma não sistemática e regular. Se pegarmos os Municípios das capitais, só cinco não tinham Conselho criado, excetuando-se, naturalmente, o Distrito Federal.

Dos vinte e dois criados, apenas em dez houve a posse de Conselheiros e, no momento, apenas sete estão funcionando efetivamente.

Em relação a outros Municípios, tínhamos cerca de 2.372 Conselhos criados e a última informação era de que apenas 1.224 estavam funcionando.

Então, esses dados poderiam colocar em risco a realização da Conferência Nacional de Assistência Social. Olhando por esses dados, percebia-se que toda essa mobilização talvez pudesse ser enfraquecida, até porque esses mesmos interlocutores, esses mesmos participantes da 2ª Conferência Nacional de Assistência Social, são aqueles que vão participar da 2ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, que o CONANDA promoverá nos dias 17 a 20 de agosto.

Temos recebido informações de Estados e Municípios questionando sobre a viabilidade de realizarem essas conferências nos seus âmbitos, haja vista a falta total de recursos e de capacidade técnica para levantar informações que permitissem esse tipo de avaliação.

Eu acredito que esse posicionamento esteja sendo tomado, não única e exclusivamente porque o Governo não queira, porque o Governo julgue que mais dados do que esses não sejam necessários, mas principalmente porque se percebe que dificilmente se passará desse tipo de diagnóstico, desse tipo de avaliação. Seria extremamente importante que houvesse um debate sobre essa realidade, sobre o atual nível de organização da assistência social para, então, partir para uma conferência em que novas diretrizes pudessem ser estabelecidas e, a partir daí, ter assistência social como uma efetiva política pública, como se diz: como uma política social básica.

PRESIDENTE (Celecino de Carvalho Filho) - Conselheira Mariazinha.

MARIA JOSÉ LIMA DE C. BARROSO - Eu gostaria de incorporar as reflexões feitas pelos colegas da sociedade civil que me antecederam.

É lamentável que não se possa realizar essa conferência. Com todo o respeito ao nobre colega Elizeu, toda essa argumentação que você apresentou nos deixa a pensar. Se o Governo já sabia desde o ano passado que o Conselho deveria realizar essa conferência, se esse

assunto entrou em pauta tantas vezes e se o Ministro aqui esteve para conversar sobre a necessidade, a importância e, talvez, um adiamento dessa conferência, por que tudo isso não veio por parte da representação do próprio Governo, antes da medida provisória?

Eu acho, Elizeu, que você levantou alguns fatos que são respeitáveis. No entanto, no momento em que a medida provisória já saiu, já impediu, já bloqueou, já desmoralizou, já alcançou a dignidade do Conselho, que é representado pela sociedade civil e pelo próprio sistema governamental, fica difícil. Se o Ministro levou as nossas ponderações, se ele tivesse convocado, penso eu, uma reunião extraordinária do Conselho para colocar esse posicionamento, todas essas questões, tudo isso poderia ter sido válido. Mas no momento atual, em que fere a autonomia, em que impede o cumprimento da lei, que impede o andamento do processo, muito embora saibamos que o processo está novo e que pouco se poderia avaliar nessa dimensão que você coloca, acho lamentável que tenha vindo tão atrasada essa reflexão que você fez, e até bem feita, no meu modo de ver.

Como ficará o Conselho, perante os outros Conselhos Estaduais e Municipais?
Como ficará a credibilidade do Conselho?

Eu acho... Eu não gosto de achar nada; eu gosto de pensar e dizer que acredito. Espero que ainda seja possível se conseguir reavaliar essa situação para ser, talvez, reeditada, já que essa medida provisória foi reeditada trinta vezes, de acordo com a informação que obtive. Então, ela poderia ser reeditada mais outra vez. Ponderou-se com o Governo que se poderia fazer essa avaliação na conferência e depois passar para quatro anos quando houvesse o que avaliar melhor. Mas deixar para avaliar daqui a quatro anos, vésperas do milênio, quando vemos o país encharcado de tantos problemas, com tantos excluídos, com a Assistência Social tão fragilizada, que não conseguiu avançar com um orçamento tão pobre, eu espero que tudo isso chegue a um moderador comum. Se não for feita a conferência, que se faça um outro evento, conforme foi sugerido.

Lamento até os colegas que estão com suas representações governamentais diante desse fato. A sociedade civil pode pensar e pode se expressar. E muitas vezes eu penso que os colegas governamentais talvez nem possam dizer que também estão lamentando. Eu penso que devemos ir amanhã para essa audiência, penso que devemos ir ao Congresso receber

as representações que estão vindo dos Estados e ouvi-las. Já não podemos mais refletir sobre tudo isso que você colocou. O bonde já passou, o tempo já foi esgotado. Isso tudo deveria ter ocorrido. Se o Ministro tivesse tido, talvez, oportunidade junto às outras expressões mais acima do Ministério, que o Conselho fosse ouvido, fosse respeitado... Aqui poderíamos ter debatido e chegado a uma conclusão, mas não apenas chegar aqui e dizer: o Governo não quer. Então, pondera-se, avalia-se. Estamos cumprindo a lei. Depois, chega com uma medida provisória. Eu lhe digo uma coisa: estou profundamente triste, envergonhada e penso no Brasil de amanhã. Eu não estarei aqui, mas talvez essa geração que fez esse crime do Pataxó, que é a geração que estamos vendo, que diz que é costume. Eu não sabia, mas no jornal foi dito que não é a primeira, isso acontece. Qual será o Brasil do futuro se não avaliarmos, se não chamarmos para colocar na mesa e com humildade ouvir o que está errado e tentar consertar? Como se pode aprimorar esse processo da implantação, se sabemos que o benefício de prestação continuada é profundamente difícil em alguns aspectos, injusto, cruel? Como podemos avaliar, sem ter essa oportunidade, esse momento?

Estou profundamente triste. Acho que temos que ter uma posição um pouco mais séria em nome da dignidade deste Conselho. Mesmo que amanhã chegue outra medida provisória e acabe com esse Conselho, mas pelo menos devemos sair deste Conselho com a cabeça erguida, sentindo que fizemos o que deveria ser feito neste momento, em que o social é tão desvalorizado e desmoralizado.

PRESIDENTE (Celecino de Carvalho Filho) - Eduardo.

EDUARDO LUIZ BARROS BARBOSA - Eu acredito que alguns Conselheiros não me conhecem, principalmente da área governamental. Estou aqui representando o Fórum de Secretários, no lugar da Fernando Bornhausen, que se retirou. É a minha primeira participação nessa condição.

Eu gostaria de fazer algumas colocações. Em primeiro lugar, eu gostaria de dizer que não me sinto à vontade de falar ainda em nome dos Secretários no que se refere à questão da medida provisória porque não tivemos tempo hábil de fazer essa consulta. Eu só

soube da medida provisória na sexta-feira. Estamos voltando, na terça-feira, e a partir de agora é que vamos fazer uma consulta ampla aos Secretários de Estado.

No entanto, já participando da Comissão de Organização da Conferência, já fizemos uma consulta prévia e ainda estamos começando a receber as respostas daqueles Estados que já estavam planejando a realização das conferências estaduais. Era nesse sentido que eu tinha providenciado uma primeira consulta aos Estados. No entanto, na discussão dentro da Comissão de Organização da Conferência de Assistência Social, até ponderamos junto ao Presidente do CNAS que seria oportuno estarmos articulando, junto com o CONANDA, a realização conjunta, para facilitar a questão da operacionalização da realização. De fato, muitos Estados estão tendo grandes dificuldades financeiras para arcarem com duas conferências quase que simultâneas, uma atrás da outra.

Nós sentimos que era possível a realização de forma conjunta. Em vez de se planejar uma, que já se planejasse as duas de forma conjunta. Foi nesse meio tempo que fomos pegos de surpresa com essa medida provisória.

Eu vejo, em primeiro lugar, que em função das dificuldades operacionais, tínhamos como transpô-las se tivéssemos uma relação junto com o CONANDA e organizássemos algumas coisas de forma conjunta.

Eu acredito que, por parte dos Estados, o ano passado foi muito complexo por estarmos assumindo o processo de descentralização. Se formos avaliar, a grande maioria dos Conselhos Estaduais foi criada no ano passado ou começou a funcionar no ano passado. Então, na realidade, a realização da 2ª Conferência seria o primeiro momento em que teríamos, inclusive, a participação dos Conselhos Estaduais, agora, sim, instalados e apresentando, na Conferência Nacional, os pontos e dificuldades para encaminhamento das propostas nos Estados.

Como Secretário de Estado, estamos tendo uma oportunidade ímpar. Há uma preocupação muito grande por parte dos prefeitos municipais no que se refere à política de assistência. Nós recebemos prefeitos quase todos os dias, inúmeros, vários, assim como secretários de assistência social dos Municípios, e eles vêm com uma ansiedade muito grande para definição e implantação da assistência social nos seus Municípios. Eu acho que seria

estratégica a realização dessa 2ª Conferência, porque estamos pegando, inclusive, os gestores municipais no início do mandato. Não vejo que ela é inoportuna. Pelo contrário, é uma nova etapa, um início de processo de discussão que vamos estar desencadeando algumas ações muito mais efetivas, sendo que até então estávamos trabalhando com prefeitos de fim de mandato e é muito mais complexa a implementação das políticas. Hoje, ao subsidiarmos esses municípios, eles já estarão pensando na organização dentro das novas linhas, dentro das novas diretrizes, dentro da lei que aí está e que deve ser absorvida como um todo.

Há uma terceira questão que eu gostaria de ponderar.

Uma das questões mais importantes, que estrangula a descentralização, é o financiamento, que era a pauta maior da 2ª Conferência; a discussão do financiamento da Assistência. Discutir a descentralização sem discutir a questão do financiamento, é discutir no vazio. Os Municípios desejam claramente essas definições e é isso que eles perguntam todo o tempo. Tudo bem, criamos Conselho, criamos Fundo. E aí? Vamos ter Fundo vazio? Essa discussão seria a mais importante para o Governo como um todo: Governo Federal, Governos Estaduais e Governos Municipais.

Já estou participando, também, da Comissão de Financiamento do CNAS, e temos tido discussões importantes. Talvez tenhamos que mudar a nossa postura, a nossa ótica de como encarar esse financiamento. Não tem jeito estarmos discutindo um orçamento que não existe, que é irreal, ilusório. Temos que buscar outras estratégias de pressão para financiamento, talvez até na lei, nas mudanças, de onde serão as fontes reais de financiamento da assistência. Acho que seria um grande momento para termos clareza dessa idéia.

Também vejo com perplexidade. Não consigo encontrar uma justificativa, uma resposta exata. Estrategicamente é negativo, politicamente é supernegativo. Não vejo uma justificativa. Espero que amanhã possamos tê-la, nessa audiência, da qual vamos fazer parte, com o Ministro Clóvis Carvalho. Nessa oportunidade também estamos ajudando a Fátima, buscando alguns Parlamentares para acompanhar essa audiência. Hoje, conversando com a Rita Camata, que é uma Parlamentar que atua muito na área, ela dizia que não vê sentido no adiamento e nem pensar em quatro anos. Mesmo que possamos discutir a periodicidade, quatro anos é um período longo demais para se avaliar qualquer proposta? Ela acredita, acha e

defende, também, que deveríamos estar, neste momento, avaliando, justamente para poder definir rumos. Ela até me disse uma preocupação dela: “Estou vindo do meu Estado e os Municípios estão me perguntando, argüindo, sobre o processo de continuidade, como vai ser o processo das políticas daqui para a frente, do financiamento, atraso de repasse de recursos, todas essas questões.” Eu acho que é o momento exato para darmos clareza para todos no que se refere a essas questões.

Eu gostaria de encerrar dizendo que ainda acredito - só vou deixar de acreditar a partir de amanhã - que podemos ponderar junto à Casa Civil no sentido de manter a realização da 2ª Conferência, mesmo que a partir dela discutamos a periodicidade de quatro anos, de um ou de dois. Que pelo menos esse ano, se ela não existir, estamos perdendo o momento histórico de iniciarmos uma discussão, com o CNAS inclusive mais maduro nesse processo, tendo as suas Comissões funcionando, tendo um processo de discussão e de avaliação mais profundo. Nós poderíamos subsidiar os Conselhos Municipais e Estaduais que aqui se fariam presentes com novos rumos e novas estratégias.

Refliço: gostaria que o Presidente do CNAS ainda levasse ao Sr. Ministro que essa questão de financiamento é importante para o próprio Ministério. O próprio Ministério tem que se interessar pela discussão do financiamento. Nada como uma conferência para definirmos isso.

PRESIDENTE (Celecino de Carvalho Filho) - Antes de passar ao Padre Virgílio, eu gostaria de registrar as desculpas por não ter apresentado o Eduardo como representante dos Estados, do Fórum dos Secretários, no Conselho. Também a Prof. Sônia, que ainda está informalmente, mas está sendo providenciada a sua substituição, da Prof. Gilda Portugal, que representará o Ministério da Educação. A Ângela está hoje na condição de suplente, com direito a voto.

Peço desculpas por não ter feito o registro no início.

Com a palavra o Padre Virgílio.

PADRE VIRGÍLIO LEITE UCHÔA - Quando eu vi a colocação bastante competente do Conselheiro Elizeu - eu o conheço há bastante tempo e sei de sua capacidade de trabalho e também intelectual -, comecei a imaginar se eu estava sonhando ou se eu estava diante de um milagre. Eu achei: revogaram a medida provisória ou então aconteceu um milagre, porque ela desapareceu. Eu achei, inclusive, que ele estava colocando dados e elementos para a Comissão Preparatória fazer o relatório de avaliação da própria conferência. Aliás, eu sugiro que ele faça parte dessa comissão, exatamente por causa disso.

Infelizmente, estamos diante de outra realidade. Eu quero dizer ao companheiro Elizeu que os argumentos dele são todos necessários mas não são suficientes. O que está em jogo aqui não é só a operacionalização do Conselho ou da Conferência. Toda sua argumentação vai nessa linha. Não está em jogo o princípio básico da existência da dignidade deste Conselho. Já dissemos aqui na presença do Sr. Ministro, quando ele veio nos comunicar isso, que está em jogo todo o processo democrático do País. Criamos um Conselho, a duras penas, com a participação da sociedade civil e do Governo para estabelecer mais fortemente o diálogo em torno das questões vitais para o País, para poder avançar com esse processo descentralizado e participativo. Se, neste momento, abdicarmos desse direito, só vamos reforçar, cada vez mais, o que não estamos querendo. Só vamos reforçar o poder absoluto deste Governo. Não podemos tolerar isso. Ainda é um espaço.

Endosso a posição da Mariazinha. Se vier uma outra medida provisória para acabar com este Conselho, todos vamos cair com dignidade e vai ficar registrado na história que não coonestamos com essas medidas que estão sendo tomadas. Há um clamor de toda a sociedade. Não vejo como, politicamente, justificar, dentro desse momento que o País está vivendo, aderirmos a uma posição contrária. Se aceitarmos isso, estaremos indo contra a história que está acontecendo diante dos nossos olhos. O Governo sabe muito bem que o fraco dele é o social e precisamos reforçar o social. Ele teria uma boa oportunidade, cada vez maior, não só ouvindo os clamores da sociedade mas os clamores de um Conselho como este. Se o ponto fraco de toda a política do Governo é exatamente o social, se esse gesto se consumir e se fortalecer, cada vez mais será um suicídio político. Vamos ver cada vez mais reforçados e

administrados por medidas provisórias que fazem um papel até pior do que no tempo da ditadura que o País viveu.

Esta é a minha posição, que já havia sido exposta na outra reunião. Eu apenas quero reforçar que realmente temos que ir ao cerne da questão. É a estrutura, é a dignidade, é o sentido deste Conselho que está em jogo. Não é propriamente a oportunidade ou não. Isso podemos discutir no caminho técnico. Neste momento seria um desastre continuarmos avançando em espaços que foram duramente conquistados nesses últimos anos.

PRESIDENTE (Celescino de Carvalho Filho) - Conselheiro Célio.

CÉLIO VANDERLEI MORAES - Na mesma direção dos que me antecederam, como sempre.

Há alguns aspectos que precisamos levar em consideração para avaliar essa medida provisória. Em todo o momento, inclusive quando o Sr. Ministro esteve presente na última reunião, acho que todos nos perguntávamos por que o Governo não quer a realização da conferência neste ano. Por mais que seja levantado o argumento, único que até agora, a meu ver, foi levantado com certa consistência, mas não suficiente, como falou o Padre Virgílio agora há pouco, é de que o processo está começando agora ou que seria muito recente a implantação da descentralização. Eu digo que é importante, mas não suficiente, pelo mesmo motivo. Exatamente por ser novo é que ele precisa ser avaliado. Quanto antes for avaliado, melhor, para termos uma chance de conduzir o processo por um caminho mais interessante para todos nós. Esse argumento, que foi o único levantado até agora, ao mesmo tempo em que é interessante é insustentável.

Os próprios elementos que o Elizeu nos trouxe agora há pouco são uma avaliação riquíssima. Eu até gostaria de tê-los por escrito. Nós os teremos na transcrição desta reunião. São elementos muito interessantes para avaliação e eu não dispunha deles, quase ninguém dispunha. O Elizeu, por estar trabalhando na SAS, dispõe deles, e nós precisamos para estarmos discutindo. A questão não é simplesmente avaliar e não avaliar, mas a condição com que esse processo vai ser conduzido.

O Elizeu colocou que avaliar é um processo que exige uma série de levantamento de dados, que exige um trabalho técnico qualificado, e não uma coisa que se possa fazer num evento político, ou de caráter meramente político. Eu concordo. E é exatamente isso que o Conselho estava propondo. Não é a realização de um evento simplesmente. É um processo desencadeado em Estados e Municípios que culminaria em uma Conferência Nacional. É um processo que poderia envolver uma série de outras discussões periféricas; enfim, todo um levantamento de dados que julgássemos importante para uma avaliação mais consistente.

Eu pego um outro argumento possível para que o Governo não queira a realização da conferência. É um argumento que já foi levantado por outros que já falaram hoje: o Governo não quer avaliar, o Poder Público Federal não quer avaliar a implantação da Assistência Social. Eu discordo desse argumento, até pelos elementos que o Elizeu levantou agora há pouco. O Governo já tem uma avaliação. Não é a avaliação que está em questão. Já está avaliado. Já se sabe que o ponto mais frágil deste atual Governo é o investimento na área social. Já se sabe que principalmente em termos orçamentários cada vez mais ele tem baixado a quantidade de recursos disponíveis para a área. Já se sabe que embora o próprio Presidente da República tenha falado do benefício de prestação continuada, ele não o implementou até agora, embora tenha feito estudos para isso.

Então, já se tem uma avaliação de certa forma. O que está realmente pegando não é que não queria avaliar, é que não se quer que essa avaliação tenha um caráter público. Isso é muito mais grave: um Governo, que se diz democrático, não querer que esses dados que foram aqui apresentados e outros tantos que poderíamos levantar em conferências municipais e estaduais, possam ser discutidos amplamente em um evento, em um processo. Não querer que juntos possamos estar aprimorando a assistência social e não simplesmente esperando as ações governamentais para o seu aprimoramento. Não querer, enfim, que seja dada publicidade a esse debate, tanto aqui no Conselho quanto nos outros espaços, principalmente na 2ª Conferência Nacional.

Eu me lembro daquela história infantil do rei que mandou fazer um casaco de ouro e alguns espertalhões fizeram um casaco de ouro para ele, só que era tão primoroso que ninguém enxergava. O rei vestia o casaco e dentro do castelo ele andava com o casaco, para lá e

para cá, achando que estava muito bem. Só quando ele saiu na rua é que as crianças conseguiram ver que o rei estava nu.

Acredito que o Governo Federal já tenha uma avaliação, sim. Ele só está com medo de sair na rua, porque todo mundo vai ver que o “rei está nu”.

PRESIDENTE (Celecino de Carvalho Filho) - Conselheiro Gilson.

GILSON ASSIS DAYRELL - Conselheiros, eu pensei aqui se falaria ou não, mas acho que embora os argumentos tenham desfilado dos dois lados, quero dizer que, de certa forma, o Conselheiro Elizeu, com muita propriedade, trouxe argumentos extremamente significativos.

Eu gostaria de levantar aqui uma questão e de apresentar uma sugestão ao Conselho.

Primeira questão que eu gostaria de levantar é a seguinte: por que nós, como Conselho, por que o Governo estaria neste momento lançando uma medida provisória, mas nós, como Conselheiros, não olhando essas questões externas, tentar avaliar isso sob a ótica do desempenho do Conselho. Isso me ocorreu pelo seguinte: eu não acredito, em primeiro lugar, que o Governo, com essa medida, esteja dizendo que não quer ouvir a sociedade civil. Isso não está escrito aqui. Nos não podemos interpretar essa medida como uma negativa do Governo de querer ouvir a sociedade civil. Acho que em nenhum momento isso foi dito por todos aqueles que se manifestaram a respeito da Conferência. Eu acho que isso aqui, nós, Conselheiros, deveríamos olhar como uma avaliação, quem sabe, negativa do próprio processo de descentralização como está sendo conduzido pelo Conselho. Eu fiquei imaginando que talvez pudéssemos aproveitar essa oportunidade para discutir um pouco, como Conselho, o que significa esse processo de descentralização que o Secretário Eduardo mencionou como uma questão que é importante para os Municípios, particularmente no que se refere ao financiamento da Assistência. É a questão de um novo modelo de Assistência Social no Brasil. É uma questão muito importante que no fundo estaria na base dessas preocupações nos nobres gestores dos Municípios e também dos Estados.

Eu acho, Presidente, que essa medida coloca para nós, Conselheiros, uma questão que eu acho muito importante e aí vem a minha sugestão. Quem sabe se nós não poderíamos, na hipótese de ser mantida essa decisão de não haver uma conferência nacional - vamos admitir que essa hipótese se consolide. Outra coisa que essa medida provisória não disse é que não estão canceladas as conferências estaduais e municipais. Eu já imaginei duas coisas aqui que talvez pudéssemos, até como contribuição do Conselho, levar para o aprimoramento desse processo. Em primeiro lugar, admitindo-se que ninguém está dizendo que não quer ouvir a comunidade - isso não está dito em lugar nenhum - eu fiquei imaginando se não deveríamos aproveitar essa oportunidade para, como Conselho, estar presente, de forma descentralizada, em todas as conferências estaduais pelo Brasil afora, marcadas inclusive em datas que pudessem ser compatibilizadas para que fôssemos ouvir a comunidade. Ouvir para ver, porque os modelos vão ter muitas sugestões interessantes, regionalizadas, questões que no Sul do Brasil têm um determinado tratamento.

Eu vi asilos no Sul do Brasil de Primeiro Mundo, recentemente, quando estive na cidade de Gramado, que duvido seja encontrado no Nordeste ou em lugares mais pobres. Eu acho que poderíamos, quem sabe, manter conferências estaduais, fazer uma participação descentralizada do Conselho nessas conferências, aproveitar que os novos gestores municipais estão aí e quem convoca esses gestores, com grandes expressividade, com grande força, realmente são os Estados, porque têm um contato mais forte. Então, surgiu-me essa idéia. Quem sabe se alternar conferências nacionais com conferências estaduais. Poderia ser o ano das conferências estaduais, irmos às bases, ouvir as bases, ver o que elas têm como sugestões e daqui a dois anos fazer a nossa conferência, não dentro de um sistema de afogadilho, como eram as conferências, em que tínhamos uma em um mês, outra em outro mês, e daí a pouco vinha todo mundo para uma conferência nacional, sem darmos, como o Dr. Elizeu, uma oportunidade de fazermos uma avaliação mais profunda do processo de descentralização e do modelo de Assistência Social no Brasil. Acho que essa é a grande questão no momento. Esse modelo, baseado em recursos públicos, no meu modo de entender, é um modelo ultrapassado. Acho que tínhamos que repensar isso no Brasil e descobrir uma forma e descobrir inclusive o que é

participação da sociedade civil, o que é participação da comunidade na Assistência Social no Brasil.

De maneira que, fazendo essa avaliação, eu me coloco muito mais dentro de um processo de crescimento do Conselho, para o Conselho poder trazer uma contribuição de fato nesse processo de transformação da Assistência Social no Brasil. Daí a minha sugestão e a tentativa de ver essa medida como uma coisa positiva para irmos de fato à base e aproveitar essa chance que estão nos dando.

PRESIDENTE (Celecino de Carvalho Filho) - Conselheiro Anoildo.

ANOILDO FELISDÓRIO DOS SANTOS - Eu gostaria de iniciar a minha colocação até mais pelo fim em relação ao que foi dito pela Conselheira Mariazinha. Com todo o respeito à Conselheira, eu acredito que a participação dos colegas governamentais têm que ser igual a dos colegas que não são governamentais, porque aqui nós nos revestimos da característica de pessoas que trabalham honestamente e, portanto, não somos eleitos para não ter colocações pessoais ou do Governo aqui. Eu gostaria que isso ficasse bem claro. Pelo menos é a minha posição, como representante do Governo Federal. Estou aqui simplesmente para dizer o que o Governo acha. Isso aqui é uma expressão como servidor, que me foi colocada. Eu vejo com muita preocupação essa afirmativa da Conselheira.

No entanto, outro ponto que também tem sido dito com muita ênfase, que eu não concordo de maneira nenhuma, é a questão de que o Conselho está sendo golpeado, está sendo ferido na sua competência. Eu não vejo isso. Desde o dia que o Ministro esteve aqui, que o meu discurso é dizer: é um momento de reflexão. Eu deixei exatamente para fazer as colocações mais para o final porque isso me levou com muito mais tranquilidade ao encaminhamento no início. Trata-se de um momento de reflexão.

Pelo que senti dos Conselheiros, após a palavra do Conselheiro Elizeu, trazendo a posição técnica, amplamente compreensível, compatível, chegou-se à conclusão de que parece que não estávamos, vamos dizer assim, com todo um preparo, com toda uma consistência daquilo que levaríamos para uma conferência, no sentido de ter resultado. Duzentas e trinta e

três propostas da 1ª Conferência sem avaliação, é preciso que o Conselho reveja uma posição como essa.

Em momento algum somos contra a conferência. Acho que é um encontro importante, já houve a Conferência Nacional de Saúde. No ano passado colocamos isso em LDOs. Esse ano foi que deixamos um pouco de fora, porque sentimos que é uma ação normal, natural dos órgãos, das administrações. Chegamos a colocar a Conferência da Cultura, da Saúde. Temos a consciência de que é importantíssimo. Agora, é preciso que se vá para uma conferência como essa tendo se avaliado muita coisa.

O que eu quero colocar aqui como representante do Governo é o seguinte: é preciso que analisemos esses aspectos e que fiquemos também um pouco do outro lado, do lado do Governo, do lado de quem está liberando verba, de quem está trabalhando com essas informações, como disse o Conselheiro. Só se vê dizer: não há recursos para arcar com isso. Agora, e as ações? E as definições precisas? O Governo não se encerra apenas nos gastos de assistência social, mas num gasto social que vai muito mais de 70 a 80 bilhões(?) de reais. Se fôssemos ver só assistência social - eu discordo do que foi colocado aqui - houve um aumento de recursos para a área da Assistência Social. Isso houve, principalmente com a criação do Fundo Nacional de Assistência Social. Isso tem como ser trazido, tem como ser demonstrado.

Portanto, Sr. Presidente, eu acho que a sugestão do nosso Conselheiro, não sei qual é o nome, é no sentido de que aproveitemos essa oportunidade no sentido de ver que a medida provisória não está tolhendo direitos e competências, aproveitando, ainda, para que possamos fazer uma ano de Conselhos Estaduais e no ano seguinte, 1999, faríamos a nossa conferência.

Por último, eu gosto de ser bastante prático, nós temos sempre ouvido a necessidade de se fazer a conferência e a indignação de muitos Conselheiros com relação a não fazê-la em determinado momento, mas aqui a única coisa que eu de fato ouvi a respeito e trazendo contribuições nesse sentido foi exatamente do lado do Governo, que foi a Secretaria de Assistência Social, quando trouxe o porquê das dificuldades da descentralização e outros pontos. Em momento nenhum, talvez por ser mais recente neste Conselho, tive em minhas mãos para ver o seguinte: o porquê da necessidade e o que seria de fato buscado na conferência, além,

evidentemente, desse encontro que eu digo, mais uma vez, somos totalmente favoráveis que haja. Agora, é preciso que também busquemos uma avaliação, e não só do Governo, que já existe, mas avaliação do Conselho.

O Conselho tem que ter competência para avaliar todas essas ações da área social. Hoje, o que temos em termos de área social, já que se colocou aqui que a área social existe somente sob o prisma de recursos, o que se tem hoje ainda na totalidade da assistência social. Se você pegar o orçamento geral da União e buscar o subprograma que se chama Assistência Social, há muito mais do que esses recursos que hoje passam por aqui, do Fundo Nacional de Assistência Social.. Isso também requer uma reflexão, porque a Assistência Social também está fora do Fundo Nacional de Assistência Social e da Secretaria de Assistência Social. Será que é uma assistência social ou não é uma assistência social? O que vem a ser assistência social?

Acho que tem muita reflexão a ser feita. Concordo plenamente com a posição do Governo no sentido de que em momento nenhum está dizendo que não deva, está dizendo que deve adiar um pouco, para que façamos essa reflexão que começou com o Conselheiro aqui. Nós, da Secretaria, estamos à disposição para trazer uma série de contribuições também, pelo menos na minha visão, de que o processo descentralizado está engatinhando, está começando e nós não estamos sabendo nem exatamente para onde ele está indo. Fiz um levantamento há poucos dias na Secretaria e fiquei abismado. Quantos recursos do Governo estão sendo colocados em aplicação direta, ainda a nível de União. Aplicação direta quer dizer execução. Portanto, que processo de descentralização é este, que está colocado na Constituição Federal, principalmente na área de Assistência, Saúde e Previdência, e não conhecemos exatamente o cerne da questão da descentralização?

Eu acho que é um tempo altamente relevante para se fazer essa reflexão.

PRESIDENTE (Celcino de Carvalho Filho) - Mais algum inscrito?

Conselheira Ana Lígia.

ANA LÍGIA GOMES - Em que pese os argumentos, há uma dificuldade imensa para eu ser convencida de alguma coisa positiva nessa medida provisória. O que está absolutamente claro é que a conferência foi adiada apesar da maioria absoluta deste Conselho ter ponderado e pedido ao Governo para não enviar. Na medida em que o Governo desconhece a metade mais um deste Conselho, que tinha chamado a conferência, colocado um processo na rua, e edita uma medida provisória... Por favor... Não é possível vocês insistirem em querer nos convencer de que o Governo não foi arbitrário e de que há alguma coisa positiva nessa MP e de que as competências e as prerrogativas deste Conselho não estão ameaçadas. Estão. A vontade da maioria do Conselho foi desconhecida pelo Governo, que pegou carona em uma medida provisória e tirou, inclusive, a possibilidade deste Conselho convocar extraordinariamente a conferência.

Eu lamento, mas não compreendo um Governo que adia um debate, que foge de um debate. Não é possível esse tipo de argumento, supostamente técnico, pois não acho que exista posição técnica neutra, de dizer que as 233 deliberações da Conferência anterior não foram avaliadas. É uma outra questão. Há que se pensar se elas não foram avaliadas porque não foram cumpridas. É simples dizer que não foram avaliadas. Não foram avaliadas por quê? Elas foram cumpridas?

A outra questão é que exatamente o processo de descentralização que engatinha e que passa por momentos de tensões com relação aos Estados e Municípios a propósito dos critérios e forma de repasse de recursos, especialmente do órgão gestor. Muito mais por essa razão é que merecia essa discussão, com um pacto de “eu vou tentar fazer um grande acordo para que o processo de descentralização seja objeto de um consenso mais amplo possível”. Eu não compreendo como se vai continuar encaminhando dessa forma quando se tinha o privilégio de ter essa discussão ampliada.

A propósito da reflexão do Conselheiro sobre a possibilidade de desempenho do CNAS: o desempenho do órgão gestor, no repasse de recursos, que carregou insatisfação dos Estados e Municípios, não teve nenhuma responsabilidade do CNAS. Desempenho amplamente criticado e reconhecido aqui. Não teve nenhuma participação do CNAS.

A portaria que estava para o Ministro assinar, que ele veio aqui falar a respeito dela, estava sem o conhecimento deste Conselho. São pelo menos dois elementos para o Conselheiro perceber de quem é algum tipo de responsabilidade ou de desempenho supostamente negativo nessa questão.

É lamentável esse tipo de argumento. Querer que leiamos na medida provisória alguma outra coisa, e algum tipo de boa vontade do Governo na medida provisória é uma cegueira indiscutível.

PRESIDENTE (Celcino de Carvalho Filho) - Algum Conselheiro que ainda não falou gostaria de se pronunciar? (Pausa.)

Eu me permitiria, antes de passarmos...

ANOILDO FELISDÓRIO DOS SANTOS - Tendo sido citado, eu gostaria de usar da palavra.

PRESIDENTE (Celcino de Carvalho Filho) - Eu gostaria de fazer alguns comentários, antes de retornar a palavra aos que já falaram.

Vou tecer algumas reflexões e prestar algumas informações.

Em primeiro lugar é importante ressaltar a gravidade do assunto. Há uma supressão de uma competência do Conselho, como falei no início, por meio de uma medida provisória, embora previamente avisado. O Ministro teve a cortesia de vir previamente, mas a medida continua dura do mesmo jeito. Houve uma consideração pessoal por parte do Ministro, mas o ato foi mantido na mesma dimensão que foi aqui falado. Isso é importante ser considerado.

Quero tecer um esclarecimento porque, de repente, de certa forma fui envolvido nesse processo por ter tentado ser extremamente transparente e honesto. Houve algum mal-entendido, na minha opinião, nesse processo que faço questão de registrar. Na reunião de novembro, quando tratamos pela primeira vez da conferência - este Conselho tem tido um grau de respeito e de transparência muito grande entre todos os Pares -, eu entendi que era o momento de questionar o Conselho, pela função privilegiada de ser o Presidente, sobre a

possibilidade e a efetividade da realização da conferência. Está claro para mim a decisão da 1ª Conferência, porque dela participei, fui honrosamente nela incluído. Depois veio a lei e a Presidência conhece claramente a determinação da 1ª Conferência como o que está colocado em lei. O questionamento foi para saber sobre a dimensão dessa conferência.

Então, quando fiz um questionamento, manifestei uma posição de princípio, deixei claro isso, e dela não me afasto, no sentido de saber se esse espaço não estava muito curto. Não tinha, absolutamente, conversado com ninguém. É um direito que cada um de nós tem, sobretudo o Presidente, para chamar a atenção do Conselho a respeito da dimensão de um evento como a 2ª Conferência. Nada mais fiz do que isso. Questionei o Conselho, como tenho feito em várias outras oportunidades. Até decisões já pedi que fossem reconsideradas em função de suas dimensões e importâncias, para que o Conselho não ficasse desgastado. Quando percebo um processo de votação, vejo dúvidas nos olhos dos Conselheiros, vejo responsabilidade, e, na divisão, já cheguei até a propor uma revisão de decisões, o que o Conselho acatou, dada a dimensão do assunto.

Quero deixar claro que manifestei uma posição de princípio. Vários Conselheiros se manifestaram: está na lei, vamos fazer. Eu só estava querendo saber se o Conselho estava consciente da realização dessa conferência, de sua dimensão, de suas implicações. Se é isso, então vamos realizá-la. Só estou reiterando isso, porque em alguns momentos, há alguns dias, percebi - até porque sou muito transparente e peço pelo excesso de transparência - que havia uma mistura entre uma posição de princípio lá atrás e o andamento das coisas dentro do Conselho.

Feito esse esclarecimento inicial, devo dizer que a partir daquela reunião, em que se confirmou a realização da conferência, a Presidência do Conselho tomou todas as providências, apressando-as, no limite das possibilidades do Conselho, para que a conferência se realizasse. Todos os comunicados foram feitos em tempo hábil, todas as reuniões da Comissão Organizadora foram feitas, independentemente de *quorum*, inclusive. Não houve nenhum problema, do ponto de vista da operação do Conselho, em relação ao que falei na reunião de novembro. Este é um aspecto importante a ser registrado. Inclusive a convocação para o

lançamento, amanhã, foi feita para todos os fóruns apropriados, com correspondência a todos os Parlamentares Federais.

Mais do que isso: a comunicação feita pelo Sr. Ministro, na última reunião, e várias ponderações anteriores. Uma coisa é se ter uma posição de princípio; outra é saber o seguinte: tem muito pouca coisa realizada? É possível que sim. Mas será que o Governo não realizou coisas suficientes para expor e falar de suas dificuldades, até para colocar isso na discussão? Insistentemente, nesse período todo - falo isso com toda a tranqüilidade, porque as autoridades do Ministério e até fora dele sabem da minha posição -, tenho insistido quanto à necessidade da realização da conferência. Ou seja, está marcada? Não vamos atropelar e vamos discutir uma possível dilatação. A aceito e acato, por ser absolutamente ético, uma posição de Governo, não há como eu ter uma posição diferente, se não teria que me afastar do Conselho, já que é uma bancada oficial, nomeada pelo Governo, com uma decisão formal, via lei, comunicada previamente pelo próprio Ministro. Não estou discutindo isso. Estou falando de um procedimento da Presidência em relação a tudo isso.

E mais do que isso: terminada a última reunião, da comunicação do Ministro, fui a ele para dizer com clareza: "Sr. Ministro, estou lhe comunicando - e é o Presidente do Conselho que está falando - que o Conselho está mantendo a realização da Conferência e todos os atos nesse sentido serão praticados". Eu disse aqui na reunião - está gravado - que o Presidente não teria nenhum constrangimento em adotar qualquer medida no sentido da realização da conferência. Afinal de contas, o meu posto exige isso. Então, tive a lealdade, terminada a última reunião, na qual o Ministro fez a comunicação oficial, de dizer que o Conselho ainda estava aguardando uma decisão, de preferência positiva, quanto à realização da Conferência, e que enquanto essa comunicação não acontecesse a Presidência iria tomar todos os atos no sentido de sua realização. Portanto, o Governo, se fosse sua decisão, que a tornasse pública oficialmente para que o Conselho pudesse ter outro encaminhamento. Fiz isso logo após a última reunião.

Quero dizer, então, aos prezados Conselheiros, qual foi a atitude da Presidência, apesar do comunicado oficial. O Ministro não veio fazer nenhum comentário à parte,

ele veio fazer uma comunicação formal. Ele fez uma comunicação que, para ter um resultado prático, precisava ter um ato oficial, via medida provisória, que cancelasse o dispositivo legal.

Esse esclarecimento é importante para deixar claro que a Presidência do Conselho, a despeito dessa posição oficial do Ministro, não criou nenhuma dificuldade. Pelo contrário, fiz todos os esforços, inúmeros contatos. Nós só vivemos com críticas. Eu só tenho melhorado com críticas. O andamento das reformas, sobretudo da Previdência, tem sido muito claro em relação a isso. Seria o momento de o Governo mostrar o que tem feito, quais são as suas dificuldades e abrir o debate. Haverá críticas em qualquer momento, em qualquer circunstância.

Deixo bem claro que a despeito de uma posição de princípio foi todo esse esforço desenvolvido, infelizmente em vão. É um esclarecimento que considero importante com relação à questão da conferência.

Em uma reunião anterior eu deixei bem claro que além de outras vantagens, a realização de uma conferência no atual momento seria importante pelo fator mobilização. O Elizeu acabou de reiterar um dado que é muito importante: mais ou menos a metade dos Municípios tem Conselhos, seguramente nem todos funcionando. Pouco mais de mil Municípios com os planos. Esse aspecto seria superimportante na realização da Conferência. Por quê? Porque com sua mobilização iria possibilitar um aumento de rede. Seguramente a expectativa era de que mais Municípios tivessem Conselhos, elaborassem seus planos etc. e tal.

Citei vários exemplos, em diversos setores, mostrando os avanços. A Mariazinha levantou um dado importante. A Ana Lúcia em outra reunião também levantou essa questão, foi objeto de discussão dos mínimos, promovida pela SAS, mostrando que há restrição e o corte desse benefício é extremamente cruel. Mas, só para citar um exemplo, é um avanço enorme em relação à concessão desse benefício, cuja expectativa em 1996 era de 45 mil benefícios, mantida a antiga regra da renda mensal vitalícia, e foi para quase 400 mil no ano de 1996. Isso não é desprezível. É muito pouco em relação à necessidade da clientela. Salta-se de uma estimativa de 45 mil, no sistema antigo, para quase 400 mil no outro sistema, a despeito de um corte inadmissível do ponto de vista humano. É só para dar um exemplo, que tenho usado sistematicamente com o Governo. É um dado concreto que o Governo pode expor. O avanço

que se fez. O avanço que tivemos, sobretudo do final do ano para cá, nas relações com a SAS. Queremos muito mais proximidade.

Houve uma melhoria fantástica, que é fundamental na relação de quem delibera com quem executa, até para apressarmos o passo, porque as carências são enormes. Para não falar nos outros programas desenvolvidos pelo próprio Governo. Temos questões sérias, levantadas pelo Anoldo, que certamente não fugiriam desse debate: questão dos recursos. Ainda convidado para a preparação da 1ª Conferência, fui um dos primeiros a levantar essa questão. Onde está o recurso da Assistência Social? Levantei aquele dado o Ministério do Trabalho, a convite da Presidência do Conselho, mostrando que 90% dos recursos da Assistência Social estavam fora do controle do Conselho. Esta é uma informação que não pode ficar fora de uma conferência dessas, porque é muito grave. A proporção não deve ter se modificado. Eu não tenho esse dado atualizado, mas deve estar mais ou menos a mesma coisa. O recurso que vem para o fundo e o que é aplicado de outro jeito não deve estar aplicado diferente: 90% lá fora e 10% aqui dentro. Isso é extremamente grave. É importante que o Conselho discuta isso e traga essa discussão para um fórum mais amplo.

Eu quero deixar claro que por razões éticas não posso assumir uma posição diferente da do Governo. Isso é absolutamente claro. Acho que nenhuma bancada faria isso.

Devo dizer sobre todo o esforço da Presidência, além da posição formal de prosseguir com todas as ações em relação à conferência. Fiz esse trabalho pessoal, particularmente, porque eticamente estaria impedido pela decisão preliminar do Governo, mas comuniquei ao Ministro e fui à frente mostrando que o Governo poderia perfeitamente enfrentar um debate desses, a nível nacional, a despeito de surgirem críticas de toda ordem, o que é natural em um processo democrático.

Essa é a questão inicial.

Eu anotei aqui todos os encaminhamentos. Vamos ver como vamos prosseguir. Eu não tenho a menor dúvida de que o Conselho tem que tomar atitudes, tem que encaminhar procedimentos. Vi, nas várias abordagens, um grau de amadurecimento muito importante, o que mostra que o Conselho está equilibrado. Sentiu uma pancada muito forte e está tentando de forma absolutamente adequada fazer um encaminhamento que assegure a participação do

Conselho. Isso é importante. Estou percebendo com clareza o equilíbrio do Conselho, uma vez que, sentindo-se fortemente atingido, está buscando caminhos para mostrar que o Conselho é sério e está atuando duramente. Sobretudo, está atuando na linha da parceria. Essa é uma resposta muito importante que o Conselho deve dar para a sociedade e para o próprio Governo. Estamos sendo atingidos em uma competência que é muito forte, a despeito das razões do Governo que foram colocadas pelo Ministro e detalhadas um pouco mais pelo Elizeu. Então, estão claras quais são as posições do Governo. O Conselho está dizendo: vamos buscar caminhos.

Primeiro, se legalmente, como disse o Vando, há um impedimento, não há nenhum impedimento político de que o Conselho continue lutando, como vai fazer amanhã, numa reunião da sociedade civil, e outros encaminhamentos que venham a ser aprovados, no sentido de lutar pelo encaminhamento da Conferência.

Mais ainda: ficou claro que essa medida provisória não alcança Estados e Municípios. Nem poderia, obviamente. Já há alguns encaminhamentos. Eu estive pensando nesses dias em outras alternativas, mantida essa decisão, do tipo: participar. O Gilson foi mais específico na proposta. Eu deixo como registro para discutirmos nos encaminhamentos, sobretudo a partir dos resultados de cada conferência estadual, que o Conselho poderia consolidar em um documento. E em uma das reuniões ampliadas o Vando propôs, se entendi bem, manter um evento nacional. Vamos objetivar, quer dizer, ver como poderíamos fazer isso, em função da restrição de recursos. Vando, há uma coisa programada no nosso cronograma e que não ensejaria nenhuma mudança de postura, vamos dizer assim, na montagem que já foi feita: poderíamos aproveitar uma reunião ampliada, torná-la o mais ampliada possível, respeitadas as limitações do próprio Conselho, e nesta última reunião ampliada apresentar uma consolidação do que foi feito nas Conferências Estaduais. É uma sugestão que me ocorreu e deixo para colocarmos nos encaminhamentos. Claro, toda a insistência do Conselho, todo esse esforço que despendi paralelamente, foi porque percebi, como disse a Ana Lígia, que a maioria dos Conselheiros, com a presença do Ministro, deixou bem clara a posição pela manutenção da Conferência Nacional.

Fica mais essa sugestão.

Vamos, agora, a três inscrições, para, em seguida, fazermos os encaminhamentos de como proceder. Eu queria lembrar aos prezados Conselheiros que amanhã está programada uma reunião ampliada e que precisamos ver como vamos conduzir, além dos encaminhamentos de hoje, os encaminhamentos com relação à reunião de amanhã, tendo em vista a situação estabelecida.

Conselheiro Vando com a palavra.

VANDEVALDO NOGUEIRA - Eu esperava que todos se pronunciassem, mas me reinscrevi porque temos que fazer o encaminhamento.

Em alguns momentos aqui achei que não deveríamos ter feito a 1ª Conferência porque não tinha nada para avaliar. Já houve todos os argumentos defendendo por que a Conferência e por que não a Conferência.

Achei interessante o que o Gilson colocou de apoiar as Conferências Estaduais, e eu diria que também as Municipais. O Conselho não tem competência para convocá-las, mas tem possibilidade de oferecer o seu apoio. Eu não sei se vão querer, não sei se o Conselho, inclusive, tem autoridade moral de pedir que os outros se auto-avaliem, quando o Governo, a nível nacional, não quer ser avaliado. Assim mesmo o Conselho deve se colocar no sentido de apoiar as Conferências Estaduais e as Municipais, de se fazer presente. Acho que isso é muito importante. Também deve se colocar à disposição para definir alguns critérios que dêem unidade a essas conferências, para que cada qual não pense de sua cabeça. O Conselho poderia exercer um papel bastante importante. Amanhã poderemos sentir a legitimidade ou não. Já que não temos Conferência Nacional, não vamos poder exigir que assim seja, porque não haverá delegados para a Conferência Nacional.

Os conteúdos da conferência deveriam ser mantidos. Os procedimentos que a Comissão já havia adiantado poderiam ser mantidos.

Faço uma crítica ao Elizeu, porque ele deveria ter participado desse grupo de trabalho da conferência, deveria ter trazido a sua contribuição. Infelizmente não participou e não deu a sua contribuição.

Aproveito também para dizer que isso é uma avaliação da SAS. O que o Conselho quer saber é uma avaliação dos outros sobre a SAS, dos Estados e dos Municípios. É unilateral a avaliação. Por mais interessante e qualificada que esteja, é uma avaliação. Os outros precisam avaliar a SAS. O CNAS teve a oportunidade de abrigar uma reunião de Secretários de Estado que era uma avaliação extremamente crítica à SAS. Poderia aparecer em uma Conferência Nacional. Claro, é melhor do que entre quatro paredes. Eu ainda penso que a coisa seja pública.

Achei extremamente complicado no momento em que... Não sei se chegou a ser um elogio, Anoldo, que o Governo tem feito muito pela Assistência Social, só que fora do Conselho, que lá na Presidência da República, não sei se entendi bem...

ANOILDO FELISDÓRIO DOS SANTOS - O que estamos querendo dizer é que há uma despesa muito grande em termos de custo social; gastos sociais do Governo, que não necessariamente só a Assistência Social. Dentro da Assistência Social tem uma outra fatia que também é assistência, que não está necessariamente dentro do Fundo Nacional de Assistência Social. Então, precisa trabalhar um pouco disso aí, talvez até para que possamos, do ponto de vista orçamentário, rever funcionais, para que possamos trabalhar com um único número, ou um único conceito de Assistência Social em termos de gasto do Governo.

Eu lhe pergunto o seguinte: quanto você está dando lá no Ministério da Educação, por exemplo, a assistência aos cegos, que tem o Instituto Benjamim Constant? Tem surdos, mudos, tem o próprio Pelé, o Ministério do Pelé, vamos dizer assim, que tem uma assistência ao deficiente dentro do esporte. Tudo isso é uma característica de assistência. Dentro do peso dos recursos que analisamos aqui, ficamos com essa fatia apenas restrita à Lei Orgânica da Assistência Social.

VANDEVALDO NOGUEIRA - Eu acho que você está desconhecendo a Lei Orgânica. Ela é...

ANOILDO FELISDÓRIO DOS SANTOS - Eu estou dizendo: a conotação que é dada hoje.

Para você ter uma idéia, quando você chega a qualquer área do Governo - vocês conhecem muito - e se fala LOAS, só se fala do benefício. Eu sei que não é, eu sei que não é. Inclusive o enfrentamento à pobreza, que tem “n+1” ações que estão dentro da própria LOAS... Na época eu estava no Bem-Estar Social, quando sugerimos transformar o fundo que tinha lá, o FUNDAC(?), nesse fundo. Eu estava no Bem-Estar Social quando começou esse trabalho da Lei Orgânica da Assistência Social.

O que eu estou colocando para você é que a Assistência Social neste país está espalhada em outros Ministérios. Agora eu citei o Ministério da Educação e cito outros. Talvez até o Ministério da Saúde. Não pesquisei ainda.

VANDEVALDO NOGUEIRA - Isso faz parte da natureza da Assistência Social. Se você estivesse aqui há mais tempo, você participaria dessas discussões e veria que assistência social se faz através das políticas setoriais. Isso não está sendo questionado. O que sendo questionado é o comando único na área da Assistência Social. Aí talvez você não tenha entendido bem qual é o papel da LOAS para avaliar o que está acontecendo dentro do próprio Governo.

Onde é que fica o comando único da Assistência Social? É na Presidência da República? Onde é?

ANOILDO FELISDÓRIO DOS SANTOS - Não sei.

VANDEVALDO NOGUEIRA - Era bom...

ANOILDO FELISDÓRIO DOS SANTOS - Eu sei dizer o seguinte: os recursos da Assistência Social, de acordo com a Lei Orgânica da Assistência Social, passam pelo Fundo Nacional de Assistência Social. Se isso é verdade, ali se encontram os recursos da Assistência Social. Você não pode pensar que está em outro lugar. Está muito claro na Lei Orgânica.

Agora, quem é, isso deveria estar na lei para que soubéssemos.

Deveria estar escrito num artigo da lei, dizendo “na Presidência da República e tal”, mas não é.

VANDEVALDO NOGUEIRA - Eu entendo que o Conselho deve se posicionar, como várias pessoas colocaram, primeiro, que foi ferido em sua competência e que não devemos aceitar isso de cabeça baixa. Deve-se aceitar lutar contra essa medida provisória, pela revogação dessa medida provisória. Podemos, sim, acho que o Conselho tem até exemplo para dar, lutar por alterações na LOAS. E aí está uma discussão que vem há meses e meses: vimos tentando entrar em consenso sobre a necessidade de mudanças na LOAS. Isso não impede que cada órgão aqui trabalhe de forma paralela ou complementar nesse sentido.

Não podemos aceitar a unilateralidade. Eu não ouvi dos Conselheiros governamentais que foram consultados sobre essa medida. Eu não ouvi. Eu gostaria de ter ouvido que houve uma reunião, uma avaliação e que se chegou a tal decisão. Tanto que as posições aqui são diferentes. Eu tenho a impressão de que faltou um pouco essa reflexão mais colegiada. Mas não vou questionar como o Governo se comporta e como os representantes do Governo o representam. Como represento a ABONG, tenho obediência à ABONG e tenho a consciência de que no momento em que a contradição entre a minha pessoa, o meu posicionamento e a ABONG for grande, eu vou deixar de ser o representante da ABONG. Eu não trabalharia de consciência tranquila se vivesse me confrontando com a entidade que represento. Acho que isso também poderia ser válido para quem representa quem quer que seja. Que não seja apenas tecnicamente um representante, mas que saiba se posicionar também com relação à isso.

Achei muito interessante o que o Anoldo colocou.

Lembrei-me também que há alguns anos exilado era proibido de fazer política na Suíça. Não podia absolutamente se envolver com a política, na Suíça. Eu perguntei: aplaudir o Governo, pode? Pode, não pode é ser oposição. Isso vale também para alguns posicionamentos de representantes governamentais.

Primeira questão: o Conselho não deve aceitar a medida provisória. Vamos ter que votar isso.

Segunda questão: o Conselho deve se posicionar amanhã, frente à reunião ampliada, pela manutenção da data da Conferência Nacional, transformando essa data num evento nacional. Que seja um momento de encontro das posições que são tiradas nos Estados e nos Municípios.

Terceira questão: que o Conselho continue lutando pela revogação. Acho importante manter isso. O Governo vai ter que reeditar essa medida sete vezes. Eu insisto que o Conselho tem que continuar lutando pela revogação dessa medida sete vezes seguidas. Que o Conselho se aproxime dos Parlamentares, que o Conselho se aproxime da sociedade e que o Conselho lute para voltarem as competências do art. 18 da LOAS.

Acho que devemos colocar essa questão que o Gilson colocou como uma posição do Conselho, ou seja, reforçar as Conferências Estaduais e as Municipais.

PRESIDENTE (Celcino de Carvalho Filho) - Conselheira Fátima.

MARIA DE FÁTIMA DE AZEVEDO FERREIRA - Eu também me inscrevi porque durante as discussões lembrei-me de algumas questões que são importantes e devem ser colocadas.

De novo eu faço um apelo a esse plenário no sentido de que mesmo representando Governo e sociedade civil procuremos refletir. Eu acho que a reflexão leva os representantes do Governo a terem suas posições também no sentido de apoiar a conferência, sim, e que levem essas posições ao Governo, através das suas representatividades.

Eu gostaria de lembrar alguns fatos que este Conselho conhece. Mas é bom trazê-los à memória novamente. Quando nós colocamos na LOAS os dois anos, as pessoas que estavam lá - inclusive eu era uma dessas pessoas e a Ana Lígia também - não fizemos meramente porque achávamos que era bonito fazer conferência de dois em dois anos. Nós discutimos muito e aprofundadamente. Também vimos a experiência da Saúde. Ela não foi descartada ou deixamos de lembrar. Apenas achamos que a Assistência Social, ao contrário do

que alguns levantam aqui, por ser nova, por ter complicações mais sérias do que as outras - pela questão da filantropia, do fisiologismo etc., que sempre aconteceu na Assistência Social - era necessário que pelo menos inicialmente fosse feito através de um processo de conferências, com menor tempo. Isso foi discutido, sim, e foi discutido abertamente. Foi feito abertamente, tal como a elaboração da lei. Quem participou dela sabe perfeitamente. Estivemos em todas as regiões do Brasil, colhendo informações, procurando a participação da sociedade e do Governo.

Então, esses dois anos não foram tirados da cabeça de meia dúzia de pessoas. Apareceu porque nós achávamos que deveria ser de dois em dois anos. E o Governo sabia disso, porque foi contrário a colocarmos meio salário mínimo, foi contra colocarmos 65 anos. Ele fincou o pé nos 70 anos. Não entendo por que o Governo deixou os dois anos. Ele achava o quê, na época? Agora ele resolveu mudar de opinião mas não consultou aqueles que elaboraram a Lei Orgânica da Assistência Social. Nós apenas fomos avisados de que haveria uma mudança, e não discutimos abertamente nem com os nossos pares.

Dizia a minha mãe, que era uma pessoa muito sábia: “Cego é aquele que não quer ver.” Realmente, cego é aquele que não quer ver que tirar uma questão que está numa lei por uma medida provisória, de cima para baixo, sem discutir sequer com seus representantes governamentais... Dizer que isso não foi contra o Conselho? É claro que foi. Os próprios Parlamentares, que hoje são a base do Governo, estão levantando isso. Que absurdo! Como é que um Governo, com tanto problema que existe neste país, fica pensando na Conferência Nacional de Assistência Social como um mal que vai acontecer para ele? Não é a miséria que existe. Ele não tem conseguido melhorar a educação, a saúde. Esses são os males que acontecem na sociedade. É para isso que precisava de medida provisória melhorando em vez de fazer medida provisória inviabilizando discussões.

Estou emocionada. Há dez anos ou mais venho participando da questão da Assistência Social. Eu participei da elaboração da primeira lei, que foi vetada pelo Collor; participei da elaboração da segunda lei, que é essa que estamos discutindo aqui. Eu me considero uma militante da área da Assistência Social. Portanto, acho que este Conselho foi, sim, atingido duramente, penalizado, sem nem saber por que, por uma medida provisória.

A segunda questão é que faço minhas as palavras do Padre Virgílio. Quando ele começou a falar, eu vibrei. Quando o Elizeu começou a falar, eu pensei: meu Deus, a SAS está tomando uma posição conseqüente; ela está defendendo que seja realmente avaliado; ela está sentindo que precisa disso. E, de repente, não era nada disso. Inclusive, como funcionária da SAS, fiquei extremamente triste, porque não era essa a posição que a SAS deveria defender aqui. Acho que foi brilhante a interpretação. O Elizeu realmente é brilhante, mas o final foi triste. É brilhante, é brilhante, mas o resultado não foi tão brilhante assim. Eu gostaria que o Elizeu levasse novamente essa discussão para a SAS para colocar essa questão no seu devido lugar. Ninguém está querendo aqui jogar pedra nos telhados da SAS, mesmo porque o CNAS, conforme disse um companheiro, também deixou de fazer muita coisa. Nós também estamos sujeitos a críticas, também vamos ser criticados, mas temos que receber essas críticas, avaliá-las e tirar proveitos. Se não soubermos fazer isso, estaremos incorrendo num erro muito sério.

Não vou fazer as propostas que o Vando já fez, porque são as mesmas que eu faria.

Para terminar, já que todos falaram em provérbios, eu queria lembrar, até para animar um pouco, uma música de Gonzaguinha que diz: “viva a vida, nós podemos ser felizes por sermos eternos aprendizes.” E nós somos eternos aprendizes. Não somos donos da verdade, mas o Governo quis ser dono da verdade quando achou que as conferências deveriam ser de quatro em quatro anos. As conferências da área da Saúde muitas vezes só têm saído por pressão, mesmo de quatro em quatro anos. Todos sabem que a 9ª Conferência só saiu por grande pressão. Todos sabem que a 10ª Conferência quase foi inviabilizada. Talvez daqui a quatro anos, se o Governo não tiver mudado essa ótica de ver as coisas, de ver o povo como inimigo, a não ser aqueles que o aplaudem, mas passar a léguas de distância daqueles que o criticam, ele não vai querer também essa conferência.

Portanto, eu acho que devemos nos unir, sim, Conselheiros da área governamental e da sociedade civil. Vamos formar um grande gigante, não adormecido, mas muito bem acordado. Vamos dizer que o orçamento da Assistência Social... Discutimos isso hoje na Comissão de Financiamento e o Anoildo, infelizmente, apesar de ser membro, não estava presente para trazer esses dados. Chegamos à conclusão de que realmente não houve

acrécimo real para a Assistência Social. Se houve acréscimo, foi para questões pontuais, mas não houve acréscimo real no orçamento da Assistência Social. Hoje nós discutimos isso. É uma pena que o Eduardo não esteja aqui, porque foi um dos que mais levantou isso. Ele representa os Estados e nós sabemos perfeitamente como está a situação do País, e olhem que o Estado de Minas Gerais é próspero. Então, é um orçamento “mixo”. Se não temos a visão do orçamento da Assistência Social nos outros Ministérios, essa responsabilidade não é nossa. O Presidente já levantou isso e nós já levantávamos há muito tempo.

Hoje, quando o Eduardo estava levantando as fontes da Assistência Social, eu estava levantando as fontes da Seguridade Social, que não são respeitadas. Existe uma lei e nem as fontes da Seguridade, que deveriam estar indo para a Seguridade, estão indo.

Eu acho que a questão do orçamento é séria e deve ser debatida. E não deve ser debatida somente pelo Governo. Deve ser debatida também pela sociedade civil. O orçamento deve deixar de ser uma caixa preta, como dizem muitos, e ser transparente com visibilidade, para vermos que vamos reverter essa situação onde os gastos sociais são muito menores do que os gastos que são efetuados com pagamento da dívida externa, com a salvação de banqueiros e outros.

Eram essas as questões que eu queria levantar. Eu realmente me estendi, porque estou emocionada e talvez não esteja conseguindo a objetividade que o Presidente tanto gosta.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (Celcino de Carvalho Filho) - A Conselheira começou a tratar de assuntos específicos e precisamos concluir a questão da conferência para fazermos os encaminhamentos.

Ainda há quatro inscritos.

A Conselheira Mariazinha havia pedido a reinscrição.

MARIA JOSÉ LIMA DE C. BARROSO - Eu não queria sair daqui com a preocupação do Conselheiro Anoldo.

Eu não quis alcançar, de maneira alguma faz o meu estilo. Desculpem-me os Conselheiros da área governamental, mas há uma diferença muito grande entre os representantes da sociedade civil que trazem aqui o eco das suas representações, o eco da sociedade. Nós podemos falar. Eu também já fui do Governo e tive que engolir calada muitas vezes. Eu sempre pensava comigo: um dia eu não vou mais engolir, vou falar aquilo que realmente eu penso. Eu não gosto de achar. Eu expesso aquilo que eu penso, aquilo que deve ser. Então, Conselheiro, a sociedade civil pode falar de um modo diferente, porque ela traz aqui um respaldo das suas entidades.

Quer o Conselheiro queira, quer não, tem sempre que se ater à sua representação, que é do Ministério do Planejamento, que é realmente uma área governamental. Eu quis lhe alcançar, mas jamais você poderá falar pela sociedade civil sem se magoar, sem se ferir. Lamentavelmente é assim que eu penso. Desculpe-me se eu lhe alcancei, mas não foi essa a minha intenção.

Eu continuo pensando que a sociedade civil pode falar de acordo com a sua representação, de acordo com aquilo que ela pensa e pode transmitir o clamor da sociedade. Os Conselheiros governamentais têm realmente de apresentar as suas propostas institucionais.

PRESIDENTE (Celcino de Carvalho Filho) - Com a palavra o Conselheiro Anoldo.

ANOILDO FELISDÓRIO DOS SANTOS - Com esse ponto, vemos claramente o seguinte, Conselheira: é esse o princípio da democracia. A coisa mais democrática que existe é este Conselho que está aqui; o Conselho da Saúde. Isso não existia. É um processo democrático. Agora, é como a senhora está colocando: há uma representação da sociedade que não vai dizer muito diferente. Não é um ser pessoal, é uma representação, assim como nós temos a nossa representação.

Nós não podemos sair daquilo que nos atinge como pessoa, como ser humano, como pais de crianças e conhecedores da situação por que passa o País. Esse é um ponto específico.

MARIA JOSÉ LIMA DE C. BARROSO - Mas o senhor fala de cidadão. Eu penso que talvez o senhor não possa falar com amplitude aqui, talvez como cidadão, e, sim, como um representante do seu Ministério, que tem de ponderar...

PRESIDENTE (Celescino de Carvalho Filho) - Conselheiros.

MARIA JOSÉ LIMA DE C. BARROSO - A democracia é linda e este Conselho é lindo. Acontece que ele foi alcançado.

ANOILDO FELISDÓRIO DOS SANTOS - Com relação ao meu pedido de reinscrição, eu gostaria de colocar o seguinte, para ficar bem claro aqui neste Conselho: o Governo tem feito medidas provisórias para as áreas da Educação, da Saúde, para Lei de Diretrizes e Bases e outras e outras coisas. Isso tem sido feito. É importante que o Conselho entenda que o assunto agiu um pouco sobre a forte emoção em alguns pontos.

Eu queria fazer uma colocação para alguns Conselheiros. Mais uma vez, hoje, parece que eu estou sendo somente atingido. De alguma forma, sim, eu entendo.

Eu gostaria, Sr. Presidente, de pedir, com muita veemência, que o debate deste Conselho fique em nível bastante elevado. Palavras como "cegueira" e outras parece-me que não é do feitio deste Conselho, até porque não está em teste ou em prova currículo de ninguém. Se alguém quiser disputar currículo e discutir quem tem competência para dizer isso ou aquilo, falaríamos lá fora ou em outra instância, e não neste Conselho. Não atingimos ninguém com esses aspectos menos elevados. Portanto, eu pediria mais uma vez ao Sr. Presidente que ficássemos dentro desse processo democrático que é uma das coisas mais bonitas que podem existir. Vamos caminhando, daqui a dez ou vinte anos. Eu queria que o nosso debate ficasse num nível bastante elevado.

Quando falamos sobre a competência do Conselho, o Conselho só pode convocar a conferência porque está na lei, dizendo que cabe a ele convocar. E só vai convocar uma conferência que existe, na própria lei. Quando essa conferência existe? Hoje. Então, a

competência do Conselho é colocar hoje. Veio uma lei, ninguém pode dizer que é ilegal. A medida provisória está sendo regulamentada pelo Congresso Nacional, talvez até com muita coerência, porque chega a ser um instrumento muito forte para o Governo. Isso nós temos que reconhecer. Mas existe! E hoje temos até mudança na Lei de Diretrizes Orçamentárias através de medida provisória que talvez só pudesse ser através de lei complementar, que é muito maior que uma lei ordinária. Quando falamos de atingir ou não a competência do Conselho é no sentido técnico e não de atingir emoções e vontades de qualquer Conselheiro. Eu gostaria que alguém que fosse advogado aqui me confirmasse esse posicionamento. É muito claro na minha cabeça. Não sou advogado, mas de vez em quando damos alguns palpites. É muito claro: eu só posso convocar aquilo que existe. Se deixou de existir, ninguém tirou a minha competência. Pode convocar, pode; em tal data, em tal data. Isso está muito claro na minha cabeça.

Eu gostaria de registrar esses pontos.

PRESIDENTE (Celécino de Carvalho Filho) - Antes de passar a palavra ao Elizeu, eu gostaria de fazer uma correção. A Secretaria Executiva informa que já saiu a nomeação da Conselheira Sônia Moreira. Então, ela já é titular. Mais uma vez, seja bem-vinda.

Com a palavra o Conselheiro Elizeu.

ELIZEU FRANCISCO CALSING - Eu fui várias vezes citado, por diversos Conselheiros, e inclusive questionado - e é por esse ponto que eu começo - sobre a minha participação na Comissão Organizadora da Conferência. Só para lembrar, essa inserção da SAS na Comissão se deu sem a presença da Secretaria. Eu não estava na reunião no momento em que se discutia a composição dessa Comissão. Decidiu-se por três Conselheiros da sociedade civil e três governamentais, sendo que dos três governamentais um seria representante dos Estados, outro dos Municípios e outro do Governo Federal. A bancada dos Conselheiros do Governo Federal decidiu que a SAS era quem deveria participar dessa Comissão. Sobre isso fomos informados precisamente no momento em que começava esse debate dentro do Ministério da Previdência e Assistência Social sobre a realização ou não da

conferência. Quando convocado a uma dessas reuniões da Comissão Organizadora, coloquei o posicionamento da Secretaria, que era o de aguardar uma posição do Governo a respeito da realização da conferência. Isso eu coloquei para o Sr. Presidente do CNAS e pedi que ele transmitisse isso à própria Comissão. Então, nada mais claro, nesse ponto, do que estar acompanhando uma posição do Governo. Eu não sabia que se daria dessa maneira, mas naquela época era de não participar da Comissão Organizadora.

Quanto às críticas que a SAS tem recebido a respeito do seu papel de gestora do Fundo Nacional de Assistência Social, é importante que se diga que esse mesmo tipo de crítica, ou pior ainda, estão recebendo gestores estaduais da Assistência Social. Sexta-feira mesmo - não está aqui agora o Conselheiro Eduardo -, em uma reunião da Confederação Nacional das APAEs, houve uma reclamação geral de que em muitos Estados, até este momento, as entidades não haviam recebido recursos para os serviços principalmente. Eu mostrei os dados de que todos os recursos relativos ao primeiro trimestre já haviam sido repassados. Então, que os presidentes estaduais das APAEs perguntassem aos gestores estaduais da Assistência Social por que não estavam recebendo os recursos. Então, há um documento assinado pelos Conselheiros representantes da sociedade civil, encaminhado a alguns Parlamentares, em que é questionada essa parceria com os Estados. É importante dizer que a parceria do gestor nacional é com relação ao repasse de recursos, é com relação à definição de diretrizes, definição de normas e é também com relação à própria capacitação dos trabalhadores da área e dos próprios Conselheiros estaduais e municipais. A SAS, dentro de suas restrições, tem conseguido desempenhar essa parceria. Segundo palavras de Secretários Estaduais de Assistência Social - na última reunião do FONSEAS estiveram presentes Conselheiros deste Conselho e puderam ouvir, inclusive, uma solicitação de um grupo expressivo de Secretários para que os escritórios de representação fossem transformados em delegacia ou, enfim, em uma instância de serviços maior do que um simples escritório de representação para poderem, justamente, atuar de uma maneira mais eficaz nesse processo descentralizado e participativo de Assistência Social.

Então, críticas sempre vão ocorrer, da mesma forma que Governo e outras entidades têm colocado críticas severas ao próprio desempenho das entidades e organizações de

assistência social. Isso tem sido colocado até de uma forma muito veemente. Quer dizer, se não existe filantropia, se existe é uma outra coisa, é um outro termo que é utilizado para qualificar a qualidade, o tipo de serviço que muitas organizações prestam, é porque realmente ali ocorrem muitos problemas. Nós sabemos disso. Os próprios Secretários Estaduais e Municipais de Assistência Social têm dito que têm que passar por cima dos relatórios de atividade para não prejudicar a população. Então, não está nem em jogo seguir a legislação ou seguir o trâmite burocrático exigido legalmente, mas, sim, evitar que a população não seja sacrificada mais ainda do que já está.

Então, é preciso entender que quando se fala em sistema descentralizado e participativo, está em jogo não só a figura de governo, mas também da própria sociedade civil, das suas próprias organizações. Isso quase nunca é citado. Sempre que se fala nisso, é sempre o Governo, nas suas três esferas. É importante deixar claro, até porque sempre se procura a LOAS para dizer isso, e esquece-se o artigo que justamente estabelece que assistência social deve ser implementada por Governo e sociedade civil e todos têm o mesmo nível de responsabilidade. O dever é de todos e a cada um cabe buscar as estratégias, as alternativas de financiamento. Não é só com dinheiro público, com recursos dos orçamentos públicos que se faz assistência social. Isso já foi aqui salientado devidamente.

O último ponto é para dizer que a SAS tem realmente condições de avaliar, de participar desse processo de avaliação da Assistência Social. Isso já foi colocado para o próprio Ministro da Previdência e Assistência Social. Se houver uma decisão favorável à realização da conferência ou de qualquer outro evento com natureza semelhante, que a SAS se empenharia no sentido de participar de uma avaliação intensa da gestão da Assistência Social e avaliar também como se comporta essa rede, como essa rede funciona, como os próprios Conselhos estão hoje funcionando, como estão deliberando, quais são as principais matérias de deliberação. Hoje a SAS tem uma estrutura capaz de avaliar e de preparar uma conferência desse porte. Agora, é pena que estejamos começando um pouco tardiamente.

A posição que apresento é uma posição de Secretaria, é uma posição de Governo. Os elementos para essa avaliação estão pautados pelas diferentes participações de cada um dos Conselheiros.

Conselheira Ana Maria.

ANA MARIA LIMA BARBOSA - Apesar de os companheiros da sociedade civil já colocarem o que eu penso, eu fiquei inquieta com algumas colocações.

Eu descobri que não estou muito bem de cabeça, não. Eu acho que vou precisar de algum tratamento ou alguma coisa assim, porque não entendi mais nada. Todas as justificativas apresentadas pelos membros do Governo foram no sentido de que é o momento de avaliarmos mesmo. Não é só avaliar o Governo Federal, mas avaliar o Governo Estadual, o Governo Municipal, a rede, que eu questiono muito, essa relação público/privado. Eu não entendo, porque todas as falas são no sentido de que é o momento certo de se ter uma conferência. De repente, justifica-se que não vai haver conferência, mas que são importantes as conferências estaduais e as municipais. Realmente é difícil compreender. Deve haver alguma outra coisa, que eu ainda não entendi o que é. Talvez eu descubra daqui a alguns dias.

Uma outra coisa que me deixou preocupada é que se buscarmos ações do Governo e jogarmos tudo na Assistência Social, também vamos perder essa discussão que vimos tendo no Brasil nos últimos anos. Não podemos considerar que as ações, por exemplo, do Ministério da Educação, com o Instituto Benjamim Constant e outros, que são ações de educação, é outra clientela que nem passa pela assistência social, seja considerada clientela da assistência Social. E do desporto muito mais. Se o cara for correr da Assistência Social vai cair durinho, porque está com fome e não tem condições de praticar o esporte, que é o que o Pelé está fazendo. Temos que discutir isso aqui de forma mais ampla. É outro tipo de clientela. São outras pessoas. Estamos querendo atingir uma clientela que está fora disso tudo. Uma clientela que já está na educação, que já está no desporto... É outro tipo de clientela que estamos discutindo. Por exemplo, as pessoas que estão ligadas a alguma instituição, que eram da CBIA, da LBA, é um tipo de clientela que não está em nenhum outro lugar. E o que tem fora desse atendimento é muito grande. Há determinadas coisas que não dá para compreender. É tão difícil de entender quem é essa clientela e quem é o cidadão que está lutando para entrar na Assistência Social? Acho que precisamos aprofundar essa discussão.

Enquanto não aprovarmos a Política Nacional de Assistência Social e enquanto não discutirmos o Plano, com maior profundidade, vai ser difícil chegar a essa conclusão. É lamentável que cheguemos a uma medida provisória para a realização de uma conferência. Eu não acreditava, não. Até o momento em que saiu a medida. Eu pensei: não é possível, para realizar uma conferência, que a justifica não é financeira, precisar de medida provisória? Realmente é decepcionante.

Espero que as nossas cabeças voltem aos lugares corretos, para continuarmos acreditando na democracia e continuarmos defendendo essa democracia que tanto queremos atingir.

PRESIDENTE (Celcino de Carvalho Filho) - A última inscrita é a Lisete. Após faremos os encaminhamentos.

LISETE CASTANHO RIBEIRO - É no nível de encaminhamento que eu gostaria de falar. Eu acho que está muito claro que todos nós somos favoráveis à conferência, todos nós nos decepcionamos pela desautorização do Conselho. Acho que agora chegou a hora dos encaminhamentos. Eu gostaria de propor - não sei se seria possível, mas valeria à pena discutirmos com a área governamental - que conversássemos com o Ministro Clóvis. Acho que seria interessante que ele soubesse o que achamos e por que fomos coniventes com a questão da conferência. Pessoalmente posso ter opinião divergente, não acho uma conferência tão importante, mas colocamos essa posição: a conferência é importante. Como foi decisão da 1ª Conferência, ela deve acontecer. Dentre os encaminhamentos, os que o Vando e a Patrícia falaram, perfeitos, faremos as conferências estaduais e as municipais, teremos um evento nacional, eu acho fantástico. Eu me pergunto: por que não colocar todas essas questões para o Ministro Clóvis, para que ele entenda bem qual é a postura da área governamental? Não seria só o Presidente falando, mas seria a área governamental colocando aquilo que achamos que poderia ser útil e quais seriam os desdobramentos. Às vezes eu fico pensando que se essa conferência não se realizar, ela vai ser tão hipervalorizada que até pode prejudicar na questão de se fazer política de uma outra forma. Eu acho que não é só com a conferência que se faz

política. Todos nós sabemos que não. Eu tenho um pouco de receio de supervalorizar essa conferência pela sua não realização. Eu gostaria de falar isso pessoalmente ao Ministro Clóvis. Foi uma idéia que me veio.

PRESIDENTE (Celecino de Carvalho Filho) - Acho interessante a idéia só que não entendi nenhum convite à área governamental. Eu ouvi um comunicado de que a sociedade civil vai amanhã ao Gabinete Civil.

LISETE CASTANHO RIBEIRO - Eu acho que a sociedade civil pode ir. Nós não precisamos nem ir junto. Eu acho que a área governamental deveria colocar ao Ministro Clóvis - até porque não somos inimigos - o que achamos de prós e contras quanto à não-realização da conferência. Inclusive nós opinamos que ela deveria haver. Então, para sermos coerentes com tudo aquilo que falamos, com tudo isso que o Elizeu e os demais participantes falaram, as nossas considerações deveriam ser colocadas para ele. Não sei a forma ou como ele receberia, mas eu sinto como uma contribuição ao Governo dizermos o que achamos dessa medida. É claro que levando em consideração a importância dos fatos, das conferências estaduais e municipais - acho isso fantástico - e desse evento nacional de junção e o papel do Conselho de coordenador e mentor dessas conferências.

PRESIDENTE (Celecino de Carvalho Filho) - Com a palavra a Conselheira Sônia.

SÔNIA MOREIRA - Eu teria algumas considerações a fazer, mas acho que o momento já passou.

Eu só queria deixar claro que eu achei que era mais prudente, informalmente, ficar calada.

PRESIDENTE (Celecino de Carvalho Filho) - Eu anotei algumas propostas de encaminhamento. Se saltei alguma ou se não entendi direito, por favor, corrijam-me para, então, procedermos à discussão final e à votação.

O CNAS deve ter uma posição quanto à realização ou à luta pela realização da 2ª Conferência. Ficou claro para todos que há um ato legal cancelando essa Conferência deste ano, mas isso não impede o Conselho de desenvolver uma luta política para reverter o processo. O primeiro ponto é no sentido do Conselho manter posição de insistir para a reversão da medida provisória, sem o que ele não poderá convocar a 2ª Conferência. Esse é o primeiro ponto.

Por favor, corrijam-me se eu não tiver interpretado corretamente.

O segundo ponto é que o Conselho estimularia as conferências estaduais e as municipais. Quer dizer, haveria um incentivo por parte do Conselho Nacional no sentido da realização das conferências. É óbvio, como falei no início, que a medida provisória não poderia alcançar esses dois níveis de realização. Acho que o Vando colocou um argumento muito interessante, que já tínhamos discutido em outro momento, que é o da unidade, ou seja, o que essas conferências vão discutir. Unificar a temática, os procedimentos, até para depois podermos, no sentido da idéia que coloquei, ter um resumo. Se efetivamente a luta do Conselho não conseguir reverter a medida provisória, que essa coisa não fique perdida, considerando a realização das estaduais. Então, a partir das conferências estaduais, o Conselho pode fazer um trabalho de compatibilização das várias decisões e um documento para ser divulgado num encontro nosso ampliado. É a idéia inicial que eu tinha colocado.

Segundo ponto: estimular e incentivar a realização das conferências estaduais e municipais.

A forma seria discutida oportunamente. Talvez amanhã seja um momento oportuno. Para passar toda uma temática de organização, para que não se discuta coisas dispersas e depois não podermos juntar. Amanhã talvez fosse um momento oportuno.

Evento nacional. Eu já questionei o próprio Vice-Presidente que foi o autor da idéia. Como seria esse evento nacional? O que me ocorreu foi utilizar uma reunião ampliada, programada. Poderíamos rever a data, um tempo razoável após a última conferência estadual, para que tivéssemos tempo de consolidar as propostas de cada uma. Como faríamos? Qual

seria a idéia do evento nacional? Na mesma data da conferência? Como conduziríamos para, nesse evento, mantidas as situações atuais, apresentarmos esse documento que seria o resumo das conferências estaduais?

VANDEVALDO NOGUEIRA - A minha proposta vai no sentido de manter a data da conferência, com o temário. Não sei se vai ser aceita, mas podemos buscar essa legitimidade na reunião ampliada. Não está em lei que temos essa competência. Teríamos, se fosse a conferência. Seria nos colocarmos à disposição. Se aceito, vamos cumprir esse papel.

MARIA DE FÁTIMA DE AZEVEDO FERREIRA - Qual seria a temática?

VANDEVALDO NOGUEIRA - Aí não seríamos nós. Vamos colocar o que vínhamos trabalhando.

Por que manter essa data? Porque eu não me sinto perdedor, ainda. Entendo que o Conselho deve lutar pela conferência, pela revogação da medida provisória. Então, manter a data seria, simbolicamente, acreditar que a conferência ainda é possível. Até entendo no gesto da Lisete que é possível que os representantes governamentais se sensibilizassem pela conferência e avaliassem o quanto se desgasta fazendo e o quanto se desgasta não fazendo. O Governo pode não reeditar aquele artigo. Três linhas mudam muito a história da Conferência Nacional.

PRESIDENTE (Celcino de Carvalho Filho) - Último ponto: participação nas conferências estaduais e possivelmente nas municipais. Eu resumi esses quatro pontos como a essência do que se discutiu aqui.

Repetindo. Posição do CNAS. O Conselho tem que tomar essa posição, quer dizer, a posição de manutenção da luta para manter a conferência. Segundo, estimular e incentivar as conferências estaduais e as municipais. Terceiro, manter esse evento nacional na forma proposta pelo Vando, na mesma data.

Vando, na programação preestabelecida, a última conferência estadual termina em... Outubro. Eu pensei que fosse bem antes e eu iria propor a antecipação dessa data. Eu pensei que fosse em agosto. Se fôssemos deixar para dezembro, iria perder o pique.

Manutenção dessa data e, então, faríamos um evento, uma reunião ampliada, com uma outra dimensão.

O Gilson sugeriu que participássemos efetivamente das conferências estaduais.

Eu tentei resumir nesses quatro pontos a essência do que foi aqui colocado.

MARIA DE FÁTIMA DE AZEVEDO FERREIRA - Eu queria saber se a proposta da Lisete estaria embutida no primeiro ponto.

PRESIDENTE (Celecino de Carvalho Filho) - Desculpe-me.

MARIA DE FÁTIMA DE AZEVEDO FERREIRA - Nós já vamos. Já está marcado.

Seria para agendar, então, uma discussão do pessoal da sociedade civil com o Clóvis.

PRESIDENTE (Celecino de Carvalho Filho) - Seria mais uma sugestão.

MARIA DE FÁTIMA DE AZEVEDO FERREIRA - Por isso eu perguntei se faria parte.

PRESIDENTE (Celecino de Carvalho Filho) - As outras são de âmbito mais geral.

Poderíamos, então, encaminhar? Estão claros para os Conselheiros esses quatro pontos?

Pois não, Patrícia.

PATRÍCIA SOUZA DE MARCO - Participar da conferência também significa apoiar, não é? Não seria só ir. Há várias formas de dar apoio, que não seja só participando.

PRESIDENTE (Celecino de Carvalho Filho) - O objetivo é estimular e incentivar. Está explícito todo o apoio. O segundo item é estimular e incentivar a realização das conferências. O representante dos Estados colocou que ainda não tem uma posição formal porque não houve reunião do Fórum de Secretários. Seguramente, na próxima reunião, ele trará uma opinião oficial de todo o Fórum, o que será muito importante. Ele expressou aqui que não poderia falar, porque não teve tempo de fazer essa consulta. O Conselho, tão logo soube da medida provisória, mandou fax para todos os Conselheiros imediatamente. Mas o Secretário estava no interior do Estado e veio direto para cá. Por isso, só tomou conhecimento na sexta-feira.

PATRÍCIA SOUZA DE MARCO - Eu acho que vamos votar essas propostas, mas elas sugerem encaminhamentos. Também estamos muito preocupados com a reunião de amanhã. É uma reunião ampliada e precisamos organizar essa reunião, tendo em vista esse contexto.

Alerto que, na reunião de quinta-feira, temos que retomar o que aprovamos agora para tirar os encaminhamentos. Vamos incentivar? Como vamos incentivar? Vamos esperar até quinta-feira porque possivelmente vai haver encaminhamentos da reunião ampliada e condensaríamos na quinta os encaminhamentos das decisões de hoje e de amanhã.

PRESIDENTE (Celecino de Carvalho Filho) - É importante que fique bem claro. Precisamos chegar com uma posição na reunião ampliada. O Conselho se reuniu, discutiu amplamente, e chegou aos seguintes encaminhamentos. Vamos ver o que a representação da reunião ampliada vai acrescentar ou discordar do que aprovamos e vamos ter mais encaminhamentos. Na reunião de quinta-feira, vamos fazer um apanhado das decisões de hoje e de amanhã e vamos detalhar as decisões que forem tomadas.

É assim que estou compreendendo.

ANA LÍGIA GOMES - Com relação à discussão que se fazia do papel do CNAS no apoio às conferências estaduais e às municipais, tem o desdobramento que a Patrícia coloca, mas algumas questões já poderiam ser chamadas ao voto dos Conselheiros.

Está claro que o CNAS amanhã vai se colocar como um coordenador, orientador desse processo de conferências estaduais e municipais. Em outras palavras, ele vai fazer, num certo sentido, a mesma coisa que ele estaria fazendo se houvesse a Conferência Nacional: unificando a temática, discutindo, tentando procedimentos gerais sobre algumas questões, quando for o caso, de regulamentos, tendo em vista que a Conferência Estadual só é deliberativa no seu âmbito. Então, especialmente com relação à unificação dos temas. Amanhã, se todos concordarem, o CNAS se colocará à disposição dos Conselhos para cumprir esse papel que me parece muito importante, inclusive tentando produzir textos ou subsídios de avaliação. Seria um pouco o comportamento de uma conferência nacional, mas, desta feita, subsidiando as conferências estaduais e as municipais para que elas, apesar de o Governo não querer, também possam avaliar o Governo Federal.

PRESIDENTE (Celcino de Carvalho Filho) - Deixe-me questionar algumas coisas para ver se estou entendendo.

Estou entendendo que vai ser um oferecimento do CNAS aos presentes, mais como sugestão. Como coordenador formal, não podemos, pois estamos impossibilitados de convocar, mas como sugestão não vejo nenhum problema.

ANA LÍGIA GOMES - Mais do que oferecer. Defender a idéia.

PRESIDENTE (Celcino de Carvalho Filho) - Se eles concordarem, faremos o papel. Antes, com autorização legal, seria determinante. Em não havendo determinação legal, vamos oferecer uma sugestão para coordenar o processo, tendo em vista a eficácia das conferências estaduais e municipais.

Quanto ao segundo aspecto, eu faço uma pergunta: como o Conselho vai encaminhar essa produção, tendo em vista a proibição? Estou questionando no caso de ser mantido o *status quo*. Vamos requisitar recursos para realizar estudos para subsidiar conferências estaduais. Vamos pensar no lado prático.

ANA LÍGIA - Para você ter uma idéia, na última Conferência Nacional, a produção de texto foi financiada pela UNICEF.

Se o Conselho deliberar, nós vamos buscar contribuições para expedir. Se o Conselho se negar a financiar, nós vamos atrás.

PRESIDENTE (Celcino de Carvalho Filho) - Na medida em que há uma supressão do item, como eu posso pedir ao Governo recursos para financiar um estudo se o Conselho está com a convocação cancelada? Alternativas são mais do que oportunas, porque se faz um encaminhamento. Não impedirá que o Conselho peça financiamento para estudos tais e tais para subsidiar as conferências estaduais. Só estou alertando aos prezados Conselheiros que em função dessa supressão legal pode haver uma conseqüência de não autorização. Precisamos encontrar alternativas para atingir aos objetivos.

É só uma questão de esclarecimento.

ANA LÍGIA GOMES - Ainda para ficar mais claro, é competência deste Conselho proceder a estudos, independente de ter ou não conferências. Há outras competências colocadas que podem justificar qualquer estudo.

PRESIDENTE (Celcino de Carvalho Filho) - Com a palavra o Conselheiro Vando.

VANDEVALDO NOGUEIRA - Eu me basearia no inciso V do art. 18: "Zelar pela efetivação do sistema descentralizado e participativo de Assistência Social".

Como a temática é nesse sentido, o Conselho, com base nisso aqui, pode fazer uma série de atividades para apoiar isso.

PRESIDENTE (Celecino de Carvalho Filho) - Conselheiro, acho que não me fiz entender.

Isso está claro para todos nós. Vamos fazer uma solicitação de recursos para financiar um estudo voltado para a conferência. É isso que estou falando. Uma coisa é fazer estudos para examinar a questão da descentralização. Isso é uma coisa. Outra coisa é fazer isso à luz da realização da 2ª Conferência.

ANOILDO FELISDÓRIO DOS SANTOS - Presidente, eu queria acrescentar a esse assunto o fato de estarmos tentando abrir alguma atividade específica sobre órgãos colegiados no orçamento. É exatamente para dar condições para os Conselhos desenvolverem cada vez mais essas ações de fiscalização. Se não está ainda na providência, podemos abrir essa ação. Ficaria até mais claro para sabermos se há recursos ou não, olhando o orçamento, ao invés de só perguntar ao ordenador, porque dificilmente ele terá.

PRESIDENTE (Celecino de Carvalho Filho) - Como o Conselho não é órgão gestor de recursos, até para uma passagem tem que pedir. É essa a preocupação. Estou mandando pela primeira vez um orçamento do CNAS e vamos lutar por sua aprovação, exatamente para que o Conselho saiba, no fim do ano, qual o recurso que terá disponível para o ano seguinte, ficando complementa tranqüilo para seguir com os seus trabalhos.

Eu falei quatro pontos, mas na realidade são três.

Posição do CNAS quanto ao prosseguimento das ações para reverter a medida provisória.

Estimular, participar e incentivar a participação do CNAS nas conferências estaduais.

Manter um evento nacional, na mesma data, para marcar posição. Se não conseguirmos reverter o processo, trazer para essa reunião ampliada os resultados das estaduais, para o Conselho não perder o processo que foi estabelecido desde o ano passado.

Estão claros os três pontos? Podemos votar em bloco?

Em relação ao item 1 - Posição do CNAS em defesa da manutenção da 2ª Conferência ainda este ano.

Quem estiver a favor se manifeste. (Pausa.)

A maioria é absolutamente favorável.

Segundo item: participar, estimular e incentivar a realização de conferências estaduais e municipais.

Quem estiver de acordo se manifeste. (Pausa.)

Maior ainda a participação.

Terceiro item: manter a data da conferência como um evento nacional, para divulgar, inclusive, os resultados das conferências estaduais.

Os que estiverem a favor se manifestem. (Pausa.)

Aprovados os três itens relativos ao prosseguimento das ações a respeito da 2ª Conferência.

Vamos agora à segunda parte.

Amanhã teremos uma reunião ampliada na qual vamos explicitar que o Conselho discutiu amplamente a questão da 2ª Conferência e todas as suas implicações e deliberou essas três questões. Aí, então, vem a sugestão da Conselheira Ana Lígia, para a qual eu peço que os Conselheiros se pronunciem. O CNAS colocar-se numa posição de coordenar o processo, tendo em vista a eficácia do trabalho que vai ser desenvolvido nos Estados e nos Municípios, ou seja, oferecer o temário que já foi discutido com todos os itens e a organização desse temário lá no Conselho, para que depois possamos reunir tudo isso em um documento que discutimos há pouco.

OS Conselheiros estão de acordo com relação a esse ponto, quer dizer, que o CNAS se ofereça junto aos representantes, na reunião ampliada, nessa linha de estimular as conferências estaduais e municipais para oferecer um temário? Já que não vamos poder trazer

delegados, por enquanto, que ofereçamos a nossa base de organização e ainda a possibilidade de realizar estudos, na linha de estimular a realização da conferência. Vamos ver, depois, quais os meios possíveis para realizar esse trabalho. Com isso, então, eles seriam orientados na organização de suas conferências.

Alguma objeção quanto a esse procedimento? (Pausa.)

Vejam, tomamos três decisões de manter a posição do Conselho na luta para reverter a medida provisória. Estimular, incentivar e participar das conferências estaduais e, se possível, das municipais. Manter a data do evento nacional, para apresentar os resultados das conferências estaduais. Oferecer aos Estados essa coordenação para manter a unidade das discussão e, com isso, ter um proveito mais eficaz em relação às conferências. Estamos claros? Alguma objeção?

Prosseguimos com a nossa pauta?

MARIA DE FÁTIMA DE AZEVEDO FERREIRA - Acho que agora já se pode resolver a questão da Lisete, ou seja, pedir uma audiência para a bancada governamental.

Amanhã, na reunião ampliada, podemos ver formas de como o pessoal poderá colaborar também nessa nossa decisão de continuar lutando pela conferência. Na 9ª Conferência de Saúde, eu lembro muito bem que foram as Conferências Estaduais que conseguiram a conquista da 9ª Conferência.

PRESIDENTE (Celecino de Carvalho Filho) - Mais alguma observação a respeito da 2ª Conferência ou da reunião ampliada de amanhã?

Podemos avançar mais um pouco na pauta ou deixamos para quinta-feira?

ANOILDO FELISDÓRIO DOS SANTOS - Eu queria pedir permissão do Conselho para me ausentar.

PRESIDENTE (Celecino de Carvalho Filho) - Vamos, então, discutir a pauta da reunião ampliada de amanhã. Os outros assuntos da nossa pauta serão tratados na quinta-feira.

PRESIDENTE (Vandevaldo Nogueira) - Eu gostaria que o Moroni ajudasse.

Eu quero ver qual a adaptação que temos que fazer para a pauta da reunião ampliada. Temos que discutir a adaptação a ser feita na pauta, já que o Conselho tinha decidido, em reunião anterior, que essa reunião ampliada aconteceria para discutir a Conferência ou discutir a não realização da Conferência.

A reunião está sendo convocada para o Espaço Cultural da Câmara dos Deputados, das 9 às 18 horas.

JOSÉ ANTÔNIO MORONI - A proposta da programação da reunião ampliada está no calhamaço que foi entregue para os Srs. Conselheiros.

A programação geral, constante da página 12, foi elaborada em virtude do lançamento da Conferência. Então, começaria no Espaço Cultural da Câmara dos Deputados. Foi mandado convite para todos os Deputados e Senadores para o lançamento da Conferência. Amanhã temos que ver como vamos fazer isso.

A previsão do credenciamento é das 8 às 8 horas 30 minutos. Por enquanto, há em torno de cinquenta confirmações só para a reunião ampliada, mas nunca foi uma prática a confirmação de presença.

Às 8 horas e 30 minutos está prevista a abertura da reunião ampliada.

Há uma outra proposta de coordenação de Mesa e também de participantes da Mesa. Isso, tendo a Conferência. Um dos objetivos da reunião ampliada seria discutir com os Conselhos e com os fóruns o temário da Conferência, e parece que isso seria mantido. Pensou-se no temário que foi aprovado pelo Conselho, sob a responsabilidade das Comissões. As Comissões apresentariam o enfoque desse temário.

Seria apresentado o regulamento das Conferências Estaduais, Municipais e Nacional, discutido e os critérios dos delegados. Parece-me que essa questão dos delegados, que tínhamos feito a questão proporcional à população. Esse cálculo está concluído, dando-nos, também, a relação de quantos Conselhos Municipais há nos Estados, com relação aos Municípios. Isso daria o percentual dos delegados. Então, haveria dois critérios. Esse trabalho

foi concluído, mas, continuando a medida provisória, vamos ter que esperar para daqui a dois anos.

Depois haveria discussões para orientação dos regimentos internos nas Conferências Estaduais e nas Municipais. Seria dentro de uma perspectiva de realização da Conferência Nacional, porque deve haver uma organicidade entre as três Conferências. É um ponto que temos que aprofundar hoje.

O outro ponto também está prejudicado porque seria a questão do lançamento da Conferência. Do material que foi enviado para os Conselhos, Fóruns, Secretarias constava o Regimento Interno e o Regulamento da 1ª Conferência e a proposta do temário, pedindo que os participantes da reunião ampliada já viessem com sugestões.

Esse material foi enviado com bastante antecedência, inclusive.

Quanto ao material a ser distribuído amanhã, estamos novamente tirando cópia do temário, da carta que foi encaminhada pela Presidência do CNAS, a manifestação da sociedade civil, além da ficha de inscrição e material que já é corriqueiro.

PRESIDENTE (Vandealdo Nogueira) - Está inscrita a Patrícia.

JOSÉ ANTÔNIO MORONI - Eu teria como sugestão que praticamente desconhecêssemos a programação geral e discutíssemos a organização da reunião de amanhã.

PRESIDENTE (Vandealdo Nogueira) - É claro que a pauta era proposta no sentido de que a Conferência seria realizada. Eu entendo que tem que haver uma mudança bastante grande no formato da reunião, sobretudo na parte da manhã.

Primeiro, deveríamos informar sobre a medida provisória. Eu não sei quem sabe dessa medida provisória. São poucas as pessoas que lêem *Diário Oficial* e não sei se o Conselho comunicou aos Conselhos e aos Fóruns da medida provisória.

Um segundo momento seria, em função da medida provisória, as decisões do CNAS. Essas decisões que tomamos aqui: lutar pela realização da Conferência, apoiar as

Conferências Estaduais e as Municipais e colocar-se à disposição para eventual coordenação desse processo de conferências em Estados e Municípios.

Eu acho que deveria ser aberta uma discussão para que as pessoas se posicionassem sobre os fatos, tanto da MP quanto das decisões do Conselho. Em se aceitando a proposta do Conselho, em dar coordenar e dar unidade ao processo, poder-se-ia passar ao ponto seguinte, que seria o temário. Aí teria que abrir a discussão.

Com a palavra a Conselheira Patrícia.

PATRÍCIA SOUZA DE MARCO - Concordo com a dinâmica proposta, em termos de ordem de pontos a serem abordados.

Logo após o informe da medida provisória e da decisão do CNAS, tem que abrir para o Plenário. Da mesma forma que fizemos as manifestações, as pessoas vão querer se manifestar.

Seria, então: informe sobre a medida provisória; informe sobre decisão do CNAS. Aí, abrimos a palavra para que o Plenário possa falar sobre a medida provisória e sobre as decisões do CNAS. A partir daí é que vai entrar a apresentação do temário. A apresentação do temário não é logo após as decisões do CNAS. Então, abre a palavra para o Plenário e depois vem a apresentação. É só incluir a abertura para o Plenário para depois apresentarmos o temário e abrir de novo para o Plenário. Então, tem duas vezes a palavra ao Plenário.

Informe sobre a medida provisória, um; informe sobre as decisões do CNAS, dois; abertura para o Plenário, três. Ele vai se posicionar quanto às indicações que fizemos. Eu acho que isso aqui vai levar a manhã inteira.

À tarde, aprovando que o Conselho seja o coordenador, vamos indicar as propostas que já avançamos. Seria o temário e alguns critérios para o que avançamos e já condições de ser aproveitado, independente de a Conferência não acontecer. Depois, abrimos novamente para o Plenário.

Basicamente, nós vamos...

MARIA DE FÁTIMA DE AZEVEDO FERREIRA - Eu tenho mais uma dado final: propostas. Eu não sei se seria na primeira ou no final. Acho que talvez seja no final, depois de todas as discussões. Poderíamos fechar com a discussão do Plenário sobre propostas políticas para manter a Conferência.

PATRÍCIA SOUZA DE MARCO - Acho que depois de cada plenário, as pessoas vão falando e os relatores já vão anotando as propostas. No final das falas, apresenta-se as propostas. Aí vai para o turno da tarde, com o temário, falação, os relatores vão anotando as propostas e fecham.

Sobre o detalhamento desse processo, de como o CNAS vai apoiar as conferências daqui para frente, ações que ele vai desenvolver, calendário, acho que vão surgir propostas na reunião ampliada e nós vamos ter que aperfeiçoar esse sistema de apoio, com uma organização interna nossa. Como vamos apoiar? Depois vamos ter que informar os Conselhos Estaduais e os Municipais sobre como estamos nos colocando à disposição, como isso se efetiva. Eles vão dar contribuições, que não vão se esgotar amanhã.

MARIA DE FÁTIMA DE AZEVEDO FERREIRA - Era exatamente sobre essa questão que a Patrícia levantou ao final que eu queria me manifestar.

A minha preocupação está sendo não só com a reunião ampliada de amanhã mas com o depois. Depois devemos manter a organização para manter esse processo articulado. Aí não seria uma comissão organizadora da 2ª Conferência, mas seria uma comissão organizadora da plenária ou da reunião ampliada.

Outra questão é que deixemos claro para eles, para não causar muita expectativa, que posteriormente todas as decisões tomadas pelo CNAS serão encaminhadas para que os Conselhos tomem ciência.

ANA LÍGIA - Acabando de acertar isso, a primeira parte da reunião seria como a Patrícia já sugeriu. Se as representações de Conselhos concordarem com a proposta do CNAS de se colocar como coordenador do processo de conferências Estaduais e Municipais, estou

entendendo - só para clarear - que retomamos os seguintes temas à tarde: discussão do regimento interno e do regulamento. Não seria sobre a 2ª Conferência, mas sobre algumas questões relativas a esse assunto para contribuirmos e oportunizarmos a discussão coletiva. É a oportunidade de o pessoal se encontrar e até mostrar experiências com relação a regulamento e regimento.

Uma outra temática que se poderia manter, mas não com a mesma densidade, é a definição dos critérios de escolha de delegados. As conferências estaduais e as municipais também são deliberativas e podemos propor a discussão sobre esse critério casado, onde se considera população e existência de Conselho Municipal para a conferência estadual. É uma proposta que pensamos e podemos falar sobre isso. Eles poderão se inscrever para falar sobre a validade disso ou das experiências que eles têm.

Há três subtemas com relação ao processo das conferências estaduais: critérios de escolha de delegados, regimento e regulamento e a temática que poderia, inclusive, permanecer um pouco como a que aqui está, diminuindo o tempo mas apresentando a proposta.

Peço que eu seja retirada da Coordenação desse negócio de critério de escolha de delegados. Eu não sou a pessoa mais adequada. Tenho dificuldade em entender critério casado. A pessoa que for coordenar tem que ter clareza quanto ao critério. Eu não gostaria de expor, porque posso me confundir.

Eu poderia secretariar a Mesa, mas gostaria de sair da coordenação dessa Mesa.

PRESIDENTE (Celecino de Carvalho Filho) - Quem propôs o critério casado?

ANA LÍGIA GOMES - Foi o CNAS.

PRESIDENTE (Celecino de Carvalho Filho) - Eu gostaria que me explicassem, para eu poder reproduzir. Eu gostaria de conhecer o critério que foi estabelecido, pois, se algum Conselheiro não se candidatar, o Presidente fará essa explicação, deixando claro que é para a representação dos Estados obviamente.

ANA LÍGIA GOMES - Perfeito.

Em sendo aprovada essa questão da coordenação pelo CNAS, eu gostaria de expor uma discussão que a Comissão de Normas realizou. Como coordenadora da Comissão, tenho que levantar as discussões que os colegas da Comissão colocaram.

Quanto eu me reportar a essa temática, rapidamente vou me reportar ao que temos feito na Comissão de Normas e pedir que essa temática seja incluída no sentido de apresentar subsídios ao CNAS. Tivemos uma longa discussão na Comissão Organizadora e, depois, na Comissão de Normas, sobre a efetiva clareza dessa questão. Houve uma discussão polêmica. Então, só para proteger um pouco estou anunciando o que vamos colocar.

Efetivamente, com relação a essa temática, a Comissão de Normas ainda está construindo a clareza do rumo que se quer. Todos sabem que é uma discussão polêmica e que expõe o CNAS. Não que o CNAS tenha responsabilidade sobre as coisas que ele não conseguiu mudar até hoje. Com esse cuidado e com essa preocupação, estou dizendo com toda a clareza que eu vou lá - é mais um cuidado -, em nome da Comissão, expor todos os esforços que a Comissão tem feito. Estou entendendo que vamos pedir às conferências estaduais e municipais que discutam o assunto para subsidiar o trabalho que o CNAS tem feito. Então, esse é o motivo. É uma discussão muito polêmica, e todas as vezes que vem à mesa alguém pega o microfone e pergunta “como vai o meu processo?”.

Então, eu tenho o cuidado de dizer que é uma discussão que expõe o CNAS por não ter mudado a legislação até hoje, que é uma construção de projeto de lei ou sei lá o quê. É só para ficar acertado, porque, de repente, pode surgir alguma polêmica.

PRESIDENTE (Celcino de Carvalho Filho) - Pelo que vi, estabeleceu-se uma programação para o período da manhã. Estou entendendo que, se não for necessário todo o período da manhã para discutir essa primeira parte, há possibilidade de se acrescentar algum item da parte da tarde.

PATRÍCIA SOUZA DE MARCO - É uma questão de encaminhamento.

Está posto que as coordenações das Comissões é que irão explicar os vários itens da proposta para a época de conferências. Está proposto que eu explique alguns itens. Eu não pude participar das reuniões do CNAS por um bom tempo e não me sinto em condições de explicar, porque não participei do processo de construção da discussão, da lógica e dos subtemas. Teríamos que ver quem iria estar abrindo esse debate.

Na programação está proposto que os coordenadores de Comissão farão comentários. Nos temos relativos à política de Assistência, há previsão de que eu faça a explanação sobre três itens.

Eu não participei do processo e fica complicado eu explicar uma questão que eu não construí com as pessoas. As pessoas vão querer maiores explicações e eu não tive nem condições de ler com cuidado.

Eu posso ajudar, é claro.

ANA LÍGIA GOMES - Eu acho que ajudaria mais pegar a temática da conferência do jeito que está do que colocar da forma como aqui está. A temática da conferência, tirando financiamento e a parte da Comissão de Normas, é Comissão de Política. Se houvesse sistemas, até poderíamos dividir. Por exemplo, se continuar assim e o Celecino for falar um pouco sobre a avaliação do sistema descentralizado e participativo, que é geral, ele já pode falar um pouco a respeito. É por isso que desse jeito aqui está complicado. Tirando financiamento e normas, o resto da conferência relaciona-se com a Comissão de Política. Do jeito que está não se enxerga, porque os subtemas não estão aqui. Em certo sentido, você teria condições de falar sobre alguns subtemas, mas como não estão escritos aqui, não estamos vendo.

ANA MARIA LIMA BARBOSA - Eu estava presente no dia dessa discussão, juntamente com a Mariazinha e a Marlova, e a idéia original era que haveria um palestrante, uma pessoa de fora. Surgiu uma proposta de que seria importante que as próprias pessoas do Conselho falassem. Eu também acho que está complicado falar da forma como está, porque não há subtemas, mas eu também não teria condições de falar na reunião de amanhã.

É bom revermos a forma como vamos participar, porque a Patrícia realmente estava afastada e nós não conversamos. Eu até pensei que haveria um contato maior com as pessoas que iriam falar. Eu não sei como foi esse contato anterior.

PRESIDENTE (Celecino de Carvalho Filho) - Não temos um problema, então.

A Presidência, evidentemente, chamará a atenção para alguns aspectos gerais, mas eu entendi que haveria uma programação para dar consequência a essa abordagem inicial. Senão, vamos rever como faremos, para o Conselho não ficar exposto. Se não tivermos condições de detalhar o que se pensou e qual o encaminhamento, vai ficar muito ruim para o Conselho.

A idéia é que cada coordenação explique, na sua ótica, qual a abordagem que se quer dar.

Precisamos de luzes.

JOSÉ ANTÔNIO MORONI - Os grandes temas propostos para a conferência foram distribuídos conforme as competências das Comissões. Foram, então, encaminhados às Comissões, para que elas detalhassem subtemas. Na verdade, a Comissão de Política ficou com uma atribuição maior, porque ela abrange mais itens.

ANA MARIA LIMA BARBOSA - Nós não nos reunimos para tratar especificamente desse assunto.

JOSÉ ANTÔNIO MORONI - Eu sei que a Coordenação de Normas tinha marcado com a divisão para detalhar um pouco. Não sei se a de financiamento também fez.

MARIA DE FÁTIMA DE AZEVEDO FERREIRA - Nós tentamos detalhar um pouco.

JOSÉ ANTÔNIO MORONI - Ficou complicado o encaminhamento a nível da Comissão de Política, porque a Comissão de Política está em um momento de transição e não se reuniu mais.

Não sei se seria o caso de ler a proposta. É uma questão mais interna da Comissão de Política.

EDUARDO LUIZ BARROS BARBOSA - Moroni, eu acho que a Comissão pode se reunir com vocês e discute, assim como nós fizemos. Havia um documento prévio, a Comissão leu esse documento, e nós pontuamos o que é importante ser apresentado pela nossa coordenadora.

JOSÉ ANTÔNIO MORONI - É uma fala rápida, são cinco minutos.

Dentro da avaliação de proteção de cobertura, seria importante as conferências abordarem as questões tais, tais e tais. Pronto.

PATRÍCIA SOUZA DE MARCO - Como vai ser o encaminhamento?

Se sou eu que vou falar ou algum outro membro da Comissão, vamos ter que discutir com a Coordenação esse documento que foi feito. De fato, não existe nada pronto para apresentar. Foi produzido um material, mas quem vai apresentar não tem intimidade com o que foi produzido. Como vamos fazer?

JOSÉ ANTÔNIO MORONI - Esse material é só um roteiro.

PATRÍCIA SOUZA DE MARCO - Então, podemos nos encontrar amanhã, na hora do almoço?

JOSÉ ANTÔNIO MORONI - Sim.

PATRÍCIA SOUZA DE MARCO - Então, ao meio dia nós nos encontramos.

PRESIDENTE (Celecino de Carvalho Filho) - E se a apresentação for na parte da manhã?

PATRÍCIA SOUZA DE MARCO - Nós deixamos para o final.

PRESIDENTE (Celecino de Carvalho Filho) - É uma alternativa.

Há mais alguma coisa para amanhã?

Nós temos que nos precaver, porque a agenda pode ter um outro encaminhamento - e sempre tem. Pode ser postergada, com também pode ser antecipada. Não podemos dizer que só vamos discutir à tarde porque não chegamos a um acordo. O ideal seria que começasse pela política, porque ela dá o norte.

JOSÉ ANTÔNIO MORONI - Na parte da manhã, além de colocar as questões a respeito da medida provisória e dos encaminhamentos do CNAS, acho que também seria importante os Estados colocarem como estão os encaminhamentos das conferências estaduais. Em muitos Estados já está em andamento o processo. Seria importante termos esse retorno também. Nesse momento da manhã, os Estados, os Municípios e os Fóruns poderia relatar como está o encaminhamento das conferências, até para termos subsídios e pensamos como vamos dar apoio.

PRESIDENTE (Celecino de Carvalho Filho) - Poderíamos encerrar a reunião, já que o roteiro está encaminhado, para "afinarmos a viola", como se diz em Minas Gerais, para que o Conselho possa ter uma posição razoável em termos de apresentação. Já há um roteiro, uma agenda estabelecido. Só falta darmos o tom de como vamos fazer a abordagem, para não parecer que estamos completamente descontraídos. Se a discussão política em torno da medida provisória tomar toda a parte da manhã, temos um fôlego a mais para o início da tarde. Caso contrário, ainda pela manhã, começamos o processo de discussão.

Está bem assim? Podemos, então, encerrar a reunião? (Pausa.)

A reunião de amanhã está marcada para às 8 horas e 30 minutos, no Espaço Cultural da Câmara dos Deputados.

Está encerrada a reunião.

* * *

PRESIDENTE (Celecino Carvalho Filho) - Bom-dia. Vamos dar início à nossa reunião.

Em primeiro lugar agradeço a todos pela vinda, mais uma vez, às nossas reuniões ampliadas, lembrando aos ilustres convidados que o CNAS tem se esforçado, no seu limite, para a realização destas reuniões ampliadas, com o compromisso de torná-las mais públicas, mais abrangentes, democratizando, portanto, os seus encaminhamentos e as suas decisões. O compromisso do CNAS é de manter esse tipo de reunião, porque aproxima mais os nossos parceiros estaduais, municipais, sejam eles de conselho ou de órgãos gestores. Isso é muito importante. Dessa forma, o Conselho cumprimenta todos os presentes, por esse esforço, e que participemos juntos desse processo.

Eu devo começar anunciando aqui na Mesa a presença do Vice-Presidente, Vandevaldo, da Conselheira Maria José Barroso e do Conselheiro Padre Virgílio. Os dois últimos irão sistematizar as nossas discussões hoje pela manhã.

Está aqui também o nosso Secretário-Executivo, José Moroni, para colaborar com algum esclarecimento técnico a respeito do que vamos tratar na nossa reunião de hoje.

Devo registrar que estão presentes quase todos os nossos Conselheiros, Secretários de Estado, que muito nos honram com sua presença, e alguns Deputados Federais, que logo serão anunciados um a um.

Desde já o nosso pronto agradecimento, pela presença, pelo prestígio à nossa reunião.

Como os senhores sabem, esta reunião foi marcada dentro do conjunto de reuniões ampliadas e tem como objetivo específico o lançamento da 2ª Conferência Nacional de Assistência Social. Também comunicamos aos senhores, antecipadamente, da notícia que foi dada na última reunião ordinária do Conselho, pelo Ministro da Previdência, no sentido da posição do Governo de ser contrário à essa conferência e que, até a próxima reunião, haveria uma definição.

Infelizmente essa notícia se confirmou na semana passada, na quarta-feira, com a edição da medida provisória suspendendo, cancelando, a realização de Conferência Nacional

de Assistência Social a cada 2 anos, passando para de 4 em 4 anos. Esta, portanto, é uma alteração legal, que saiu na quarta-feira passada.

O Conselho Nacional reuniu-se na tarde de ontem, para discutir essa medida do Governo, e traz aqui, para os senhores, as decisões que foram tomadas a esse respeito. O Conselho tem uma posição clara de colaboração, de apoio e de estímulo a que as conferências estaduais e as municipais se realizem, até porque, obviamente, essa medida provisória não alcança os níveis estaduais e municipais.

Em função disso o Conselho tomou algumas decisões ontem. A primeira delas é lutar pela alteração, pela modificação da medida provisória que suspende a realização das conferências de 2 em 2 anos. Nesse sentido, já está marcado para hoje, ao meio-dia - foi noticiado ontem no Conselho e é para vocês saberem que o Conselho está atuando -, um encontro da bancada da sociedade civil e vários parlamentares com o Sr. Ministro da Casa Civil, no sentido de tentar reverter essa medida provisória.

A primeira decisão do Conselho foi de lutar para suspender os efeitos, para cancelar essa medida provisória, no que diz respeito à dilatação do prazo da Conferência, que passou para 4 anos.

A segunda decisão, ainda mantida a medida provisória, foi no sentido de estimular as conferências estaduais e municipais, apoiando-as para que elas sejam realizadas, e, inclusive, participando das estaduais, e se possível, das municipais. Essa foi a segunda decisão de ontem em relação à medida provisória.

A terceira decisão foi manter a data do final do ano que estava prevista para a realização da 2ª Conferência, para que se realize uma reunião ampliada, certamente mais ampliada, e sejam divulgadas as conclusões das conferências municipais.

A intenção do CNAS é que, primeiro, se realizem essas conferências estaduais e as municipais. Quanto às estaduais, o próprio CNAS se encarregaria de consolidar suas decisões, suas deliberações, num documento que seria, então, apresentado neste evento, cuja data será a que estava prevista para a 2ª Conferência, ou seja, na primeira semana de dezembro deste ano. Então estas foram as três decisões básicas do Conselho, tomadas ontem, em

relação à medida provisória que dilata o prazo de realização das conferências. Sobre este assunto nós gostaríamos de discutir e ouvir as ponderações e sugestões dos presentes à reunião.

Um outro ponto que o Conselho também decidiu ontem foi se oferecer - o CNAS se oferece aos Estados e Municípios -, para coordenar a realização destas conferências. Por quê? O Conselho Nacional tem uma preocupação muito grande em uniformizar essas discussões, dar unicidade as discussões ligadas às conferências. O Conselho se oferece, e é uma oferta que vamos discutir agora.

Podemos definir alguns procedimentos para que as conferências municipais e as estaduais se realizem dentro de uma ótica, como se a nacional fosse acontecer, e isso resulte em proveito para toda a sociedade brasileira.

Na medida em que o Conselho oferece sugestão de normas, de procedimento, de temário para essas conferências, só fica faltando, por força de uma ato legal, a realização da conferência nacional.

A idéia do CNAS é que, mesmo com essa alteração de competência, não podemos deixar que as conferências municipais deixem de se realizar, e muito menos as estaduais. E, mais do que isso, o CNAS está se oferecendo para coordenar, definir temários, junto com os senhores, obviamente, para que possamos ter um resultado comum ao final.

A nossa preocupação, e por isso falei em sugestão, é no sentido de que não haja uma convergência de temas, de procedimentos e de deliberações, se cada conferência tratar de um caso específico. Daí a idéia de o CNAS se oferecer para coordenar a realização dessas conferências estaduais e municipais.

A parte da manhã dedicaremos, em princípio, à discussão dos efeitos da medida provisória e às decisões que o Conselho tomou ontem.

Na parte da tarde, se os prezados presentes concordarem com essa oferta de coordenação das conferências estaduais, vamos discutir com detalhes a questão do temário e outras questões ligadas às conferências.

O Conselho Nacional está impossibilitado, por essa decisão, de realizar a conferência nacional.

Estamos lutando para reverter essa decisão que foi tomada a nossa revelia, obviamente, embora tenha sido comunicada previamente. Mas, dentro de nosso espaço de possibilidade, queremos colaborar, intensivamente, para a realização das conferências municipais e estaduais, e a melhor forma que o CNAS encontrou para tornar isso, absolutamente, factível, foi se oferecer para coordenar.

Há uma proposta clara de temário e, tendo em vista a realização da segunda conferência, queremos aproveitar isso para conversar com os senhores e dizer: estamos oferecendo o seguinte tema, com os seguintes itens. Vamos discutir? A reunião ampliada tem esse objetivo. No caso da manutenção da 2ª Conferência, se houver possibilidade, não poderemos perdê-la.

Os Estados e Municípios podem perfeitamente realizar, e devem realizar, as suas conferências. O CNAS, no limite de suas possibilidades, está se oferecendo para coordenar o processo, ou seja, como se a 2ª Conferência fosse acontecer.

Dado o esforço que estamos empreendendo para reverter essa decisão, se for revertida, o processo caminhará naturalmente, porque, desde novembro, quando o CNAS decidiu pela realização da conferência em 1997, todos os procedimentos vêm sendo tomados nesse sentido: a comissão organizadora, com os procedimentos todos estabelecidos; os comunicados todos previstos; toda a organização está sendo montada e andando como se a conferência fosse acontecer.

Na última quarta-feira tivemos a medida provisória. Então, o Conselho está impossibilitado de convocar a 2ª Conferência. Temos uma impossibilidade legal, mas estamos lutando para reverter essa decisão. Em não conseguindo, ainda assim o CNAS se oferece para coordenar o processo da realização das conferências estaduais. O objetivo é muito claro, o CNAS quer estar presente nessas discussões e, mais do que isso, colaborar para que haja unidade nas discussões e encaminhamento dessas conferências.

Como eu disse, a nossa terceira decisão, ontem, foi de manter a própria data, início de dezembro, de realização da conferência nacional, quando faríamos uma reunião ampliada e levaríamos as decisões consolidadas.

O Conselho se encarregaria de pegar os resultados de cada conferência estadual e consolidá-los em um documento, para distribuir e discutir este documento, nesta reunião que aconteceria em dezembro.

Então, estes são, objetivamente, os pontos que nós discutimos ontem em reunião, e decidimos trazê-los, para as considerações dos presentes, para que possamos discutir se há outras alternativas de encaminhamento e o esforço pode ser empreendido por cada um de nós, nas esferas municipal e estadual, além da federal, para que possamos reverter este processo.

Se não conseguirmos reverter o processo, está estabelecida uma proposta do CNAS no sentido de que a essência da questão não seja colocada de lado. Pelo contrário, vamos insistir em colaborar para que as conferências municipais aconteçam, as estaduais aconteçam e, mais do que isso, com a coordenação do CNAS, para que possamos ter um resultado proveitoso e consolidado de toda essa discussão a nível nacional.

Nós temos uma compreensão muito clara de que há um avanço razoável no processo de descentralização e isso não pode ser perdido. A forma mais importante de avaliar este processo é a manutenção das conferências municipais e estaduais, para que possamos ter uma compreensão exata do que está acontecendo.

Toda luta do CNAS, a formação de uma rede de gestores municipais e estaduais, é no sentido de insistir no cumprimento de um princípio constitucional, de uma determinação constitucional, que é a determinação da descentralização, e essa tem que ser feita, obviamente, em parceria.

Há enorme resistência, de toda ordem, em relação a esse processo. O que se pretende é avaliá-lo serenamente e buscar caminhos, voltados ao que não se fez, em relação ao que foi decidido na 1ª conferência. O que está faltando resolver, o que não está sendo compreendido, precisa ser resgatado, até para que o próprio CNAS busque este caminho, na luta da implementação do processo de descentralização.

Esta questão toda está absolutamente latente, o Conselho tem percorrido o País inteiro, tem participado de vários eventos e tem insistido nesta luta. O Conselho acredita piamente nisto, tem se esforçado nesse sentido e, apesar de todas as dificuldades, entende e continua

entendendo que o processo de descentralização é irreversível. Se está precisando de alguns ajustes, vamos discutir, mas é fundamental para avançarmos no processo de democratização do País.

Como eu disse, nesta parte inicial queríamos abrir o debate com os senhores sobre o efeito da medida provisória, decisões do Conselho e sugestões que poderíamos agregar, ainda, às nossas considerações já realizadas.

No início da tarde faríamos um debate sobre o temário propriamente dito, na linha de oferta que o Conselho está fazendo, no sentido de coordenar a realização das conferências estaduais e municipais.

Eu pergunto à Mesa se alguém quer fazer algum esclarecimento antes que se passe a palavra ao auditório.

VANDEVALDO NOGUEIRA - Eu só gostaria de esclarecer que, antes de sair a medida provisória, a sociedade civil esteve junto com parlamentares, em audiência com o Ministro e pediu sua ponderação. A sociedade civil esteve, algumas vezes, no Congresso Nacional, fazendo contato com parlamentares de todos os partidos, de todas as bancadas, no sentido, também, de forma antecipada, de impedir a edição da medida provisória.

Vários fax e telegramas chegaram às mesas dos Ministros da Previdência e da Casa Civil e alguns eventos nacionais ocorreram em Brasília e em outros lugares em defesa da conferência. Entre eles, a Conferência Nacional da Terra, do Trabalho e da Cidadania fez uma manifestação em favor da conferência, pela realização da conferência, apoiando o Conselho Nacional.

O Congresso dos Municípios Brasileiros, realizado em princípios de abril, com a participação de mais de 2.000 Municípios, também se manifestou pela realização da conferência nacional.

Enfim, fizemos uma série de contatos e de pressões e, ainda assim, não conseguimos sensibilizar o Governo para que a conferência fosse realizada, conforme havia sido decidido pelo Conselho Nacional.

Enviamos também fax a todos os Conselhos e a todos os Fóruns, pedindo suas interferências. Continuamos mantendo essa vontade de convencer o Governo, de sensibilizá-lo, mostrando que essa medida provisória interfere na competência do Conselho, o que não é bom, do ponto de vista do avanço da democracia; que não é bom, no sentido de valorizar essa instância paritária, que democratiza o Estado dá mais responsabilidade, ainda, à sociedade.

Quero também dizer que esta audiência que vamos ter hoje com o Ministro Clóvis Carvalho não é apenas da sociedade civil: também irão representantes dos Estados, dos Municípios e vários parlamentares federais.

PRESIDENTE (Celecino de Carvalho Filho) - Feitos os esclarecimentos, passamos a palavra ao auditório para que possamos trocar idéias sobre o que aqui falamos.

Vamos começar?

Estão ainda sob o impacto do comunicado? Vamos sacudir a poeira e começar a ver que caminho seguimos.

Pediria que usassem o microfone e se identificassem porque estamos gravando a reunião. Solicitaria que dessem o nome, o órgão que representam e o seu Estado.

FABIANA MARIA DAS GRAÇAS - Gostaria de cumprimentar a Mesa e o CNAS na pessoa de seu presidente, Dr. Celecino.

Sou Vice-Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social do Mato Grosso do Sul.

Gostaria de sugerir o seguinte: já que temos a intenção de dar continuidade ao processo das conferências, principalmente das conferências municipais e estaduais, que pudéssemos estar nos reunindo para discutir esse temário, em conjunto; imediatamente, porque não teremos tempo para discuti-lo em outro momento, e seguir, normalmente, os procedimentos das conferências estaduais e municipais. Essa é a primeira consideração.

A segunda consideração é que acho muito importante que o CNAS continue lutando, pela questão da derrubada da medida provisória.

ANA MARIA WARKEN DO VALE PEREIRA - Bom-dia a todos. Sou do Estado de Santa Catarina, Vice-Presidente do Conselho Estadual e represento a Secretaria do Estado do Desenvolvimento Social e da Família no Conselho.

O nosso Conselho já fez uma discussão prévia sobre esse assunto e o nosso posicionamento é pela manutenção das conferências, no nosso caso, das municipais, regionais e da conferência estadual, no sentido de que o temário contemple principalmente a avaliação do processo de descentralização da Assistência Social. Esse é o ponto que o Conselho julga de maior importância neste momento para que possamos utilizar destes mecanismos das conferências, destes encontros, destas reuniões, para avaliarmos o processo que já desencadeamos e que está encontrando algumas dificuldades para ser concretizado.

A posição do Estado é no sentido que mantenhamos a realização dessas conferências, mesmo que não haja a conferência nacional.

Julgamos que essa deliberação do CNAS foi muito boa: a possibilidade de realizar o evento, sem ferir a medida provisória, e propiciar uma troca de avaliações e de discussões a respeito do assunto.

O posicionamento do nosso Estado é este: pela manutenção das conferências municipais, regionais, que nós já estamos incentivando no Estado, e da conferência estadual.

MÍRIAM L. GÍGLIO NEVES DA SILVA - Bom-dia.

Eu sou do Rio Grande do Sul, e represento a Secretaria do Estado. Embora seja também da mesa diretora do Conselho, não vim com essa delegação.

A avaliação que nós fazemos, enquanto Estado, é que o processo da descentralização está se dando de uma maneira muito desigual em termos de Brasil.

Particularmente no Rio Grande do Sul avaliamos que ele deixa muito a desejar e ainda temos muito que avançar no processo de descentralização.

Em termos de Estado, interessa-nos realmente avançar nesse processo e discuti-lo.

A única coisa que não concordamos com a posição que o CNAS adota nos Estados é a conotação de conferência, porque me parece que a conferência só tem sentido e

peso político, quando se dá como tal, onde há delegação de responsabilidades, escolha de delegados para que haja realmente deliberações.

A nossa posição seria de fazer, realmente, reuniões de avaliação, mas não com a conotação de conferência, até porque ficaria meio frustrada, no sentido de não ter essa consolidação, em termos de uma conferência nacional. Mas enquanto processo, enquanto mobilização, é fundamental que se faça alguma coisa.

JOÃO FASSARELA - Eu gostaria de fazer uma reflexão sobre o que significa o País, a cada momento, se ver atingido por medidas provisórias que, de uma hora para outra, modificam decisões anteriormente tomadas.

Assistimos há alguns dias uma medida provisória tentando, pela via torta de um poder excessivo do Poder Executivo, contornar uma decisão do Supremo, sobre o aumento de 28% do funcionalismo público do Poder Executivo.

Agora temos essa medida provisória que já está sendo reeditada pela trigésima vez, passando por cima de uma vontade da sociedade civil, passando por cima de um conceito de paridade.

Quanto às decisões das questões relativas à Assistência Social, o Executivo, através de uma medida provisória, assume para si uma decisão que, pelo próprio contexto da Lei Orgânica da Assistência Social, deveria ser compartilhada pela sociedade civil.

Há notícia de que, possivelmente, a audiência prevista para o meio-dia, tenha sido cancelada. Foi a notícia que aqui chegou.

Acho que estamos vivendo um momento extremamente preocupante, não só para essa conferência, mas para o Estado de direito em nosso País.

O Poder Executivo está concentrando, em suas mãos, poderes excessivos. Acho que estamos num limiar muito tênue entre um regime democrático e um regime aparentemente democrático mas efetivamente autoritário.

É bom salientar aqui que o Congresso Nacional, em sua maioria, coloca-se omissos diante disso.

Essa medida provisória é a trigésima, acho que a da desestatização está em sua quadragésima sétima reedição. A cada edição há uma modificação acrescentando coisas, de acordo com as conveniências do momento. Se isso ocorre, ocorre porque o Congresso Nacional também não toma a medida correta, que é limitar o Poder Executivo de editar medidas provisórias sobre assuntos que não são urgentes, assuntos que não são extremamente relevantes, de forma que não pudessem esperar uma deliberação do Congresso Nacional ou a audiência da sociedade civil.

Acho que o Congresso Nacional também tem uma parcela de responsabilidade nisso, porque caberia a ele limitar o poder de edição das medidas provisórias; caberia a ele, também, ser mais ágil na sua apreciação, para evitar que uma medida provisória durasse 1 ano, 2 anos. Isto já não é mais provisório, já passa a ser uma maneira permanente, constante, a todo o momento, de se governar este País.

Acho que é isso o que hoje atinge a área de Assistência Social, o Conselho Nacional de Assistência Social, e que está atingido o País como um todo ao longo desses últimos anos: atinge o processo de privatização, atinge os direitos do funcionalismo público, agride o Judiciário, torna mesquinho, com o seu consentimento, o Congresso Nacional.

É contra todo esse estado de coisas que este Conselho deve se posicionar.

De nossa parte, nós nos empenharemos nessa questão, mas acho que é uma luta mais ampla, um contexto mais amplo que coloca em risco e acaba inibindo a participação da sociedade civil no processo da conferência e o direito de cidadania de participação, de funcionamento do Congresso e do Judiciário em nosso País. Isso é extremamente perigoso para as liberdades democráticas e para o exercício da cidadania em nosso País.

PRESIDENTE (Celcino de Carvalho Filho) - Antes de passar a palavra ao Orlando, queria registrar a presença do ilustre Deputado que acabou de falar, João Fassarela. Registro também, a presença do Deputado Nelson Marquesan, que esteve aqui, do Deputado Miguel Rosseto, do Deputado Pedro Wilson e do nosso Deputado Eduardo Barbosa, representante do Conselho que é também o presidente do FONSEAS, aqui presente. Está aqui, também, o Deputado Valdomiro Fioravante.

Passo a palavra ao Orlando.

ORLANDO THOMÉ CORDEIRO - Bom-dia, Mesa; bom-dia, Plenário.

Sou representante do Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social do Rio de Janeiro, Marco Maranhão. Também sou Conselheiro do Conselho Estadual, recém-implantado no Rio de Janeiro, depois de 2 anos de paralisação da Secretaria de Estado, infelizmente, no nosso governo. Nós conseguimos, no final do ano, implantar, fazer eleição de membros da sociedade civil, e já estamos com um Conselho em fase de discussão e aprovação de seu regimento interno.

Já tivemos uma deliberação anterior à publicação da medida provisória, que vou passar a ler, com a deliberação unânime do Conselho.

“O Conselho Estadual de Assistência Social do Rio de Janeiro delibera pelo cumprimento do calendário de conferências de assistência social.

Consideramos que o pouco tempo de implantação da LOAS e dos próprios Conselhos reforça a necessidade de realização das conferências no presente ano como *locus* privilegiado para que seja realizado o balanço do trabalho, bem como os ajustes necessários para que as políticas públicas da Assistência Social cumpram os objetivos já definidos em legislação.”

Essa posição foi aprovada, como já disse, unanimemente, pelo Conselho Estadual, e a posição da nossa Secretaria, que eu também aqui represento, é muito clara nesse sentido. Estamos absolutamente comprometidos com a perspectiva de uma assistência social moderna, não assistencialista, não baseada, exclusivamente, na filantropia e na benemerência, mas em uma ação social que tenha por base uma ação de políticas públicas do Estado em parceria com a sociedade.

Nada mais correto e adequado neste ano, dois anos após a realização da conferência anterior, e quatro anos, após a implantação da LOAS, que realizemos todo esse processo de conferências para discutirmos as ações, fazermos os balanços e, também, neste processo moderno de parceria entre sociedade civil e governo, buscarmos as soluções conjuntamente, para o problema, que é absolutamente dramático, da situação social do nosso País.

Consideramos que essa medida provisória não corresponde aos anseios da sociedade civil e de boa parte dos governos estaduais. Em função disso, não somente o Conselho, mas a própria Secretaria de Estado, já manifestou a posição de convocar a conferência estadual e as conferências municipais. Nós vamos estimular que elas se realizem em nosso Estado.

Vamos fazer força para que, se não a nível de Executivo, modificando ou retirando a medida provisória, mas a nível de Legislativo Federal, consigamos interferir para que essa medida seja votada, e efetivamente, modificada, restaurando o previsto na legislação atualmente em vigor.

PRESIDENTE (Celcino de Carvalho Filho) - Registramos também a presença do ilustre Deputado Eduardo Jorge, de São Paulo.

ESTELA MARES - Sou Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Porto Alegre.

Eu queria fazer duas colocações.

Primeiro, quanto à medida provisória, quero deixar o registro que é mais um golpe contra a possibilidade de organização da sociedade.

A nossa posição tem que ser um pouco mais drástica, no sentido de garantir algumas coisas. Proponho que seja ampliada essa comissão de negociação, chamando mais representantes de Estados e que se forme uma comissão permanente de negociação, que se encarregue de fazer uma discussão, conversando com parlamentares, com entidades, chamando a sociedade toda para essa discussão e para a formação de um movimento contra essa medida provisória.

Discordando do que a Míriam disse, acho que temos que manter, tanto a nível municipal como estadual, o caráter de conferência, para que as pessoas possam se responsabilizar e, nesse processo de conferência, ficar bem conscientes do que está acontecendo. O fato de manter o caráter de conferência, com delegados participando, não é aumentar a frustração, é manter o que já foi garantido, o que nós conquistamos até agora. Se

perdermos o caráter de conferência estaremos abrindo mão de mais alguma coisa fora o que já nos está sendo tirado. Não podemos abrir mão disso.

Quanto à proposta do CNAS de coordenação das conferências, acho válida, mas talvez pudesse ser uma proposta de co-coordenação. O CNAS estaria presente na conferência no sentido da articulação e da garantia à temática ampla, mas que seja uma co-coordenação para que nas respectivas instâncias sejam garantidos os eixos específicos à nível municipal, estadual, e das regiões mesmo.

MARIA DO CARMO - Bom-dia.

Eu represento o Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais, do qual estou como Presidente.

Nós não tivemos oportunidade de discutir a medida provisória porque tomamos conhecimento dela em um momento posterior à nossa última reunião plenária. Nessa plenária, discutimos a realização das conferências e a posição do Conselho foi unânime pela realização das conferências municipais e estaduais.

Tivemos oportunidade de realizar, na semana passada, um encontro dos gestores municipais de Assistência Social, onde tivemos a presença, de aproximadamente 350 Municípios, dos 853 que o Estado hoje têm.

Nesse encontro de gestores também foi tirada a posição pela realização das conferências e entendemos que devemos realizá-las regionalmente, tendo em vista a dimensão do Estado.

Então, consideramos na reunião do Conselho Estadual, que o tema da descentralização da Assistência deverá ser prioritário na conferência.

No nosso Estado, esse processo tem dificuldades - eu acredito que mais acentuadas do que nos demais -, tendo em vista o número excessivo de Municípios.

Nós somos pela realização da conferência e, do ponto de vista do Estado, o nosso Secretário, Deputado Eduardo Barbosa, já se manifestou favoravelmente à realização da conferência.

PEDRO WILSON - Bom-dia.

Sou presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara e venho aqui trazer minha solidariedade a vocês.

A conferência é o processo democrático. Quem nega a conferência, nega o interesse em democratizar o País e tornar mais transparente a ação do poder público.

Eu quero, nesta ocasião, convidar os Conselhos Estaduais e os Municipais, o Conselho Nacional e os membros da conferência para participarem, nos dias 12 e 13, da nossa Conferência Nacional dos Direitos Humanos, que será realizada aqui na Câmara, quando vamos avaliar o Plano Nacional de Direitos Humanos do Governo.

Um dos pontos debatidos ontem na Comissão de Direitos Humanos foi a situação dramática do índio Galdino e o que disserem os acusados: pensavam que não era um índio, mas um mendigo. Essa situação refletiu, para muitos Deputados de diferentes partidos, como está falida a idéia central de assistência social, de políticas públicas para atender à população brasileira. Volta e meia nós recebemos notícias dessas pessoas descartáveis, marginalizadas, que só aparecem no noticiário quando a mídia as coloca em ponto alto.

Então, eu gostaria, Sr. Presidente, de manifestar a nossa solidariedade e de colocar a Comissão de Direitos Humanos da Câmara do Deputados à disposição da luta para revogar essa medida provisória, que é um instrumento autoritário.

Eu recebi a comunicação da MP e manifestei, ao Ministro da Previdência e a outras autoridades do Governo, a necessidade de realizar essa conferência, porque recebi apelo nesse sentido, e havia a possibilidade de ser adiada.

Faço um convite público para a participação na nossa Conferência Nacional dos Direitos Humanos. É a segunda que se realiza, é aberta a entidades do Governo e à sociedade civil. Pode ser um lugar não só de manifestação, como de colaboração na política dos direitos humanos, de cidadania, da verdadeira assistência social que nós queremos para o Brasil.

A nossa conferência será nos dias 12 e 13 de maio. Os interessados podem se inscrever na Comissão de Direitos Humanos da Câmara. Será no Auditório Nereu Ramos.

Estamos chamando autoridades do Governo e da sociedade para avaliarem esse plano e verem o que pode ser feito. Não só na hora da violência ou da falta de assistência

devemos discutir direitos humanos, mas devemos discuti-los no cotidiano, envolvendo o poder público e a sociedade civil. Muito obrigado.

PRESIDENTE (Celecino de Carvalho Filho) - Muito obrigado, Deputado.

CLAUDIA - Sou da Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior - ANDES, do Sindicato Nacional, representando aqui o GT daquele sindicato.

Nós já estivemos, neste final de semana, inclusive com a presença do companheiro Moroni, discutindo a situação daquele GT.

Venho trazer algumas reflexões que fizemos ao longo do domingo e da segunda-feira. Na verdade, o que acontece hoje neste País, em todas as áreas, em todas as dimensões de execução de política, é uma ditadura *light*, uma ditadura disfarçada em medidas provisórias.

Ontem mesmo estivemos na Comissão Especial de Educação, onde foi baixada uma medida provisória sobre autonomia. Enfim, é um rol de situações que nós, sociedade civil organizada, temos que enfrentar todos os dias, para garantirmos direitos constitucionais.

A sugestão que fazemos é, a exemplo de outras esferas que estamos acompanhando, como a Previdência e em especial a questão da Educação, que o Conselho Nacional de Assistência Social possa fazer um manifesto público e fazer-se presente em uma das audiências com o Ministro Reinhold Stephanis. Que possamos denunciar, em um trabalho de mão dupla, com as lideranças, através de uma carta que explique - porque nem todos os Deputados, nem todos os parlamentares têm domínio sobre a questão e acompanham esse processo -, a temporalidade da última conferência, o tempo que se passou desde 1988 para a sua aprovação.

Fariamos um arrazoado com dois caminhos: um problematizando, explicando, para conquistar esses Deputados e aproximá-los desta questão; outro, um manifesto público, para a sociedade, denunciando mais um golpe deste Governo.

Nós já temos a audiência marcada com o Ministro Reinhold Stephanis marcada.

A ANDES também se colocou à disposição de qualquer necessidade deste Conselho no sentido de apoiar e de divulgar, nos fóruns que ela representa, essa situação, na perspectiva de derrubar, de fato, essa medida provisória.

Nós também avaliamos que, se o Presidente descumpre a Constituição e atropela os direitos sociais, nós não devemos fazer o mesmo. Pensamos que isso será a garantia das conferências municipais e estaduais; quiçá até derrubaremos essa medida provisória e teremos a conferência.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (Celécino de Carvalho Filho) - Eu pediria que quem estiver inscrito já vá se aproximando.

CHARLES - Sou Vice-Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Eu gostaria de, primeiramente, levantar qual o motivo - e nós já sabemos bem disso - que leva o Governo ao adiamento de uma conferência nacional, lembrando bem que o próprio objetivo da conferência está na Lei Orgânica de Assistência Social: avaliar e propor diretrizes.

Ora, ter um período de quatro anos para fazermos uma avaliação é problemático, por que se tem uma visão de assistência, hoje, e começamos a pensar e refletir sobre o desenrolar das ações no cotidiano e no próprio processo da descentralização.

Parece-me que aí existe um grande nó. Por que se está questionando? Por que se está propondo a prorrogação da viabilização da 2ª Conferência Nacional de Assistência Social?

Pode-se questionar o caráter do próprio Governo, como algumas pessoas já colocaram aqui, que, com certeza, não está muito preocupado com o problema da democratização.

Se eu pensar num processo ideal e assumi-lo como sendo a democratização, quanto mais eu ouvir, quanto mais mecanismos eu puder ter para viabilizar a participação da

sociedade, mas estarei defendendo os meus princípios. Se faço o inverso, estou defendendo outros princípios.

Eu gostaria de comunicar que vamos viabilizar, com certeza, a 2ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. A portaria de convocação foi publicada no *Diário Oficial*, no início de janeiro, o que preconizou para o dia 17 a 20 de agosto, a conferência aqui em Brasília.

Há uma diferença em relação a 1ª Conferência de Assistência Social. Quem participou, quem se lembra, sabe, que foi na linha de teleconferências. Então, não houve uma mobilização anterior para viabilizar as conferências municipais e as estaduais, e chegar na nacional com um conjunto de debates e discussões, já na sua origem. Este é, justamente, o processo de descentralização; é o processo de democratização das decisões, que deve ser implementado.

Enquanto o CONANDA trabalha nesse nível, nós estamos também nessa linha. Temos algumas dificuldades no processo, o que é natural, mas acredito que não haverá impedimentos legais, pelo menos até agora não houve, pelo fato de a portaria já ter saído.

Nós, do CONANDA, temos um parceiro, um aliado muito forte a nível nacional, que é o CNAS. Já tivemos uma reunião conjunta, no ano passado. Saiu deste encontro uma resolução que compôs um grupo de análises, de elaboração de propostas que, na nossa visão, pretendia que se discutisse e amarrasse essas questões já na própria conferência, a nível de interface entre os dois Conselhos. Então, os dois Conselhos têm que, necessariamente, caminhar juntos, e é nesse sentido que queremos trabalhar com o CNAS, na linha, de fato, de conseguir a anulação da medida provisória que transfere para quatro anos a viabilização da Conferência Nacional de Assistência Social.

Obrigado.

EDUARDO JORGE - Quero dar bom-dia à Mesa e também a todos os convidados.

Eu já havia recebido, há 15 dias, um documento, pedindo que um Deputado se pronunciasse em relação à conferência. Já fiz isso, por duas vezes, aqui no plenário do

Congresso Nacional. Agora estou indo para a Comissão de Seguridade Social, relatar e fazer uma sugestão, para que esta Comissão se mobilize em torno desta questão.

Considero muito importante porque a medida provisória não proíbe que as conferências municipais e estaduais se realizem. Então, elas têm que seguir seu curso para ganhar volume.

Em termos de dobrar essa resolução do Executivo, eu vejo dois caminhos que devem ser trilhados simultaneamente. Primeiro, seria uma negociação direta com o Executivo, porque vai haver reedição da medida provisória - aliás, essa é a trigésima, se não me engano. Então, tem que se tentar, através de uma negociação direta com o Executivo, que a trigésima primeira venha sem esse inciso.

O outro caminho - e eu estava até conversando com o Deputado João Fassarela do PT de Minas Gerais -, que não deve ser descartado, não pode ser descartado, é a pressão direta do Legislativo. É uma vergonha que o Congresso Nacional admita a trigésima reedição de uma medida provisória sem apreciá-la. Então, não há Congresso, não há parlamento. É só Executivo?

Por isso eu acho que vocês deveriam marcar uma audiência hoje, já que existe essa representação tão grande aqui, com o presidente do Congresso, o Senador Antônio Carlos Magalhães, e colocar o seguinte: nós queremos que isso seja apreciado, que seja votado, que vocês digam sim ou não.

O que não pode é o Congresso ficar se omitindo eternamente, deixando que haja reedições e o Congresso não exista. Isso é o mínimo em uma situação democrática. O Senador não pode nos negar esse direito; que o Deputado vote sim ou vote não, mas que vá lá e vote.

Não se deve perder a oportunidade de fazer e essa pressão em cima do Presidente do Congresso. Vocês estão com uma representação nacional, e é uma vergonha para o Congresso Nacional a trigésima reedição.

Este é o caminho possível de solução porque, se o Relator dá o relatório sem esse inciso, se vota a medida provisória, automaticamente, a medida estará revogada e a conferência terá seu curso.

Vocês não devem desprezar essa segunda via de solução. A primeira é a pressão no Executivo, que não acho que vá dar resultado; a segunda via, a pressão em cima do Parlamento, deve ser tentada por vocês.

Eu vou agora para a Comissão de Seguridade Social, vou levantar essa questão e sugerir que a Comissão acompanhe esse processo, porque é a Comissão da Câmara que tem uma interface direta com essa questão da Assistência Social. Obrigado.

PRESIDENTE (Celécino de Carvalho Filho) - O CNAS agradece o empenho e a sugestão do Deputado.

PAULO BECKER - Bom-dia, Celécino; bom-dia, Mesa, senhores e senhoras presentes.

Sou Presidente do Conselho de Assistência Social do Distrito Federal, e nós, da mesma maneira que todos, estamos discordando do encaminhamento dessa reedição da medida provisória. Nós do Conselho de Assistência Social não deliberamos nada a respeito deste assunto ainda, porque não tivemos oportunidade de nos reunir para tratar especificamente dele. Faremos isso nesta semana que entra.

No nosso entendimento, a conferência estava mantida. Todo o nosso esquema de trabalho, aqui no DF, está mantido e, na medida em que, a própria presidência do Conselho de Assistência coloca a possibilidade de os Estados e Municípios realizarem as suas conferências, sem nenhum impedimento legal, ficamos mais tranqüilos ainda.

Temos que ressaltar a posição da Secretaria do DF, do Governo Democrático e Popular, que entende a realização da conferência como um instrumento necessário, justamente para um mapeamento da situação da pobreza, da exclusão social.

Enfrentarmos nesse final de semana um problema terrível, que representa o desentendimento da sociedade brasileira, acerca dos excluídos, das pessoas como eu por exemplo, eu também sou um excluído; em algum momento a mulher foi excluída dessa nossa sociedade.

O Governo Democrático e Popular quer buscar na população os seus anseios, as suas necessidades, para resolver seus problemas ou tentar encaminhá-los. Não vemos outra maneira senão através desses fóruns regionais, locais, estaduais, enfim, todas as instâncias de discussão com a comunidade, para que construamos um Brasil um pouquinho mais justo, um pouquinho mais solidário.

Muito obrigado.

MILTON - Sou de Campina Grande. Saúdo à Mesa e aos senhores.

Não vou argumentar o que já foi argumentado, mas eu queria deixar claro que essa medida provisória é um mecanismo para a sociedade civil não se organizar, efetivamente, como reza a Lei Orgânica de Assistência. Isso é bom para o Governo. É bom, não só para o Governo Federal, Estadual ou Municipal, que as entidades, que estão no dia-a-dia da Assistência Social, não avancem. É isso que ele quer, é isso que ele representa, o avanço da centralização do serviço público nas mãos da rede privada.

Se aqui estivessem 50 federações comprometidas a prestar serviço ao Governo, eu garanto que nenhuma conferência seria adiada. Por quê? Porque essa conferência compromete a estabilidade pessoal e política do Presidente.

Agora, Srs. Deputados, nós como povo, estamos cansados dessas medidas provisórias! Quando há uma medida provisória para mudar algo que é de interesse pessoal, é feita em vinte e quatro horas. Isso é um absurdo! Este Parlamento é votado! Estes Deputados, assim como o Presidente, são votados e não respeitam o povo. Espero que esta Casa tome uma postura sobre isso. Nós estamos cansados de medidas provisórias que não são de interesse público, mas de interesse do Executivo. É só isso.

MÁRCIA FARIA MAIA MENDES - Bom-dia a todos. Sou membro do Conselho Municipal de Assistência Social de Natal e também Secretária de Promoção Social daquele Município.

Gostaria de manifestar o repúdio do Conselho em relação à medida provisória. Quero dizer que o CNAS pode contar com o nosso apoio em relação à essa movimentação contra

essa medida, além de concordarmos com as decisões tomadas pelo Conselho Nacional de Assistência Social em apoiar as conferências municipais e as estaduais, em todo o Brasil.

Quero dizer também que o Conselho Municipal de Assistência Social de Natal é favorável à realização da conferência municipal que será este ano. Reforço apenas que seja discutida a temática em torno da descentralização, porque sabemos que já foi iniciado esse processo de descentralização. Estamos enfrentando algumas dificuldades em Natal e gostaríamos de discuti-las nesta reunião ampliada. Gostaríamos de discutir as dificuldades que o Conselho e a Secretaria estão enfrentando com relação à descentralização da Assistência Social para que possamos trocar idéias e conhecer as experiências de Conselhos de outras cidades, que estão mais avançados no processo de descentralização.

Obrigada.

ANA LÍGIA GOMES - Bom-dia.

Represento o Conselho Federal do Serviço Social, no CNAS.

Primeiro, só para resgatar a história, quero dizer que, em novembro, o CNAS decidiu, como não poderia ser diferente, por unanimidade, convocar a conferência, que era isso que lhe competia.

Alguns meses depois, desce o Ministro na reunião, dizendo que não era bem assim que o Governo pensava, que o Governo achava muito cedo para discutir a Assistência Social e queria que fosse nos moldes da Conferência Nacional de Saúde, de quatro em quatro anos.

Mesmo assim o CNAS decidiu, por maioria, na presença do Ministro, colocar-se a favor da conferência, dizer da sua incredulidade por um Governo que não queria discutir, que queria adiar uma discussão, alegando pouco tempo para os seus feitos, quando isso é mais uma razão para se avaliar.

A partir disso, tomamos todas as providências, como disse o Presidente do CNAS, e agora eu quero falar, com muito prazer, em nome da sociedade civil, que fez o que pode para reverter essa insensatez.

Nós expedimos mais de trezentas notas de protesto, tentamos mobilizar todos os Conselhos, viemos ao Congresso e conversamos com Deputados, conseguimos uma audiência com o Ministro da Previdência para, de novo, só sentir a sua insensibilidade. Saímos da audiência com a certeza de que não havia nenhum acolhimento às nossas ponderações.

Mesmo assim, ainda contando com alguns Deputados, inclusive do partido do Governo que nos apoiaram nessa empreitada - especialmente a Deputada Fátima Pelaes que foi Relatora da LOAS -, tentamos conseguir uma audiência com Clóvis Carvalho, antes da edição da medida provisória.

Agora, novamente, em uma demonstração clara do diálogo que o Governo quer empreender - desculpe a ironia -, ele manda dizer que não quer mais nos receber. Mandou a medida provisória, é essa a resposta, no momento em que a Assistência Social só avançou um pouco na organização, na participação e no controle social, com o crescimento dos Conselhos.

Uma das poucas visibilidades da Lei Orgânica é o benefício de prestação continuada, dentro daquele critério de miserabilidade que vocês conhecem. É uma das poucas visibilidades da lei e aí não se quer conversar, não se quer discutir sobre isso.

Eu acho que o desempenho da Assistência Social envergonha o Governo e por isso ele quer fugir da discussão, através de uma MP, editada trinta vezes e, inclusive, tirar a oportunidade do CNAS de convocar uma conferência extraordinária. Lembrem que havia isso na LOAS e na medida provisória tiraram, também, essa possibilidade.

O CNAS poderia, por maioria absoluta, democraticamente, convocar um fórum de discussão. De um Governo que se nega a discutir sobre uma política estratégica de enfrentamento da pobreza, em uma situação dessa em que todos criticam o desempenho social, é para pensar o quê? Não é possível isso!

Se o desempenho foi bastante desfavorável a ponto de a situação estar como está e se os companheiros não fizerem todo o esforço do mundo para realizarem as conferências estaduais e municipais, a coisa vai ficar pior.

Eu acho que temos que impedir o retrocesso e tentar, ainda assim, ousar avançar mais, porque, senão, o movimento de luta para dar um *status* de política pública à Assistência Social vai morrer na praia. Então, esse esforço agora é fundamental.

Esse desânimo e essa frustração, eu compreendo. Junta-se isso à má-vontade de alguns gestores, que vão usar a medida provisória para não fazer as conferências e não dar nenhum apoio às conferências estadual e municipal, e a coisa vai ficar mais complicada ainda.

Se o Governo Federal, a seu nível, não quer avaliar as conferências estaduais, temos que avaliar o Governo Federal. As conferências municipais também precisam avaliar seus planos. É claro que no que tange aos planos municipal e estadual não há nada que impeça as conferências de serem deliberativas a seu nível, e serão. Elas só vão ficar prejudicadas pelo fato de não haver um fórum de deliberação nacional, mas pode vir para cá, para um fórum amplo, que vamos construir em paralelo.

Vamos nadar contra a corrente, e acho que pode ser um momento de muita organização nossa. Só o movimento organizado é capaz de tentar fazer o Governo enxergar a importância do investimento nessa política.

É preciso combater esse efeito. Os gestores, por não termos a conferência nacional, talvez tentem impedir as conferências estaduais. A rigor uma coisa não tem nada a ver com a outra. A conferência estadual tem a competência de avaliar a política do Estado - não só ao Governo Federal compete viabilizar essa política - e pode-se trazer essas avaliações para o fórum ampliado. Acho que essa compreensão é fundamental.

Se os companheiros desanimarem e saírem daqui com esse equívoco, que é uma coisa que a medida provisória acaba gerando, acho que entregamos o chapéu. Mas não é para isso que este auditório está lotado.

PRESIDENTE (Celcino de Carvalho Filho) - Conselheira Fátima, a Mesa está seguindo rigorosamente a ordem de inscrições, a sua vez foi há poucos instantes, mas não quis interromper o seu telefonema.

MARIA DE FÁTIMA FERREIRA - Eu penso que a conferência não estava na LOAS por acaso. A conferência estava na LOAS exatamente porque é uma questão extremamente importante em um momento de transição de uma Assistência Social filantrópica para uma Assistência Social como política pública, dever do Estado, direito do cidadão.

Não foi somente por ter um artigo na Constituição que nós evidenciamos a necessidade de uma conferência. A conferência de dois em dois não foi colocada aleatoriamente. Houve uma ampla discussão. Quem participou desse processo lembra bem disso. Foi discutido de quanto em quanto tempo seria realizada a conferência. Portanto, o prazo de dois anos para a realização de uma conferência seria para acompanharmos cada passo dessa mudança, que não seria fácil para nós, principalmente aqui no Brasil.

Nós sentimos resistência em transformar a Assistência Social nessa política pública. Todos nós sentimos essa resistência; às vezes até em nós mesmos.

Então, essa conferência já estava colocada na lei e é uma necessidade fundamental para todos nós que trabalhamos na área social.

Não temos o que rever? Talvez nós não tenhamos que rever os planos mirabolantes que alguns tenham formado, mas nós temos que rever a prática que está acontecendo.

Se não estão acontecendo as melhorias na Assistência Social que nós gostaríamos - nós, que eu falo, é o Governo e a sociedade civil -, temos que assumir essa responsabilidade coletiva, rever e propor novas mudanças, a aplicação prática da Lei Orgânica da Assistência Social, que nem se concretizou ainda.

Transferir, sem nenhuma discussão - como nós vimos ontem os representantes governamentais -, através de uma medida provisória, apenas com o informe de um Ministro, dizendo que passaria de dois em dois para de quatro em quatro anos? Acho que é um desrespeito para todos nós, Governo e sociedade civil, que temos como prática a democracia. Falar em democracia é uma coisa, mas viver a democracia é completamente diferente.

Acho que já foi dito aqui que o CNAS tomou várias medidas para inviabilizar as medidas provisórias e, hoje, nós ainda vemos a possibilidade de o Governo despertar. Não é possível que ele, hoje, não siga os clamores daqueles que estão defendendo os excluídos e, se não destes, pelo menos os clamores dos próprios excluídos.

As conferências estaduais são imperiosas, são importantíssimas, até para esse processo de inviabilizar a medida provisória ou para fazer uma grande reunião nacional para que possamos avaliar a questão da Assistência Social e propor novos rumos.

Quanto à defesa que foi feita, comparando com a Conferência da Saúde, que é de quatro em quatro anos, todos aqueles que trabalham na área da Saúde sabem muito bem que nenhuma conferência, principalmente depois da 8ª Conferência, foi conseguida sem mobilização e sem pressão, mesmo de quatro em quatro anos.

A 9ª Conferência foi precedida de conferências estaduais e conferências municipais, sem sequer ter sido marcada a conferência nacional, que estava quase sendo inviabilizada. Na época, o Governo disse que não tinha recursos, ou outros problemas.

Eu acho que o nosso papel, como representantes de gestores e representantes da sociedade civil, é sair com o pulso forte, sabendo que temos duas tarefas importantes. Uma, é que temos que inviabilizar a medida provisória, que já foi reeditada trinta vezes, através de outra medida ou da exclusão desse inciso. A segunda é que, se isso não for possível, que nós façamos, em todo o Brasil, conferências estaduais e conferências municipais, com discussões políticas, relacionadas à questão do temário, que depois vamos abordar, e com temários específicos, como já foi colocado aqui, por uma companheira que me precedeu.

Essas duas vertentes, unificadas, inverterão esse processo antidemocrático que foi colocado para nós.

A sociedade civil e o CNAS esperam que possamos, juntos, viabilizar a discussão, viabilizar a inclusão, viabilizar a democracia neste País.

Muito obrigada.

MARLOVA JOVCHELOVITCH - Bom-dia.

Sou representante dos Municípios no Conselho Nacional, ex-Presidente do Conselho por duas gestões e ex-Presidente da 1ª Conferência Nacional de Assistência Social.

Um pouco nesta condição quero falar nesta manhã e permitir-me, com vocês, que são parceiros de uma trajetória, falar sobre o que acho que está acontecendo efetivamente e o que essa medida provisória representa.

Em primeiro lugar, queria falar da nossa experiência, da experiência de quem presidiu a 1ª Conferência Nacional, e o que é, de fato, uma conferência nacional. É um momento

de reunião das instâncias subnacionais, que são Municípios e Estados, com a União, para avaliar o sistema de assistência social.

Nessa reunião, participaram não só os gestores, ou seja, Poder Executivo, mas também aqueles, que em larga medida, representavam os usuários da política de Assistência Social, e além dos usuários, também os trabalhadores da área.

Esse tipo de reunião, que chamamos de conferência, e que tem esse nome por ter caráter deliberativo, nada mais é do que um momento de avaliação de um sistema que deve ser descentralizado e participativo, que é o Sistema Nacional de Assistência Social.

Causa-me um certo espanto que um Governo, que se diz democrático, queira evitar esse tipo de encontro. E por quê? O Art. 204 da Constituição Federal, quando fala da política de assistência social - e eu não estou falando da Lei Orgânica, mas da Constituição Federal, que o Presidente Fernando Henrique jurou cumprir, quando da sua posse -, diz que a Assistência Social se realiza com duas diretrizes: a descentralização político-administrativa e a participação da comunidade através de suas instâncias organizadas. Pois a Conferência Nacional de Assistência Social é o Art. 204 da Constituição Federal, ganhando vida. É essa reflexão que eu quero fazer aqui, nesta manhã.

O Art. 204 da Constituição Federal nos remete, necessariamente, para um momento de avaliação desse sistema de Assistência Social, que deve ser descentralizado, com a participação da comunidade, através de suas instâncias representativas.

Neste resgate que a Ana Lúcia fez aqui, em que o Conselho havia, por unanimidade - e o Conselho, lembro aos senhores, são 9 membros do Governo, 9 membros de sociedade civil -, aprovado a realização da Conferência Nacional, porque tinha plena consciência de avaliar o sistema, transcorridos dois anos da Conferência Nacional, em que nós vimos que, se algumas coisas caminharam e mudaram para melhor, muitas outras ficaram sem resposta.

Quando o Governo Federal diz, *a priori*, sem ouvir os seus próprios representantes no Conselho... Não houve nenhuma reunião com os membros do CNAS. Eu, inclusive, sou governamental no CNAS, e sei porque consultei meus pares. Ninguém foi chamado pelo Governo. Os mesmos membros que o representam o Governo não foram chamados para saber sua opinião, porque eles já haviam votado pela realização da conferência.

Então, quando o Governo muda de opinião, e muda na cúpula sem sequer ouvir os seus representantes que estão no CNAS, está dizendo, *a priori*, que não quer nenhuma avaliação do sistema descentralizado e participativo de Assistência Social. Se ele está dizendo *a priori*, que não quer nenhuma avaliação, eu sou obrigada a dividir com vocês a minha convicção de que o Governo está fazendo isso porque sabe que esse sistema descentralizado e participativo de assistência social tem mais problemas do que méritos e mais recuos do que avanços.

Eu acho que essa é outra reflexão que temos que fazer aqui, no momento em que convidamos, que o CNAS convida os nossos parceiros que conosco organizaram a 1ª Conferência Nacional de Assistência Social.

Eu me lembro muito bem da noite de abertura da 1ª Conferência. O Presidente Fernando Henrique estava sentado ao meu lado. Eu dizia, no meu discurso, que o processo de organização da conferência tinha sido construído em parceria com os Fóruns de Assistência Social nos Estados e Municípios, com os Conselhos Estaduais e com a sociedade civil, que são justamente vocês que estão aqui.

Cabe ao CNAS, juntamente com vocês, a obrigação de reconstruir esse processo, independente de qualquer medida provisória.

Foi uma posição tomada pelos três mil Municípios brasileiros que estavam no Congresso Nacional de Municípios: a imediata convocação da Conferência Nacional era necessária. Os Municípios vão fazer conferências municipais, nós já estamos recebendo a posição de vários Estados que vão fazer conferências estaduais e eu acho que o CNAS tem a obrigação de ser o coordenador desse grande processo de avaliação do sistema descentralizado e participativo de Assistência Social.

Eu queria dizer uma outra coisa para concluir. Nos dois anos que presidi o Conselho, pude, de certa forma, conhecer um pouco das manhas e da forma que o Governo Federal se comporta na área de Assistência Social.

Devo confessar que, muitas vezes, fiquei perplexa com a forma com que as questões são encaminhadas. Existe um desrespeito clássico às posições não só do Conselho Nacional de Assistência Social, mas também às posições do próprio Ministro Stephanis, por parte da Casa Civil e da Presidência da República. Quanto à forma com que essa medida provisória foi

gestada, tenho a impressão de que, mais uma vez, repetiu-se esta prática, que é uma prática ditatorial, pouco democrática e absolutamente esvaziadora do exercício da cidadania.

Então, eu quero convocá-los, mais uma vez, para que organizemos um processo de mobilização nacional exemplar, que as nossas conferências municipais aconteçam, que as nossas conferências estaduais sejam uma realidade, a despeito de todas as lutas. Eu sei que o CNAS vai empreender esforços para reverter a questão da medida provisória. Ainda que o Governo não convoque a Conferência Nacional de Assistência Social, isso não significa, em nenhum momento, que ele vai impedir a realização da Conferência Nacional de Assistência Social, que é isso que nos cabe.

Cabe-nos provar para o Governo que ele não tem força para impedir a realização de um grande encontro nacional, em que nós vamos avaliar o sistema descentralizado e participativo de assistência social, inclusive para dizer aquelas coisas que o Governo não quer ouvir.

Era isso que eu tinha a dizer.

PRESIDENTE (Celécino de Carvalho Filho) - Antes de passar ao próximo inscrito, registramos também a presença do Senador Eduardo Suplicy.

NIVALDO MIRANDA - Quero saudar a Mesa Diretora dos trabalhos. Sou Secretário Municipal da Assistência Social e da Cidadania de Maceió, Alagoas, e também, presidente do Conselho Municipal.

Não vou acrescentar muita coisa. No entanto, gostaria de dar um depoimento para que o Conselho Nacional possa ter uma idéia de como essas coisas estão repercutindo no País.

Na realidade, não foi com muita surpresa que nós soubemos do adiamento da Conferência Nacional. Já havia certos temores de que isso pudesse ocorrer, e acho que seria muita ingenuidade nossa pensar que o processo de descentralização, na área da Assistência Social, fosse acontecer de forma muito linear.

Se nós observarmos o exemplo do que ocorreu na Saúde, foi necessária uma luta muito grande para que isso se tornasse realidade, até por que os interesses que estão envolvidos não são poucos. São muitos e grandes interesses contrários a esse processo de descentralização e de democratização da Assistência Social.

Eu quero discordar aqui das pessoas que, muitas vezes, colocam um sinal de igualdade entre a situação democrática, que nós vivemos, e a ditadura. Acho isso muito perigoso.

Na realidade nós vivemos uma democracia que conquistamos com muito sacrifício. Essa democracia que vivemos, devemos valorar. Há uma coisa fundamental: o direito de reunião. Ninguém pode impedir o direito de reunião.

Acho que o Governo pode ter desejado atingir um objetivo, mas vai colher, se mantiver essa atitude, um outro resultado. Vai forçar a sociedade a tomar consciência de que a luta pela democratização no setor da Assistência Social, é uma luta que deve vir de baixo para cima.

Os cidadãos devem se mobilizar e os Governos democráticos, nos níveis municipal e estadual, devem tomar consciência de que chegou a hora de tomar medidas concretas e fazer avançar o processo.

Acho que não teremos, se for mantida essa posição, o peso institucional de uma conferência nacional, mas teremos muito mais legitimidade se conseguirmos mobilizar os Estados e Municípios nessa conferência. Pensando nisso, inclusive, criamos recentemente o Fórum Estadual dos Secretários Municipais da Assistência Social; exatamente para conduzir o processo das conferências.

Não sei qual vai ser a posição do Governo Estadual, mas a nível de Município já existe uma vontade concreta de fazer avançar esse processo.

Como a medida é provisória, e o nome já dá a entender o seu caráter, acho que não há nada de ilegal na convocação das conferências estaduais e municipais. Elas terão, inclusive, efeito legal, porque, se a medida é provisória, pode cair, a sociedade pode impor. Inclusive o Congresso pode até resolver essa questão.

Sem nenhum prejuízo para as ações que já foram delineadas aqui, no sentido de demover o Governo dessa posição, e de forçar o Congresso, também, a tomar a sua posição,

nós devemos, nos Estados, conduzir este processo. Neste sentido, acho que o êxito dependerá do grau de articulação e de informação. É necessário que os Municípios saibam o que está ocorrendo nos outros Municípios e nos outros Estados.

O papel do CNAS será fundamental: socializar essas informações através de uma articulação mais dinâmica. Acho que a proposta de que o Conselho participe ativamente é excelente. Desde já vamos levar essa questão à prática e que se defina, aqui, qual será o eixo. Acho que o eixo não pode ser outro, se não o da descentralização. Há um enorme clamor, repito, há um enorme clamor, pelo menos em nosso Estado, para que o processo da descentralização seja acelerado. Não é mais possível Municípios de capitais, como Maceió, que há cinco anos não recebe um centavo dos recursos federais para área da Assistência Social, por ingerências políticas. Por isso, nós queremos acelerar esse processo, que acredito, terá êxito, na medida em que essas informações sejam efetivamente socializadas, para que as pessoas saibam que nos outros lugares as conferências estão se desdobrando.

Finalmente, acho que uma nota deveria refletir não só o pensamento do Conselho, mas o de todas as instituições e entidades que ampliaram esta reunião.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (Celcino de Carvalho Filho) - Queria pedir permissão aos demais inscritos, pois o Senador Eduardo Suplicy está aqui presente, afastou-se de seus compromissos e tem que retornar imediatamente. S.Exa. pediu para fazer uso da palavra. Eu pediria permissão aos próximos inscritos para que o Senador possa fazer uso da palavra, em seguida retornamos à nossa pauta.

EDUARDO SUPLICY - Bom-dia, Presidente Celcino de Carvalho, membros da Mesa e participantes do Conselho Nacional de Assistência Social, eu gostaria de manifestar a minha solidariedade a vocês e também indignação com respeito à maneira como o Governo tenta agir com todos aqueles que são extremamente preocupados, os que trabalham, sobretudo, com Assistência Social; aqueles que estão vivendo e têm estado nas reuniões, nas conferências de todas as representações, uma vez ao ano ou bianualmente; os que têm tido oportunidade de

refletir sobre todas as experiências, as dificuldades, as proposições que surgem, a cada setor, ou cada Governo Estadual ou Municipal; que, justamente, por ocasião dessas reuniões anuais, têm a oportunidade de interagir.

Eu realmente não posso compreender qual a razão do Governo que, aproveitando a reedição de uma medida provisória, resolve inserir este artigo. Por este artigo só será convocada a reunião, de todos aqueles que trabalham com a Assistência Social uma vez a cada quatro anos. O que significa que, como durante este governo já houve reunião, ficaria para o próximo quadriênio, aquele em que, pensa o presidente Fernando Henrique, ele continuará a ser presidente. Pelo que eu saiba ele ainda terá que ser submetido à votação popular.

Na verdade, prefiro seguir a recomendação de um de seus autores preferidos e um dos maiores pensadores sobre a democracia, que foi Alexis de Touquevir (?). Ele disse que na democracia da América, se por um lado até parecia de bom senso que um governante pudesse ter o direito de ser reeleito, e seria de bom senso que um povo pudesse ter a oportunidade de levar, de novo ao poder, quem tivesse sido um bom governante. Entretanto, diz ele, será que as vantagens disso não são superadas pelas desvantagens? Aí ele começa a citar em duas páginas e meia, que eu recomendo a todos a leitura. Já recomendei ao Presidente, mas ele não leu com atenção, recomendei que relesse, por que ele cita muito, mas não essa passagem. Diz Alexis de Touquevir: aquela pessoa, quando está no poder e começa a ter como seu objetivo maior a sua reeleição, passa a se utilizar, muitas vezes, de métodos e todos os instrumentos da máquina administrativa a seu favor, e isso faz com que vá perdendo, muitas vezes, escrúpulos e tantas outras coisas.

Mas o Presidente, com relação à reunião dos assistentes sociais e dos que trabalham nesta área, só quer que, no próximo governo, haja uma reflexão a respeito?

A Secretária Lúcia Vânia, certo dia, encheu-me de esperanças, com respeito à possibilidade de o Congresso Nacional seguir a recomendação do CNAS, inclusive a recomendação dos três Conselhos. Por exemplo, quando vocês próprios me ouviram e recomendaram ao Congresso que se aprovasse o projeto de garantia de renda mínima, mas que, até hoje, não foi aprovado, vai sendo adiado. O projeto foi aprovado pelo Presidente, quando ele era Senador. Todos os partidos votaram favoravelmente.

Experiências têm se desenvolvido por muitos Municípios e Estados, inclusive aqui no Distrito Federal. Agora no Espírito Santo, foram aprovados projetos de bolsa-escola ou de garantia de renda mínima, relacionados à Educação.

Um projeto que guarda grande relação com a Lei Orgânica de Assistência Social que prevê uma renda mínima aos deficientes graves e aos idosos de 70 anos ou mais, só que com aquela restrição de pertencer à família que ganhasse até 1/4 de salário mínimo, fez com que o número de requerentes, seja bem menor do o que o próprio Governo esperava.

Eu quero manifestar aqui que nós, do Partido dos Trabalhadores, seremos contrários a este dispositivo da medida provisória, expressando, portanto, a minha solidariedade a todos vocês.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (Celcino de Carvalho Filho) - Muito obrigado, Senador.

EDUARDO SUPLICY - Se me permitem, eu gostaria de informar para os que têm interesse no andamento da discussão do projeto de garantia de renda mínima, que na porta da sala da Comissão está um livreto, com a última atualização, que eu sempre vou atualizando, com todas as informações. Esse livreto foi editado no início deste ano.

PRESIDENTE (Celcino de Carvalho Filho) - Muito obrigado pelo oportuno comercial.

Queremos registrar a presença da Deputada Fátima Pelaes, em nosso encontro.

ROSA ELISA BERTON FEDERICI - Bom-dia.

Sou Secretária Municipal de Valinhos, São Paulo, Presidente da Frente Paulista de Gestores Municipais da área de Assistência Social e Vice-Presidente do CONSEAS-SP.

Eu queria registrar aqui que o CONSEAS-SP não deliberou sobre a questão, porque ainda não se reuniu, devendo fazê-lo nas próximas horas. Eu queria parabenizar a sociedade civil do CNAS que fez aquele documento. Nós tivemos a oportunidade de, terça-feira

passada, através do CREA-SP, ler na lista de presença, 800 pessoas, representando os 645 Municípios do Estado de São Paulo.

Esse documento foi lido no plenário e nós pedimos a posição de todos os Municípios que estavam discutindo o repasse de verba, constantemente contingenciado, o benefício de prestação continuada, com o seu *per capita* irrisório, e os benefícios eventuais que até agora não foram concretizados.

Então, sugiro ao CNAS e ao CONSEAS dos Estados presentes que nos unamos para conseguir que todo esse movimento que está iniciando, talvez nesta reunião, concretamente, chegue até os Municípios, aos mais distantes Municípios do nosso Estado, para que todos possam participar desta articulação e tenhamos consciência do que está acontecendo na área da Assistência Social no País.

Obrigado.

EULER MORAES - Sou Secretário da Solidariedade Humana do Estado de Goiás e também presidente do Conselho Estadual de Assistência Social. Meus cumprimentos à Mesa e a todos os participantes desta reunião.

Em primeiro lugar, eu gostaria de confirmar que o Conselho Estadual de Assistência Social de Goiás, por unanimidade, aprovou a realização dos fóruns municipais, até 31 de julho de 1997; os fóruns regionais entre agosto e setembro; e no mês de outubro, a Conferência Estadual de Assistência Social. Eu quero, em seguida, passar às mãos do Presidente do CNAS correspondência encaminhada aos Srs. Ministros Reinhold Stephanis e Clóvis Carvalho, também manifestando a posição unânime dos membros do Conselho, no sentido da realização da Conferência Nacional, prevista para o mês de dezembro.

Eu creio que todas as manifestações que aqui já ocorreram confirmam a perplexidade e frustração de todos com relação à reedição da medida provisória.

Creio que a Marlova expressou com muita propriedade o desafio que nós enfrentamos agora, à luz dessa medida, e acredito que a tendência natural será de todos os Estados e Municípios perseverarem no sentido de promoverem as suas conferências municipais e estaduais.

Seria muito frustrante chegarmos ao final do ano sem a possibilidade da conferência nacional, que é, realmente, o fórum apropriado para uma avaliação e para as devidas deliberações, sobre a questão da Assistência Social.

Do ponto de vista do Executivo, nós já tivemos uma manifestação de posição frustrante, porque contrária ao princípio democrático da organização, da mobilização, que fortalece a democracia.

Haverá oportunidade para reflexão e até para um refluxo dessa posição, talvez impensada. Mas acredito que não podemos esperar desta Casa Legislativa, dos seus parlamentares, uma outra posição, se não a da efetiva receptividade. Precisamos fazer uma grande mobilização para que essa medida provisória será retirada ou efetivamente derrubada no voto, aqui nesta Casa.

Eu gostaria de sugerir que, independentemente da decisão do Congresso, saíssemos daqui com a definição de que - mesmo que não tenha o caráter da formalidade da conferência - o CNAS se disponha a realizar, em dezembro, uma reunião com todos os participantes da Assistência Social. Que o CNAS nos estimule, ainda mais, nos Estados e Municípios, para continuarmos com o propósito de realizarmos essas conferências. Dessa forma, acredito, Celcino, nós teríamos ainda mais um estímulo.

Só queria concluir. Passar a avaliação, a conferência para um período de quatro em quatro anos, isso significa, do ponto de vista político, que o ano que vem, que é ano de eleição, evidentemente seria inapropriado para uma reunião. Poderia ser suscetível de outras razões que não atenderiam aos interesses da assistência social. Realizá-la no ano posterior, ao ano que vem, já no primeiro ano de um novo Governo Federal, dos novos Governos Estaduais, evidentemente, com a mudança do Presidente, de Governadores, de Secretários, enfim, de todo um complexo de gestores, significaria um prejuízo claro, para a avaliação de todo o processo. Então, o ano é este, 1997.

PRESIDENTE (Celcino de Carvalho Filho) - Obrigado, Euler.

Estamos com o seguinte problema de indicativo: há dois parlamentares com o mesmo problema, só que tem um que foi anteriormente inscrito, que é o Deputado Walter

Pinheiro. Vamos chegar a um acordo com os três. Os três poderiam falar seguidamente e eu peço permissão aos demais, pois em função dos trabalhos que estão desenvolvendo nas suas áreas respectivas, precisam sair em seguida.

Deputada Fátima Pelaes, a senhora pode aguardar um segundinho só enquanto os outros dois falam? Deputado Walter, por gentileza.

WALTER PINHEIRO - Bom-dia.

Eu queria saudar todas as companheiras e os companheiros neste evento. Eu vou ser mais operacional. Acho que o Plenário deveria aproveitar a presença do Senador Suplicy para o encaminhamento daquelas propostas que haviam sido feitas pelo Deputado Eduardo Jorge.

Quero aproveitar a presença da Deputada Fátima para verificar a questão da audiência que foi cancelada. Acho que a Deputada tem condições, e deve estar tentando viabilizar isto, de retomar essa audiência na Casa Civil.

Para essa discussão com o Presidente do Congresso Nacional, Senador Antônio Carlos Magalhães, seria importante uma comissão tentar viabilizar, ainda hoje, essa conversa com ele, à tarde.

Por isso falei sobre o Senador Eduardo Suplicy para tentar agendar esse encontro à tarde ou no final da manhã, porque a pura e simples votação, sem ter uma conversa, sem ter um outro debate com os líderes dos partidos, no sentido de compreensão e com o próprio Governo, para ver o caráter, pode, inclusive, resultar na aprovação da medida provisória, o que é extremamente prejudicial para os interesses de realização da conferência.

O Deputado Pedro Wilson esteve aqui, mas não esteve o Presidente da Comissão de Seguridade Social, até porque as Comissões estão funcionando agora.

Seria importante, também, uma conversa com essas duas Comissões - a de Seguridade Social e a de Direitos Humanos - para que pudessem se incorporar nesta luta, contra esse artigo da medida provisória.

Caso se mantenha o adiamento, essas duas Comissões poderiam auxiliar, mesmo que não tivesse esta característica da conferência nacional, conforme havia sido convocada.

Portanto, acho que as duas Comissões poderiam ser incorporadas. Agora está tendo reunião. Pode-se falar com o Presidente da Comissão de Segurança e com o Presidente da Comissão de Direitos Humanos, para incorporarmos estas pessoas.

À tarde, pode-se conversar com os líderes Inocêncio Oliveira, Gedel Vieira Lima, Aécio Neves no sentido de que esses partidos, que dão sustentação ao Governo, partidos da base governamental, pudessem se sensibilizar da necessidade, não só da votação, mas da necessidade da derrubada da medida provisória, da retirada deste inciso, e a resolução deste problema. Eu queria propor este encaminhamento, se os companheiros tiveram contato com o Senador Eduardo Suplicy.

Poderíamos, através do Senador Antônio Carlos Magalhães, ver a possibilidade de marcar essa audiência ainda hoje para conversar com os companheiros para ver qual é a pauta, como o Congresso pode agilizar isso.

Volto a frisar: acho fundamental a conversa com o Governo, no sentido de sensibilizá-lo para a importância de revogação dessa medida e da realização da conferência nacional, que tem uma característica fundamental.

Uma coisa é fazer uma conferência agora, que possa traçar rumos; outra, é fazer uma conferência com novos governos instalados, que necessariamente vai ser uma nova conferência para tratar de novos paradigmas, novos governantes, de novas diretrizes orçamentárias, tentar reconstruir tudo de novo.

Portanto, ficam aqui as sugestões e nós estamos, inclusive, abertos para qualquer debate.

Nós estamos com votação na Comissão de Ciência e Tecnologia e tenho que me retirar, mas estou me colocando à disposição para tentar manter contato com o Senador Antônio Carlos Magalhães. Apesar de sermos conterrâneos, não somos do mesmo partido, mas não acredito que isso seja um empecilho, para essa conversa.

PRESIDENTE (Celescino de Carvalho Filho) - Muito obrigado pelas sugestões objetivas.

A Presidência esclarece que já foram tomadas providências para que haja essa audiência com o Presidente do Senado, que está em um seminário internacional - do qual eu deveria estar participando -, mas o cerimonial já está em contato com a nossa assessoria, para viabilizar essa audiência, até o final do dia.

Foi uma atitude imediata que tomamos no sentido de atender a uma sugestão absolutamente oportuna, que foi aqui colocada e as sugestões adicionais do Deputado Walter Pinheiro, seguramente oportunas. Nós agradecemos, antecipadamente, a sua colaboração nesse sentido.

DEPUTADA FÁTIMA PELAES - Bom-dia a todos os presentes. Eu queria agradecer ao nosso amigo Deputado Valdomiro Fioravante que me cedeu sua vez.

Nós realmente estamos muito frustrados pela edição da medida provisória, que nos pegou de surpresa e, acredito, foi um desrespeito. Nós estivemos com o Ministro Reinhold Stephanis há quinze dias, com membros do Conselho. Ele não se comprometeu a decidir naquele momento, mas se comprometeu a avaliar e fazer um estudo em relação à decisão, que já havia sido tomada, anteriormente, de colocar para quatro anos.

Infelizmente não fomos comunicados e soubemos apenas pelo *Diário Oficial* da União. Mas a nossa luta continua. Estamos nessa luta há muitos anos e ontem já estava certa uma audiência para hoje, às 12 horas, mas já no final da tarde, início da noite, ligou-me o Chefe de Gabinete do Ministro Clóvis desmarcando e sugerindo que mudássemos para sexta-feira. Eu insisti, mostrando a necessidade de ser hoje ou, no máximo, amanhã, e ele ficou de nos dar um retorno. Pediu, também, que diminuíssemos o número de participantes da audiência, porque estávamos com cinco membros do Conselho. Sugeri que poderiam ser duas pessoas, mas questionei, porque não vejo necessidade de diminuir o número de representantes do Conselho. É fundamental a presença dos representantes.

Nós estivemos ainda há pouco, eu e o Deputado Eduardo, com o nosso líder, o líder do PSDB, Aécio Neves, que ligou para o Palácio para falar com o Ministro Clóvis, mas ele não estava e deixou recado.

Estou me dirigindo para uma reunião que está acontecendo no gabinete do Senador Elcio Álvares, onde estão todos os líderes, para discutir, exatamente, a questão das medidas provisórias. Vou para lá, inclusive, acatando a sugestão do Deputado Eduardo Jorge, para que possamos discutir imediatamente a medida provisória.

Enfim, quero mais uma vez me colocar à disposição de vocês. Vou agora mesmo, com o líder do Governo na Câmara, Deputado Benito Gama, trabalhar, incansavelmente, para que possamos garantir, hoje ou amanhã, essa audiência com o Ministro Clóvis Carvalho, que eu também considero de fundamental importância.

Acredito que nós devemos continuar lutando. É preciso que a Assistência Social possa ter o direito que merece. Nós precisamos fazer alguns ajustes, mas para isso temos a conferência. Há, inclusive, alguns projetos de lei sendo apresentados nesta Casa, fruto da 1ª Conferência Nacional de Assistência Social. Então, por que não mostrar a cara? Nós vivemos em uma democracia e temos os fóruns exatamente para podermos discutir. Essa é a minha posição e continuamos do lado da Assistência Social.

Muito obrigado.

VALDOMIRO FIORAVANTE - Eu também quero aproveitar esta oportunidade para saudar todos os companheiros e companheiras aqui presentes. Também quero declarar a minha solidariedade a vocês e meu protesto em relação à medida provisória editada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, suspendendo tão importante conferência para tratar de assuntos, a meu ver, de extrema importância para o País. Mas eu também quero aqui expressar e fazer uma leitura pessoal deste ato do Governo.

Acho que essa medida provisória, para se ter uma leitura clara do que ela significa, não pode ser lida separada dos outros atos políticos que este Governo vem praticando no País. Se formos fazer uma avaliação profunda vamos chegar à conclusão de que este Governo quer impedir a participação da sociedade em todo e qualquer ato e decisão política neste País.

Quero ainda dizer que me preocupa muito este momento, em que já foi aprovada a possibilidade de reeleição do Presidente da República. Isso, somado à reforma administrativa, com a qual o Governo pretende contratar servidores sem o devido concurso - e acabar com a estabilidade do emprego, para poder demitir a qualquer momento - é preocupante.

Os fundos que o Governo quer criar por esse País, significa que está jogando toda a sua política, procurando garantir a implantação de seu projeto neo-liberal no País, e em especial na sua reeleição.

Eu gostaria que os companheiros e as companheiras também avaliassem esses elementos. Agora, com as reformas políticas vêm o voto facultativo, o voto distrital e tantas outras modificações que este Governo pretende apresentar para a sociedade brasileira.

Eu também vou aproveitar esta oportunidade para pedir um apoio, já que o Senador Suplicy mencionou essa questão dos deficientes.

Eu já perdi a votação no regime de urgência, no ano passado, do projeto de lei pretende modificar, elevando a renda *per capita*, para um salário mínimo e garantindo que as empresas, a cada 100 empregados, contratem 1 deficiente, para exercer funções compatíveis com a sua deficiência, com o pagamento de uma multa, em caso de não cumprimento da lei.

Ao mesmo tempo, esse projeto briga, para que o Governo pague um salário mínimo, para todo e qualquer deficiente, que estiver desempregado no País.

Nós já temos quase 200 assinaturas para a urgência e precisamos conseguir 257, mas acho que, em breve, será colocado em pauta para votação.

Na votação do ano passado, quando eu estava sozinho, o projeto foi derrotado por pouca diferença de votos. Se houver apoio das entidades que trabalham com o assunto, tenho certeza de que será mais fácil aprovar esse tipo de lei.

Para finalizar, quero dizer que o caminho para resolver esse tipo de problema, esse tipo de ato, a meu ver, totalmente autoritário, é através da organização da sociedade, através das conferências, da mobilização e do debate com a sociedade. O País precisa saber o que está acontecendo com a Assistência Social. Acho que, junto com a sociedade, conseguiremos, com muito mais facilidade, aprovar as matérias que são de interesse do povo brasileiro. Por isso, parabéns a todos vocês e podem contar comigo nesta caminhada.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (Celecino de Carvalho Filho) - Muito obrigado, Deputado.

A Marlova tem um aviso para dar. Por favor, Marlova.

MARLOVA JOVCHELOVITCH - Eu só queria pedir aos Secretários Municipais que, ao término dessa reunião, se reúnam aqui na frente, ao meio-dia e meia. Todos os Secretários Municipais que estão aqui, de capitais e do interior.

HILDA CORRÊA DE OLIVEIRA - Sou da direção do Conselho Federal de Serviço Social, uma entidade que é membro do CNAS, representando os trabalhadores.

Todas as pessoas que estiveram ao microfone chegaram ao ponto comum de diagnosticar o não-compromisso do nosso Presidente com o processo de democratização já instalado no País, que a sociedade brasileira exigiu e desencadeou.

Se essas medidas e outras não forem coibidas, arrisco-me a dizer que a própria existência dos Conselhos, com suas políticas e sua natureza, com caráter deliberativo e composição paritária; esses Conselhos sofrem riscos e se vêem ameaçados.

Encoraja-me fazer essa análise, reportando-me a uma referência que um representante do Governo fez em um fórum semelhante a este, no início do Governo, em que essa pessoa, representando o Governo Federal, dizia assim: "O Governo está repensando o caráter deliberativo dos conselhos de política". Acho isso muito sério. Como um Presidente, eleito para governar a Nação por um determinado período, supõe ter direito de rever um preceito constitucional? Isso é muito sério - não sei se estou sendo meio terrorista -, mas acho que a própria existência dos Conselhos fica ameaçada.

Proponho que se mantenha a temática pensada para as conferências deste ano, no campo da assistência, que era a análise do processo descentralizado e participativo, e que assumamos o compromisso de fazer uma análise cuidadosa de como estão funcionando os Conselhos de Assistência Social no País.

O que eu estou propondo é um serviço, que se desencadeie no ano de 1997, e que tenha dados para serem apresentados durante o evento nacional que vai acontecer, que será a própria conferência ou o que vai substituí-la.

Nós percebemos como esse movimento está efetivamente funcionando. Sabemos que há Conselhos instalados por lei, mas não funcionam; sabemos que o Governo tem uma estratégia muito interessante de esvaziar os Conselhos, não mandando os seus representantes.

Acho que a sociedade brasileira construiu um instrumento valioso de democratização dos Estados, que são os Conselhos, e temos que nos organizar melhor para impedir que esse instrumento seja eliminado.

A minha proposta é neste sentido. Concordo que hoje em dia tenhamos que usar de todas as estratégias, para coibir esse impulso imperialista do sociólogo, Senador e atual Presidente da República.

Nós precisamos mostrar que a sociedade exige um outro tipo de Governo. Exige que o Executivo partilhe poder. Nem sempre os que estão detendo o poder assimilam essa proposta inovadora em nosso País.

Obrigada.

PRESIDENTE (Celcino de Carvalho Filho) - Enquanto chamo o Sr. Wagner, que é o próximo inscrito, lembro aos presentes que a partir das 14 horas vamos retomar a reunião com o temário da conferência.

A nossa sugestão é que isso seja encaminhado a nível de Estado e Município, com o tema "O sistema descentralizado e participativo da Assistência Social, construindo a inclusão, universalizando direitos". Esse foi o tema escolhido e que seria discutido e aprovado para a 2ª Conferência, mas fica mantida a proposta para as conferências estaduais e municipais.

Nós vamos discutir à tarde a sugestão de datas das conferências municipais e das conferências estaduais. Toda a nossa programação à tarde será dentro do tema específico.

Como falamos, no início da manhã, reservamos a parte da manhã para acolhermos sugestões em função do efeito da medida provisória.

Sr. Wagner, por favor.

WAGNER FRAZÃO - Bom-dia a todos os presentes. Sou membro do Conselho Estadual de Assistência Social de Pernambuco.

Estou aqui protestando também com relação a essa medida provisória, que desrespeita o processo democrático de construção da política de Assistência Social no País. Ela desrespeita todo o movimento que se criou em torno da Assistência durante esse tempo todo e também representa uma prática bastante condenável.

Nós estamos aqui falando em democracia, mas este Governo, ao trabalhar com medidas provisórias a todo instante, está caminhando para um autocracia. O Governo está completamente absoluto, frente aos demais Poderes e frente à sociedade, ao lançar medidas provisórias como esta, desrespeitando toda a sociedade e todos os demais Poderes constituídos.

Eu queria saber por que o Governo lançou essa medida provisória. Até agora não vi nenhum representante do Governo defendendo o porquê dessa medida provisória.

Alguns já falaram que é por causa do desempenho insuficiente do Governo na área da Assistência Social. Bem, se o Governo tem um desempenho negativo na área da Assistência Social, não é adiando por mais dois anos a Conferência de Assistência Social que seu desempenho vai ficar melhor. Também não é adiando a Conferência Nacional que a sociedade não vai apresentar os resultados, ou seja, os indicadores sociais, os indicadores do desempenho do Governo não serão omitidos, não serão eliminados. Então, a tática, o comportamento de avestruz, escondendo a cabeça sob a terra não vai mudar a realidade do Governo com relação ao seu desempenho na área social.

Quero dizer que lá em Pernambuco a nossa disposição de realizarmos a conferência estadual é grande. Já existe um acordo nesse sentido entre os representantes da sociedade civil e também do Governo Estadual para realizarmos nossa conferência, independente da conferência nacional. Vários Municípios também já estão demonstrando interesse em realizar as suas conferências municipais.

No Estado de Pernambuco nós vamos continuar organizando a Assistência Social.

Gostaria de reiterar a proposta que foi feita, caso a conferência nacional não seja realizada. Que se tenha este encontro nacional, que não terá o caráter oficial de conferência, mas que poderá servir de caixa de ressonância para todos os Municípios e para todos os Estados, que terão as suas propostas, os resultados de suas conferências. Aí nós vamos mostrar para todo o Brasil o que nós iríamos mostrar se, de fato, fosse uma conferência nacional.

Reiteramos essa proposta de um encontro nacional caso essas gestões, no sentido de derrubar a medida provisória, não obtenham sucesso.

Muito obrigado.

PATRÍCIA SOUZA DE MARCO - Sou representante do segmento dos trabalhadores no CNAS, represento a Central Única dos Trabalhadores.

Embora muito já tenha sido dito, considero importante que nós, enquanto representantes dos trabalhadores organizados, também nos pronunciemos com relação à medida provisória.

Enquanto organização sindical, estamos acostumados a trabalhar com os trabalhadores organizados. É uma luta um pouco menos difícil, se comparada a dos setores desorganizados.

Nós, trabalhadores organizados, estamos sofrendo grandes ataques com relação à perda de direitos duramente conquistados, direitos trabalhista e sociais. Enquanto uma central sindical, que lida com os organizados, estamos repensando, a todo o momento, a nossa prática sindical, como solidarizar, apoiar e fortalecer os segmentos desorganizados e marginalizados da sociedade. É de se espantar que um Governo, que tem como função desenvolver políticas públicas, não tenha essa mesma preocupação. Vários setores, hoje, têm pensado em ações que possam aumentar a cidadania no Brasil.

O Governo, de quem nós poderíamos esperar uma ação nesse sentido, é o que menos tem demonstrado essa intenção. Nós percebemos que o Governo ainda está aprendendo a ser um Estado democrático, ainda não sabe lidar com a sociedade, não sabe lidar com outros segmentos.

Causa-nos muito espanto o Governo se negar a ouvir a sociedade civil organizada e as entidades de assistência social; negar-se a ouvir os Municípios, os Estados e os usuários, em primeiro lugar.

São vários os sujeitos que estão deixando de ter oportunidade de conversar com o Governo Federal. Por que o Governo Federal não quer ouvir esses diversos segmentos?

A intenção do CNAS, ao propor a vocês a realização desse evento nacional - que não é uma mera reunião ampliada, é um evento com participação muito maior, um evento de peso nacional - é dizer que, se Governo Federal não quer ouvir os diversos setores envolvidos na política de Assistência Social, o CNAS quer ouvir.

Achamos que, para nossa atuação, enquanto CNAS, é muito importante haver uma avaliação desses diversos atores sobre a política de assistência e como a LOAS tem sido implementada. Lamento, com muita indignação, que o Governo Federal não queira fazer o mesmo.

A Ana colocou aqui a questão do funcionamento dos Conselhos. Nós temos ouvido argumentos do Governo, alegando que é muito cedo para avaliar. Está muito cedo para avaliar que nós temos só 17 Conselhos Estaduais funcionando? Por que nós só temos 17? Como eles estão funcionando? Está cedo para isso? Nós temos quatro anos de LOAS. Como essa lei está sendo implementada? Está cedo para sabermos dos Estados e dos Municípios se a descentralização está acontecendo de fato? Está cedo para avaliarmos a extensão, o alcance dos benefícios de prestação continuada?

Por mais argumentos que se ouça da esfera federal no sentido de que não há o que se avaliar, nós temos todos os argumentos para que façamos uma avaliação da política.

Ficamos espantados com um Governo que não quer ouvir a avaliação de uma política, que tem vários sujeitos envolvidos. Parece que o grande temor do Governo Federal é o de ser criticado. Numa política em que há vários atores, todos nós vamos ser criticados e fazer uma autocrítica.

Como é que os Estados e os Municípios estão enfrentando a LOAS no seu âmbito de atuação? E o Governo Federal? E as entidades de assistência, como têm se

incorporado na política de assistência? Os Conselhos, como têm atuado? É um processo coletivo de se repensar.

O Governo Federal tem que acabar com esta mentalidade de achar que não temos maturidade no processo de democratização, de construção de uma política pública, de nos colocarmos como sujeitos e atores dessa política.

Ao mesmo tempo que fazemos uma avaliação crítica também nos auto-avaliamos, até porque queremos aperfeiçoar esse sistema, que tanto batalhamos para que fosse implementado.

Se sucumbirmos a mais essa medida provisória, a tantas que este Governo tem implementado, acho que corremos o risco de jogar por terra toda uma luta por mudanças.

Fico muito feliz por ouvir aqui muitos representantes de Estados e de Municípios, dizendo que vão realizar a conferência. Espero que seja um número muito expressivo, por que nós temos de dizer - nós, Conselho, sociedade civil organizada, entidades de assistência, governos estaduais e municipais - que não temos medo de enfrentar críticas e que estamos dispostos a construir alternativas para aperfeiçoar isso. O único sujeito dentre os envolvidos que tem medo de enfrentar esse desafio é o Governo Federal.

Acho que é um recado muito bem dado que podemos dar. O único ator que vai ficar de fora desse processo é o Governo Federal.

Só queria esclarecer que muitas propostas estão sendo feitas aqui e que estaremos retomando-as mais tarde, para ver o encaminhamento que será dado. Acho importante que se vá amadurecendo, até para dar subsídios para o CNAS de como podemos contribuir no processo da construção das conferências estaduais e municipais.

Quero reafirmar que, embora seja uma luta árdua, temos que trabalhar em cima do evento nacional que vamos realizar no final do ano, mas não podemos desistir da conferência nacional. Temos um campo para ficar atuando e não podemos nos dar por vencidos. Acho que temos que continuar a luta, e não ficar só trabalhando com a possibilidade de um evento nacional.

Ainda tem um chão que temos que percorrer para tentar alterar a medida provisória, para fazermos o evento nacional, e vamos ainda concentrar nossas forças para ver se conseguimos alterar a medida provisória.

OSWALDO RUSSO - Gostei muito da intervenção da Patrícia.

Achei importante o Governo Fernando Henrique Cardoso editar essa medida provisória, tendo como centro o seu desempenho. É um equívoco do Governo nesse sentido, por que todos os nossos governos estaduais e municipais, independentemente dos partidos políticos e das hegemonias políticas que administram esses governos, têm problemas.

Nós estamos nos afirmando como política pública e isso é muito importante.

Aqui no Distrito Federal implantamos, no ano passado, o Conselho. Elaboramos um Plano de Assistência Social e temos a convicção de que vamos chegar ao final do ano e vamos fazer uma avaliação ainda aquém da nossa capacidade de desempenho. Mas o que o Governo do Distrito Federal não tem medo de ser avaliado, de se auto-avaliar.

Portanto, aqui no Distrito Federal vamos dar todo o apoio à realização da Conferência de Assistência Social do Distrito Federal. Mais do que isso: coloco à disposição, em nome do Governo Democrático e Popular, a Secretaria da Criança e da Assistência Social para realização do encontro nacional, aqui em Brasília.

A única medida provisória que eu concordaria neste momento - eu faço coro aqui com todos contra a medida provisória -, seria se o Presidente Fernando Henrique Cardoso assinasse em prol da marcha dos sem-terra, para declarar de interesse social e autorizar desapropriação de todos os latifúndios improdutivos neste País.

PRESIDENTE (Celcino de Carvalho Filho) - Só há uma inscrição e uma reinscrição.

Conselheiro Vando com a palavra.

VANDEVALDO NOGUEIRA - Como Vice-Presidente do CNAS e também como representante da Associação Brasileira de ONGs, não poderia me furtar de também me colocar à frente dessa realidade.

Desde o início defendi a conferência e a ABONG é uma grande defensora dos processos de conferência, porque entende que isso ajuda a democratizar o Estado, ajuda a comprometer ainda mais a sociedade civil e as decisões que ali são tomadas.

A tentativa do Governo de impedir a conferência ainda não está definitivamente consagrada. Hoje, sim. Mas o Governo vai ter que reeditar, até dezembro, sete vezes a medida provisória, cancelando essa conferência. Entendo que nós aqui devemos brigar sete vezes para que essa medida provisória não seja reeditada, ou pelo menos o inciso da medida provisória, que está em sua trigésima edição.

Eu entendo, também, que existe um clamor na sociedade contra as medidas provisórias. Talvez não necessariamente contra as medidas provisórias, mas como disse antes aqui o Wagner Frazão, contra a forma absoluta de governar, que está tomando forma nesse País. Já houve medida provisória contra uma decisão da Justiça. Há várias medidas provisórias que impedem a boa atuação do Congresso, que, aliás, também tem responsabilidade, deveria se rebelar mais, manifestar-se mais. A sociedade também é responsável, se se criar um movimento grande, nos Estados e Municípios, com certeza o Governo não vai reeditar sete vezes, esse inciso, dessa medida provisória.

Hoje tivemos um bom começo. Foi praticamente unânime contra a MP. Pelo menos não vi ninguém aqui, que se manifestasse em defesa dessa decisão de Governo Federal, da forma autoritária e isolada de governar. Também não apareceram aqui pessoas para defendê-la.

Vamos lutar contra a medida provisória, vamos realizar as conferências municipais e as conferências estaduais e vamos trabalhar firme para que esse evento nacional possa ainda ser transformado na 2ª Conferência Nacional, porque eu entendo que essa é a nossa vontade: não de realizar um evento, mas uma conferência.

PRESIDENTE (Celcino de Carvalho Filho) - Eu pediria que o próximo inscrito se aproximasse para que possamos ganhar tempo na intervenção seguinte.

LOURDES GOMES DOS SANTOS - Bom-dia.

Eu sou Conselheira do Estado de Sergipe e representando a Frente das Associações de Bairros de Sergipe.

Fui tomada de surpresa por essa medida provisória e fiquei muito preocupada. Será que esses governadores vão realmente apoiar essas conferências estaduais ou irão copiar, como é de praxe, o Governo Federal? Quase todos os atos do Governo Federal são repassados aos Estados e eles, realmente, dão apoio, na sua maioria. Não vou generalizar, mas eles apoiam.

Seria interessante que os representantes estaduais, que estão reunidos em vários segmentos de seus Estados, formassem um grupo e procurassem os seus Senadores, por que já começariam a agir, agora, para que a medida fosse rejeitada. Já foi reeditada por trinta vezes. Não é possível que ela tenha condições de ser aprovada.

A minha sugestão é que os grupos sejam formados e que cada um procure os seus Senadores para que se mobilizem, pois não acredito que, em uma conversa amigável, vá ser retirado o inciso da medida provisória. As decisões do Presidente Fernando Henrique nunca voltam atrás.

EDINAIDE ARARUNA DOS SANTOS - Sou do Estado da Paraíba, Presidente do Conselho e sou Vereadora.

Eu queria dizer que debatemos a conferência e, por unanimidade, estamos de acordo que a conferência seja no dia 5 de dezembro. Teria como sugestão o seguinte: já que nós, vereadores, somos a base de sustentação tanto dos Deputados Federais e Estaduais, como de Senadores, proponho-me, na bancada da Paraíba, a tentar sensibilizá-los, para que nos ajudem, junto com o nosso Presidente, para que a nossa conferência seja efetuada nessa data.

Proponho que as pessoas que estejam representando os seus Estados consigam junto ao seus Deputados e aos seus Senadores a modificação da MP.

Obrigada.

ANTÔNIO DE PÁDUA MAIA - Sou representante da CUT no Conselho de Assistência Social do DF.

Acredito, em cima do debate que se travou aqui, na posição contrária à medida provisória.

O Presidente Fernando Henrique poderia trazer uma medida provisória para colocar a Conferência Nacional de Saúde para ser feita de dois em dois, como é a do Conselho de Assistência Social, e não o faz. Acredito que ele não faz porque existe o Projeto Comunidade Solidária e ele quer, desvalorizando o Conselho de Assistência Social, valorizar o projeto de sua esposa, que ela dirige.

Como este Plenário é contrário à medida provisória, ele deveria, a partir daqui, manifestar essa contrariedade.

CÉLIO MORAES - Eu sou representante do Movimento Nacional do Meninos e Meninas de Rua no CNAS.

Somando vozes com todos os que me antecederam, acho um absurdo o que aconteceu. Estamos todos aqui até chocados com o fato de que o Governo Federal, ao invés de estar abrindo essa discussão seriamente, está defendendo o argumento de que acha cedo para avaliar. Sou contrário a esse argumento, que deveria ser, democraticamente, discutido até mesmo na conferência. O Governo Federal não teve a coragem de colocar essa sua perspectiva em discussão, em debate.

Isso, por um lado, demonstra - como todos já disseram - uma forma de gestão autoritária, através de medidas provisórias. Demonstra, também, um medo, um medo desta organização que está aqui presente, do fato de estarmos todos aqui discutindo, unanimemente, essa postura do Governo Federal.

O fato de todos aqui terem defendido a realização da conferência e o fato de os Estados e Municípios estarem se propondo a fazer as suas conferências demonstram a força que está tendo essa defesa da política de Assistência Social, enquanto um direito de todos e um dever do Estado.

O fato de o Ministro Clóvis Carvalho ter cancelado a audiência que teríamos agora, ao meio-dia, também me parece mais um agravante deste temor que ele está tendo.

Acho que isso é bom. É bom porque nos fortalece, porque nos coloca como atores relevantes enquanto grupo, enquanto membros da sociedade aqui presentes: tanto sociedade civil organizada como membros de poderes de Estado e Municípios. Estamos fortes, estamos intimidando esse Governo Federal. É muito importante que se tenha isso claro, para não desanimarmos, tanto em momentos como este, como também através das redes que cada organização tem, da sua representação em cada Estado, da sua presença. Temos que conseguir fazer com que esse “tiro saia pela culatra” para que venhamos ainda mais fortalecidos para esse encontro, em dezembro, demonstrando que há, efetivamente, uma rede social em defesa da assistência social, espalhada por todo o Brasil. Vamos avaliar o desempenho que está tendo o Governo Federal, porque isso é fundamental para que nos aprimoremos, independente da vontade do poder público.

ELENICE MALZONI - Represento a Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família do Estado do Paraná. Estão presentes também dois representantes do Conselho Estadual de Assistência Não-Governamental, e do Fórum Estadual de Assistência Social.

Fizemos uma discussão anterior à discussão sobre a realização da conferência e o Estado está trazendo a decisão de realizá-las, independentemente da questão nacional. Vamos tentar realizá-la.

Trazendo a contribuição de fazer uma outra mobilização, podemos aproveitar a reunião de hoje para que possamos, em cada Estado, desenvolver um processo, uma mobilização, uma estratégia, que possa reforçar e garantir a realização da conferência nacional, uma vez que, mesmo que exista isso a nível de Estado, prejudica muito se não houver a nível nacional, desfortalece um pouco o processo.

Eu queria deixar aqui registrado que o Paraná vai realizar as conferências municipais, as regionais e a estadual. Muito obrigada.

PRESIDENTE (Celécino de Carvalho Filho) - Com essa última fala não há mais nenhum inscrito, mas há uma reinscrição.

Eu pediria que a Estela tomasse a palavra.

ESTELA MARES - Eu fico muito contente em ouvir a companheira que me antecedeu porque, embora nós tenhamos nos reafirmado bastante como sociedade civil, é importante reconhecemos que os gestores são parceiros, que eles têm um compromisso sério com um projeto social que inclua os cidadãos e seu direitos. É muito importante essa parceria e isto nós reconhecemos.

Eu queria fazer um encaminhamento à Mesa, em respeito a vinda, especialmente da sociedade civil, que sabe como é difícil alterar compromissos de trabalho e custear a própria estada aqui e o deslocamento. Embora esta reunião não tenha caráter deliberativo, mas consultivo, que a Mesa não acate só como sugestões, mas sistematize, até para que possamos visualizar o fruto do trabalho, o que produzimos esta manhã. Visualizar as propostas feitas, para que possamos ver o que se faz com elas e encaminharmos para tomada de decisões no CNAS.

Quanto à conferência nacional, queria fazer a proposta de que não se mantenha apenas uma reunião ampliada, mas que mantenhamos uma estrutura de conferência. Pode não ter esse nome, pode ser um encontro nacional, mas que se mantenha a estrutura com a vinda de delegados e se tragam as propostas. Podemos não ter o direito de ter uma conferência formal, com deliberação, mas acho que temos o direito de refletirmos e de mostrarmos a nossa indignação. Não podemos abrir mão, porque significa abrir mão, ao longo do tempo, até do direito de viver.

PRESIDENTE (Celécino de Carvalho Filho) - Em relação a primeira parte da abordagem, o Conselho esclarece - eu vou ler rapidamente, tentei fazer um resumo, pois vai ser feito um apanhado mais denso -, que as sugestões todas estão sendo registradas e, como a Estela mesmo disse, a função dessa reunião é consultiva. O CNAS está registrando tudo, por isso existem dois relatores à Mesa.

Vamos analisar já na reunião de amanhã todas as sugestões feitas. Algumas delas estamos providenciando agora mesmo. Há uma, entretanto, que precisamos consultar o Plenário, que foi a oferta feita pelo CNAS de ser o coordenador ou co-coordenador, como você

falou aqui, e de que forma seria isto, até porque a reunião da tarde vai ser sobre o temário e tudo o que seria da organização.

A sugestão que a Estela fez, de que o encontro nacional seja com delegado, fica complicada, porque a escolha de delegado implica uma relação formal e essa relação está impedida por força da medida provisória.

Nada impede que se faça, no final do ano, uma reunião ampliada, ou o nome que ela tenha. Quanto à sugestão de se trazer delegados, a minha primeira avaliação é de que isto teria uma implicação. Não temos apoio legal, para fazer isso.

O encontro está mantido, a reunião será na data da conferência, apenas a normatização para trazer delegados. Acho que o conselho ainda não poderia decidir, teria que examinar melhor essa situação, porque competiria a organização de uma conferência.

ESTELA MARES - Como fazer não importa, mas que esses representantes possam vir a esse encontro nacional, porque em nível estadual está garantida a conferência. Que não se dê o nome de “delegados”, mas representantes, e que venham a esse encontro trazendo as propostas colocadas.

PRESIDENTE (Celcino de Carvalho Filho) - Perfeito. Isso está sem problemas.
Com a palavra a Conselheira Marlova.

MARLOVA JOVCHELOVITCH - Quero pedir licença para discordar do nosso Presidente. Em absoluto a medida provisória impede que haja delegados.

O Rio Grande do Sul - e a Míriam está aí para confirmar - fez a sua 1ª Conferência Estadual de Assistência Social quando nem havia LOAS. Fizemos conferências municipais, de onde se tiraram delegados, para a conferência estadual.

A medida provisória só impede, no meu ponto de vista e no de vários juristas que consultei, a convocação formal da conferência por parte do Governo. Todo o resto deve ser feito, pode ser feito e, tenho certeza, será feito.

PRESIDENTE (Celecino de Carvalho Filho) - Eu respeito a posição da colega Conselheira, mas só estou esclarecendo. Falei que a posição preliminar é que, se há um ato formal cancelando a conferência, fica complicado para o Conselho fazer uma convocação nos moldes de uma conferência. Deve-se reexaminar isso. Mas nada impede que se venha para essa reunião com esse caráter, isso já foi colocado aqui. Então, não há nenhum problema em relação a isso.

Feitos os esclarecimentos, ficam as perguntas que fiz no início, em função das decisões de ontem do Conselho, em reunião ordinária, e da oferta que o Conselho fez, a este Plenário, no sentido de coordenar a realização das conferências estaduais e municipais.

O Plenário quer se manifestar sobre isso? Como seria essa coordenação para que nós, à tarde, tratássemos de todo o temário, de sugestão de normas para dar unicidade a essas discussões das conferências municipais e estaduais? Vamos nos manifestar em relação a isso? O Conselho fez uma oferta para coordenar ou co-coordenar, como queiram entender, o processo de discussão das conferências estaduais e das municipais. Então, o Conselho, até para continuar o seu trabalho, precisa da anuência dos senhores. Vamos então nos manifestar nesse sentido?

Só um momento que a Ana pediu a palavra.

ANA LÍGIA GOMES - Eu queria que fosse esclarecida essa proposta de coordenação, por que, na realidade, todas as nossas leis, pelo menos no meu Estado - imagino que nos outros não seja diferente -, quem tem o poder de convocar essa conferência são os conselhos estaduais. Cabe ao Conselho a coordenação do evento, pelo menos é o que me parece. Então, nós temos que esclarecer um pouco mais qual é a proposta. Eu entendo mais a posição do Conselho como de assessoria e não exatamente de coordenação. É o que eu entendo. Mas temos discutir um temário único, pois precisamos ter um temário único, para que, depois, as conferências estaduais gerem um documento único, que poderia ser produzido nesse encontro nacional.

A presença do CNAS nessas conferências estaduais também precisa ser melhor esclarecida. Qual é a posição do CNAS em relação a bancar financeiramente a presença de seus

conselheiros? Tudo isso é muito importante para nós, mas precisa ser muito bem esclarecido, pois precisamos nos articular a nível de Estado.

Parece-me que a posição seria muito mais de assessoria e não exatamente de coordenação. A coordenação cabe ao Conselho Estadual que é quem vai convocar a conferência.

PRESIDENTE (Celecino de Carvalho Filho) - Deixe-me dar alguns esclarecimentos e o Vice-Presidente vai complementá-los.

A intenção do Conselho foi de dizer que quer estar presente no processo de discussão, quer dele participar e com ele colaborar. Se o nome é coordenação, assessoria, articulação nós vamos discutir aqui. O Conselho fez uma sugestão no sentido de dizer que está presente no processo, apesar da limitação legal que está imposta ao Conselho.

Há uma sugestão específica sobre, a questão do temário e seus subtemas, que nós pretendemos discutir na parte da tarde. É a demonstração do Conselho que quer participar do processo.

Ontem foi aventada a possibilidade de realizarmos alguns estudos para subsidiar as discussões das conferências estaduais e municipais.

Como vamos fazer e em que profundidade, vai depender da nossa compreensão mútua. O Conselho está disposto, a despeito da limitação legal, a envidar todos os esforços para viabilizar as conferências estaduais e municipais. Não temos uma proposta pronta, mas estamos nos oferecendo para colaborar nesse processo.

É evidente que o Conselho sabe que quem convoca a conferência estadual é o Conselho Estadual e quem convoca a conferência municipal é o Conselho Municipal.

A pergunta é: de que forma o CNAS pode colaborar nesse processo?

A primeira coisa é saber que o temário é fundamental, como foi reconhecido aqui, por unanimidade, para que tenhamos uma convergência de discussões dos problemas. Então, esse é um aspecto.

O que mais? Fixação de datas para evitar que, por exemplo, uma conferência municipal se realize em outubro. Aí fica complicado. Como realizar a estadual? Nós temos

propostas de datas de realização das municipais, para dar condição de haver a estadual. E assim sucessivamente.

Aquilo que estiver ao alcance do Conselho, ele se disporá a colaborar na efetividade dessa organização.

MILTON - Ela me deixou um pouco assustado. Nós, que somos representantes de Municípios - eu mesmo estou em dúvida - para fazermos o trabalho no nosso Município, quando chega em uma instância maior, parece que a deliberação vai ser só uma consulta analisada, não será uma deliberação aceita.

Eu queria esclarecer uma coisa. Nós que somos portadores de deficiência temos uma experiência de encontros nacionais e regionais que deliberam, mandam delegados. Por que, então, não mandar delegados para o Encontro Nacional de Assistência Social? Eu acho que não tem nada de mais.

Como a companheira ressaltou, o Governo tirou não a possibilidade de realização, mas tirou a competência. É diferente.

Então, se nós assegurarmos que a nível nacional vai ter o caráter deliberativo, nós podemos reforçar isso nas nossas conferências.

PRESIDENTE (Celcino de Carvalho Filho) - Deixe-me só voltar a esclarecer que, do ponto de vista legal, o Conselho não pode convocar uma conferência nacional. Isso está claro para todo mundo.

O encontro nacional, como falei no primeiro momento, está mantido na mesma data, para que possamos discutir. Vamos ver de que forma, então, virão esses delegados.

Se não é uma conferência nacional, precisa de delegado formalmente convocado? Se precisar, então se convoca para esse encontro. É só esse aspecto que queria mencionar.

VANDEVALDO NOGUEIRA - Quero deixar bem claro que o Conselho não está se colocando ou decidindo como vai coordenar, articular ou assessorar o processo. O Conselho

está se colocando à disposição dos Conselhos Estaduais, Conselhos Municipais e Fóruns para trabalhar no sentido de dar uma certa unidade. Se existem conferências nos Municípios e nos Estados, elas não podem ser díspares. Cada Estado pensa em um formato de conferência, cada Município pensa em um formato de conferência.

Como o Conselho vinha trabalhando no sentido da realização da conferência nacional, não é difícil manter-se com esse papel. Só que não é mais competência do Conselho manter esse papel, no sentido formal da conferência, e não queremos fazê-la na clandestinidade.

Temos que lutar pela conferência. A data, em dezembro, é simbólica. Vamos continuar lutando pela revogação daquele inciso da medida provisória. Se for revogado, pelo Executivo ou pelo Congresso Nacional, será automaticamente reconvocada a 2ª Conferência Nacional e seremos todos vitoriosos, acredito, inclusive, o próprio Governo, desde que entenda que não significará uma derrota para ele, mas um ganho para a sociedade como um todo, para o Estado como um todo.

Vocês poderiam, tranqüilamente, e teriam total e plena autonomia, decidir criar uma articulação nacional, que vá organizar o processo de conferências nos Estados e Municípios. Claro, vocês decidem. O Conselho acatará também uma decisão dessa natureza.

Quando o Conselho se coloca à disposição, ele espera que vocês entendam que isso também significa um respaldo ao Conselho Nacional para não desistir desse processo, para comprometê-lo com esse processo, ajudar a fortalecer esse processo.

Eu diria, por fim, que a luta não acabou. Ainda estamos em abril, vamos tentar revogar essa medida e vamos organizar seriamente as conferências nos Estados e Municípios. Não pode ser qualquer conferência, organizada de qualquer forma. Eu defendo que o Conselho seja um articulador, um assessor desse processo, contribuindo com sua estrutura, com sua experiência e com sua vontade, sobretudo, de realizar a conferência.

EDUARDO BARBOSA - Falo aqui em nome dos Secretários de Estado, como Presidente do Fórum de Secretários. Nós queríamos fazer uma observação, sobretudo, na questão da coordenação.

Infelizmente não tivemos oportunidade de fazer uma consulta ampla a todos os Secretários de Estado, no que se refere à medida provisória, em função de sua publicação recente. No entanto, alguns Secretários estão presentes e nós já tivemos oportunidade de conversar, aqui nos bastidores, e também fizemos contatos com outros, que aqui não estão. Tivemos uma posição formal de, pelo menos, dez Secretários de Estado totalmente favoráveis à realização das conferências estaduais. Não só favoráveis, como também já está se dando, a nível de Estado, seu processo de encaminhamento. São Estados importantes dentro da organização do processo de Assistência Social e no processo histórico de influência nessa organização.

Eu acredito que essas conferências estarão sendo realizadas, sem sombra de dúvida.

Nós acreditamos, também, que é muito importante termos uma definição, uma diretriz, uma estratégia estabelecida pelo CNAS no que se refere à temática, no que se refere ao que devemos buscar em termos de propostas conclusivas do Estado para serem discutidas a nível nacional. Acreditamos que a co-coordenação, sobretudo na definição dessas questões, para nós é importante.

No que foi citado pela representante de Santa Catarina, o CNAS tem condições plenas de estar arcando com as despesas, de estar encaminhando os Conselheiros aos Estados, porque é um papel do Conselho o deslocamento dos Conselheiros, quando eles são convidados pelos Estados para exercer qualquer trabalho de representatividade do Conselho. Então, não vejo nenhum ponto de estrangulamento nesse aspecto, por parte do Conselho, sabendo que, por parte dos Estados, talvez seja complicado assumir o ônus de despesas com deslocamento e hospedagem dos Conselheiros do CNAS.

Faço uma proposta: o CNAS poderia trabalhar uma resolução, definindo, sobretudo, o cronograma de trabalho das diversas conferências dos Estados; a temática a ser desenvolvida, e a definição, inclusive, por parte dessa resolução, do número de representantes ou delegados que poderiam estar participando de uma reunião ampliada, se assim for chamada, a nível nacional, buscando as deliberações dos Estados. Isso, o CNAS tem como fazer, pode fazê-lo, e é uma forma, talvez, de estar transpondo esse impasse, essa dificuldade.

Como Secretário de Estado, tenho a esperança de que haja uma revisão na medida provisória. A nossa esperança ainda não se findou.

Nós estivemos articulando com o líder da bancada do PSDB, Aécio Neves, que está buscando uma audiência com o Ministro Clóvis Carvalho. Esperamos que até o final da tarde tenhamos uma posição.

Caso se concretize essa definição dada pela medida provisória, que não haja reversão, acho que uma resolução do CNAS, estabelecendo essas regras, consolida a proposta de discutirmos a Assistência Social, ainda em 1997, a nível nacional.

Esse é o encaminhamento com que todos os Secretários de Estado concordarão, apesar de que os que aqui estão já estarem em concordância com as nossas idéias. Obrigado.

PRESIDENTE (Celécino de Carvalho Filho) - Quero fazer um esclarecimento oportuno. Nós trouxemos aqui, hoje, para assinar nessa Mesa, a convocação da conferência. Há uma resolução nesse sentido. Pena que não pode mais ser assinada em função da medida provisória. Nada impede, entretanto, que o seu conteúdo, como sugeriu o ilustre Conselheiro, seja utilizado nesse processo. Nós dissemos aqui, no início da reunião, que uma das três decisões tomadas ontem, pelo Conselho, foi de estimular, incentivar e participar das conferências estaduais e até, se possível, das municipais. Então, já está implícita essa participação dos membros do Conselho nas conferências estaduais.

Outro ponto é o temário que será objeto de discussão agora à tarde. Não só o temário como proposta de datas.

Como falei no início - foi decisão do Conselho ontem e eu não poderia oferecer outra proposta -, existe a oferta do Conselho de fazer isso. Como vai ser feito e qual é a dimensão da participação, os senhores vão decidir. O Conselho está dizendo insistentemente que quer participar do processo, precisa participar, mas é uma autonomia que os senhores têm, representantes de Estados e Municípios, em relação à oferta que o Conselho está fazendo.

A questão do temário está toda detalhada, tema, subtema. A questão das datas das conferências municipais, das datas das estaduais já estão decididas? Isso tudo é a oferta que

o Conselho está fazendo, em função da sua posição de Conselho Nacional, que já estava elaborando, tendo em vista a 2ª Conferência Nacional.

Tudo que o ilustre Conselheiro colocou já estava preparado, para que formalizássemos, através de resolução do Conselho, lançando a 2ª Conferência. Só não se pode fazer esse lançamento em função da proibição legal, mas poderemos usar toda a estrutura do Conselho no sentido de atingirmos esse objetivo. Acho que fica plenamente atendido.

ORLANDO THOMÉ CORDEIRO - Muito rapidamente, além de reforçar o que o Deputado Eduardo Barbosa explanou e em nome dos Secretários de Estado, eu gostaria de expressar que a nossa maior preocupação é que não se deve discutir o nome desse auxílio que o Conselho Nacional está se propondo a dar. O que nós temos caracterizado do ponto de vista político? O Conselho Nacional, aparentemente unânime, está absolutamente ganho na idéia de tentar reverter, o que está previsto atualmente na medida provisória, no que diz respeito à realização da conferência no final do ano.

Eu acho que uma ação nossa, querendo formalizar, Estados, Municípios, sociedade civil, ou órgãos governamentais, a participação do Conselho Nacional, reforça, politicamente, o Conselho Nacional nesse embate, que será um embate absolutamente duro.

Eu também me somo ao Deputado Eduardo Barbosa na expectativa de fazer, ainda a nível do Executivo, a mudança da medida provisória. Entretanto, não tenho ilusão da dificuldade que isso significa.

Acho que o Conselho Nacional é mais do que um parceiro, ele é um condutor, absolutamente qualificado, para esse processo. Essa oferta que o Conselho nos faz deve ser recebida por nós não como uma oferta meramente técnica de assessoria, ou uma visão até equivocada de interferência na autonomia dos Estados, mas deve ser vista, sim, como uma ação política de busca de apoio e de reforço, para aquilo que hoje o Conselho enfrenta de obstáculos, que é não poder convocar uma conferência, para a qual já estavam sendo dados todos os passos.

Nesse sentido eu queria reforçar a colocação do presidente do FONSET e adicionar essa preocupação. Não importa o nome, importa que nós aqui apoiamos o Conselho

Nacional, nessa busca de todos nós para realizarmos, no final do ano, a conferência como conferência, e não como uma conferência clandestina.

LUIZ ALBERTO R. VIEIRA - Sou Secretário Adjunto de Desenvolvimento Social do Município de Belo Horizonte e Presidente do Colegiado do Gestores Municipais de Assistência Social, que foi recentemente criado.

Eu só queria fazer um observação de ordem prática. Já que todos chegamos à conclusão de que a medida provisória não interfere na realização dos fóruns municipais e estaduais, só impede a conferência a nível nacional, acho que - até com a esperança de que venhamos a reverter essa medida provisória - deveríamos trabalhar na perspectiva de que fosse ser realizado o congresso em dezembro. Inclusive, a medida provisória pode vir a cair, mesmo no mês de outubro ou novembro. Não se sabe, pois ela vai ter que passar por sete votações até lá, ou sete reedições. Nós temos que estar organizados para fazermos o congresso da maneira como ele foi pensado.

Até por uma questão de ordem prática mesmo, deve haver a coordenação do CNAS.

ESTELA MARES - Com todo o respeito aos companheiros que se inscreveram e que trouxeram questões pertinentes, eu queria ressaltar que a Mesa não está respeitando as questões de ordem que foram pedidas e que têm precedência. Eu entendo que CNAS acaba repetindo o que faz o Governo nesse momento: eu entendo; eu entendo, mas vocês não levam. Acho que devem ser respeitadas as precedências.

Eu fiz uma proposta antes para que fosse lido tudo o que foi apresentado porque acaba acontecendo que, como as pessoas seguem se inscrevendo, um fala e a Mesa esclarece, rebatendo sempre as últimas inscrições.

Durante a manhã há acúmulo de propostas que podem não ser contraditórias. Quem sabe nós levantamos isso a agilizamos o processo?

PRESIDENTE (Celecino de Carvalho Filho) - Eu quero esclarecer a participante Estela que a Presidência respeita e sabe o que é uma questão de ordem. Por já ter participado por duas ou três vezes, e haver mais pessoas inscritas, estamos colhendo, ainda, as informações. A Presidência vai, ao final, ler um resumo das sugestões e não pode fazer isso em respeito a quem está inscrito para falar, pois ainda não terminaram as inscrições.

Só queria fazer esse esclarecimento. Qualquer um poderá ter participação efetiva, e insistente, quantas vezes quiser. Não há nenhum problema quanto a isso.

Eu gostaria de registrar a presença da Deputada Rita Camata e convidá-la para o seu esclarecimento aqui em público.

RITA CAMATA - Eu quero inicialmente desejar bom-dia a todos os Conselheiros aqui presentes e dizer que fomos comunicados da audiência ao meio-dia.

Fomos para a Comissão de Seguridade e Família, da qual faço parte, juntamente com os Deputados Eduardo Jorge e Fátima Pelaes e tantos outros companheiros. Levamos à Comissão um informe, um convite para que outros parlamentares pudessem acompanhar essa audiência que foi adiada, que seria ao meio-dia.

Também na Comissão aprovamos um requerimento, por sugestão do Deputado Eduardo Jorge, no sentido de não só acompanharmos para que realmente essa conferência aconteça neste ano, mas também atuarmos dentro do Congresso Nacional.

O Executivo, pelas suas reedições escandalosas - essa já é a trigésima reedição - veio agora com a novidade do adiamento e, no nosso entendimento, um empecilho grande à implementação de uma política de Assistência Social, de fato, neste País.

Deixarmos para daqui a quatro anos é brincadeira. Perderemos quatro anos para só daí fazermos uma avaliação e podermos ter correções de rumos nesse setor.

Portanto, nós vamos trabalhar, também, junto aos líderes partidários, porque são eles que indicam os membros para compor as Comissões para apreciar medida provisória.

Vamos passar uma descompostura nos líderes e também no Presidente da Câmara por não cumprirem com o preceito regimental da instalação da Comissão.

Vamos trabalhar no sentido da instalação, o mais rápido possível, da Comissão que vai analisar a medida provisória; trabalhar no sentido de que um projeto de Comissão possa suprimir o artigo que faz essa mudança abrupta, sem ouvir o Conselho e seus Conselheiros com relação a essa avaliação que seria de dois em dois anos.

Paralelo a isso, houve a sugestão de que a Comissão de Seguridade deveria fazer um seminário. Esse seria um instrumento. Se não conseguirmos êxito - e vamos trabalhar para que tenhamos êxito, no sentido da conferência ocorrer, de fato, este ano, através da supressão da medida provisória, que trata das mudança dessa matéria -, temos também na Comissão de Seguridade um fórum para discutirmos a política de Assistência Social e como está a implementação, de fato, dessas políticas no País.

Era essa a comunicação que eu gostaria de fazer.

Acho importante que os Conselheiros, que aqui estão, e o Conselho Nacional também possam manifestar, junto aos líderes partidários, junto ao Presidente do Congresso, ao Presidente da Câmara o seu sentimento da importância do trabalho que está sendo feito e o grande esforço para que ocorra neste ano; que possam mostrar a importância disso a nível da sociedade brasileira. Também poderia ser feito um apelo de vocês, como Conselheiros, como integrantes no envolvimento diretos no comprometimento direto de políticas públicas, assistenciais e promocionais.

Que vocês também pudessem fazer isso junto aos líderes de todos os partidos. Existe uma hora em que toda a pressão é útil, válida e pode dar uma resposta extremamente rápida e eficaz.

Portanto era só esse comunicado. Nós estamos juntos, vamos somar. É importante que possamos ser acionados, porque nesta Casa há muita coisa tramitando no mesmo momento. Você têm que entender de tudo e não saber de nada. A máxima deste Congresso é essa.

Eu cumprimento o trabalho de vocês.

A Deputada Fátima pede que eu comunique que a audiência que seria hoje, às 12 horas, foi transferida para amanhã, às 10 horas, com o Ministro Clóvis Carvalho.

Portanto, nós vamos trabalhar a nível de Executivo e Legislativo e esperamos que a sociedade seja a maior beneficiada, com a conferência ocorrendo, de fato, neste ano, como é tão esperado e ansiado por todos nós.

Obrigada.

PRESIDENTE (Celecino de Carvalho Filho) - Obrigado Deputada pelo seu empenho na tentativa de reverter essa decisão tomada.

A Presidência consultou os Secretários e eles estão impossibilitados de fazer o resumo nesse momento. O compromisso que se faz é para às 14 horas, eles ficam proibidos de almoçar e elaboram um resumo do que foi aqui sugerido e, antes de se entrar nas questões do temário, datas, etc., ofereça ao Plenário o resumo das sugestões aqui oferecidas.

Pergunto à ilustre representante de Porto Alegre se isso atende à sua reivindicação. (Pausa.)

Muito bem.

ANA PAULA COSTA - Sou Presidente da Fundação Municipal, responsável pela assistência social em Porto Alegre.

Eu vou fazer uma proposta que acho que sistematiza a discussão de hoje, e que contempla, de certa forma, o que se discutiu.

Hoje, às 16 horas, conforme estava programado pelo Conselho Nacional na programação original deste encontro, poderá ser feito o lançamento de um encontro nacional, através de uma resolução, com o mesmo formato proposto, enquanto conferência, com toda a regulamentação presente nas conferências estaduais e municipais. Que nós façamos deste momento, um ato político, que demonstre a nossa organização a nível nacional e a nossa manifestação política, diante da atitude do Governo Federal. E que utilizemos esse nosso encontro desta forma. Mudamos o nome, mas o caracterizamos com a mesma forma de uma conferência nacional.

PRESIDENTE (Celecino de Carvalho Filho) - Mais alguma sugestão ou oferta de encaminhamento? (Pausa.)

Podemos, então, encerrar os trabalhos agora na parte da manhã e retomaremos às 14 horas em ponto.

* * *



**MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

ATA DA 38ª REUNIÃO ORDINÁRIA

BRASÍLIA/DF

PRESIDENTE (Celecino de Carvalho Filho) - Boa-tarde!

Vamos dar início aos nossos trabalhos da tarde.

Conforme falamos pela manhã, inicialmente vamos pedir aos nossos Relatores oficiais - que não almoçaram! - para que façam a leitura do resumo das recomendações da reunião da parte da manhã.

Lembro aos ilustres presentes que essa reunião tem caráter consultivo. Então, essas recomendações, que estão aqui listadas, vão ser objeto de apreciação pelo Conselho na sua reunião ordinária de amanhã, que já está marcada com esse objetivo.

Imediatamente passaremos à discussão da participação do CNAS nas Conferências estaduais e municipais, discutindo temário, datas etc., para que os senhores retornem às suas bases com informações objetivas sobre o processo de Conferências estaduais e municipais.

Sei que o momento é de certa ansiedade, mas eu pediria a compreensão de todos para que prestassem atenção ao que está sendo discutido, já que o nosso tempo é muito curto e já vários anunciaram que têm compromissos a partir das 17 horas, com viagem de retorno. Então, em respeito a todo esse esforço que foi feito, para estarem aqui, neste momento adverso, por favor, colaborem, para que a reunião seja rápida mas que ninguém saia daqui sem

uma informação objetiva para prosseguir o processo de Conferência na sua Unidade, seja estadual, seja municipal. A Presidência agradece por essa compreensão.

Passo a palavra à prezada Conselheira Mariazinha para fazer um relato sucinto do que foi recomendado na parte da manhã.

MARIA JOSÉ LIMA DE C.BARROSO - Sr. Presidente, nós procuramos fazer uma sistematização sob três aspectos: constatações, propostas e advertências.

Esse conteúdo, depois de aprovado, será repassado para a Comissão de Redação, para que lhe dê uma feição bem melhor.

Constatou-se: generalizada perplexidade e reprovação à MP que adiou a II Conferência Nacional de Assistência Social.

Razões: bloqueio do processo de avaliação de toda a Política de Assistência Social do País. Impede uma avaliação ampla e crítica do processo de descentralização previsto na LOAS. Dificulta o processo de participação do Governo e sociedade civil iniciado com a criação do CNAS, dos Conselhos estaduais e municipais.

A MP específica insere-se num contexto mais amplo de desrespeito à participação do cidadão nas grandes decisões da vida nacional. Em outras palavras, prevalece o Executivo usando e abusando da MP, reforçando o seu caráter autoritário.

Há omissão do Congresso Nacional, que não se define face às MPs, seja no sentido de aprová-las ou não, seja modificando-as, seja coibindo o seu uso indevido.

Propostas: manter permanentes gestões; criar comissões no sentido de revogar a MP através das seguintes gestões: contato com a Casa Civil, audiência com a Presidência do Congresso, contato com as lideranças dos partidos, audiência com a Presidência da Câmara.

As Comissões de Seguridade Social e de Direitos Humanos da Câmara se dispõem a permanente acompanhamento de todo o processo e também fazendo pressão.

Ampliar a Comissão de negociação; manter o processo de preparação em níveis estadual e municipal, conforme o cronograma já previsto; manter o temário proposto pelo CNAS.

A questão foi amplamente aceita e incorporada também por dez Secretários estaduais, na fala do Deputado Eduardo, nosso Conselheiro.

O CNAS coloca-se à disposição para articular e sistematizar o processo de realização das Conferências estaduais e municipais.

A Secretaria de Assistência Social da Criança e do Adolescente do Distrito Federal apoiará em Brasília, na mesma data, um evento com a mesma característica de discussão nacional.

O CNAS fará uma resolução, aproveitando a minuta prevista para o lançamento da Conferência.

Sugere-se a criação de um fórum paralelo para discutir a assistência social.

Também criar instrumentos de informações, socializando informações pelo CNAS. Estudos de assistência social - textos - no cenário nacional, com uma análise qualitativa. Essa foi uma proposta do CEFESS.

E as advertências - os sinais de alerta: possíveis dificuldades, tendência dos governos estaduais e municipais a repetirem a atitude do Executivo nacional.

Manter viva a ampla mobilização em torno da assistência social.

Essa foi a sistematização que pudemos fazer em tão curto espaço de tempo.

PRESIDENTE (Celcino de Carvalho Filho) - Consulto o Plenário se esse resumo contempla as abordagens que aqui foram feitas; se há alguma dúvida quanto a algum encaminhamento que eventualmente não tenha sido registrado. (Pausa.)

FRANCISCA FONTOURA (Chiquita) - Sou de Fortaleza. Seria interessante um encontro, uma audiência com o Presidente do Senado também e não só da Câmara.

PRESIDENTE (Celcino de Carvalho Filho) - Foi colocado também: Senado e Câmara. Os dois.

Mais alguma observação sobre as recomendações feitas? (Pausa.)

Por favor, Orlando, ao microfone.

ORLANDO - Parece que se pretende que esse seja um relatório consensual do que foi a reunião.

Logo no início, quando falo do caráter autoritário das medidas provisórias ou do Governo, eu queria resgatar uma intervenção feita aqui pelo companheiro de Maceió - não sei se está presente no plenário, inclusive eu pretendia inscrever-me na ocasião e não o fiz porque o que ele falou contemplou o que eu diria - que se contrapõe um pouco a isso.

Acho que não podemos confundir medidas equivocadas e até em determinados momentos que atacam a democracia, como um conceito global de autoritarismo, ou mesmo um conceito ditatorial. Então, sugiro que suprimamos essa adjetivação do fato em si, da medida, e ataquemos o que ela tem de objetivo, que é o adiamento.

Essa é a minha sugestão, para não criarmos conflitos onde eles não existem.

PRESIDENTE (Celescino de Carvalho Filho) - O.k.

Por favor, ao microfone.

ESTELA - Se é para retirada da questão de se é autoritária ou não, se a Medida é autoritária ou não, pelo menos tem de constar a forma, o caráter, porque, como ela foi editada sem sermos consultados, isso é autoritarismo. É uma questão de forma. Para mim, isso tem de permanecer.

PRESIDENTE (Celescino de Carvalho Filho) - Veja bem, acho que ficou claro e a Relatoria está entendendo que devemos registrar todas as posições aqui expendidas. Já que não há votação, se está faltando alguma coisa, que se inclua, para que o relatório espelhe o resumo do que aqui foi colocado.

Como disse antes - e insisto - já estava programada uma reunião para amanhã, que será mantida, obviamente, quando o Conselho, reunido em caráter ordinário, vai considerar essas recomendações, vai discuti-las e votá-las para dar prosseguimento a esse processo.

Podemos então passar ao segundo ponto da reunião da tarde? (Pausa.)

Discussão do temário e objetivos das Conferências.

Eu gostaria de preliminarmente tecer algumas considerações sobre o processo de descentralização e, em seguida, passar a palavra aos colegas para algum detalhamento.

Em vez de discutirmos agora como vamos participar, vamos ser mais objetivos. A minha sugestão é irmos direto ao assunto, temário, subtemas e tal. Onde não houver concordância, vamos discutir para já formatar o que desejamos fazer.

Rapidamente, uma questão preliminar que se levanta no processo de descentralização é que esse processo veio, no bojo da Constituição de 88, buscar uma proximidade da decisão, ou seja, que a decisão fique o mais próximo possível do cidadão. Esse é o objetivo final do processo de descentralização e a própria Constituição consagra dois instrumentos: a democracia representativa - estamos na casa máxima da democracia representativa - e um segundo ponto muito importante que a Constituição de 88 ainda acrescentou, que é a democracia participativa, querendo reforçar o caráter democrático da sociedade brasileira e querendo, portanto, que a decisão fique o mais próximo possível do cidadão.

Essa é a lógica resumida que se pretendeu, e tive a felicidade e o privilégio de participar do momento da Constituinte e trabalhei muito essa questão. Portanto, ficou muito claro para mim esse processo, desde o primeiro momento. Mas ele implica alguns encaminhamentos. Há vários aspectos.

Eu costumo centrar a discussão da descentralização em dois pontos que considero os mais relevantes dentre os muito importantes na área da descentralização.

O primeiro deles é: para você fazer com que a decisão chegue próximo do cidadão, ela tem de ser partilhada entre os vários níveis de governo e a própria sociedade civil. Esse é um eixo muito importante. Sem parceria não há possibilidade de se viabilizar o processo de descentralização. Daí a idéia dos Conselhos estaduais, municipais, todos eles paritários - fazer com que a sociedade, portanto, fique o mais próximo possível da decisão. Esse é um aspecto.

Outro, que não pode ser esquecido, absolutamente, e aí seguramente está o foco da maior resistência, é a questão da partilha do poder. É fundamental que a sociedade inteira entenda, sobretudo gestores municipais, estaduais e o nacional, que todos eles entendam que sem o partilhamento do poder não há possibilidade de descentralização. Aí vem a primeira

grande incompreensão quanto ao processo de descentralização. Tenho ouvido de prefeitos e vejo em publicações, em anúncios de governadores e até em áreas do Governo Federal, que os Conselhos atrapalham. Não se pode ter essa visão de que o Conselho vem para atrapalhar. O Conselho é parceiro no processo. Na medida em que ele traz para perto da decisão os usuários da assistência social, as entidades, os trabalhadores e o próprio Governo, está buscando uma decisão a mais próxima possível da cidadania. Isso não pode ser compreendido como um fator de emperramento do processo ou de substituição dos gestores nos seus diferentes níveis. Não é assim. Ela exige essa partilha de poder. E seguramente esse é um ponto de resistência.

Não nos podemos esquecer - e sempre me refiro a isto - da nossa tradição cultural: um país extremamente autoritário que, sempre que está na oposição, quer democracia no limite; quando assume, a democracia tem de ser relativa, no máximo. Isso vale para as três esferas de governo.

Então, todo o esforço do CNAS, dos Conselhos estaduais e municipais, da sociedade civil, dos próprios representantes governamentais nos Estados, nos Municípios e na própria área federal comprometidos com o processo está buscando a viabilização de uma determinação constitucional. Não houve sugestão da Constituição nesse sentido; a nossa Carta Política determinou que praticássemos a democracia participativa além da democracia representativa. Portanto, não estamos brincando de interpretar uma possível norma constitucional. Absolutamente. Estamos tentando aplicar uma determinação constitucional. Se não se quer que isto se viabilize, há um caminho natural: uma emenda à Constituição suprimindo esse item da democracia participativa - e aí vamos para o embate para ver o que resulta desse encaminhamento. Enquanto isso não acontece, temos a nossa responsabilidade. Enquanto cidadãos e sobretudo enquanto representantes num Conselho do porte do Conselho Nacional, que tem competências enormes, sendo a principal aprovar a Política Nacional de Assistência Social e todas as suas derivações, não podemos ficar de braços cruzados tendo em vista uma determinação constitucional.

Então, vejam, o que está em jogo é o cumprimento de uma determinação constitucional. Um país que quer ser sério, que quer ser democrático, não pode desconsiderar uma determinação constitucional, porque assim acabamos com a democracia. Um Estado de

Direito não pode ficar a mercê de uma exclusão, sobretudo de uma determinação da nossa Carta Política.

Este era o enfoque que eu desejava fazer. Começar a discussão dando uma idéia geral do que representa resumidamente todo esse processo. É preciso que haja um pouco de paciência, mas muita persistência, na condução do processo. As incompreensões são muitas: não se quer dividir o poder, não se quer partilhar o poder. E não tenham dúvidas - gosto de ir direto á questão - este é o principal fator de dificuldade. Isso vai fazer com que esmoreçamos, que nos recolhemos? Absolutamente. Temos de ir à luta esclarecendo que isto não é invenção dos Conselhos. Num país democrático, a Carta Política é fundamental, sem o que, vamos vier nas trevas, como acabei por ouvir aqui hoje: vamos desconhecer o ato "x", o ato tal. Gente, a democracia não pode estar à mercê desse tipo de coisa. Se o ato é contra a vontade da instituição, vamos lutar dentro da normalidade democrática para reverter aquilo que para nós é adverso. Portanto, o processo de descentralização tem de avançar. Não é por uma simples vontade do Conselho, o que já seria suficiente para avançar, mas porque é uma determinação constitucional nesse sentido.

Então, vejam, não é preciso explicar mais nada. A lei é apenas decorrência disso. Ela é apenas decorrência de uma determinação constitucional.

Com esta preliminar, eu queria que centrássemos a reflexão e as questões nesse ponto. E como disse, o Conselho estava se preparando e continua nesse processo, e definiu o tema, até porque está na própria Lei Orgânica a razão da convocação da Conferência Nacional, que é o tema da descentralização. Por isso fiz esta breve abordagem inicial.

O tema diz claramente: "O sistema descentralizado e participativo da assistência social - construindo a inclusão, universalizando direitos".

Esse é o tema que o Conselho iria apresentar aqui para a nossa discussão, está apresentando, iria baixar uma resolução nesse sentido. Com essa impossibilidade, estamos agora apresentando a forma de sugestão que fizemos no início da manhã para discutamos se concordamos com esse tema, se há alternativas para que possamos reexaminar essa questão e começamos agora a discutir. Quer dizer, há todo um temário estabelecido - e vamos passar a palavra a um Conselheiro para fazer a explicação dos subtemas que estão dentro desse tema

maior - e a partir daí, começarmos um processo de discussão em relação ao temário. Podemos discutir se o nome está bom, se não está bom, aguardamos sugestões nesse sentido, e também se os demais subtemas estão contemplados nesse processo.

Para isso, precisamos compor a Mesa com os nossos colegas que vão tratar desse assunto: os coordenadores das Comissões Temáticas do Conselho Nacional, Ana Lígia, Patrícia e Fátima.

Prezada Conselheira Marlova, por gentileza.

MARLOVA JOVCHELOVITCH - A Comissão Organizadora d Conferência vem-se reunindo e um dos aspectos em que nós estamos trabalhando já há algum tempo é a questão do temário. Montamos o temário para trazê-lo à apreciação de vocês, hoje, aqui, com a idéia de que esse seria um momento partilhado, que acataríamos sugestões, acataríamos eventuais mudanças no temário proposto e tiraríamos daqui hoje o temário geral da II Conferência. Entendemos que esse momento deve ser mantido. Vamos procurar, através dos Coordenadores das Comissões do CNAS, dos grupos de trabalho, fazer essa exposição de forma detalhada, e depois esperamos as sugestões dos Conselhos estaduais, dos Fóruns, Secretarias, enfim.

Nós pensamos que o temário geral da II Conferência Nacional, e, portanto, das municipais e estaduais é a questão do sistema descentralizado e participativo da assistência social construindo a inclusão e universalizando direitos. (Pausa.)

Vou registrar a presença do Deputado Fetter Júnior, do PPB do Rio Grande do Sul. Se o senhor quiser ocupar um lugar na Mesa, Deputado, por favor, fique à vontade.

Então, o temário geral seria o sistema descentralizado e participativo da assistência social construindo a inclusão e universalizando os direitos. E daí decorreriam as temáticas específicas, que seriam discutidas em palestras e nos diversos grupos de trabalho: avaliação da ampliação da cobertura de atendimento dentro do princípio de universalização dos direitos sociais, tornando o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas, avaliação do processo de repasse de recursos do Fundo Nacional de Assistência Social para os fundos estaduais e municipais, considerando, inclusive, a utilização de critérios aprovados pelo Conselho Nacional de Assistência Social; avaliação da transparência e da publicização na

concessão de benefícios e nos serviços, programas e projetos assistenciais, bem como nos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para a sua concessão; o financiamento do sistema de assistência social nas três esferas de governo - entendendo-se que aí precisa também avaliar a questão do financiamento nos Estados e nos Municípios -; avaliação da relação público/privado na área assistencial; e o sistema descentralizado e participativo, seus instrumentos de organização e funcionamento.

A Conselheira Patrícia, Coordenadora do nosso Grupo de Trabalho de Políticas Sociais vai detalhar parte desses temas e os demais Coordenadores dos nossos grupos de trabalho, a Fátima, do Financiamento, e a Ana Lígia, da relação público/privado, do nosso Grupo de Trabalho de Normas, vão explicar os aspectos que envolvem os outros temas.

Eu queria fazer uma explicação genérica, que é anterior à própria questão do temário, que foi a preocupação que a Comissão Organizadora teve: na construção do temário, fazer uma ligação direta entre as diretrizes e princípios contidos na Lei Orgânica da Assistência Social.

Nós entendemos que, como o objetivo maior da Conferência é avaliar o sistema descentralizado e participativo, se revela extremamente importante que nós possamos partir dos princípios e diretrizes propostos na Lei Orgânica da Assistência Social e construir o temário a partir desses princípios e diretrizes, buscando justamente observar o respeito aos princípios e diretrizes contidos na Lei.

Então, deixo a palavra para a Patrícia para fazer essa primeira explicação mais geral.

PATRÍCIA SOUZA DE MARCO - Começarei por dizer como nós imaginamos o desenvolvimento do subtema “avaliação da ampliação da cobertura do atendimento dentro do princípio de universalização dos direitos”.

Consideramos que é muito importante, transcorrido todo esse processo de implantação da LOAS e de elaboração dos planos estaduais e municipais de assistência, e do que foi discutido até agora, pela área federal, de política, o Plano Nacional de Assistência, avaliarmos se o que andamos implementando significou dar cobertura de atendimento à

população. Vários Estados e Municípios desenvolveram um processo de elaboração de planos e acredito que muitos no sentido também de estar ampliando, seja o número de pessoas atendidas, seja também a extensão da cobertura, o tipo de serviço: oferecer maiores serviços de uma qualidade melhor.

Então, entendemos que este também deve ser o propósito de uma política nacional de assistência.

Avaliamos que seria importante, neste momento, fazermos uma reflexão se, com essas medidas que foram propostas, houve essa preocupação de fato de ampliar a cobertura, de universalizar os direitos; se na política de assistência, nos planos estaduais e municipais houve esse propósito e, se houve, se ele foi alcançado.

Nós nos preocupamos em desenvolver ações, medidas para universalizar os direitos? E se buscamos essas medidas, em que sentido elas tiveram alcance?

Então, é um exercício de avaliar a eficácia da política - isso, a nível das três instâncias, federal, estadual e municipal.

Imaginamos, então, que esse processo de avaliação da política pode dar um pouco mais até de discussão no sentido de pensarmos em que base foi construída a política a nível nacional, estadual e municipal.

Partimos de que diagnóstico? Que resultados nos propomos alcançar? A política, do jeito que foi implementada, propiciou essa universalização? Do jeito que foi executada, ela se articulou com as demais políticas, no sentido de ampliar os direitos à assistência social?

Seria, então, um exercício de avaliar, dentre as funções da política nacional de assistência - e aí também a níveis estadual e municipal - a inserção da população no direito aos benefícios, aos programas e serviços. Também, se a política, como medida de prevenção, alcançou esta função. Foram realizadas ações no sentido de impedir ou dificultar que mais segmentos entrassem para aquele nível de pobreza mais acentuado ainda? Foram tomadas medidas de proteção aos excluídos? Essa seria uma outra função da política. Se a política promoveu cidadania.

Seria um exercício para vermos se o que está sendo feito está correspondendo às funções de uma política. Começamos a exercitar a organização da assistência pensando sempre no alcance dela, ou seja, com que o usuário está sendo atendido.

Esse seria o exercício que faríamos em termos das Conferências municipais, estaduais e no encontro nacional: termos o exercício de avaliar a política.

Como é que se avalia política? Que indicadores usamos? Que referências estamos adotando para indicar? Ao que nos propusemos? O que foi proposto à política? Metas, serviços, projetos, benefícios? E a qualidade desses serviços e desses benefícios?

Seria termos uma coisa que não costumamos ter na área da assistência, que é trabalharmos com uma busca de indicadores - indicadores sociais para formular a política e indicadores para avaliar o alcance dessa política.

Aí, então, sabemos que a política nacional de assistência foi organizada. Em que bases? Ela cumpriu suas funções de uma política nacional?

E fazemos esse exercício também nos Estados e no Municípios.

Outro item que também foi pensado é com relação mais especificamente aos benefícios, serviços, programas e projetos, de uma maneira mais centrada e não falando da política como um todo, mas desses elementos na sua relação. Eles foram acessíveis ou não para a população? Aí, nos seus diversos aspectos.

Foi falado aqui na questão da transparência e da publicização. A população soube desses benefícios, desses serviços, desses projetos? Que mecanismos utilizamos para torná-los públicos, conhecidos? Esse é um aspecto. Mas também poderíamos acrescentar outros: qual foi o alcance desses serviços e desses benefícios? Como estão os benefícios de prestação continuada, como está a discussão dos benefícios eventuais? Nos serviços propostos, nos projetos implementados, qual foi o alcance dessas ações? Quais os recursos colocados à disposição para que esses benefícios, serviços e programas fossem atendidos? Quais os critérios para a concessão dos benefícios?

Então, a idéia é fazermos uma avaliação mais detalhada não só da política como um todo, de como ela foi concebida, foi pensada, mas também na sua execução, na sua operacionalização. Um exercício de como operacionalizamos, como materializamos a política ou o

plano, na sua operacionalização, na sua concepção. E aí a questão da informação é um dado importante, como também é um dado o financiamento, o recursos disponível para o que foi proposto, o alcance e quem foi de fato atendido. Esses programas, serviços e benefícios tiveram o caráter includente? Ou os critérios, o recurso disponível acentuaram ou reforçaram, digamos, a já tradicional exclusão?

Esse seria um outro aspecto.

A questão da descentralização contribuiu, ou não, até onde ela caminhou, para que houvesse mais eficácia com relação aos benefícios, aos programas ou serviços? Tem a ver descentralização com melhoria de atendimento, com alcance dos benefícios, dos serviços e dos projetos? Se tem, de fato, a descentralização contribuiu para isso, ou não foi um elemento que reforçasse um alcance desse atendimento à população? Ou seja, a descentralização seria um fator importante, mas de fato não foi. E por que não foi?

E também fazer uma relação dos benefícios, programas e serviços com o processo de descentralização. Este processo foi concebido como um elemento auxiliar e, em alguns momentos, determinante para que os benefícios tivessem um alcance grande, para que o controle social fosse maior. De fato, a descentralização fez isso?

A descentralização também era um instrumento importante para tornar mais acessíveis os serviços. Ela fez isso?

Então, seria um momento para avaliarmos a operacionalização dos benefícios, dos serviços e dos programas e também fazer a relação com a descentralização, que foi concebida com um fim. Mas ela de fato correspondeu a esse fim, até este momento de implantação?

E um outro item seria o sistema descentralizado e participativo, instrumentos de organização e funcionamento.

Nesse subtema teríamos também um exercício, mas de avaliar o processo de criação dos Conselhos - criação, estruturação, funcionamento dos Conselhos. A LOAS concebe, e nós todos concordamos, que os Conselhos são instrumento fundamental para o processo de descentralização e controle social e também da qualidade da prestação dos benefícios, dos serviços. Então, esses Conselhos, com essa função de dar transparência, de contribuir com a

qualidade para exercer controle social, têm exercido essa função? Não tem? Se não têm, por quê? O que está faltando para os Conselhos serem implementados?

Ou os Conselhos estão funcionando. Mas eles estão funcionando cumprindo a sua função? Se não estão, por que não estão? Quais as condições que estão sendo negadas, ou não estão sendo oferecidas? E como o Conselho, como instância participativa, contribuiu também para o processo de elaboração do plano e da operacionalização dos serviços, dos projetos e da prestação de benefícios?

A idéia é estarmos fazendo esse cruzamento da política, política-plano, com a forma concreta da operacionalização dos planos e da política, que são os programas, os serviços, os benefícios, os projetos, como isso se concretiza na prática, e se foi concretizado, de que maneira. E a relação com um sujeito fundamental nesse processo, que são os Conselhos, que têm um caráter paritário e a função de elaborar o plano e de acompanhar e fiscalizar a execução. Essa trilogia funcionou? Os benefícios, como parte da política, e os serviços deram conta de dar a qualidade de atendimento planejada? E o espaço Conselhos estadual, municipal e nacional deram conta de exercer sua função de elaborar esse plano, de fazer com que esse plano fosse realizado? Eles exerceram as funções de acompanhamento das ações? Ele foi um sujeito atuante nesse processo? Esses Conselhos fizeram a diferença no processo de organização da política de assistência? Eles tiveram essa função ativa? Se não tiveram, por que não tiveram?

O objetivo da relação desses três subtemas é de que maneira a descentralização, que era um objetivo fundamental da assistência, o processo participativo, se essa dupla descentralização-participação viabilizaram a universalização dos direitos.

Não sei se mais alguém da Comissão gostaria de acrescentar mais alguma coisa.

MARLOVA JOVCHELOVITCH - Eu só ia tentar relacionar realmente esses três itens sobre os quais a Patrícia explanou com os arts. 4º e 5º da LOAS. O art. 4º, na Seção I, define os princípios da universalização dos direitos sociais, o respeito e a dignidade do cidadão, a igualdade dos direitos e a divulgação ampla de benefícios, serviços e programas. Na Seção II, as diretrizes - art. 5º da LOAS - as diretrizes para a organização da assistência social, que é a

descentralização político-administrativa, comando único das ações, a participação da população por meio dessas instâncias e organizações representativas na formulação e no controle das ações em todos os níveis, que é o que a Patrícia enfatizava muito bem no final de sua explanação - o controle efetivo das ações em todos os níveis e a primazia da responsabilidade do Estado.

Antes de passar a palavra para a Fátima, que vai expor sobre o financiamento, quero colocar a palavra, rapidamente, à disposição do Deputado Fetter Júnior, que pediu licença para se retirar em função de um compromisso já agendado.

DEPUTADO FETTER JÚNIOR - Dra. Marlova, prezados integrantes da Mesa, muito brevemente, quero dizer que não estou aqui como pessoa física, mas como pessoa jurídica, já que sou, neste momento, eventualmente, o coordenador da bancada federal do Rio Grande d Sul, que inclui os 31 Deputados e 3 Senadores.

Nós fomos provocados pela Dra. Marlova, numa reunião nossa, para que gestionássemos junto ao Governo pela não transferência da Conferência e, além disso, nos integrássemos a esse esforço. Então, a minha presença aqui é no sentido de dizer que os Deputados e Senadores do Rio Grande do Sul foram sensíveis ao apelo, estão dispostos a colaborar, dentro das nossas possibilidades, nessa questão, e entendemos perfeitamente as ponderações feitas e achamos que esse é um assunto muito importante, que precisa ser discutido.

Temos diferenças sensíveis dentro da bancada - temos Deputados e Senadores de todos os partidos - mas a questão é relevante, achamos que ela precisa ser discutida e estou aqui, em nome da bancada gaúcha, para dizer que estamos solidários com a reivindicação e para cumprimentá-los por essa luta, vocês que fazem um trabalho social importante. Vocês, de uma certa forma, procuram compensar as distorções e imperfeições da sociedade integrando pessoas que têm dificuldades várias de integração na sociedade. Isso é importante, estamos solidários e pedimos desculpas, porque quarta-feira é o pior dia para nós, porque temos tudo que é comissão possível, todas as audiências possíveis e votação em plenário e, portanto, os outros Deputados e Senadores terão dificuldades em comparecer aqui. Eu não posso permanecer, porque tinha uma audiência às três horas, mas fiz questão de aguardar o final da exposição para explicar.

Então, estamos solidários naquilo que pudermos ser úteis - e seremos - e amanhã, na audiência que teremos com o Clóvis Carvalho eu não poderei estar presente, porque terei outra reunião na Caixa Econômica para tratar do Fundo de Garantia, mas vou ver se algum Deputado ou Senador da bancada poderá nos representar nessa audiência.

Era o registro. Peço desculpas por não poder permanecer mais, mas aguardaremos as conclusões e nos colocaremos à disposição naquilo que for possível.

Era isso, em nome da bancada do Rio Grande do Sul. (Palmas.)

MARLOVA JOVCHELOVITCH - Quero lhe agradecer, Deputado, e dizer que tenho motivos para estar orgulhosa da minha bancada aqui. Como o senhor disse, independente das divergências partidárias, o senhor nos traz o apoio dos nossos 31 Deputados Federais e dos nossos 3 Senadores.

Então, vou mais uma vez pedir, enfatizar a importância de que um do nossos Deputados ou algum Senador esteja amanhã na audiência com o Ministro Clóvis Carvalho, porque um terá o peso de trinta e quatro!

Muito obrigada.

A Conselheira Patrícia pede para fazer um adendo. Depois falará a Conselheira Fátima.

PATRÍCIA SOUZA DE MARCO - Só mais uma coisa, gente.

A questão dos planos e dos Conselhos é um tema de que já vimos tratando em várias reuniões ampliadas. É lógico que não esgotamos essa temática e ela precisa estar sendo retomada a todo momento. Mas um dos itens aqui nós pouco trabalhamos, ou não trabalhamos da maneira necessária: os benefícios.

Temos visto uma preocupação, lógico que de todos nós, com esse tema, porque ele diz respeito diretamente à população e sempre vemos que há uma necessidade, uma ansiedade muito grande dos Estados e dos Municípios, em todas as reuniões ampliadas de terem esclarecimentos do CNAS com relação a como está sendo discutida e pensada essa questão dos benefícios.

Esse é um tema que ainda precisamos preparar melhor para as Conferências estaduais e municipais. Talvez fosse o caso de, na próxima reunião ampliada, elegermos esse tema como o tema central de uma reunião ampliada. De alguma maneira, tratamos de política, de plano, de Conselhos, e não vamos deixar de tratar desses assuntos importantes, mas vamos nos deter, clarificar um pouco, aprofundar um pouco mais a discussão sobre benefícios, para que possamos dar qualidade ainda maior, nas Conferências municipais, nas estaduais e no Encontro Nacional, a essa questão dos benefícios.

Fica uma indicação de que devemos aprofundar um pouco mais essa temática para que as Conferências dêem um salto com relação a esse tema.

Obrigada.

MARLOVA JOVCHELOVITCH - A Conselheira Fátima, Coordenadora do nosso Grupo de Financiamento, vai destacar os temas previstos em relação a financiamento.

MARIA DE FÁTIMA DE AZEVEDO FERREIRA - Boa tarde.

Meu nome é Fátima e sou atualmente Coordenadora da Comissão de Financiamento.

As questões que vou levantar aqui foram tiradas ontem, numa reunião da própria Comissão. Nós tentamos trazer para vocês, dentro do tempo que vai ser possível, questões importantes com relação ao orçamento.

Sempre que discutimos orçamento - como nessa questão que foi levantada agora da política - existe um tripé: a assistência social, a forma como ela é organizada e o financiamento necessário a que ela se viabilize realmente. Portanto, o orçamento é uma questão delicada e às vezes não é tão fácil de ser tratada, apesar de que, depois que começamos a discuti-la, é apaixonante.

Sempre que começo essa discussão, pergunta se as pessoas já discutiram orçamento.

Se eu fizesse essa pergunta, qual seria a resposta aqui? O Plenário todo já discutiu orçamento? (Pausa.)

Realmente, é pouco discutido. Essa é a questão. Acho que devemos, na assistência social, criar a cultura de estar discutindo o orçamento, dada a importância que ele tem nessa área.

Para a Conferência, destacamos alguns pontos que consideramos importantes no temário devido à demanda que estava vindo dos Conselhos estaduais e municipais. Um era a questão dos critérios do repasse do Fundo Nacional para os fundos estaduais e municipais.

Quais eram esses critérios e de onde tinham saído?

Esses critérios foram elaborados também por uma comissão, inclusive com a participação da SAS - Secretaria da Assistência Social e com dados do IPEA. Eles pegavam fundamentalmente a questão do *per capita*, a questão demográfica, do número da população, a questão da pobreza entre os critérios mais importantes. Com esses critérios, estabelecemos como seria o repasse para cada Unidade da Federação.

Esses critérios foram muito questionados por alguns Conselhos estaduais e municipais, achando que eles não contemplavam, ou que se tinham situado em dados de 1991, que eram os dados que o IPEA tinha e que havia dados mais novos em relação à densidade demográfica, à própria questão da pobreza etc. Nós temos alguns documentos dos Estados sobre isso e pretendemos fazer um estudo sério sobre esse assunto que acho que diz muito respeito a nós. Quando defendemos um orçamento precisamos saber qual é realmente a demanda, o que é necessário, quantos excluídos temos de atingir e com qualidade, para poder determinar esse orçamento.

Essa foi uma das questões, o critério. Outras surgiram com relação ao repasse para os Estados e os Municípios. Uma delas foi quanto ao art. 30 da Lei Orgânica, que estabelece que para os Estados e os Municípios que tenham cumprido o disposto nesse artigo, ou seja, que tenham Conselho montado, um fundo e um plano, os repasses sejam feitos automaticamente aos Municípios e não aos Estados. Isso criou problema, porque os Municípios achavam que tinham criado os seus Conselhos, os seus fundos, estavam fazendo seus planos e, no entanto, não estavam recebendo o dinheiro que lhes competia. Ao mesmo tempo, os Estado

levantavam com que autonomia seria repassado o recurso diretamente, na medida em que eles, Estados, discutiam, tinham prioridades etc.

Nós resolvemos, numa reunião entre o FONSEAS e a representação dos Municípios, com o próprio CNAS, e chegamos à conclusão de que realmente os recursos deveriam ser repassados a Estados e Municípios na medida em que o Municípios contemplassem as prioridades dos Estados, ou seja, não houvesse planos com uma desarticulação total do Estado. Quer dizer, o município resolve que a sua prioridade é fazer creches, quando, na realidade, a prioridade é aumentar o número de vagas nas existentes.

Estou dando um exemplo para mostrar que uma coisa tem de ser vinculada com a outra, respeitando-se as realidades dos Municípios mas, ao mesmo tempo, garantindo também que o Estado, como uma Unidade da Federação, tenha as suas prioridades, o seu trabalho atendidos de uma forma articulada.

Então, houve esse problema de repasse de recursos.

Outra questão que considero muito importante, ainda mais por estarmos fazendo aqui uma reunião num congresso, é a das emendas parlamentares. Quando discutimos um orçamento e ele, mesmo dentro daqueles critérios que estamos querendo rever, vai para o Congresso, às vezes ele é completamente desfigurado por conta das emendas parlamentares.

Discutindo isso no Conselho Nacional de Seguridade Social, a Saúde levantou: nós temos muitas emendas que já vêm carimbadas e temos de mandar mesmo. Quer dizer, se isto acontece na Saúde, na Educação e em outras áreas, imaginem numa área com uma política pública recente e que vivia de filantropia! Essas emendas eram um dia-a-dia. É por isso que, quando falamos que a II Conferência Nacional é necessária, ela é realmente necessária neste momento, quando estamos querendo reverter esse tipo de coisa.

Essas emendas parlamentares às vezes desfiguram todo um orçamento que é feito. O que temos de fazer, então, já que eles estão tomando uma atitude que lhes é de direito, é convencer esses Deputados que discutam com o CNAS, vejam as prioridades nos seus Estados, nos seus Municípios, e encaminhem o assunto de forma a viabilizar essa transformação de assistencialismo para uma assistência pública com dignidade.

Esse é um dos enfrentamentos que vamos ter de fazer e, havendo abertura nesse congresso, para a assistência social, é necessário que também concentremos os nossos esforços estabelecendo critérios e reafirmando que existem esses critérios, os quais os Deputados terão, nas suas medidas, de viabilizar. Portanto, é uma questão cultural em que temos de interferir muito.

Outra questão que achamos que é importante discutir, neste tema financiamento é a do financiamento da assistência social nas três esferas.

Na esfera governamental, eu trouxe uma transparência que iria passar para vocês mostrando o que a nível nacional está-se prevendo para 97 em matéria de orçamento. Mas já me disseram que, se eu passar a transparência, posso causar um desvio da discussão prevista. Então, não vou passar a transparência, mas vou passar para cada um a proposta orçamentária de 1997, que ontem o representante da SOF disse que houve aumento. Houve aumento na assistência social, se comparar com 95 e 96! Eu disse para ele: você devia ter ido á reunião da Comissão, porque realmente nós não encontramos esse aumento. Ao contrário, encontramos um orçamento onde não há previsão de metas para os programas assistenciais - creche, idoso e deficiente. Não existe aumento de metas. Segundo, em 93 deixou de existir aumento de metas; em 94, *per capita*... O *per capita* aumentou 14% depois de quatro anos. Aí você diz: sim, mas não há uma inflação tão alta. Mas em 65 havia.

Se formos ver o processo inflacionário, realmente, um *per capita*, que sobe, por exemplo, para o idoso dependente, ou seja, aquele idoso que fica na cama e que precisa de todo cuidado, passou de 50 para 60 reais. Realmente, ainda acho que é um orçamento precário para dar uma assistência digna - não uma assistência social de miséria para miseráveis.

Outra questão é o benefício de prestação continuada. Ele atingiu um número significativo, principalmente de pessoas portadoras de deficiência, e tem ainda uma demanda muito grande para ser ainda absorvida. Existe o problema de que esse recurso foi diminuído. Foram solicitados 400 milhões, foi baixado para 380, porque 20 milhões ficaram para o enfrentamento do problema escravo infantil. E dos 380 baixou para 330, que não dá para cobrir. Então, acho que nós temos de rever realmente essa questão.

Existe a questão da contrapartida e do custeio dos Estados e Municípios, que está muito aquém do desejável. Fica claro também que a parte federal está muito aquém das necessidades orçamentárias.

Se eu perguntasse aqui, nos seus Estados, a não ser a contrapartida, que aqui você recebe dois mil e coloca 10% a mais para poder viabilizar um projeto, fora isso, quem tem investido nos Estados em assistência social mesmo, em fazer programas novos, em tentar viabilizar novos programas, novas formas de atendimento à população carente etc.? Quem tem?

Então, a participação da sociedade sempre foi, do ponto de vista da assistência social, uma presença permanente e muito importante. Só acho que não deve ser penalizada como sendo a única a fazer, porque já não seria direito do cidadão e dever do Estado.

Nós devemos, portanto, com relação a orçamento, estudar bastante o orçamento previsto pela União para 97, para que possamos reivindicar melhorias nele. E um orçamento para 98 mais digno, já tendo saído aí e colocadas as duas prioridades, ou seja, o benefício de prestação continuada e o enfrentamento da pobreza. Os outros projetos, então, deverão sofrer mais.

Acho que deveremos debater essas questões. Sinto muito colocar assuntos tão sérios em tão pouco tempo, mas estamos querendo ver todo o temário de uma forma geral, e como já passei o tempo - os colegas da Mesa já me alertaram - quero agradecer e me desculpar com a Mesa, mas haverão de convir em que este há assuntos extremamente sérios e graves a serem tratados.

MARLOVA JOVCHELOVITCH - O CNAS, a partir desta reunião, vai produzir, com as contribuições desta Plenária, um documento explicitando cada um dos subtemas e suas respectivas abordagens. Por isso temos procurado limitar o tempo: para dar espaço para que a Plenária participe, discuta, debata, para que possamos incorporar essas sugestões que vêm dos Conselhos estaduais, municipais, dos fóruns, na nossa sistematização e na produção de um documento em que o temário já seja o reflexo desta reunião hoje aqui. Porque nós achamos - temos certeza, aliás - que a experiência de descentralização dos Estados e dos Municípios tem

de se refletir no processo de avaliação. Então, precisamos das contribuições que você vão nos dar.

Passo a palavra à Conselheira Ana Lígia, Coordenadora do nosso Grupo de Trabalho de Relação Público/Privado e Normas.

PRESIDENTE (Celecino de Carvalho Filho) - Antes, quero registrar a presença do Deputado Izídio Pinheiro e dizer inclusive que nós solicitamos, e o Deputado atendeu prontamente ao Conselho, que nos garantisse a vaga deste auditório para o dia de hoje.

Ao Deputado, o nosso agradecimento.

Conselheira Ana Lígia.

ANA LÍGIA GOMES - Com o esclarecimento da Marlova, de que posteriormente o CNAS consolidará essa temática com os diversos subtemas num documento, contemplando as contribuições de vocês, e explicitará as abordagens de cada tema, eu apenas vou apresentar a temática desta questão usualmente denominada de relação público/privado na assistência social.

É um tema mais específico, que vocês conhecem muito bem, mas, até por uma questão de ordem, eu prefiro voltar à lei.

Essa temática vai tratar, basicamente, dos três incisos do art. 18 da Lei.

No primeiro inciso, uma competência do CNAS, que no âmbito local sei que também cabe aos Conselhos municipais e estaduais, em cada uma das esferas, qual seja, normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social.

Num segundo inciso, também uma competência específica do CNAS: fixar normas para a concessão de registro e certificado de fins filantrópicos às entidades privadas prestadoras de serviços e assessoramentos de assistência social.

No inciso III, conceder atestado de registro e certificado de entidades de fins filantrópicos na forma do regulamento a ser fixado... etc.

Basicamente, essa temática que agora apresento, e que poderá ser melhor explicitada com as contribuições de vocês, trata desse assunto.

Na I Conferência Nacional, vocês se lembram de que tivemos essa temática. Lá ela foi chamada de “relação público/privado, cidadania, filantropia...” e recebeu naquele momento uma abordagem inicial, como não poderia deixar de ser, muito mais teórica e do ponto de vista de princípios que deviam regular essa relação. Agora precisamos avançar mais e construir de fato essa regulação.

Se essa regulação precisa de um novo arcabouço legal, então vamos construir esse novo arcabouço, que é, vamos dizer assim, a consequência operacional dessa questão, mas ela não se envolve só com isso.

Então, tivemos essa temática na I Conferência. Qual é a diferença agora? A diferença é que precisamos, postos os princípios, que vocês vão relembrar e resgatar no relatório e nos Anais da I Conferência, agora nos cabe, a partir dos princípios que a I Conferência deliberou, construir essa regulação, de uma vez por todas, e começar a tornar isso concreto.

Com certeza - e aí vou chamar algumas abordagens possíveis para serem sistematizadas posteriormente - essa discussão passa também lá pelo art. 3º, que sei que é objeto ainda de muita discussão entre nós. O que se considera entidades de assistência social? Evidentemente que, para podermos discutir que tipo de prestação de serviços cabe às entidades de assistência social nesse campo dessa política pública, e como isso deve ser regulado, e que essa regulação, naturalmente, envolve público e privado, é preciso entender claramente o que está posto no art. 3º - o que são entidades de assistência social e de organização social.

A Constituição nos dá uns três ou quatro significados diferentes, numa construção meio de colcha de retalhos. Na saúde diz uma coisa, na educação diz outra, e diz outra na assistência social. Só para vocês terem uma idéia de que não é um assunto simples assim, como possa parecer, que pomos a mão e resolvemos e acabou.

Necessariamente, passa pela regulamentação do art. 3º. Sem essa compreensão, sem essa discussão clara nos fóruns estaduais e municipais, não conseguiremos avançar.

Vejam bem, o tipo de regulação e o arcabouço legal que viremos a construir dependem da concepção de política; depende dessa compreensão do que é essa entidade de assistência social parceira nessa política e dos princípios e diretrizes colocados na política que,

do ponto de vista do CNAS, devem explicitar o que a I Conferência Nacional definiu como esses princípios.

Então, tratemos de resgatar estas questões - acho que é a primeira abordagem, o primeiro ponto a discutir - e, segundo, os incisos II, III e IV do art. 8º. Depois vamos trabalhar melhor essa abordagem. E compreender que as Conferências estaduais e municipais, além deterem a legitimidade e a competência de trazer contribuições para questões que são da competência do CNAS regulamentar, elas também vão discutir, por causa do art. 9º, essa questão das entidades de assistência social. O art. 9º estabelece, e sei que muitos Conselhos estão fazendo - não é uma discussão simples, mas com muita polêmica - as inscrições das entidades nos Conselhos municipais, especialmente. Então, não há como nas Conferências fugir dessa discussão, porque vocês também têm essa atribuição, posta no art. 9º. Quer dizer, também os Conselhos estaduais e municipais devem entender e ter essa compreensão do que é uma entidade de assistência social ou uma organização de assistência social.

Esperamos, com isso, além de ter contribuições para incluir na política nacional, também para incluir nos planos e nas políticas estaduais.

A última coisa - isso é só uma primeira abordagem - vejam bem, uma das questões para definir o que é uma entidade de assistência social, e até conseguir construir uma nova regulação que se traduza, entre outras coisas, num novo aparato legal, teremos necessariamente de discutir uma entidade de assistência social e isso passa por discutir o interesse público. Que tipo de interesse público? Ela atende ao interesse público diferente do certificado de utilidade pública, que a rigor nada tem a ver de interesse público.

Então, ela passa necessariamente por discutir o interesse público, o tipo de clientela que ela atende. Ela atende, de fato, a clientela posta nos objetivos da assistência social? O tipo de atividade, o projeto de trabalho, a relação dela ali, naquele contexto, a finalidade da entidade... Naturalmente, a questão da não lucratividade também passa por aí, a gratuidade, que é uma discussão fundamental. Há entre nós até divergências sobre o que seja gratuidade, não é uma discussão tão simples.

Então, até se chegar a definir o que é uma entidade de assistência social para poder discutir a parceria e o tipo de regulação é preciso levantar questões importantes na política de assistência: gratuidade, clientela, interesse público, enfim, chamar questões importantes.

A entidade de classe defende uma determinada classe. A que defende o interesse público é de interesse público?

Isto é só para mostrar algumas polêmicas que podemos trabalhar e que são fundamentais nesses fóruns.

Basicamente, era isso. Eu só queria dar a notícia para vocês, bem rapidinho, que esperamos não só as contribuições técnicas e conceituais de vocês, mas também a mobilização política em torno desse desafio, que é um importante desafio do CNAS para conseguir construir uma nova regulação nesse campo. Temos muitas dificuldades a enfrentar.

Então, esperamos também esse tipo de esforço.

A Comissão de Normas, que eu coordeno, tem feito alguns estudos. É verdade, sei que estamos atrasados nessa discussão, que o Conselho, por sua conta, já levantam essas discussões e sei que estão, como é de sua competência, inscrevendo as entidades, mas o CNAS não podia fazer um trabalho... Nessa questão há uma construção de uma colcha de retalhos tão grande, que, ou trabalhamos a discussão como um todo, ou não podemos fazer um outro decreto aumentando a colcha de retalho, resolvendo um pequeno pedaço da questão. Então, optamos por construir em várias direções uma série de estudos e entre eles, estamos encomendando um estudo jurídico sobre quais são as condições e as possibilidades que o CNAS tem de trabalhar esse assunto, consolidar a legislação, que sei que há muita dificuldade em lidar com ela, com relação à emissão de papéis, de registro, de certificados de filantropia etc. Então, encomendamos um estudo ao Prof. Vicente Faleiros. Ele fez uma pesquisa bastante exaustiva, que agora no próximo dia 30 entregará ao CNAS, dando subsídio ao Conselho - e vamos socializar, naturalmente - para regulamentar o art. 3º da LOAS, ou seja, o que é entidade de assistência social e organização de assistência social e alguns subsídios para vocês a respeito do art. 9º, da competência de inscrição nos Conselhos, porque há que se ter algumas questões gerais, alguns princípios que unifiquem todos. É claro que um Conselho municipal tem autonomia para ter seus

critérios de inscrição, mas há que se ter aí alguma coisa geral e aí pensamos que é nesse campo que o CNAS pode entrar subsidiando.

O estudo fica pronto dia 30, daí em diante, a Comissão de Normas, junto com o CNAS, chamará alguns debates, vai socializar o documento e encaminhar algumas discussões e, é claro, um momento privilegiado para isso é o das Conferências.

Dizemos isto também um pouco para prestar conta do que temos feito, das nossas preocupações com relação a isso. Há um levantamento também na Receita Federal, que estamos estudando, um levantamento do estudo do impacto da isenção da quota patronal junto ao INSS.

São vários encaminhamentos. Tivemos uma discussão com o Ministério da Justiça sobre o tal certificado de utilidade pública; tivemos uma discussão com o Ministério da Saúde; estamos agendando um debate com o MEC também, porque a educação e a saúde têm um impacto muito grande nessa emissão de papéis no CNAS, que eu diria 70%. Enfim, aí contamos, para essa discussão, com essa II Conferência Nacional, ou esse II Fórum, que seja, para avançar na consolidação e na concretização desse desafio que enfrentamos.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

ANA LÍGIA GOMES - Exatamente o que eu disse: nós pedimos informações a ele. Estamos também com esse estudo.

Veja bem, nós recebemos tudo. Agora, vamos tentar trabalhar todos eles para socializar com alguma conseqüência lógica, porque não adianta eu mandar...

Nós fizemos esse estudo junto à Receita Federal, também sobre a imunidade fiscal.

MARLOVA JOVCHELOVITCH - Feita essa explanação sobre o temário geral e os desdobramentos, acho que é bom retomarmos essa lógica que norteou a construção do temário. São três grandes eixos: a questão da política de assistência social, enfocando o sistema descentralizado e participativo com suas instâncias organizativas, ou seja, os Conselhos, a

questão do financiamento e a questão da relação público/privado, e sempre com a preocupação com o tema geral, que é a questão de construir a inclusão e universalizar os direitos. Isto significa dizer o esforço que a política de assistência social precisa fazer para tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas políticas públicas. Então, nós entendemos, o CNAS entende, isto foi consenso entre nós, que essa questão de construir a inclusão e universalizar os direitos precisa ser mais do que só palavras, precisamos transformar essas palavras em ação. E, para isso, esse movimento da Conferência, ou das Conferências - vou continuar chamando de Conferência até ver o que vai dar, porque no mínimo vai haver um grande fórum, uma grande plenária - nossa II Conferência, que vai ser precedida, com certeza, de Conferências municipais e estaduais. Ela precisa trabalhar no sentido de que possamos discutir esses temas e subtemas para poder construir esse caminho de inclusão e universalização dos direitos.

Então, gostaríamos de, neste momento, abrir para a Plenária para ouvir as impressões de vocês sobre a proposta de temário, para acatar sugestões, para ver se alguém já traz alguma contribuição, se algum Conselho estadual ou municipal já discutiu isso, se já existe alguma sistematização. Nós abriríamos trinta minutos de inscrições para depois poder fazer uma sistematização do que vai ser proposta aqui e poderemos, em conjunto, fechar a questão do temário.

Inscrições abertas: Míriam - Secretaria Estadual de Assistência Social do Rio Grande do Sul.

MÍRIAM - Acho que a temática está riquíssima. Nesse sentido, vem a nossa contribuição até para avaliar se seria possível termos uma temática tão grande, seja numa reunião, seja numa Conferência.

E como também há uma idéia que nos aprofundemos nessas questões, parece-me que em algumas delas precisaríamos de alguma definição já anterior à realização desses eventos.

Para mim, o eixo central é esse: sistema descentralizado e participativo. Acho que essa é a questão-chave que temos de discutir, que está aqui no último item, "instrumento de organização e funcionamento".

Com relação à política - e me dirijo à Patrícia - nós falamos muito da política de assistência social. Pelo que temos conhecimento, enquanto um texto formal, não temos ainda essa política de assistência social. Então, quais são os referenciais que vamos usar como parâmetros? Se queremos chegar a alguma conclusão, aprofundar o estudo, é fundamental que tenhamos um texto de referência.

Da mesma forma, a questão das normas. Existe já um estudo avançado e sabemos como é importante que os Conselhos que estão recém iniciando, sobretudo os municipais, se organizem em torno da questão do registro. No entanto, não temos resolvida ainda em nível nacional a questão da normatização.

Então, penso assim: será oportuno aprofundarmos as discussões diárias em que não temos um pressuposto? Ou afunilamos o campo da nossa discussão e discutimos aquilo que é o nosso campo de trabalho mesmo?

Não sei se me fiz clara. Isto é, será que o momento é este, ou teríamos de ter esses pressupostos, para aprofundar a discussão? Se não, tenho a impressão de que vamos fazer um diálogo assim meio surrealista, cada um vai ter como ponto de referência um determinado conceito de política, que ainda não temos também formalizado. Ou então, vamos supor, ao dar sugestões, que as normas caminham de determinada forma, e não as temos ainda reguladas.

ANA LÍGIA GOMES - Se estivesse regulada, não precisaria mais contribuição.

MARLOVA JOVCHELOVITCH - Companheira, nós vamos fazer blocos de perguntas.

Queria dar um esclarecimento: o CNAS vai se encarregar de preparar as publicações que subsidiarão as discussões da Conferência, como foi feito da outra vez, quando publicamos um caderno CNAS-ABONG, quatro cadernos que subsidiaram a discussão. Desta vez, vamos fazer da mesma forma.

A Ana Lúgia está lembrando muito bem agora que essa discussão é um processo de discussão; nós estamos construindo isso. No caso da relação público/privado, anda não existem normas prontas.

O companheiro aqui da frente quer falar.

REPRESENTANTE DA BAHIA - Eu tenho uma preocupação na seguinte questão: quando falamos em avaliação da ampliação e cobertura do atendimento, acho que ficou claro que ainda não existe definido o órgão exato da assistência social.

Essa ampliação, pelo meu entender, se não temos o órgão exato, não temos por que ampliar o serviço. Enquanto queremos definir as entidades assistenciais, acho que não há como ampliar o atendimento.

A segunda questão é sobre os fundos. Tenho uma preocupação também, que existe, mas não está em vigor ainda: aquele município que não tem a conta do fundo pode ainda receber financiamento de projetos e programas? Isso ajuda o Poder Público a não se interessar pelo fundo, porque existe outro mecanismo que passa por cima daquilo que queremos que aconteça.

Acho que isso terá de ser avaliado. Daqui por diante, quem não tem fundo não recebe nada. E acabar com os outros mecanismos, senão, vamos protelando e não sai dessa protelação.

Outra preocupação minha é a questão de projeto e programa. O Brasil está cheio de projetos e programas. A cada dia nasce um. Será que o dinheiro do anterior volta para o novo? Temos de analisar isso. Eu falo por uma região. O Sul faz um projeto lindo; o Nordeste quer copiar. Será que a realidade de um serve para o outro? Temos de avaliar isso. São mil projetos que não têm resultado. Acho que está na hora de se esquematizar. Ou financiamos dentro da realidade, ou vamos fazer uma arca de Noé que amanhã não sobre recurso para ninguém.

É só.

MARLOVA JOVCHELOVITCH - Quero fazer um esclarecimento: neste momento, nós estamos explicitando a temática proposta e discutindo as formas de abordagem. Então, nós mesmos estamos evitando fazer aqui a avaliação do conteúdo, a análise de situação. Estamos procurando realmente discutir a temática e as formas em que devem ser abordadas.

Pediria brevidade nas colocações, porque a lista de inscritos é grande e, além querermos dar oportunidade para que todos falem, também queremos retomar com o Plenário para sistematizar.

JUCENIL RIBEIRO (?) Retornando à primeira reunião do CNAS, e foi dito pelo companheiro da Bahia, que está ali no fundo, há necessidade de capacitação dos Conselhos estaduais. Fala-se da temática aqui, mas, quando você leva para os Estados, não há o conhecimento. Isso foi dito na primeira, na segunda, na terceira e nesta quarta reunião. Há necessidade dessa capacitação desses Conselhos. Em agosto do ano passado, a SAS emitiu um ofício dizendo que daria cursos de capacitação para os Conselheiros. Estamos esperando. Na fala da Mesa, aqui, muitas vezes há assuntos que desconhecemos, não porque não queremos, mas porque não temos acesso a esse conhecimento. E pedimos ao CNAS que nos dê essa capacitação. Falo em nome do Conselho Estado do Estado do Mato Grosso. Precisamos. Os Conselhos municipais nos cobram. Como vamos capacitar os Conselhos municipais, se não temos essa capacitação? Que esse material que está sendo produzido nos venha logo, para que possamos estudar junto às Universidades e até mesmo pedir ao CNAS que nos esclareça os pontos controvertidos. Nós falamos de Brasil, temos o Sul, o Norte, e temos as dificuldades que são bem conhecidas de todos.

Acho que só após essa capacitação, aí, sim, poderemos levantar com certeza essa bandeira de sucesso da Conferência.

Obrigado.

MARLOVA JOVCHELOVITCH - Stella, eu queria mais uma vez dizer que queremos discutir a temática e aproveitar para fazer um esclarecimento sobre a fala dele. De fato, a capacitação dos Conselheiros dos Estados e dos Municípios é uma questão vital e o CNAS

entende que as suas reuniões ampliadas já são uma forma de capacitação. Agora,, capacitação dos Conselheiros estaduais e municipais é uma tarefa dos próprios Estados e dos próprios Municípios junto com os Conselhos. Tenho certeza de que o Presidente e os próprios Conselheiros estão à disposição para participar desses seminários e treinamentos de capacitação. Agora, não cabe ao CNAS organizar a capacitação à distância dos Conselheiros estaduais e municipais. Esse é um processo descentralizado.

Estela.

ESTELA - Vendo aqui os itens 1, 2, 4, 6, fiquei pensando assim: há uma questão sobre a qual acho que muitas coisas já foram discutidas, parece assim um tema vencido. Mas acho que, para discutir descentralização, se não tivermos a preocupação em como isso se dá. Fica complicado é não discutir a questão da articulação das políticas mesmo. E aí acho que sim. Nessa questão da descentralização, poderíamos trabalhar com eixos específicos - não sei se eixos - talvez mais voltados para a realidade local, porque há regiões que fizeram discussões mais aprofundadas sobre um dado tema e outras não. Mas questões como a política de emprego, renda mínima, isso tem de estar presente nessas discussões.

Fiquei me lembrando da fala da Ana Lígia, que há uma discussão até em Porto Alegre: bom, vai fazer a inscrição das entidades nas áreas da saúde, da educação, da cultura... Mas isso é atribuição do Conselho, ou não? E se não tivermos esse cuidado de discutir também essa articulação das políticas, caímos numa situação de: bom, atravessa as demais política, articula outras políticas para ser alcançado pelas demais políticas... Ficamos discutindo a nível de ações, de atribuições, mas as verbas não vêm para a assistência. Elas acabam indo para outras Secretarias, conforme suas especificidades. Então, acho que esta questão da articulação das políticas, desses eixos, assim, não dá para fugir disso. E até talvez discutir, por exemplo, as políticas a partir de programas. Bom, há um programa atendendo na área da assistência, um programa "X", correspondente a isso. O que existe na saúde, na educação, como retaguarda? Senão, essa descentralização vamos discutir isoladamente por políticas e na hora do que viabiliza, que é o orçamento, está pulverizado.

Acho que temos de ter esse cuidado.

MARLOVA JOVCHELOVITCH - Ana Paula e depois Belo Horizonte.

ANA PAULA - Em primeiro lugar, eu gostaria de manifestar um elogio ao trabalho da Comissão no sentido de identificar primeiro a importância de estarmos efetivamente fazendo uma avaliação, já este ano, do processo de implementação da LOAS, seja a nível municipal, seja a nível estadual, seja a nível federal, no sentido de como já é importante fazermos já uma avaliação, podermos ver o que já deu resultado e o que não deu.

A minha sugestão é que a Comissão venha pensar indicadores dessa avaliação. Indicadores a partir de cada um desses pontos mínimos, para que, a nível nacional, com realidades tão distintas, com processos de implementação tão distantes uns dos outros, em termos de realidade, em termos do que foi feito, se possa construir, até chegar o encontro nacional, um conceito do que foi feito efetivamente e do que não foi feito. Se nós não trabalharmos a partir de indicadores, dificilmente teremos a construção de uma realidade de avaliação nacional.

Nesse sentido, a minha sugestão. Se não conseguirmos descer ao nível de indicadores muito precisos, por diferentes realidades, os mínimos que possamos construir.

Mais uma coisa, ainda do ponto de vista de avaliação. Acho que o grande objetivo dessa avaliação neste ano é podermos traçar o redirecionar estratégias no sentido de que possamos ver o que precisamos fazer para que aconteça aqui que não aconteceu, ou, reavaliando, vendo o que não deu certo, o que pode ser feito.

Este seria o grande objetivo dessa Conferência: não só a avaliação, mas a avaliação e traçar estratégias, mesmo em relação ao Governo Federal, diante da sua postura em face da política de assistência social. Acho que esse direcionamento da Conferência precisa ser proposto.

Por último, uma questão específica em relação à fala da Ana Lúcia. No que tange à avaliação do público/privado acho que, exatamente pelo que a Ana Lúcia pontuou, de para onde deve avançar essa relação das entidades não governamentais, no que se refere ao atendimento e à participação numa política pública de assistência social, esse tema deveria estar

um pouco mais direcionado para esse conceito. Não relação público/privado, mas a relação das entidades não governamentais mesmo com a política pública de assistência social. Na medida em que elas façam essa política pública elas prestam um serviço público, embora não estatal, e nós vamos precisar apontar isso na discussão. E não a relação delas enquanto privadas.

Nesse sentido, contribuindo, talvez o tema já deva direcionar para isso, para onde queremos chegar: um sistema público de assistência social, e não privado.

MARLOVA JOVCHELOVITCH - Belo Horizonte e Volta Redonda.

LUIZ ALBERTO - Acho que a Fátima falou muito pouco - discordo da Mesa. Tinham de deixar a Fátima falar, porque há muito problema relacionado principalmente aos Conselhos e no final das contas está tudo muito relacionado com o financiamento. Noutro dia, num encontro em Belo Horizonte foi citado inclusive que não podemos abusar da disponibilidade democrática das pessoas: reúne, reúne os Conselhos, para nada. Afinal de contas, não tem dinheiro!

Partindo do pressuposto que o rapaz de Mato Grosso falou aqui, na questão de se fazer um treinamento para os Conselheiros, nesse material que vai ser preparado para enviar para os Municípios e para os Estados deve-se falar um pouco como se compõe essa questão do orçamento. Não basta falar que não há dinheiro. A Constituição determina três orçamentos para a União: o orçamento fiscal, que é o orçamento dos impostos; o orçamento de incentivo às empresas estatais; e o orçamento da seguridade social, que é onde está a assistência social, dividindo esse orçamento com a Previdência e com a Saúde. Aí, como a Estela falou, ficamos sempre com a menor parte.

A Constituição determina o seguinte: que o orçamento da seguridade social será formado pelo orçamento da União, ou seja, repasses do orçamento fiscal para o orçamento da seguridade social, e das contribuições sociais exclusivamente para o orçamento da seguridade social, que não são impostos. As contribuições sociais, quais são? As contribuições dos empregados, desconto nos salários, dos empregadores, desconto em folha do salário pelo faturamento e pelo lucro, e das loterias, que até hoje não foi regulamentado. Então, o que acontece?

Eu gostaria muito de saber - não consegui essa resposta até hoje - qual é o repasse da União, do orçamento fiscal, para o orçamento da seguridade social. Por exemplo, se vivemos só das contribuições sociais, acontece o seguinte: a Previdência tem um volume enorme de despesas, que não diminui, porque tem de fazer face às aposentadorias. Então, leva uma grande parte. A Saúde leva outra grande parte, praticamente pelo COFINS, que é a contribuição do faturamento, além da CPMF. Por isso que a CPMF foi criada com esse nome; é contribuição, não imposto, então, entra direto no orçamento da Saúde. E sobre para a assistência social - quem dera fosse tudo - parte do lucro, que é super-sonogado neste País.

Então, eu acho que esse material que vai ser preparado deveria incluir como funciona, por exemplo, esse tal de orçamento da seguridade social, para inclusive as pessoas saberem o que estão discutindo. A LDO está aí. A LDO está sendo discutida agora. Se não garante na LDO, a assistência social não vai ter dinheiro nunca e aí Conselho não vai funcionar nunca, porque vão perder a paciência!

Era essa a observação e sugestão à Mesa.

MARLOVA JOVCHELOVITCH - Meus companheiros de Mesa estão me cobrando, pedindo que eu mais uma vez reitere a necessidade de que as pessoas procurem fazer sugestões à temática e não avaliação do conteúdo.

Companheira de Volta Redonda.

CARMEM LÚCIA - Estou representando o CRES - 7ª Região, Rio de Janeiro.

Tenho duas questões, uma com relação aos fundos. Sei que não existe receita pronta, mas, de repente, numa discussão mais ampliada, a nível nacional, o CNAS poderia estar colaborando com os municípios nessa questão dos fundos. Não basta normatizar, ter uma lei que diz que se tem de criar os fundos, mas como é que se viabiliza isso na prática, dentro da política local, que é onde as coisas acontecem, onde se tem realmente de realizar as ações. Essa é uma grande questão a nível dos municípios do interior, pelo menos: de que maneira poderíamos estar contribuindo com os municípios para que essa política realmente se efetivasse, não ficasse só no repasse via SAS,, mas de que maneira isso pode ser discutido e fortalecido e se fazer cumprir a

nível de prefeituras, que é a questão do fundo municipal. Senão, a grande preocupação nossa é que isso se esvazie. De que adianta os Conselhos discutirem, discutirem, deliberarem sobre políticas, se o fundo não existe para se viabilizar de fato? Concretamente, sem dinheiro não se faz nada, principalmente na área da assistência.

Essa é uma grande preocupação nossa, a nível do serviço social e do desenvolvimento das políticas sociais.

Uma outra questão que foi colocada pela Ana Lígia. Nós, da Comissão de Assistência do CRES, já nos adiantamos inclusive ao Conselho estadual, mandamos já proposta para o Conselho estadual e para o próprio CEFESS, com relação à proposta de alteração dos arts. 3º e 9º da LOAS, que tratam dessa questão do lucro, do que é público e privado.

MARLOVA JOVCHELOVITCH - Estão inscritos ainda o Secretário Euler, de Goiás, e o Antônio Brito, Presidente de Conselho Municipal da Bahia, e a Ana Maria, de Santa Catarina.

Em seguida, responderemos, faremos as colocações da Mesa e depois abriremos para um segundo bloco.

EULER MORAIS - Quero cumprimentar também a Comissão que elaborou a proposta de temário para a Conferência, que acredito que realmente expressa bem o elenco de desafios e de assuntos que, sem dúvida, haverá de enriquecer muito a experiência e o trabalho de todos nós.

Eu tenho uma preocupação que já externei inclusive numa reunião ampliada do Conselho, em Recife, e que me parece que continua ainda na proposta. É o receio de incorreremos numa autofagia, num processo endógeno de olharmos as ações da assistência social como um gueto, isoladamente. Creio que a experiência dessa medida provisória é mais um alerta para nós. Se estivéssemos mais articulados, efetivamente, com o mundo político, talvez teríamos evitado que isto tivesse ocorrido.

A minha proposta é que no temário não percamos de vista, não a questão da política partidária, mas a relação daqueles agentes que atuam na área social, na assistência

social, com o mundo político, para que realmente possamos conseguir aquilo que é fundamental para desenvolvermos bem as nossas atividades: a decisão, e que ela se consubstancie também na questão orçamentária. Se estivermos distante disto, tenho medo de que possamos cair no academicismo, ou na filosofia, e não atinjamos os nossos objetivos.

Então, eu queria propor que tivéssemos, ou um tema específico, ou um dos temas aqui propostos pudesse também contemplar melhor essa questão do nosso relacionamento com o mundo político, que precisa estar mais consciente dos problemas que se passam. Vejam quantos parlamentares passaram por aqui, em apenas alguns minutos, e se sensibilizaram. Nós precisamos ter uma atuação nessa Comissão da Seguridade efetiva, com uma ação muito mais integrada, talvez até do Conselho Nacional, pedindo o apoio dos Estados para fazer constantemente uma ação junto aos parlamentares federais, ao nível dos Estados e até mesmo a nível municipal. Se não tivermos essa interação não acredito que consigamos grandes avanços.

É a minha proposta.

Obrigado. (Palmas.)

MARLOVA JOVCHELOVITCH - Muito bem.

Antônio Brito, da Bahia.

ANTÔNIO BRITO - Sou do conselho de Salvador.

Vou ser bem rápido. Além de endossar as palavras do Secretário, eu gostaria apenas de citar três pontos. O primeiro, com relação à credibilidade do sistema de descentralização da assistência. É um ponto que temos sempre buscado em Salvador e acho que deveria ser colocado também em pauta, porque, sem credibilidade, é igual ao sistema bancário: se a pessoa não acredita, quebra.

Segundo, para isso é preciso informação. O Presidente até brincou dizendo que deveríamos ser assessores de *marketing*. Na verdade, queremos divulgar o que estamos fazendo para que a população, seja do mundo político ou não, saiba o que é a assistência social.

Depois, deixar clara a autonomia dos Conselhos. Está claro na LOAS, está claro na lei municipal, mas os Conselhos - eu sinto, na Bahia, pelo menos - estão com o freio de mão puxado. Estão com medo. É preciso deixar claro qual é a autonomia desses Conselhos. Digo isto pelo de Salvador também. Tive muito medo, soltei o freio de mão e estou andando. Mas não sei se vou bater o carro ou não.

E a participação no fluxo do Conselho Nacional nas políticas que são traçadas.

Muito obrigado.

ANA MARIA - Sou de Santa Catarina.

Gostaria de sugerir a inclusão, no item 2, em relação à avaliação do processo de repasse dos recursos fundo a fundo, dos critérios de repasse dos fundos estaduais para os municípios. Aqui só foram mencionados os critérios que o CNAS aprovou de repasse dos recursos do Fundo Nacional para os Fundos estaduais. Mas me parece que não tem sido assim uma preocupação muito freqüente dos Conselhos estaduais nesse sentido. Até fizemos já uma experiência, em nosso Estado, e tivemos muita dificuldade para levantar os indicadores que nos levassem ao estabelecimento desses critérios de repasse do Fundo estadual para os municípios. Parece-me que seria interessante que fosse contemplado aqui, neste item 2.

MARLOVA JOVCHELOVITCH - Agora a Mesa fará algumas colocações e, em seguida, abriremos um segundo bloco com a Vera, da Bahia, e com você, de Foz do Iguaçu.

Conselheira Patrícia.

PATRÍCIA SOUZA DE MARCO - A Míriam levantou a questão de que, para estarmos discutindo, como está proposta, a política nacional de assistência - lógico que nos âmbitos estaduais e municipais também os planos - qual seria a referência para essa discussão.

Temos de ver como vamos resolver esta questão, uma vez que não foi apresentado formalmente, por escrito, colocado como um documento oficial, qual a política nacional de assistência social.

Só para recuperar um pouco, o Conselho Nacional de Assistência Social solicitou da SAS esse documento que explicitasse qual é a política de assistência social, foi repassado ao CNAS um documento com uma versão preliminar - não era um documento definitivo - e, com base nesse documento, o CNAS fez uma oficina, convidando alguns segmentos, alguns estudiosos na área da assistência, para fazer uma análise, uma discussão desse documento, os Conselheiros do CNAS também fizeram uma discussão e sistematizamos um documento que apresentamos. Na reunião ampliada de Recife, a SAS pôde dizer quais são os fundamentos que norteiam sua ação, colocou alguns aspectos da política de assistência, e nós, no CNAS, colocamos a nossa visão desse documento.

Então, acho que essa discussão em torno desse documento feito pela SAS, ou esse debate feito na reunião ampliada, o documento do CNAS e mesmo os documentos que a SAS emite a todo momento são a forma concreta de como ela está concebendo a política. As orientações que ela dá, como ela está estruturando a assistência no seu âmbito estão explicitando como a SAS está concebendo a política. Então, embora não exista um documento formal, apresentado e divulgado para a sociedade que diga qual é a política nacional, as ações, os documentos, a forma de o Governo Federal agir, as orientações que dá, a maneira como descentraliza, que envia para os Estados vai demonstrando qual é a política.

Estamos com essa dificuldade. Realmente, é um fator limitante, não temos essa política colocada de maneira explícita, clara, para que possamos estar fazendo essa discussão, mas uma Conferência municipal, uma estadual, a nossa nacional - Conferência ou encontro, o que for - não podem deixar de estar discutindo como estamos vendo essa política. Se não existe um documento formal que diga como essa política está sendo concebida e pensada, teremos de utilizar os documentos que temos à disposição e nos quais essa política é concretizada, como a vemos através do que está colocado à nossa disposição.

Realmente, isso causa uma dificuldade nessa nossa função, mas entendemos que vamos ter de usar alguns instrumentos que temos, que são as orientações, os documentos emitidos pela SAS.

Acho que é novamente o momento de estarmos avaliando por que até agora ainda não se tem explicitamente colocado qual é a política nacional de assistência social, para que possamos inclusive fazer esse exercício de discuti-la e avaliá-la.

É um elemento de avaliação, também. Temos poucos instrumentos para avaliar a política. Se não está explicitado de maneira clara, como vamos avaliá-la? Então, vamos ter de fazer uma avaliação baseada numa colcha de retalhos, que são as ações isoladas, colocadas de maneira particular eventual... É desse jeito que a política nos é apresentada, então, vamos ter de analisar do jeito que ela nos é apresentada: uma orientação aqui, outra ali, um procedimento desse jeito, outro procedimento de outro jeito, uma maneira de repassar recursos, a quantidade de recurso disponível. É através disso que vamos ter de avaliar a política, porque é isso que temos à nossa disposição.

Isso realmente traz uma dificuldade, mas é o real. A política está colocada desse jeito para nós e é desse jeito que vamos ter de olhá-la.

Por outro lado, as sugestões que surgiram com relação a estarmos fazendo uma avaliação da articulação da política de assistência com as demais políticas são muito importantes, até porque o recurso da assistência está dividido, está alocado em diversas áreas e precisamos também estar vendo como o financiamento da assistência se dá nessa articulação da política de assistência com outras políticas. É uma discussão não só da universalização de direitos, a relação da assistência com as demais políticas, mas também o financiamento da assistência social quando ela é colocada em outras políticas também.

E essa questão dos indicadores para a avaliação da política e plano. Isso é um exercício fundamental para observarmos o alcance da política nacional e dos planos que elaboramos a nível estadual e a nível municipal.

MARLOVA JOVCHELOVITCH - Conselheira Fátima.

MARIA DE FÁTIMA DE AZEVEDO FERREIRA - Vou tentar ser o mais rápido possível.

A primeira pergunta foi do companheiro sobre a questão do repasse aos fundos estaduais e municipais, principalmente os municípios - pelo que entendi - que ainda não têm seus Conselhos, seus fundos e seus planos feitos e, na medida em que estão recebendo recursos, isto às vezes impede que eles procurem criar os seus Conselhos etc.

Concordamos com isso, mas vamos ver a outra face da medalha também: se também você não repassar nada, você às vezes está penalizando a população carente. Você não está penalizando os municípios nem as entidades; está penalizando a população carente. Então, num momento de transição de descentralização, como estamos vivendo, de um sistema extremamente centralizado para um sistema descentralizador, isso é um processo. E isso inclusive exige dinheiro.

O meu companheiro de Comissão, o Eduardo, está ali olhando o tempo inteiro para mim, porque isso era uma coisa em que ele batia muito ontem na Comissão: olha, sem recursos não faremos descentralização. Precisamos ver isso. Acho que uma das questões que a II Conferência Nacional de Assistência Social tem de ver é exatamente como fazer essa descentralização com recursos dignos.

Então, para não penalizar, o CNAS achou que os Estados poderiam repassar a esses municípios e criamos até 98. Até 98 pode ser repassado. A partir de 98, aqueles municípios que não tiverem criado os seus Conselhos etc., não receberão dinheiro. E aí as entidades e etc. deverão cobrar - estou falando bem rápido (risos) - para que sejam criados os Conselhos. Existem, sim, todas as condições para criarem os Conselhos. Existe a população, é só organizá-la que sem dúvida nenhuma esses Conselhos surgirão.

Então, é nosso desafio criar Conselhos, mas também é nosso desafio fazer uma descentralização com recursos - não é isso, Eduardo?

A segunda questão foi levantada pelo companheiro, e quero agradecer. Realmente, a questão de orçamento é tratada da forma como está sendo tratada pelas condições - todo mundo sabe disso - que temos de tempo, de estar querendo mais sugestões de vocês, como já disse a Mesa e concordo. Mas acho que a sua preocupação é extremamente importante. É a preocupação com quais os recursos que vêm para a assistência social, e de onde eles vêm. Que vêm exatamente da seguridade social e daquelas fontes que você citou. O problema é se a

seguridade social... Você falou que a Previdência requer muito dinheiro, a Saúde também e que a sobra é para a assistência social. É isso mesmo. Mas existe uma coisa mais grave, ainda: que nem todo o dinheiro da seguridade social tem ido para a seguridade social. Eu faço parte também, representando o CNAS, do Conselho Nacional de Seguridade Social, e sou da Comissão de Financiamento. Uma das discussões que temos feito, há pelo menos uns dois anos, é que precisamos conhecer todo o dinheiro da seguridade social. Nós, hoje, não sabemos qual o orçamento total da seguridade social. Portanto, quanto mais o que viria e o que deveria vir para a assistência social.

Então, acho que é extremamente grave e apontando isso estamos colocando o dedo na ferida. Talvez por isso alguns não queiram a II Conferência Nacional de Assistência Social e nós a queremos!

Por fim, a terceira questão é a relativa aos fundos, que a companheira levantou: como ficam esses repasses de recursos, porque os fundos continuam no sem fundos (risos). Foi o que entendi. Para que possibilitemos que haja fundos, realmente é preciso cumprir o art. 30 da LOAS. Agora já existe um projeto de lei tramitando para que realmente os recursos do Fundo Nacional vão para os municípios, na medida em que tenham cumprido o art. 30. Agora, é necessário também que pensemos não só na contrapartida do Estado e do Município, mas também fazer com que Estados e municípios utilizem parte dos seus orçamentos na questão da seguridade social. Evidentemente que para isso podem-se prever reformas fiscais e outros tipos de reforma - é uma questão também da política econômica do Governo. Há várias questões, como muito bem disse o Euler, como a política de assistência social não é um gueto, está integrada dentro da sociedade brasileira e, portanto, ela sofre os reflexos de todas as questões econômicas que permeiam hoje no País.

Era isso. Muito obrigada - espero ter sido breve.

MARLOVA JOVCHELOVITCH - Conselheira Ana Lígia.

ANA LÍGIA GOMES - Com relação à questão que a Miriam colocou, eu fiquei sem entender. Eu anunciei que há uma documentação, que o estudo do Prof. Vicente Faleiros

ficaria pronto dia 30 e que vamos socializar os estudos que a Comissão de Normas está fazendo, e além de o pessoal ter afirmado também que o CNAS vai fazer algumas contribuições de análise, tentativas de avaliações em âmbito nacional, de grandes questões nacionais. Os Estados e os municípios precisam compreender que suas avaliações locais e seus documentos e subsídios locais também, independentemente disso, poderão ser feitos.

Era mais alguma coisa além disso, Míriam? Eu não entendi. (Pausa.)

MÍRIAM - Eu não havia entendido que essa pesquisa seria... Pesquisa é uma coisa e outra coisa é normatização. A pesquisa é mais fundamental na normatização. Era isso que eu queria saber, se ela tem força de uma normatização...

ANA LÍGIA GOMES - Não, ela é um elemento - é um dos elementos. A política nacional é um elemento. A discussão sobre o art. 3º... Agora, tudo isso, além de discutir a integração de entidades de assistência social num sistema público, assim até tentando contemplar a discussão que a Ana Paula fez - porque na verdade é inapropriado falar em relação público/privado, não é uma questão assim - essa construção de um projeto de lei vai ser uma construção conjunta. Evidente que todas as discussões que fizermos e produção de textos vamos mandar. Agora, a minuta do projeto de lei, não sei se vamos dar conta, se vai dar tempo.

O Leiton falou de ampliação da cobertura e público da assistência social e acho que, a rigor, não querem dizer a mesma coisa. Mas ele não está presente...

(Aparte no auditório. Fora do microfone. Inaudível.)

ANA LÍGIA GOMES - Não; eu disse que, pelo fato de não termos ainda a regulamentação e a clareza sobre o que é entidade, no âmbito restrito da assistência social, não significa dizer que tenhamos toda a clareza de qual é o público que temos de atender. Não é diferente? Absolutamente diferente. A lei coloca o público com toda clareza. Então, não tem nada a ver uma coisa com a outra.

ANTÔNIO BRITO (BA) - Primeiro eu quero fazer uma proposta, fruto do que coloquei antes. Eu gostaria de propor ao Conselho Nacional que nós juntos, Conselhos municipais, centrássemos fogo - vou usar esta expressão - nos Conselhos estaduais e municipais de Capital. Porque o Conselho Municipal de Salvador tem conseguido irradiar para o interior da Bahia muitas informações operacionalização. Não adianta somente criar Conselho, fundo e plano; os Conselhos não sabem como ir ao Ministério Público, não sabem como levantar... Quando se fala em capacitação, não é capacitação... Ele não sabe nem comandar, não sabe eleger a sociedade civil, o que é paritário. Pensem o que é isto no interior de um Estado do Nordeste. Então, era uma proposta para, na meta da Conferência, não que não avaliássemos todos, mas houvesse uma condições de fazer um plano piloto, avaliando as Capitais, para que pudéssemos pelo menos ver como irradiou a descentralização.

O segundo ponto é que, quando se coloca isso - só para vocês terem um exemplo do caso de Salvador - nós já inscrevemos cento e quarenta entidades, publicamos no *Diário Oficial*, mandamos para o veículo de imprensa, as entidades estão todas lá, fizemos acordo direto com o INSS, com a SAS, trabalhando com as Secretarias...

Na verdade, a minha proposta era no sentido de haver um fluxo e um refluxo dessa questão da política da normatização. Ou seja, não só o Conselho decidir cá em cima, como buscar as práticas dos Conselhos municipais, para que possamos trazer e vocês dizerem se está certo ou errado. Eu já fiz com o Moroni. Qualquer resolução que sai, ligo antes e pergunto: posso soltar dessa forma? Porque a credibilidade do nome do Conselho de Salvador está em jogo. Tenho muito medo de lançar uma e, logo depois, quanto tenho cento e quarenta entidades, entre elas hospitais, universidades etc., que não há normatização, vou dizer: não é bem isso, o Conselho Nacional revogou. Não adianta. Uma vez manchado o Conselho Municipal, quer com benefício de prestação continuada, quer com repasse de fundo, não recuperamos mais. Na assistência, pelo menos no caso de Salvador, a população não acredita mais em nada. Quando digo que não acredita, quero dizer que eles acreditam apenas que existe, mas quando chega lá, diz: não agüento mais essa conversa de novo. E nós temos um vício de falar para nós mesmos e acreditarmos que estamos evoluindo. Falamos na mesma pessoa, conhece todo mundo, fala com todo mundo, e a assistência não está andando.

Era essa a proposta que eu fazia: centrar fogo nas Capitais, levar modelos e participar, mostrar o que estamos fazendo, se houver, no caso, interesse em passar para o nível nacional.

MARLOVA JOVCHELOVITCH - A Conselheira Fátima quer fazer um adendo.

MARIA DE FÁTIMA DE AZEVEDO FERREIRA - Eu falei tão rápido, que esqueci de uma coisa extremamente importante, quando estava falando na questão da seguridade.

No caso específico da assistência social, também o que nós dominamos é apenas o percentual que cabe... Assim como na seguridade o que discutimos é Ministério da Previdência e Assistência Social e Ministério da Saúde, no caso da assistência social o que discutimos é o orçamento da SAS, sabendo que em todos os outros Ministérios existem recursos muitas vezes muito mais altos do que os da SAS. Evidentemente a assistência social perpassa as demais políticas públicas, mas desconhecemos - o CNAS desconhece - qual o verdadeiro orçamento... E quando setores do Governo nos dizem: não, estamos usando o orçamentos não só da SAS, mas estamos usando inclusive orçamentos dos desportos, da saúde etc., mas nós não temos - e acho que esse é um dos problemas mais graves - não temos sobre esse orçamento, que não faz parte da Secretaria da Assistência Social nenhum controle, nenhuma discussão de prioridade e muito menos como ele está sendo aplicados, o que está resolvendo e qual a qualidade de atendimento desses programas realizados. Enfim, nós não dominamos realmente o orçamento nem da seguridade nem da assistência social, lamentavelmente.

MARLOVA JOVCHELOVITCH - O nosso Presidente, Conselheiro Celecino, vai fazer algumas observações.

PRESIDENTE (Celecino de Carvalho Filho) - Antes de falar um pouquinho sobre uma abordagem que foi feito, quero registrar, com satisfação, a presença aqui do Deputado Inácio Arruda, que nos prestigia nesta reunião, e dizer que os microfones estão à disposição para uma eventual abordagem sobre a questão que estamos tratando.

Embora não seja objeto da reunião especificamente - estamos discutindo o temário - o colega de Belo Horizonte levantou uma questão extremamente importante, que é a questão da seguridade social. Para não deixar no ar, embora isso esteja previsto no próprio temário da Conferência para ser tratado em profundidade na Conferência, vamos responder. E a resposta é muito simples e objetiva: ainda não temos orçamento da seguridade social. Está na Constituição de 88, mas lastimavelmente não temos um orçamento da seguridade social. Esse é o principal entrave, na nossa avaliação, do porquê a seguridade não decola. Porque não existe. E é uma determinação constitucional. O orçamento que vem é o orçamento fiscal e da seguridade juntos. É uma promiscuidade de orçamentos e não se sabe exatamente o que é o que, quanto vem do orçamento fiscal da União para o orçamento da seguridade.

É grande a questão que ele levanta. Será que se houvesse esse orçamento separado seria deficitário?

Tenho convicção de que ele é extremamente superavitário, mas, como ele não vem separado, não existe, estamos nesta situação.

Sobre isso, conversaremos mais em momento oportuno. Só para dizer que este é um assunto extremamente importante, porque é o meio. Alguém disse aqui que a política é muito importante, porque define rumos etc. e tal. Sim, mas se não tivermos meios para viabilizar, ficamos nessa situação.

Infelizmente, estamos descumprindo a Constituição também nesse aspecto: não há orçamento da seguridade social. Lastimavelmente, não há.

DEPUTADO INÁCIO ARRUDA - Boa tarde a todos. Sou Inácio Arruda, sou do PC do B do Ceará. Estamos na Câmara Federal e queremos, primeiro colocar o nosso Gabinete e o nosso mandato à inteira disposição da causa que vocês estão defendendo neste momento: a necessidade da realização de Conferências. Houve aqui um debate pela manhã, de que eu participei rapidamente, demonstrando primeiro essa necessidade. Nós temos de realizar as Conferências, porque elas passaram a ser o instrumento talvez mais importante no País, haja vista as Conferências na área da saúde, na área da educação, e as Conferências de assistência social passaram a ser instrumentos importantes para democratizar não só a ação política, mas

também no sentido de democratizar a viabilização dessa ação política. Hoje, esse orçamento da seguridade, a via prática, não acontece, mas nós conquistamos o instrumento legal, que eles hoje querem retirar. Por vários meios, por vários mecanismos, o Estado brasileiro, através do Governo de então, trabalha para transformar a Constituição naquela Constituição que é a imagem do governante de plantão. Então, houve um esforço para a realização das Conferências. Lembro bem, porque participamos da 8ª e da 9ª Conferência na área de saúde, que antecederam a Conferência de Assistência Social, elas foram fundamentais para uma mobilização intensa no Brasil inteiro.

Querendo ou não, hoje, com todas as dificuldades do Sistema Único de Saúde, cheio de problemas, rolo em todo o Brasil - em tudo que é município há problema, há dificuldade - esse instrumento, quando colocado nas mãos de Conselhos distritais, de Conselhos municipais, de Conselhos regionais, está materializando um instrumento de força democrática muito grande, mesmo com os vícios. Há quem chegue, às vezes, e diga: “mas aquela associação comunitária que está representando os usuários, ou aquele sindicato não é bem o que eu queria lá naquele momento”, mas eles são a viabilização do processo democrático em nosso País. Eles querem desmantelar isso. Democracia não rima com programa em curso. Não rima. E revisar as Conferências municipais, estaduais e nacional rima com democracia mas não rima com o programa do Governo que aí está. Nós acabamos de chegar do Supremo Tribunal Federal, onde estávamos julgando uma ação de inconstitucionalidade em relação à Companhia Vale do Rio Doce, onde o Supremo, num questionamento muito grande, decidiu por não conhecer da ação de inconstitucionalidade, mas abriu um precedente agora no Tribunal dizendo que o Supremo deve julgar do ponto de vista político a conveniência de dar ou não liminar em ações de inconstitucionalidade, ou em outras ações, como mandado de segurança, como uma ação popular etc. Por quê? Porque a Suprema Corte da Nação não pode agir única e exclusivamente como a máquina posta a serviço do Executivo.

Embora negando a ação de inconstitucionalidade, ele abriu espaço para que pudéssemos entrar com várias outras ações tentando impedir a venda da Companhia Vale do Rio Doce.

Acho que cabe também nessa questão - O Celecino me pegou assim de supetão, eu fui entrando, ele já estava praticamente com a palavra, já respondendo a uma indagação posta pelos companheiros - relativa ao Orçamento da União. Uma definição constitucional apontando o rumo. E o Orçamento que vem - agora estamos apreciando exatamente a LDO de 1998 - trata de uma outra maneira totalmente distinta da Constituição. Então, cabe, podemos, através das organizações políticas e das organizações sociais, questionar também juridicamente e politicamente, na Corte de Justiça, o Orçamento da União, que não atenta para a questão da seguridade social e para um orçamento que poderia ser superavitário - o orçamento da seguridade social poderia ser superavitário - e não é. Todo dia o Ministro arrasa com a seguridade. Todo dia ele anuncia o fim da Previdência, o fim dos recursos para a assistência social, o fim de tudo. Eu nunca vi um País que todo dia anuncia o caos absoluto da sua Pasta, que vai morrer, que vai acabar, que está sendo destruída, está sendo desmontada, e os culpados somos nós!

Esse é o Ministro que temos. Por isso, eu gostaria de, nessa um pouco loucura que é a vida no Parlamento, me colocar à disposição, porque temos de correr ao Tribunal, vir aqui cumprir o nosso compromisso de dar apoio à causa da realização da Conferência, que é uma causa de ampliar os instrumentos da democracia no nosso País, e temos de sair correndo para voltar ao Tribunal, para uma outra ação, num agravo de instrumento impetrado pelo BNDES contra uma liminar concedida ontem á noite, para também exercer ali, no Tribunal, a nossa pressão, e voltar correndo porque vai ser votada tal paridade na reforma administrativa e queremos ter uma vitória, pelo menos, importante, nessa questão da reforma administrativa, em que o Governo está enfrentando uma certa dificuldade e nós queremos aumentar também a dificuldade dele neste campo. (Risos.)

Um abraço. É assim, vamos falando e tendo de nos retirar.

Muito obrigado. Ficamos à disposição. (Palmas.)

PRESIDENTE (Celecino de Carvalho Filho) - Muito obrigado por sua participação e pela enorme luta em defesa da democracia.

MARLOVA JOVCHELOVITCH - Vamos então abrir o segundo bloco de perguntas e encerrar as inscrições, já que ainda temos de tomar algumas decisões e fazer alguns encaminhamentos. Há outros assuntos, datas, enfim.

Temos quatro inscritos: a Vera Sacramento, da Bahia, o Fabiana, de Mato Grosso do Sul, a Madalena e a Linai, da Paraíba.

Mais alguém quer se inscrever? Vou encerrar as inscrições. (Pausa.)

Temos ainda Natal e Bahia.

Então estamos encerrando as inscrições, até em função da hora.

VERA SACRAMENTO - Quero só registrar aqui para o Conselho Nacional e para a Plenária a grande dificuldade que vivemos vivendo a nível de Conselho Estadual da Bahia.

Vocês sabe, evidentemente, que nós assessoramos os municípios na implantação dos Conselhos municipais. Temos 415 municípios na Bahia, temos 204 Conselhos criados. Criados não quer dizer funcionando plenamente. Essa é a grande preocupação que temos.

Uma coisa que me chamou muito à atenção, ultimamente, é que, como este ano é típico de eleição, onde houve mudança dos novos gestores eles tiveram uma grande dificuldade, no início, por terem encontrado os municípios completamente sucateados.

Vocês sabem que administrativamente, a nível nacional - todos tiveram conhecimento - os municípios têm problemas seriíssimos, administrativos, principalmente. E tiveram também de mudar os representantes dos Conselhos municipais, a nível de representantes das prefeituras. Até aí, tudo bem.

Quero reforçar a fala do Brito, porque trabalhamos em conjunto, Conselho Municipal de Salvador e do Estado. Eles já estão começando a cair no descrédito, Celecino. Muito. Porque há municípios que já conseguiram construir efetivamente o que o art. 30 da LOAS determina, e agora perguntam: onde está o repasse, que não chega para o município?

Eu lhe confesso que temos tido uma grande dificuldade. Por que eu digo município? Da Bahia, há alguns representantes de Lauro de Freitas, de Capim Grosso, Jacobina,

e eles cobram do Conselho Estadual. E o recurso, que não chega? Nós cumprimos o art. 30 da LOAS, criando conselhos, que estão funcionando plenamente, e os recursos não são repassados.

Essa é uma grande interrogação que eu, Celecino, tenho uma grande dificuldade de responder. Por mais que trabalhemos articulados - o Conselho Municipal de Salvador e o do Estado têm um trabalho efetivamente bem articulado - temos toda a capacidade e condição de assessorar, mas quando chega no recurso, onde está?

Entregamos o plano do Estado da Bahia em setembro e recebemos um ofício da SAS elogiando o plano. Recursos não recebemos efetivamente para o plano. O recurso que recebemos é para os convênios da ex-LBA e da ex-CBIA. Isso dificulta muito. Não podemos fazer assistência social só com criatividade. Recurso também tem de haver no programa. Isso tem-se tornado muito difícil. E eles têm colocado, temos representante aqui de Feira de Santana, que está completamente desmotivado, porque fez tudo, organizou, o Conselho funciona plenamente, recebemos as atas mensais, e eles estão efetivamente sem fazer o que pretendem, a nível de programa, porque não temos recursos e não temos o que responder.

Eu gostaria, se o Conselho Nacional tivesse condições, que informasse aos municípios ou até aos Conselhos estaduais de que forma vai resolver a questão dos recursos.

Eu não tenho resposta para dar.

Era a sugestão que queria trazer. Acho que a situação é geral, não é só da Bahia. Nos outros municípios isto também ocorre, temos contato com outros municípios de outros Estados, e eles têm-nos perguntado: "o que vocês estão respondendo?" Eu digo: "eu não tenho respondido nada! Só espero que não me joguem do Elevador Lacerda em baixo, porque não tenho resposta para dar!"

MARLOVA JOVCHELOVITCH - Fabiana. Depois, Madalena.

FABIANA - Eu gostaria só de fazer algumas sugestões.

Com certeza, alguns temas que até já discutimos na I Conferência eram sobre alguns destaques que consideramos de relevante importância e diziam respeito aos mínimos

sociais e ao enfrentamento da pobreza, até porque temos de ver o que fizemos até agora e dar a resposta para a sociedade, com quem discutimos muito sobre essa questão.

Um outro ponto seria um esclarecimento bastante significativo para a população por conta do não cumprimento na íntegra do art. 30. Foi uma discussão que levantamos bastante e dissemos até que, se não cumprissem o art. 30, esses municípios não receberiam repasse de recursos.

Então, estou levantando as discussões que já realizamos muito e teremos de dar respostas bastante consistentes:

a prestação de contas da I Conferência Nacional de Assistência Social, porque vamos também ser cobrados com relação às respostas das Conferências realizadas, municipais, estaduais e da Conferência Nacional;

a definição de critérios para os benefícios eventuais, que é um outra discussão bastante levantada nos Estados, como faremos com os benefícios eventuais, quais os critérios que foram definidos pelo Conselho Nacional de Assistência Social, conforme o art. 22 da LOAS, e resposta também aos planos estaduais de assistência social, até porque a nossa preocupação diz respeito também à perda de credibilidade, pois vamos começar todas as discussões em cima do nosso tema principal, sistema descentralizado e participativo da assistência social, e queremos, na verdade, trabalhar na construção da inclusão e da universalização dos direitos sociais, mas com bastante credibilidade, para que a população não rejeite a nossa discussão e as nossas Conferências ou as nossas reuniões.

MARLOVA JOVCHELOVITCH - Madalena.

MADALENA SÁ - Sou Secretária Municipal de Ação Social e recém empossada Presidente do Conselho Municipal de Muribeca, em Sergipe.

Não preciso falar de sucateamento, não preciso falar da inadimplência total que existe no Município, que consegue barrar alguns projetos também a nível de assistência social para o Município. E também a esperança que os Conselheiros têm no Fundo que foi criado no Município.

Agora, existe uma sugestão, já que Muribeca, em Sergipe é uma ilha cercada de Comunidade Solidária por todos os lados, o que nos deixa de água na boca, porque não temos SETRAS, não temos alimentação *per capita*, não temos seis toneladas de comida, como chegou para o Município ao lado. Então, fica uma pergunta - não uma pergunta, mas uma revolta - para ser registrada: existe condições de o CNAS fiscalizar melhor os municípios que atuam na assistência social, que não têm recurso nenhum, onde existe miséria total, inclusive não existe fábrica nenhuma no Município?

Dá até vontade de chorar, quando falo - sem demagogia - porque o que existe lá é atravessador de artesenato. Faz-se artesanato e se cobra vinte centavos por um paninho bordado. É horrível. Ou, então, dividir. Já que a pobreza é total, vamos fazer um *Robbin Hoodzinho* lá, através da *Unicef*, como já assisti a palestra há pouco tempo, no Congresso dos Municípios, e dividir um pouquinho essa ilha que existe de Comunidade Solidária com o Município que está ali no meio e que não tem nada.

Era só este registro, porque, enquanto eu puder registrar isso, registro.

Obrigada. (Palmas.)

LINAI DE ARARUNA - Sou Presidente do Conselho e também vereadora.

A minha preocupação, no Estado da Paraíba, é muito grande, com relação ao item 4, quando trata da descentralização.

Eu colocaria o seguinte: que no meu Município houve a mobilização da comunidade para que fosse feito o plano municipal, que foi encaminhado ao Conselho, onde foi aprovado por unanimidade. Esse plano foi encaminhado à SAS, em João Pessoa. Lá, eles encaminham às centrais, onde o Governo diverge da política do nosso Município. O que acontece? Não passa nada do nosso plano, porque, infelizmente, não é a política do Governador do Estado da Paraíba, porque no nosso Município é outra a política.

Pergunto para vocês: qual seria a posição do Conselho nesse sentido e o que faremos numa situação dessa?

Quando passa pelas centrais, não passa nada para o Município, em virtude da divergência política com o Governador da Paraíba.

Muito obrigada.

MÁRCIA FARIA MAIA MENDES - Sou de Natal, membro do Conselho Municipal da Assistência Social e Secretária de Promoção Social.

Eu gostaria só de reforçar as palavras da companheira da Bahia, quando fez aqui um apelo com relação aos municípios que já cumpriram o art. 30 e que até agora não estão recebendo os recursos.

Entendo que a descentralização significa também a municipalização da assistência social e não estamos conseguindo, no caso, essa municipalização. Natal já cumpriu o art. 30, já tem o Conselho já há algum tempo funcionando plenamente com o Fundo Municipal, com um plano municipal da assistência social, e, no entanto, não recebe recursos, inclusive de convênios.

Falo no âmbito do Município, inclusive não só dos órgãos governamentais, mas dos não-governamentais também, que têm programas de ação continuada, conveniados com o Governo Federal e que, às vezes, passam dois, três meses sem receber recursos, quando aqueles recursos, muitas vezes temos conhecimento, já se encontram com o Governo do Estado e não são repassados imediatamente para os municípios, no caso. Então, estamos enfrentando esse grave problema e gostaríamos de saber como vamos proceder para que haja realmente essa garantia da municipalização, que entendemos seja também através do repasse dos recursos diretamente para o Fundo municipal.

O Município é um poder que está bem próximo do povo, muito mais do que o Estado, e é sempre muito cobrada de nós a questão da descentralização e da municipalização.

Como vamos encaminhar essas questões, se já cumprimos tudo o que era para ser cumprido, no caso do art. 30

Era só este registro.

ANIVAN - Boa tarde.

Meu nome é Anivan. Estou na Presidência de um Conselho Municipal, de uma cidade vizinha a Salvador, Bahia, e pegamos carona do Antônio Brito - por isso a nossa cidade

vai indo bem. Trata-se de Lauro de Freitas, bem vizinha a Salvador - é só atravessar uma ponte e já está em Salvador. Fica a 25 quilômetros de distância.

Nós temos realmente pegado carona com o Antônio Brito e com a Vera Sacramento, no Governo estadual, que nos têm ajudado muito. Então, conseguimos articular e fazer um bom trabalho a nível de Lauro de Freitas e cidades vizinhas. Aí começamos a observar as grandes dificuldades e a perceber realmente a falta de informação que as pessoas vão vivendo.

Eu diria que o Conselho Nacional deveria montar um esquema para informação da LOAS, desses programas, para que as pessoas pudessem ter um conhecimento maior.

De vez em quando, tento fazer um contato com o Conselho Nacional. Consigo, depois de muita dificuldade. Realmente, é um sufoco. Então, é importante que se monte algum esquema, se articule alguma maneira de facilitar, com alguns números de telefone para informações, porque as pessoas até tentam, como eu tento e consigo, mas leva muito tempo. Falo com dez, doze pessoas para conseguir a informação que desejo. Venço pela insistência.

Isso com relação a informação.

Capacitação de Conselhos também é muito importante. Noutro dia, uma companheira nossa me perguntava qual o problema que eu tinha naquela cidade, onde residimos. Eu dizia o seguinte: com relação a Conselho de Assistência Social, o problema seria de capacitação de Conselheiros. E vimos trabalhando essa questão com muita determinação. É importante que o Conselheiro se capacite para ter condições de informar para a comunidade o que é o Conselho de Assistência Social.

Divulgação da lei: criamos prospectos, panfletos, cartazes, faixas, enfim, tudo o que podemos, para divulgar a Lei. Aí entra a questão da credibilidade. Até onde vamos - não enganar o povo - sustentar essas colocações, a lei e essa divulgação que vimos fazendo, se os recursos não chegam? Preparamos uma lei, um regimento, um decreto, o plano de assistência social em conjunto com a Secretaria de Desenvolvimento Social, que também aqui está representada pela nossa companheira Cibeli, mas, e os recursos? Como faz?

É importante que seja revista toda essa situação, a questão de credibilidade e o estímulo. Nós precisamos de estímulo para trabalhar.

Eu represento uma instituição não-governamental, me dou por inteiro, não tenho salário. Os governamentais têm salário. Os não-governamentais trabalham tanto quanto, às vezes muito mais, dão suas horas de lazer, transformando-as em trabalho para a assistência social, fazendo realmente a filantropia, e o que têm de retorno? Pelo menos um estímulo para o trabalho, a credibilidade junto à comunidade, junto às pessoas com quem vivem.

Eu gostaria de conversar posteriormente com a nossa companheira de Sergipe, com algumas pessoas da Bahia e Sergipe, ali muito próximo. Há algumas pessoas, alguns amigos em Sergipe que desconhecem o conceito de assistência social.

Muito obrigado.

MARLOVA JOVCHELOVITCH - Bem, encerramos as inscrições e passamos agora a um segundo momento da reunião, em que a Mesa incorpora as sugestões. A Dorinha, nossa chefe lá da área de políticas sociais, sistematizou junto com os Conselheiros que estavam na Mesa essas questões e amanhã o CNAS estará reunido ordinariamente de manhã, vamos incorporar essas sugestões e trabalhá-las. Na Comissão de Políticas Sociais, que a Patrícia coordena, vamos fazer também o detalhamento daquelas sugestões apresentadas e pretendemos sistematizar tudo isso em um documento que será encaminhado aos Conselhos estaduais e aos Conselhos municipais.

Pediríamos que, se ainda houvesse alguma sugestão por escrito, que eventualmente algum Conselho queira fazer, ou alguma Secretaria, que fosse enviada ao CNAS, no menor prazo possível, aos cuidados da Dorinha, na Coordenação de Políticas Sociais. Ela fica em contato com a Patrícia, coordenadora da Comissão, para irmos fazendo essa sistematização.

Encerrando esta fase de debates, devolvemos a palavra ao Celecino, que tem algumas questões de datas ainda para ajustar.

Existe aqui com a Fátima uma moção pela ordem.

Alguém mais deseja fazer alguma observação, pela ordem? (Pausa.)

Ana Paula, da FESC.

ANA PAULA - Eu não sei se é exatamente uma questão de ordem. O fato é que fiz uma proposta, no final da manhã, e entendi que havia sido aceita pela Mesa, no sentido de que fosse mantido, neste momento final da reunião, o lançamento, senão da Conferência Nacional, pelo menos de um Encontro Nacional a partir de uma resolução do CNAS.

Portanto, pergunto se vai acontecer isso, ou se o CNAS tem uma outra opinião sobre o assunto. Se for o caso, que essa opinião fosse explanada para os participantes.

PRESIDENTE (Celcino de Carvalho Filho) - Nós esclarecemos - talvez não tenhamos sido felizes no esclarecimento inicial, embora reiterado - que esta reunião é extremamente importante, mas é uma reunião consultiva. Todas as sugestões foram registradas, consideradas e serão objeto de análise na reunião ordinária de amanhã, do CNAS. O Conselho não pode baixar uma resolução porque precisa da discussão com os Conselheiros em reunião própria.

Fiz esse esclarecimento inicial informando que isso inviabiliza a elaboração dessa resolução neste momento.

Esta reunião é consultiva e tudo que foi levantada e acatado será levado para a Plenária do Conselho amanhã, que examinará essa questão.

Como a proposta foi de se fazer uma resolução ainda hoje, automaticamente fica inviabilizada, porque o Conselho não pode fazer uma resolução obviamente sem ouvir o Plenário.

Falei isso no início da reunião, pensei que tivessem entendido, e estou reiterando para dizer que a proposta foi registrada mas, em função desse procedimento, esta reunião é ampliada e tem caráter consultivo. Não seria o momento oportuno para votar um assunto específico desse. Como acontece em toda reunião plenária, todas as sugestões são encaminhadas para a reunião seguinte. Por isto estamos fazendo sempre, nas reuniões ampliadas, uma reunião ordinária antes e outra após a ampliada, exatamente para levar em conta, examinar, discutir e votar todas as sugestões apresentadas.

Era esse o esclarecimento que fiz genericamente e agora repito com mais detalhes, em função da sua reiteração.

MARLOVA JOVCHELOVITCH - Peço licença para meter minha colher neste assunto, como Conselheira, não como Coordenadora da Mesa.

PRESIDENTE (Celecino de Carvalho Filho) - Fique à vontade, Conselheira.

MARLOVA JOVCHELOVITCH - Para tranquilizar a Ana Paula, eu diria que o CNAS já deliberou sobre esse assunto. Esta reunião é consultiva, como disse o Presidente, mas o assunto a que se refere a Ana Paula foi deliberado. Foi aprovado por unanimidade no Conselho manter a convocação da Conferência. Como foi editada uma medida provisória, foi deliberado pelo Conselho que vamos fazer um grande encontro nacional, cujo nome vamos definir, porque o CNAS entende que precisa continuar lutando para que a medida provisória não seja reeditada. Nesse sentido, uma resolução neste momento seria admitir que a nossa luta pela não reedição da medida provisória estaria acabada. Mas ela não está. Teremos uma audiência amanhã, às 10 horas, com o Ministro Clóvis Carvalho, o nosso Conselheiro Eduardo promoveu brilhantíssima articulação, com a capacidade de negociador que lhe é peculiar. Foi uma ajuda indispensável e quero agradecer de público, pelo empenho, ao nosso Conselheiro Eduardo, assim como a vários outros Conselheiros - a Conselheira Fátima também fez um trabalho de articulação com os parlamentares, assim como o Padre Virgílio, da CNBB - enfim, todos nós estamos mobilizando para garantir ou pelo menos tentar evitar que a medida provisória seja reeditada e com isso se possa convocar a Conferência.

Caso essa medida provisória seja reeditada de modo que impeça a convocação da Conferência, o CNAS já está atento, porque é uma decisão irrevogável: não voltaremos atrás, haverá um grande encontro nacional, que poderá ter o nome de fórum, plenário, encontro, seminário de mobilização, enfim. Queremos também negociar com vocês a manutenção das datas das Conferências municipais até agostos, e das estaduais até outubro, e manter de 9 a 13, esperamos que a Conferência; se não for possível com esse nome, o nosso encontro ou a nossa grande plenária.

Portanto, para tranquilizar a Ana Paula, faço este esclarecimento público, não só em meu nome, mas da sociedade civil, do CNAS e da representação dos Municípios e dos Estados, que isso foi votado e essa deliberação está tomada.

PRESIDENTE (Celecino de Carvalho Filho) - Um esclarecimento adicional: eu me referi, e deixo claro mais uma vez, que o Conselho não tem condições de votar aqui e agora uma resolução no sentido do lançamento, que foi a proposta feita. Quanto a isso não há dúvida, foi colocado desde o início, aprovamos tudo, só em relação objetivamente à questão que ela levantou o Conselho não tem condições de agora, neste momento, aprovar uma resolução. Isso será tratado amanhã, na reunião ordinária, como falei.

MARLOVA JOVCHELOVITCH - Precisamos inclusive discutir a forma da resolução, para não inviabilizar a questão da não edição da medida provisória. Só por isto.

A Conselheira Fátima tem um comunicado.

MARIA DE FÁTIMA DE AZEVEDO FERREIRA - Uma questão de encaminhamento.

Exatamente dentro dessa posição de manter a II Conferência, que acho que está correta por enquanto e até o final estaremos lutando pela II Conferência junto com todos vocês, é que estamos propondo que amanhã a Comissão de Parlamentares e dois Conselheiros nossos, que irão ao Ministro Clóvis Carvalho, leve uma moção deste Plenário.

Acho muito importante que, já que o Plenário não vai ser recebido, se faça representar pelos dois Parlamentares e pelos dois Conselheiros, mas que levem algo por escrito, para ficar sacramentado que não é só o CNAS, mas que os Estados têm essa posição.

A proposta do CNAS é a seguinte:

“A Reunião Ampliada do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, ocorrida em Brasília no dia 23 de abril de 1997, com a presença de representantes dos Conselhos estaduais, municipais e fóruns de assistência social, representantes de governos municipais e

estaduais, bem como de Parlamentares de diversos partidos, vem a público manifestar-se sobre a II Conferência Nacional de Assistência Social.

A Conferência Nacional é o ápice de um processo participativo, de avaliação, em todos os níveis, com os diversos envolvidos com a assistência social.

O ano de 1997 é um momento crucial para a conseqüente implantação do sistema descentralizado, exigindo a realização da II Conferência.

Os Estados e os Municípios solidarizam-se com o esforço empreendido pelo Conselho Nacional de Assistência Social pela manutenção da II Conferência e estão comprometidos com a sua realização nos respectivos níveis, por considerá-la indispensável e oportuna.

Assim sendo, ressaltamos a importância da retirada do inciso VI do art. 18 da Medida Provisória 1473-30, retomando o esforço conjunto pela implementação da Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, em todos os níveis.

Brasília, 23 de abril de 1997. (Nome, representação e assinatura.)”

Gostaríamos de saber se está aprovada para passarmos a colher as assinaturas.

MARLOVA JOVCHELOVITCH - Eu tenho uma sugestão, até pegando aqui um “gancho” da Patrícia: nesse segundo parágrafo, onde diz que “a Conferência Nacional é o ápice de um processo participativo de avaliação em todos os níveis”, dizer que é mais do que o ápice, é o fórum legítimo de discussão.

Uma coisa que aprendi nessas minhas negociações com o Governo é que devemos evitar adjetivos. Devemos procurar ser absolutamente técnicos e procurar enfatizar os aspectos legais.

De acordo com a própria lei, a Conferência Nacional é o fórum legítimo. Daí, sugeriria que mudássemos o “ápice” para “fórum legítimo do processo participativo de avaliação em todos os níveis”.

Não sei se alguém mais tem alguma observação. (Pausa.)

Então, quem estiver de acordo com a moção levante o braço, por favor. (Pausa.)

Quem está contrário? (Pausa.)

Alguém se abstém de votar? (Pausa.)

Uma abstenção, do Conselheiro Eliseu Calsing, que representa a SAS, Secretaria de Assistência Social, do Ministério da Previdência e Assistência Social.

Então está aprovada a moção.

MARIA DE FÁTIMA DE AZEVEDO FERREIRA - Eu esqueci de dizer, lamentavelmente - apesar e ele ter saído - mas queria registrar que essa moção foi escrita pelo Conselheiro Célio, do Movimento de Meninos e Meninas de Rua, e todos nós queremos agradecer pelo trabalho coletivo que está sendo feito neste fórum.

MARLOVA JOVCHELOVITCH - Devolvo a coordenação dos trabalhos ao Presidente Celecino.

PRESIDENTE (Celecino de Carvalho Filho) - Muito bem.

Temos dois pontos que constam da resolução que propomos sejam mantidos. Um é a sugestão de que as Conferências municipais sejam realizadas até 31 de agosto. Sugerimos e solicitamos... Depois, temos até o dia 20 de outubro para a realização das estaduais e é importante que haja um tempo entre a última municipal e a estadual, para que haja um processo de consolidação.

Estamos fazendo uma sugestão: 31 de agosto. Há uma alternativa até 30 de setembro. A preocupação maior é que os Estados vão ter um prazo muito pequeno para receber as conclusões das municipais e realizar as estaduais.

Alguém dos Estados tem posição contrária a essa proposta da colega, de que as municipais sejam realizadas até 30 de setembro, e as estaduais, até 30 de outubro?

JOSÉ ANTÔNIO MORONI (Secretário-Executivo) - Quando a Comissão pensou essas datas, ela pensou dentro da metodologia da II Conferência. É diferente da metodologia usada na I Conferência, onde as discussões, os debates e as deliberações das Conferências

estaduais, por exemplo, não foram sistematizadas para a nacional, assim também como muitas das Conferências municipais não foram sistematizadas para as estaduais. Então, essa data pensamos dentro de uma metodologia onde, na Conferência estadual, por exemplo, ter-se-ia uma sistematização mínima das deliberações das Conferências municipais e a nível nacional a mesma coisa. Por isso foi pensado um prazo maior, dentro dessa metodologia, que é diferente da I Conferência.

PRESIDENTE (Celecino de Carvalho Filho) - Muito bem, o que fazemos? Ficamos com a data inicial, a despeito da ponderação da colega? (Pausa.)

A pergunta é se temos alguma outra alternativa. Temos a oferecida pelo Conselho e temos a da colega participante.

A idéia é indicativa. Eu falei aqui em sugestão. Só estou querendo ajudar a organizar para evitar que se faça um municipal no final de outubro e não se tenha tempo de ser contemplada na estadual.

É só essa preocupação. O Conselho não está impondo nada. Está sugerindo, para que não percamos a noção do processo.

JOSÉ ANTÔNIO MORONI (Secretário-Executivo) - Posso apresentar um proposta?

Entendo que, a nível nacional, o importante é termos uma data de referência para chegar dos Estados.

Dos Estados, vamos ter de analisar quando vai haver condições de sistematizar as dos Municípios. Porque uma coisa é um Estado ter 800 Municípios e outro pode ter 50 e os prazos são diferentes.

Talvez, então, pudéssemos estabelecer como limite máximo para as Conferências estaduais mandarem para a nacional os relatórios, tranqüilamente, a primeira semana de novembro. Ou final de outubro? E os Estados vão determinar as datas das Conferências municipais, baseados na sua realidade, porque depende do número de municípios e outras questões.

PRESIDENTE (Celecino de Carvalho Filho) - O esclarecimento é importante em face daquelas hipóteses que levantamos no início, de o Conselho realizar uma reunião do final do ano e consolidar as deliberações das Conferências estaduais. Como a previsão é de 9 a 12 de dezembro, é preciso que pelo menos a 10 ou 15 de novembro, no máximo, o Conselho Nacional receba as deliberações dos estaduais. É um trabalho muito grande para ser apresentado num documento consolidado - essa é a nossa preocupação - sem o que a reunião que vamos fazer vai perder objetividade, vai perder efetividade, se não tivermos as deliberações das estaduais.

Não precisamos colocar em votação. Estamos conscientes da razão da sugestão do prazo: até o dia 10, no máximo dia 15 de novembro, o Conselho Nacional precisa receber esse material para fazer a consolidação.

Estão dizendo que dia 15 é muito distante. Então, o dia 10 de novembro, no máximo.

Sobre este assunto, estamos esclarecidos. O Conselho precisa desse material para realizar o seu objetivo que é consolidar, discutir isso na reunião ampliada no final do ano. Então, que até o dia 10 de novembro recebamos esse material, porque é muito importante.

Duas coisas mais: há um tema sugerido para a próxima reunião ampliada, que seria "benefícios eventuais". Em princípio, no calendário preestabelecido no Conselho, essa reunião ampliada seria realizada em Belém, no Pará. Tudo ainda em princípio. O Conselho vai estudar a data exatamente e depois vai comunicar a todos os senhores.

Por último, para agradecer à Câmara pelo espaço cedido para a realização desta reunião ampliada e, em especial, como já registrei, ao Deputado Izídio Pinheiro, que garantiu a vaga dessa espaço para hoje, o que tem sempre de ser feito por um Deputado Federal - é a norma interna - e o Deputado se prontificou e por isso realizamos o nosso trabalho aqui com toda a tranquilidade e a infra-estrutura indispensáveis.

Uma última informação que acaba de chegar: não foi possível ainda marcar a audiência com o Sr. Presidente do Congresso Nacional, em função de ter sido solicitada ainda pela manhã, insistentemente, mas a agenda, segundo informação que recebemos da Assessoria, está superlotada. Mantivemos e mantemos o registro e a solicitação dessa audiência. No

momento em que ocorrer, o Conselho providenciará uma representação para ir ao Sr. Presidente do Congresso Nacional, à luz do que foi aqui colocado.

Por último, a Conselheira Fátima está lembrando que os prezados participantes não saiam sem assinar a moção que foi aqui aprovada.

Mais uma vez, o agradecimento enorme pelo empenho de todos em estar aqui e discutir esse problema. O Conselho precisa continuar contando com a colaboração de todos.

MARIA DE FÁTIMA DE AZEVEDO FERREIRA - O material de orçamento vai ser enviado com as conclusões desta reunião.

É fundamental a assinatura na moção para amanhã.

Obrigada.

PRESIDENTE (Celécino de Carvalho Filho) - Amanhã, às 9 horas, teremos a reunião ordinária do Conselho Nacional para a qual convido todos os presentes. Ela será realizada no nono andar do Ministério da Previdência e Assistência Social.

Mais uma vez, obrigado a todos e até a próxima reunião. (Palmas.)

PRESIDENTE (Vandevaldo Nogueira) - Está aberta a reunião. Temos o *quorum* necessário, mas como três pessoas vão se ausentar da reunião por cerca de 30 minutos - o Eduardo, o Padre Virgílio e eu, porque temos audiência na Casa Civil - proponho que iniciemos a Reunião com a aprovação da pauta, que já foi aprovada na reunião anterior. Sugiro, também, que comecemos hoje com a aprovação da Ata e que o Item 2 seja analisado quando voltarmos.

Se alguém ainda não assinou a moção aprovada ontem na plenária da Reunião Ampliada, pode fazê-lo agora; ainda está aqui à disposição.

MARIA DE FÁTIMA DE AZEVEDO FERREIRA - Como o Vando vai ter que se ausentar e já está em cima da hora, proponho que enquanto o Celcino ainda estiver ausente a Patrícia assuma a coordenação.

PRESIDENTE (Vandevaldo Nogueira) - Alguém se propõe a ler a ata?

EDUARDO LUIZ BARROS BARBOSA - Vamos ter que sair imediatamente, e antes que você encaminhe a leitura da Ata, gostaria de apresentar a suplente do FONSEAS, a Maria do Carmo Meneguci, que está aqui e ficará durante minha ausência. Apesar de o ato não ter sido ainda publicado, está sendo providenciado pelo Conselho Nacional de Assistência Social, gostaria que ela participasse na minha ausência.

PRESIDENTE (Vandevaldo Nogueira) - Tudo bem. No meu caso, a suplência será de Dora Cunha Bueno, que assume a titularidade durante minha ausência.

DEUSINA LOPES DA CRUZ - Quero apresentar o Dr. Baeta, Secretário Adjunto da Secretaria de Assistência Social, que substitui a Dra. Lúcia Vânia. Na reunião desta manhã ele veio para conhecer o Conselho e fazer alguns encaminhamentos. Ele veio mais especificamente

para tratar da questão do orçamento, que acho que ficou pendente, uma vez que não pode ficar a manhã toda.

PRESIDENTE (Vandealdo Nogueira) - Toda a pauta continua absolutamente em vigor, inclusive a parte da Conferência Nacional de Assistência Social, que volta à nossa Ordem do Dia, em função das deliberações e proposições de ontem, na Reunião Ampliada.

MARIA DE FÁTIMA DE AZEVEDO FERREIRA - Minha proposta continua de pé: que a Patrícia assuma a coordenação até que o Celecino volte e que o Célio faça a leitura da Ata.

CÉLIO VANDERLEI MORAES - Questiono se é necessário ler porque o material foi entregue anteontem, com orientação para que todos fizessem leitura prévia, a fim de que a aprovação fosse possível sem a leitura. Entretanto, se acharem necessário, posso lê-la. Todos leram? Acham necessária a leitura?(Pausa)

MARIA DE FÁTIMA DE AZEVEDO FERREIRA - Não.

CÉLIO VANDERLEI MORAES - Em votação a Ata da 37a. Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social, realizada nos dias 13 e 14 de março de 1997. Quem tiver algo contra ou queira se abster que se manifeste. (Pausa)

Aprovada, por maioria, com três abstenções.

MARIA DE FÁTIMA DE AZEVEDO FERREIRA - Já que o Célio começou, proponho que ele continue na coordenação dos trabalhos.

PRESIDENTE (Célio Vanderlei Moraes) - Abrindo a pauta desta reunião, temos a proposta de pauta da Reunião Ordinária que deve ser revista, considerando nosso período desta manhã. Há uma proposta da Conselheira Deusina sobre apreciarmos o ponto 6, orçamento

do Conselho Nacional de Assistência Social, em primeiro lugar, em função da presença do Dr. Baeta. Os demais pontos precisam ser ordenados. Alguém tem outra sugestão?

MARIA DE FÁTIMA DE AZEVEDO FERREIRA - Não entendi qual é a proposta sobre a questão do orçamento, que seria discutido com a SAS: seria dentro da questão da 2a. Conferência?

MÁRCIO NETTO BAETA - Peço a palavra aos eminentes membros deste Conselho, cumprimentando a todos na oportunidade de estar aqui. Havíamos requerido, face a prazo exíguo de cumprimento, a possibilidade de se incluir em pauta a apreciação por parte dos senhores do orçamento da Assistência Social, do Fundo Nacional de Assistência Social, não do orçamento da Conferência Nacional de Assistência Social especificamente.

Ocorre que nesse ínterim, aconteceram algumas situações especiais. Em primeiro lugar, a área da Secretaria Executiva do Ministério, por intermédio de seu Subsecretário de Planejamento e Orçamento em exercício, quer - e tem todo o direito institucional e legal de assim o fazer - participar também dessa proposta orçamentária que se encontra ainda em final de elaboração por parte da SAS. Assim, ele, como órgão de planejamento e orçamento do Ministério, prevê o encaminhamento formal à consideração dos senhores tão logo esteja compatibilizado e acertado no âmbito do Ministério como um todo de forma a ser encaminhado ao Conselho para aprovar ou não essa proposta, que seria depois encaminhada na forma da lei ao Congresso Nacional. Esse é o primeiro ponto. Não temos ainda essa proposta hoje; posso adiantar para os senhores os grandes números que estão sendo pensados, os quais não foram ainda submetidos à nossa Secretaria, mas pelo menos em nível de proposta, porque sabemos que os cortes são sempre muito altos e os contingenciamentos também...

PRESIDENTE (Célio Vanderlei Moraes) - Permita-me interrompê-lo momentaneamente?

MÁRCIO NETTO BAETA - Perfeitamente.

PRESIDENTE (Célio Vanderlei Moraes) - Quero apenas dar ordem aos pontos porque entendi que o senhor já está iniciando sua discussão e que é muito relevante. Pelo que entendi então não é o Item 6.

MARIA DE FÁTIMA DE AZEVEDO FERREIRA - É a inclusão de mais um item.

MÁRCIO NETTO BAETA - Talvez seja a justificativa de pedido de exclusão da inclusão que havíamos requerido ao Presidente Celecino e que seria colocado para o exame dos senhores, o que provavelmente não vai ocorrer.

PRESIDENTE (Célio Vanderlei Moraes) - Perfeito. Considerando sua presença e a relevância dessa discussão sobre o orçamento em âmbito preliminar, proponho que se faça essa justificativa ou essa discussão no momento que se discutir o que vai colocar a Comissão de Financiamento, que certamente estará trazendo sua posição sobre o orçamento. Poderíamos discutir as duas matérias.

MARIA DE FÁTIMA DE AZEVEDO FERREIRA - Já que esse é um ponto solicitado pela SAS, proponho que se coloque o seu posicionamento, ou seja, que se faça o inverso. A Comissão de Financiamento, pelo nível de discussão que alcançou até o momento, poderia colocar também sua posição e veríamos os desdobramentos posteriores.

PRESIDENTE (Célio Vanderlei Moraes) - Então, aproveitemos a presença do Sr. Secretário, e depois ordenaremos os demais pontos. Todos de acordo?(Pausa)

Sr. Secretário, com a palavra.

MÁRCIO NETTO BAETA - Volto a ressaltar ao Conselho que a proposta formal do Ministério será encaminhada à apreciação dos Srs. Conselheiros na forma legal e - esperamos - dentro da oportunidade que se faz necessária e imprescindível.

Essa palavra oportunidade, eu a vejo muito importante para os exercícios seguintes. Nós como órgãos de deliberação - o Conselho, no que tange aos assuntos da Política Nacional - e de coordenação devemos prestar muito atenção a esse calendário das atividades de Orçamento da União e sua compatibilização com as previsões da LOAS. Temos uma situação concreta, por exemplo, para conhecimento dos senhores: até o dia 12 de maio temos que encaminhar essa proposta formalmente ao órgão de orçamento do Ministério, e há um calendário fixado pela SOF com relação a todos os demais órgãos. Pela Constituição da República, até o final de abril temos que ter no Congresso Nacional a proposta da LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias -, que prevê metas específicas para o alcance no exercício seguinte, 1998. Temos até agosto para o encaminhamento formal da proposta de orçamento do Executivo ao Congresso Nacional. Nesse momento, temos os Estados concedendo prazos aos Municípios até o final de maio para encaminharem seus planos municipais de Assistência Social. Isso vai ser compatibilizado, acertado em nível estadual para então ser estendido em nível nacional de Política Nacional de Assistência Social.

Evidentemente, essa proposta do orçamento para o ano que vem já foi encaminhada há muito tempo, quando isso acontecer. Ou seja, temos que procurar, para os próximos anos, uma previsão, um calendário de trabalho por parte dos Municípios, Estados, SAS, órgãos setoriais, Conselho Nacional, para podermos nos encaixar dentro do calendário constitucional. Esse é um comentário que inicialmente faço nessa ocasião.

A proposta que está vindo aos senhores, ela infelizmente apesar de ter a base, os sentimentos, os relacionamentos intra e intergovernamentais e outros fundamentos, ela evidentemente não será uma proposta que tenha esse subsídio da base, que é a grande força que poderíamos ter nessa proposta.

De outro lado, posso adiantar para os senhores os grande números. Essa proposta prevê aumento de metas em torno de 200,65%. Evidente que se os senhores olharem na LDO verão um aumento de metas em torno de 25%, muito arduamente negociado com o pessoal da SOF há algum tempo. Temos uma previsão, que deve ser encaminhada depois de compatibilizada no setorial, de pouco mais que 2 milhões e 680 mil reais. Os senhores sabem que nossa realidade orçamentária hoje é bem triste, bem inferior a isso: temos o orçamento de 893

milhões para este ano, contingenciado em mais de 10% e contingenciado financeiramente em muito mais do que isso, praticamente em 50%. Estamos aqui com nosso sonho de 200% das metas e 2 milhões 683. Estava anotando esses números por telefone: para creche, por exemplo, 482; para idosos, 58; para deficientes físicos, 128; para o benefício de prestação continuada, 1 milhão e 32 - esse benefício, no mês de março, já abrangia 452 mil pessoas. Nossa despesa mensal é elevada. O orçamento aprovado de 380 milhões para o benefício sem contingenciamento é ridículo; este ano devemos alcançar cerca de 600 milhões e com esse benefício não há como separar disso -; geração de renda, 216; apoio a atividade sócio-comunitária, 127; combate ao trabalho infantil, 100; e o criança cidadã, 539, para completar os 2 milhões 683. São números que anotei rapidamente nesse livreto da LOAS agora. Vocês me desculpem apresentar isso de maneira tão informal. Esse trabalho, no momento em que se fizer pronto, tem que se submeter à comissão técnica própria dos senhores para subsidiar os Srs. Conselheiros a terem uma decisão mais adequada sobre esse orçamento.

Meu papel aqui hoje, senhores, é apenas dar essa notícia de parte da SAS, em respeito ao pedido que havíamos feito - e foi depois dessa pauta feita - para ver se conseguíamos ter esse orçamento avaliado pelo Conselho Nacional de Assistência Social para adequá-lo ao fluxo do Orçamento da União aos prazos que são muito curtos. Temos nesse momento de execução dessa proposta orçamentária os prazos concedidos pela SOF - Secretaria de Orçamento Federal e outros. Então acho que até o início de maio estaremos encaminhando para nosso setor, nossa COF, nossa SPO do Ministério da Previdência. O Ministério vai encaminhar oficialmente à apreciação dos senhores Conselheiros. Agradeço à oportunidade e me coloco à disposição dos senhores para qualquer esclarecimento.

MARIA DE FÁTIMA DE AZEVEDO FERREIRA - Posso falar?

PRESIDENTE (Célio Vanderlei Moraes) - Conselheira Fátima.

MARIA DE FÁTIMA DE AZEVEDO FERREIRA - Faço parte da Comissão de Financiamento e estamos discutindo exatamente esses dois pontos que o senhor tornou

relevantes: o precário orçamento para o ano de 97, mesmo com a questão dos 25% colocados pela LDO, os 893 com contingenciamento orçamentário em 10% e financeiro em 50%, discutindo ainda a adequação desse orçamento à Previdência, que também tem problemas em suas finanças, chegando ao ponto de se discutir se os 800 ficarão todos na Assistência Social ou se uma parte irá para a Previdência, para cobrir determinadas falhas. Acho que é extremamente preocupante e estamos nos debruçando sobre isso.

Outra questão é a do orçamento de 98, que estamos discutindo e acho que isso deve ser feito junto com a SAS para não se repetir o que acontece todos os anos, ou seja, a SAS nos encaminha o orçamento já pronto e apenas procedemos a sua discussão. Mas queremos ter a participação, juntamente com a SAS, na preparação do orçamento. A lei prevê que a SAS faça a apresentação, mas nessa fase política pretendemos estar junto. Não sei se seria agora ou quando formos elaborar o calendário, mas poderíamos ver como discutir essa questão do orçamento. E se não houver condições ordinariamente poderíamos convocar reunião extraordinária deste Conselho dada a gravidade da situação a que chegamos com relação ao orçamento de 97 e as condições da elaboração do de 98.

PRESIDENTE (Celescino de Carvalho Filho) - Fátima, por gentileza, eu faria uma pergunta ao ilustre Secretário que nos visita sobre as datas de encaminhamento: qual a data final de encaminhamento da proposta orçamentária ao Ministério do Planejamento e Orçamento?

MÁRCIO NETTO BAETA - A data que nos foi sugerida pelo SPO do Ministério é 12 de maio.

PRESIDENTE (Celescino de Carvalho Filho) - Vai sair a proposta do MPAS para o MPO?

MÁRCIO NETTO BAETA - Não, é a nossa proposta da SAS, ao setorial de orçamento do Ministério, da consolidação do orçamento do Ministério da Previdência. Nesse momento, compatibilizada nossa proposta SAS/MPAS, é feito o encaminhamento para apreciação

do Conselho Nacional de Assistência Social. Quero ver se podemos fazer isso um pouco antes para que a comissão técnica de exame tenha tempo suficiente para discussão, relatórios, acertos que venham a ser necessários de forma que possamos fazer isso em tempo hábil para que o Ministério envie dentro do calendário que a SOF elaborou. Não tenho conhecimento desse calendário, que está com o César, substituto no SPO, mas sei que é um pouco mais alongado, graças a Deus.

MARIA DE FÁTIMA DE AZEVEDO FERREIRA - Pedi ao César, e acho que acabou de chegar.

PRESIDENTE (Celcino de Carvalho Filho) - Leia para nós, Enéas, esse calendário.

ENÉAS DE ÁVILA - Estabelece o calendário no art. 2o. o prazo de 23 de abril de 97 no que tange à dívida contratual, ou seja, amortização, juros e outros encargos e operações de crédito internas e externas. No dia 25 de abril de 97: receita diretamente arrecadada do Tesouro; também na mesma data: receita de outras fontes, ou seja, receitas próprias.

Art. 3o. - fixar os seguintes prazos máximos para apresentação da proposta orçamentária setorial: 13 de junho de 97: prazo para detalhamento do limite fixado para manutenção das atividades existentes no níveis atuais de atendimento; detalhamento do limite para despesas com pessoal e encargos sociais; detalhamento do limite para despesas com amortização e encargos de financiamento e propostas referentes à ampliação das atividades. Esse prazo até 13 de junho é para apresentação junto ao Ministério de Planejamento e Orçamento. Em 25 de julho de 97, já a cargo da SOF, estabelecer os seguintes prazos para definição e divulgação dos limites orçamentários: 15 de maio de 97, para manutenção das atividades existentes - que é o que o Dr. Baeta estava mencionando.

MÁRCIO NETTO BAETA - Só uma observação: o prazo a que me referi é interno, dado pela SPO do Ministério para nós Secretaria do Ministério. De nosso setorial para nós; não tem a ver com esse prazo oficial da SOF.

ENÉAS DE ÁVILA - Ele é em função desse prazo máximo do dia 15. Dia 15 de maio de 97, para despesas com pessoal, encargos sociais, amortização de encargos de financiamento; 14 de julho de 97, para projetos. O prazo máximo seria 25 de julho para apresentação da proposta final do orçamento ao Congresso.

PRESIDENTE (Celcino de Carvalho Filho) - Qual é o prazo final para o MPAS mandar a proposta ao MPO?

ENÉAS DE ÁVILA - É 13 de junho.

MÁRCIO NETTO BAETA - Ele é feito em etapas.

PRESIDENTE (Celcino de Carvalho Filho) - Sim, mas quando se consolidar será tudo enviado.

MÁRCIO NETTO BAETA - É enviada apenas a última parte.

PRESIDENTE (Celcino de Carvalho Filho) - E qual é esse último momento?

ENÉAS DE ÁVILA - É 13 de junho, como está na resolução publicada.

Não sei se seria importante, Dr. Baeta, mas tenho aqui o orçamento de 97 com os cortes, se houver interesse.

PRESIDENTE (Celcino de Carvalho Filho) - Certamente, o Dr. Baeta tem interesse; só precisamos acertar algumas questões ligadas a esse procedimento.

ENÉAS DE ÁVILA - Está bem.

PRESIDENTE (Celecino de Carvalho Filho) - Vejam bem: a data prevista para nossa Reunião de maio é, em princípio, dias 15 e 16. Observei que poderíamos propor um pequeno dilatamento em função de estar muito em cima. Mas precisaria ser examinado porque seria desastroso para todos nós se essa proposta for encaminhada sem apreciação do Conselho. O Conselheiro Elizeu, desde a semana passada, me disse que estava ultimando essa matéria para ver se até hoje conseguiria entregar essa proposta para fazermos uma apreciação inicial. Primeiro tem que ir para a Comissão de Financiamento do Conselho, que fará o exame e trará o parecer para discussão do Plenário. Seria esse o procedimento. Nossa expectativa é que isso seja entregue o mais rápido possível a fim de que a comissão faça esse trabalho, e nós o apreciemos nessa Reunião.

Pergunto ao Secretário Baeta se há uma estimativa de envio ao Conselho dessa proposta para que sigamos esse processo que descrevi, ajustando a data da Reunião do Conselho. Se for o caso faremos uma extraordinária para que o Conselho se pronuncie sobre a proposta orçamentária, porque o assunto é extremamente importante.

MÁRCIO NETTO BAETA - Acredito que a SAS tenha condições de encaminhar isso a nossa área de planejamento e orçamento do MPAS esta semana, seguramente, bem antes do prazo concedido, que é 12 de maio. Ficaríamos na pendência de o César, que está substituindo o Secretário Executivo, fazer esse encaminhamento à consideração do Conselho Nacional de Assistência Social.

PRESIDENTE (Celecino de Carvalho Filho) - O prazo da SAS é dia 13 de maio?

MÁRCIO NETTO BAETA - É dia 9 ou 12 de maio, não tenho certeza. É uma carta interna feita pela nossa Secretaria Executiva, que fixa prazo interno, vez que eles também precisam de alguns dias para se acertarem e cumprirem o calendário da SOF. Internamente,

temos um prazo mais curto. E essa foi a nossa pressa de querer ganhar tempo, transitar isso aqui com vocês, mandar para a área de orçamento de forma compatibilizada com as necessidades e previsões dos eminentes Conselheiros. Infelizmente, esse passo de compatibilização preliminar por eles é mais adequado porque, legalmente, depois que o Conselho aprova, essa proposta não pode mais ser mexida, em nível de Executivo. Ele é o órgão legal para isso. Em nível de Legislativo, não há como; claro que o Congresso Nacional é soberano para decidir sobre esse orçamento. Então está mais próprio esse trânsito preliminar pelo Ministério da Previdência para que tenhamos, depois da posição final do Conselho, os acertos a serem encaminhados à SOF como proposta da Assistência Social.

Como o senhor não se encontrava, Dr. Celecino, passei ao Conselho os grandes números, sonhados até. Não batem esses números que saíram agora, de 2 bilhões(?) 683 com ampliação de 200% de metas, com o que foi acertado com a SOF há um mês em nível de metas já incluídas na LDO como previsão para o ano que vem. Pelo menos estão sendo encaminhadas ao Congresso essas metas, não sei como está a LDO a essa altura, já para o ano que vem, com aumento de 25% para essas metas.

Quanto ao orçamento do Ministério para 97, seu contingenciamento orçamentário e financeiro, quero dizer que pouco mais de 890 mil(?) foi nosso orçamento. Dez por cento disso é praticamente o contingenciamento orçamentário, 89 mil. Ficamos com pouco mais que 800. Algumas rubricas são absolutamente insuficientes para o fim a que se propõem, como o caso do benefício de prestação continuada - o valor é ridículo frente à necessidade. Assim ficou nosso orçamento.

O Ministério de Previdência e Assistência Social vai receber de financeiro, este ano de 97, apenas 850 milhões para as seguintes finalidades - essa questão financeira é bem diferente da questão orçamentária -: custeio do INSS, que tem orçamento quase idêntico ao nosso do FNAS, pouco acima de 800 milhões; custeio da Administração Direta, inclusive SAS, em torno de 40 milhões, um valor bem menor. Então temos cerca de um bilhão(?) e setecentos mil de valor orçamentário para essas três necessidades. Não estão incluídos, evidentemente, todos os 50 milhões que o INSS necessita para seus benefícios; é custeio administrativo do INSS, que é de oitocentos e poucos milhões. O Ministério aqui, a área de finanças do Ministério, sua área

executiva, vai receber 850 milhões ao longo do exercício e terá que distribuir dinheiro para o custeio do INSS, da Administração Direta e para o Fundo Nacional de Assistência Social.

Falou-se em se fazer uma distribuição de 50% para o INSS e 50% para o Fundo, tendo em vista que o orçamento dos dois órgãos - tanto o custeio do INSS quanto o do FNAS - tem valor semelhante. Nossa briga está sendo colocar isso na mesa porque é uma gota d'água no oceano do INSS, que tem déficit previsto de 4,7 bilhões. Então não temos nesse momento que ficar discutindo 400 milhões a mais ou a menos para o instituto.

A solução deve ser do Governo como um todo, o que está sendo providenciado pelo Ministério em suas esferas competentes, na Casa Civil e tudo o mais. Esse déficit é algo gigantesco; mas se tirarmos 400 milhões do Fundo não teremos condições de fazer assistência mais, paramos completamente. Isso não está decidido ainda. O que existe em questão financeira é esta: dos 852 que o Ministério vai receber, quanto será destinado ao Fundo Nacional de Assistência Social? Contando que do Fundo Nacional 380 já são destacados diretamente como orçamento para o benefício do INSS. No ano passado, já ficamos devendo 103 milhões ao INSS, que pagou benefícios acima de orçamento, acima de previsão financeira. Estamos fazendo reconhecimento de dívida, crédito especial, para podermos pagar a dívida do ano passado como o benefício de prestação continuada. E para este ano não sabemos como vai ficar ainda.

Resumidamente, minha visão para 97 é essa. Não se trata de passar dinheiro do Fundo para o INSS, não é isso. É que há uma previsão de distribuição financeira da Secretaria do Tesouro Nacional, constante de decreto. E vamos receber, como Ministério da Previdência, apenas 850 milhões em 97, e fim de conversa. Isso tem que atender a todo esse orçamento, porque recurso não tem marca, não tem carimbo; vai ter que atender ao orçamento de custeio do INSS, da Administração Direta e o FNAS. Nosso orçamento já está deficitário, precisando de crédito suplementar ou adicional em quase todas as suas rubricas.

PATRÍCIA SOUZA DE MARCO - É difícil fazermos algum tipo de discussão com esse quadro no sentido de termos poucas alternativas, dada a gravidade do quadro. Temos uma avaliação de que o recurso disponível já deixou a desejar para as demandas sociais e para o público da Assistência Social. Esse quadro é realmente muito preocupante e acho que teremos

que discutir muito sobre o que será possível; vamos começar a trabalhar sabendo da impossibilidade de executar uma política pública. Esse recurso, está claro, impossibilita a execução de uma política. Vamos ficar em um processo de discussão de elaboração de política, de plano, baseados em quê? Acho que esse dado remonta a um debate muito sério aqui no Conselho, na Secretaria, no Estados e Municípios porque é gravíssimo.

Eu tinha uma pergunta para fazer, que fica deslocada frente a isso, mas é uma dúvida que eu gostaria de sanar. O senhor colocou que não tem havido compatibilidade dos calendários de elaboração dos planos de Municípios, Estados, SAS, e eu gostaria de saber por que isso não acontece. Se a LOAS prevê esse processo descentralizado, mais participativo, com um papel mais efetivo de Estados e Municípios na elaboração dos planos, o que está inviabilizando esse processo de construção do calendário?

Foi colocado pelo Sr. Secretário que 98 já não vai contar com a participação dos Estados e dos Municípios na formulação das demandas dos planos, se entendi bem. Estamos em 97, e para 98 já se está fazendo plano sem participação de Estados e Municípios. Gostaria de saber o que está inviabilizando a construção desse processo.

MÁRCIO NETTO BAETA - Não sei explicar-lhe exatamente as causas. Tenho idéia de alguns motivos que interferem no processo. Em primeiro lugar, dos 5.388 Municípios do País, provavelmente algo em torno de 2 mil estão teoricamente organizados com Conselhos, fundos e planos. Não teremos os planos municipais do resto do País, mesmo que tivéssemos um calendário adequado. Ou seja, não existe ainda essa condição na maioria dos Municípios. Funcionando mesmo, temos muito pouco, um número bem menor, e capacitados para ações de assistência, mais reduzido ainda.

Eu acho que temos na Administração, tradicionalmente, desde há alguns anos, uma desorganização muito grande nossa como órgãos públicos; nossa burocracia cresce, as exigências para convênios, transferências, instruções normativas e nosso aparato legal é extremamente complexo. Desafio qualquer pessoa aqui na Esplanada a me mostrar um convênio feito por qualquer órgão que tenha atendido a todos os requisitos legais. É uma situação que requer um processo de desregulamentação, simplificação, de finalizarmos mais os

acontecimentos. Há todo um trabalho de mudança cultural a ser realizado e há coisas simples como um calendário colocado, negociado com Estados e Municípios. E, veja bem, esses são entes autônomos, constitucionalmente postos, não podemos lhes impingir calendários nem ações porque são independentes. Não temos como impor ao Município que mande seu plano. Houve todo um processo de eleições, mudança de Prefeitos, de Governadores, todo um contexto. Simplesmente, chegando agora na área, nos deparamos com esses fatos.

No ano passado, vocês se lembram, vocês soltaram a Resolução 96 em novembro, se não me engano, para a partição de verbas pelos Estados, como critérios. Mas, infelizmente, o orçamento já estava no Congresso Nacional desde agosto. Partir verba, como, se já estava na proposta a partição pelos Estados? A Resolução ficou inócua, absolutamente inócua, a meu ver.

Essas coisas são simples, mas às vezes nos falta uma visão do simples ao tempo em que possamos ter isso mais adequadamente agendado. Ou seja, os critérios para 98 de distribuição não foram aqui propostos pela SAS, nem estão aprovados ou fixados pelo Conselho, e a proposta do orçamento já está saindo. Estamos usando os critérios da Resolução 96 ou não? Acho que não, acho que há outros que vão ser submetidos ao exame dos senhores.

Infelizmente, temos um árduo trabalho ainda pela frente, a Assistência Social como um todo; e temos um árduo trabalho em nível de organização interna para podermos nos voltar um pouco mais para as ações de planejamento e coordenação. Se conseguirmos que esse Projeto 1.765-A, por exemplo, seja aprovado, aí sim, haverá transferência automática de recursos para os Estados e Municípios que já tenham organização na forma do art. 30 da LOAS, independentemente de convênios. Esse projeto já passou na Comissão de Tributação, está na Comissão de Justiça e Constituição. Se for aprovado, teremos certo sossego, poderemos realmente transferir recursos sem toda a burocracia e os direcionamentos de que não precisamos.

O sonho é que um dia tenhamos esses recursos adequadamente planejados em suas bases e que sejam transferidos como FPE e FPM. Não temos que tutelar o Estado e o Município, querendo gerenciar ou direcionar ações. São os Municípios e os Estados que temos em nosso País, temos que conviver com nossa realidade e fazer com que esses recursos

cheguem lá e que sejam aplicados e controlados segundo as possibilidades que tenham no momento. Não adianta, a tutela é impossível. Nossa dificuldade hoje é até saber quantos Municípios temos no País, saber de todos os detalhes, do que está acontecendo no Brasil.

A idéia é essa, descentralização seria isso. Como bem disse o Celecino em palestra que fez em São Luiz, no Maranhão, descentralizar é transferir poder, isso está envolvido no processo. Não sei se foram bem essas palavras, mas eu me permito falar isso aqui.

Desculpe se me alonguei na resposta, mas acho que temos coisas simples que não estão sendo feitas, como estabelecimento de critérios e propostas na época certa, calendário adequado a ser seguido; são coisas simples que, se tentaram empreender, não chegaram a acontecer.

PRESIDENTE (Celecino de Carvalho Filho) - Mais algum inscrito? (Pausa)

Queria pedir desculpas porque estou sendo interrompido devido aos desdobramentos da Reunião de ontem.

Fui indelicado mais uma vez, esquecendo-me de registrar a presença da do Carmo, que está substituindo o Eduardo, que foi à audiência, e o Piola, em substituição ao Anoldo. Sejam bem vindos. Também quero registrar a presença de visitas ilustres à nossa Reunião Ampliada de ontem, vários representantes que nos deixam muito felizes. Sejam todos bem vindos. Se eventualmente quiserem fazer alguma intervenção, fiquem à vontade.

ANA LÍGIA GOMES - Se entendi bem, quando o senhor fala em 10% de contingenciamento do orçamento total do Ministério de Previdência e Assistência Social já está contingenciado ou é uma estimativa que se faz?

MÁRCIO NETTO BAETA - Já saiu o decreto do contingenciamento. Esse contingenciamento ocorre por fontes. Então em alguma ação a discussão de custeio foi de 4 e pouco por cento, na fonte, por exemplo, é 153, que é nossa fonte básica, do nosso orçamento; o orçamento girou em torno de 10,6, 10,5 em torno disso. Então faz-se isso pela fonte e depois se

inclui aquilo no SIAFI, verificam-se os valores e se tem a informação. Isso, em nível de orçamento.

ANA LÍGIA GOMES - O que também não significa que mais recursos virão e outros contingenciamentos também? Se compreendi bem, do fundo do ano passado, mais de 40% foi contingenciado. Quero dizer com isso que só é certo que seja em torno de 10%, e estou achando até uma boa perspectiva. Por isso pergunto: ao longo do ano decorrem decretos de contingenciamento? Não temos garantia de que seja só esse.

MÁRCIO NETTO BAETA - Em nível orçamentário, realmente é só isso. Pode ser que haja, mas acho difícil que se mexa mais do que já se mexeu no orçamento. Em nível financeiro, estamos como no ano passado. O que ocorre concretamente é que não poderemos transferir recursos a não ser aqueles que se venham a receber financeiramente. É claro que podemos nos comprometer com recursos orçamentários dentro dos limites que o orçamento nos prevê. Fica em restos a pagar para o ano seguinte, se não receber recursos este ano. Isso não nos impede de conveniar. Se tenho 100 de limite de orçamento e sei que vou receber apenas 50 de financeiro, posso fazer um convênio de 100: pago 50 este ano e os outros 50 pago no exercício seguinte. O limite orçamentário possibilita trabalhar em nível de compromissos orçamentários, mas o financeiro é a realidade: não adianta pensar que vai dispor de recursos maiores do que esses que estão prometidos pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Todavia, nossa luta, que tem que ser do Conselho Nacional de Assistência Social, que tem que ser de todos nós é conseguir créditos adicionais. Primeiro, temos metas que são obrigatórias por lei, como o benefício de prestação continuada; não há como não pagá-lo, por mais que o Governo, a União, pela Lei de Orçamento, solte 380 milhões para esse benefício. Não estamos hoje pagando mensalmente um valor elevado. São 452 mil benefícios só em março; e aumentam cerca de 23 mil por mês, dos quais mais de 90% são deficientes físicos. Os idosos realmente são um percentual muito baixo porque ele já recebe a renda mensal vitalícia. Mas recebendo renda mensal vitalícia e benefício de prestação continuada temos cerca de 2 milhões de pessoas. Só com o benefício de prestação continuada, que extinguiu a renda mensal vitalícia,

temos 452 mil pessoas recebendo um salário mínimo cada. Por aí imagine-se que temos um valor mensal de 48 milhões, multiplicado por 10 meses, seriam 480 milhões; 12 meses já é muito mais do que os 380 milhões dados. A previsão com os implementos que vão ocorrer forçosamente até o final do ano é que tenhamos um gasto em torno de 600 milhões este ano só com o benefício de prestação continuada. O crédito adicional - no caso do suplementar - é 15% pela Lei de Orçamento atualmente; então não dá, 15% são insuficientes. Isso poderia ser feito por decreto especial do Presidente da República, para esse caso do benefício de prestação continuada. Há todo um trato a ser feito para se conseguir um crédito especial desse que nos autorize a trabalhar um pouco mais esse valor. Isso tudo vai ser pago pelo INSS; para nós não é um problema concreto, mas o é para o Ministério. Para o INSS é um problema gigantesco; ele está atrasando o pagamento de empreiteiras, de rede bancária por conta de ter que bancar o benefício e não estar recebendo o dinheiro de volta, nosso, porque temos que pagar ao INSS. Ficamos como caloteiros perante o INSS. Essa é a situação no caso do benefício de prestação continuada, por exemplo.

MARIA DE FÁTIMA DE AZEVEDO FERREIRA - Eu queria complementar algumas coisas porque a Comissão de Financiamento tem uma transparência em que coloca exatamente o orçamento já contingenciado e, mesmo com o contingenciamento de 10%, a que se resume a questão orçamentária. Porque esta, mesmo que tivesse havido apenas adequação da questão inflacionária, daria um orçamento muito maior do que o que foi dado antes dos 10% de contingenciamento. Isso quer dizer que o contingenciamento do orçamento já veio como mais uma penalização de um orçamento muito menor. Todavia, temos que lutar para que o contingenciamento financeiro não exista. E para que se evite o que acontece hoje e que as entidades estão levantando: que o Governo Federal, por meio da SAS, só repassa os recursos praticamente no final do exercício. Isso traz muita dificuldade para os Estados. O Eduardo comentou sobre isso, que o financiamento saiu muito em cima da hora para que os Estados pudessem repassar esses recursos e utilizá-los. É uma preocupação da comissão e do Conselho Nacional de Assistência Social também que vejamos formas de não haver contingenciamento no financiamento a fim de evitarmos problemas como os atuais.

CÉLIO VANDERLEI DE MORAES - Aproveitando sua presença, Dr. Baeta, quero distinguir essas duas matérias que estão sendo discutidas ao mesmo tempo, e é importante que o sejam. Primeiro, o senhor traz o empenho da SAS em se fazer o processo de discussão da proposta orçamentária entre o Conselho Nacional de Assistência Social e a SAS em tempo hábil e em condições de deliberar. É importante realmente podermos fixar não só o calendário, mas também o processo de discussão na seguinte medida: tão importante quanto termos a proposta orçamentária prévia da SAS é termos também acesso à metodologia pela qual a Secretaria chegou a ela, recebendo, na semana que vem, além da peça que está sendo produzida, que não ficou pronta para hoje, elementos que foram considerados para que possamos também avaliá-los. Acho que isso facilita nossa análise. Já houve um empenho da SAS no sentido de dispor técnicos da área orçamentária para assessorar a comissão do Conselho Nacional de Assistência Social, e isso é fundamental para que se agilize nossa análise.

Outra coisa é a respeito da execução orçamentária. Pelo que a Fátima colocou, essa batalha que é comum à SAS e ao Conselho Nacional de Assistência Social é de evitar que mais contingenciamentos sejam apresentados e fazer essa luta pela suplementação da forma que o senhor estava colocando. Acho que é importante não só o conhecimento dessas informações com a maior clareza possível por parte do CNAS para que ele se alie à SAS nesse empenho, mas também o que por diversas já vezes foi colocado, o estreitamento dessa relação na parte financeira.

Já estamos avançando com nossa Comissão de Financiamento, inclusive agora que temos um coordenador de orçamento e financiamento que dá melhores condições de trabalho à comissão, mas fundamentalmente com o compromisso político da SAS de que esse processo esteja realmente em conjunto. Sua presença e a maneira informal como colocou é muito importante porque demonstra esse interesse em aproximar a relação, mas esse, a meu ver, é o ponto mais importante para que não só a execução orçamentária em 97, mas também o processo proposto para 98 possam se dar em outros termos com relação ao que já aconteceu em anos anteriores.

SÉRGIO FRANCISCO PIOLA - Bom dia a todos. Realmente é uma satisfação participar deste Conselho, se bem que quem participa pela primeira vez corre o risco de perguntar sobre matéria superada. Mas quero perguntar o seguinte: acho que o acompanhamento na execução orçamentária financeira é muito importante. Participo do Conselho Nacional de Saúde. Lá, em todas as reuniões, temos a apresentação de toda a situação do orçamento, do empenhado, do executado dos principais programas. Aqui também acho que deve ser assim porque isso permite ao Conselho acompanhar todos esses problemas.

MARIA DE FÁTIMA DE AZEVEDO FERREIRA - Aqui, a previsão da LOAS é que, trimestralmente, o órgão gestor presente ao Conselho para que faça a análise. Isso não estava acontecendo, mas nas últimas reuniões com a SAS o pessoal se dispôs não só a cumprir o que está prescrito na lei, mas também fazer mensalmente uma reunião com a SAS para debatermos isso. Sei do trabalho que é desenvolvido na Saúde porque participo do Conselho Nacional de Seguridade Social, o Elias Jorge também, é Coordenador da Comissão de Saúde do CNSS, e eles fazem isso mensalmente. Mas já existe uma tradição de se fazer isso, e havia pessoas que realmente se desdobravam para fazer esse tipo de trabalho que não tínhamos e agora temos na pessoa do Enéas. Aqui não havia essa coordenação; os Conselheiros viajavam para ter esse nível de informação, para poder fazer essa análise. Pretendemos começar essas reuniões mensais ainda este ano.

SÉRGIO FRANCISCO PIOLA - Realmente, o Elias já faz a análise do dado, mas pelo menos a informação que a Secretaria de Orçamento e Finança puder dar desse quadro mensal da situação orçamentária financeira já seria muito boa ajuda ao Conselho para acompanhar o que está acontecendo.

Queria reforçar também o que você falou, no sentido de os Conselhos discutirem a proposta quando ela estiver sendo enviada à SOF. Isso acontece em toda a Administração Pública, é ruim, mas acontece sempre. Mas acho que há várias coisas que podem ser discutidas com antecipação. Quando se faz uma proposta, há prioridades. Quando se resolve dar um aumento para um programa supõe-se que seja baseado em critérios de prioridades. Acho

que essas definições preliminares, que são mais de planejamento do que de orçamento, são coisas que devem ser trazidas ao Conselho para debate.

PRESIDENTE (Celecino de Carvalho Filho) - Inclusive, uma de nossas preocupações desde o ano passado, logo que assumimos, foi em função desses prazos. A SOF libera datas e coeficientes em cima da hora e obriga todos os setoriais a elaborar. Deixa todos em situação muito confusa: o órgão gestor fica com prazo exíguo, e os órgãos deliberativos, quando muito, recebem de passagem. Como já vínhamos levantando alguns pontos, estávamos na expectativa de que os prazos fossem mais para junho, mas repentinamente aparece uma norma dizendo que é agora no início de maio. Estamos sendo atropelado de novo. Isso é terrível. É fundamental que antes do orçamento haja o planejamento. Quais são as metas, as prioridades? O orçamento é mera consequência disso. Vai atender a tudo o que foi planejado? É outra discussão. Mas deve-se ter prioridade. Que aumento de metas vamos ter? É uma discussão fundamental a ser travada no Conselho junto com o órgão gestor para debater critérios, abrangência, clientela, etc. Em seguida vem o orçamento: quanto se vai poder cobrir daquilo que foi definido como prioridade? Tudo bem, há limitações, mas não se consegue fazer porque há um rolo compressor.

Estou mais preocupado ainda, já manifestei isso aqui mais de uma vez, com o fato de que nosso Conselho mãe não está se reunindo. Daqui a pouco como ficará o orçamento da Seguridade? Ou pelo menos a proposta da área de seguridade, já que não há o orçamento da Seguridade.

Estamos aqui em um esforço conjunto para tentar, mesmo com essa limitação, fazer o mínimo de discussão. Isso, para nós, não é bom. O Conselho já disse, mais de uma vez, que quer discutir com antecedência e profundidade. Preocupa-nos mais ainda que nosso órgão mãe, que deveria englobar propostas dos três setoriais - Previdência, Saúde e Assistência -, não se reúne há mais de 10 meses e seguramente não vai tratar do assunto, o que é lastimável.

MARIA DE FÁTIMA DE AZEVEDO FERREIRA - A Comissão de Financiamento, não o Conselho Nacional de Seguridade Social que continua a se reunir, mas a Comissão do

CNSS está preocupada exatamente com isso; já fez uma reunião e tem outra preparada, prevendo isso. Acho que ainda estamos correndo atrás do prejuízo, mas queria dizer que o Elias Jorge convocou uma reunião da Comissão de Financiamento, que não se realizou porque o pessoal do Governo, a SOF, principalmente, ainda estava discutindo as questões e não tinha como repassá-las.

Outra questão que considero importante é a discussão da LDO, que prevê para a Assistência Social, como prioridade, o benefício de prestação continuada e o estreitamento da pobreza. Os outros programas, históricos, no caso da Assistência Social, crianças, deficientes, idosos, etc., como ficariam? Tudo isso deve ser parte do planejamento que temos que discutir, ainda mais quando já existe a LDO, que coloca prioridades que não foram sequer discutidas por nós e não sei se o foram pela SAS.

Quero deixar registrada essa questão do Conselho Nacional de Assistência Social e que a Comissão de Financiamento do CNAS reunida propôs reunião urgente para tratar do problema do financiamento.

PRESIDENTE (Celcino de Carvalho Filho) - Secretário Baeta, algum esclarecimento adicional?

MÁRCIO NETTO BAETA - Com relação à Lei de Diretrizes Orçamentárias, fomos chamados pelo Diretor da Área Social, o Anoldo, exatamente para discutir quantitativos, metas e previsões para serem incluídas na LDO. Como eu já disse aos senhores, tivemos uma luta insana e árdua com a equipe do Anoldo para conseguirmos colocar 25% a mais das metas previstas na LDO do ano anterior ou no orçamento deste ano. Mesmo assim, com relação ao benefício de prestação continuada, frente aos fatos colocados, ele disse que levaria o assunto ao Dr. Giome, Secretário de Orçamento, porque era um assunto mais político. Houve também a participação da SPA, a Secretaria de Planejamento e Avaliação, por intermédio do Oriel, que é o Coordenador Geral da Área de Planejamento. Disse que teríamos que colocar meta obrigatória porque assim acontecem menos fraudes etc.

Eu discordo disso totalmente; pressupõe-se que se esteja trabalhando da melhor maneira possível e sempre tentando caminhar dessa maneira. Se está acontecendo alguma fraude no benefício, se alguém está vendendo atestado médico para o deficiente, para o cara conseguir o benefício não é problema de fiscalização; mudou a medida provisória, já se exigiu junta médica para exames. Esse é um caminhar. O benefício começou no ano passado, e nada tem a ver a meta com a realidade que se está enfrentando hoje. Essa é a dificuldade. Levamos uma previsão de pelo menos 763 milhões, não me lembro agora, para o benefício. Como os senhores vêem, nesses números que estou fornecendo aqui da nossa proposta, do que estamos querendo fazer, está colocado aqui um bilhão e trinta e dois milhões, só para o benefício de prestação continuada para 98. Um bilhão e trinta e dois milhões. Mas o discutido e colocado firme foi 700 milhões pelo menos, e a SOF não quis arredar pé dos 380 milhões que estão no orçamento deste ano, que é ridículo para pagamento do orçamento deste ano.

Acho que temos que ter algumas medidas. Primeiro, não me conformo com esse teto do orçamento federal sendo fixado depois que o planejamento se fez. É muito bonito dizer que tem que haver planejamento, mas nas ações de Governo temos sempre duas funções objetivas que têm que ser atingidas nos projetos e programas. Um, tem-se a restrição orçamentária e tem que se procurar maximizarem os benefícios dentro da limitação orçamentária que se tem. Exemplo: tenho que distribuir leite para criança; posso fazer isso com um milhão, com cem milhões ou com duzentos bilhões. Tendo a restrição orçamentária, o teto: cem milhões. Que alternativa leva leite ao maior número de crianças, tendo que cumprir um requisito de qualidade mínima, digamos meio litro de leite por criança dia? Posso ter cortes, contingenciamentos porque se me derem oitenta milhões em vez de cem milhões, tenho metas fixas e basta reduzi-las, digamos, com conseqüências sociais.

Há outro tipo de ação. Digamos que tenho que despoluir o Lago Paranoá: meu requisito, minha restrição não é em custo, mas em benefício. Não adianta despoluir pela metade o Lago Paranoá. Tenho que despoluir o lago até que ele chegue a um índice de poluição técnico tal que seja considerado despoluído. Qual das alternativas que tenho que seja mais barata e que me dê esse resultado? Então minha função objetiva é outra. Tenho que, com restrição e benefício, procurar o menor custo possível nas alternativas. Não se pode ter teto, nesse caso; não se pode

ter restrição orçamentária porque já se está na alternativa mais barata; qualquer corte inviabiliza o projeto como um todo.

Enquanto a Administração Pública não se conformar com essa visão de que há apenas duas funções objetivas para seus trabalhos - uma, a restrição tem custos e há que se maximizar o benefício dentro da restrição dos custos, e outra, a restrição está no benefício e há que se procurar minimizar os custos dentro dessa restrição - não funcionaremos. É triste essa postura da área técnica de orçamento, depois de todo um ciclo de planejamento que teve que considerar tudo isso, chegar e nos dizer que agora não, agora a realidade é tal e tal, o teto é esse, e acabou. Passamos o ano fazendo planejamento, orçamento e deixando de fazer o que se tem que fazer, deixando de atender à sociedade. Custa esse teto ser colocado um pouco mais cedo? Será que não temos a capacidade de Governo de ter previsão de receita para o ano e fixar esse teto com antecedência para viabilizar o planejamento? Para facilitar uma proposta concreta? Por que eu, para manter o poder, tenho que soltar esse teto em cima da hora, só no final? Isso é ridículo, atrapalha todo o processo de planejamento e representa falta de visão do Governo. É uma visão de poder e é errada.

Desculpem a crítica, mas acho que falar em planejamento é muito bonito, mas não dentro dessa realidade que temos. Devemos fazer com que se inverta a ordem desse processo. A área social tem que ter conotação especial, tem que ter visão especial. Estamos falando de gente que está morrendo de fome, estamos falando de atendimento a idosos, a crianças, de miserabilidade absoluta. Não somos os únicos agentes financeiros; há outros responsáveis, os Estados e os Municípios, etc. Então temos todo um complexo de Assistência Social no País. Mas nossa parte, temos que encarar com a maior seriedade.

É verdade que mais da metade do nosso orçamento da União é para pagar juros e encargos da dívida, mais da metade; é verdade que temos todo um problema que é amplo e social também que é a estabilização econômica; temos todo um problema que é o equilíbrio fiscal. São grandes metas econômicas colocadas que são fundamentais, mas que são confrontantes com as metas sociais. Então temos que ter maneira de conciliar essas duas coisas que estão sendo inconciliáveis em nível de País.

Desculpem-me a falta de respeito, mas brinco sempre com isto, os quatro cavaleiros do apocalipse: o Orçamento Federal, Tesouro Nacional, Controle Federal e Receita Federal. Isso é absolutamente acima da Constituição. Temos que ter mais respeito a nossas leis, nossas normas e obrigações constitucionais. Tem direito à Assistência Social aquele que dela necessitar. Temos que trabalhar um pouco isso. Se o País não tem recursos para isso, a Constituição é muito de metas, também, de futuro, temos que ter nossa realidade, mas ela tem que ser respeitada pelos técnicos. Se o orçamento da Assistência Social é “x”, não tirem nada daqui, pelo amor de Deus, porque aqui não se pode mexer, é o mínimo; é o mínimo do mínimo que está sendo dado dentro de qualquer política econômica que venha a ser traçada. Acho que devemos ter esse sentimento e tentar transferi-lo porque é fundamental no trabalho com Assistência Social; do contrário não conseguiremos trabalhar, ficaremos dentro de burocracias, de políticas que são conflitantes.

PRESIDENTE (Celcino de Carvalho Filho) - O Conselho registra com louvor essa abordagem do Secretário Baeta porque essa tem sido nossa preocupação. Está bem claro, e como membro de Governo é um sofrimento permanente porque fica esclarecida a questão da prioridade. Temos insistido muito nisso, mostrando que para o tamanho de nossas necessidades o recurso consignado é absolutamente insuficiente; cortá-lo é desumano, para dizer o mínimo.

Há uma perspectiva - e está aqui a Vera, que ontem levantou uma questão na Reunião Ampliada muito importante - quer dizer, que retorno se dá para a ponta? Há toda uma expectativa com a criação dos planos municipais, estaduais. Estamos dizendo insistentemente, com toda a veemência que o Município, para receber recursos, tem que ter fundo, tem que ter plano e tem que ter o Conselho funcionando. Estão correndo para fazer isso, mas onde está o recurso? Embora digamos que seja condição para receber e não garantia, o desespero na ponta é muito grande. Eles acreditam, se esforçam em um dispositivo constitucional, acompanhados pelos Conselhos até por determinação legal; mandam o plano para o Estado, que o consolida, faz o plano estadual, mas não tem recurso para repassar. Está-se pondo em cheque o sistema.

Eu já vi alguma consolidação de plano estadual com razoável critério que só a demanda de um Estado é muito superior ao recurso do fundo como um todo, para o País inteiro. Estou falando de um Estado; se multiplicarmos por 27, estaremos falando de uma tragédia.

Muito hábeis, estamos fazendo discursos, dizendo que vamos insistir na priorização das metas, das demandas porque das cem vamos atender a uma e qual é essa? É um enforcamento público isso, mas pelo menos é honesto de nossa parte e ajuda a que as comunidades, os Conselhos municipais sobretudo, tenham noção de prioridade. Isso é para tentar lhes dizer que não percam a esperança, mas o que o Secretário acaba de colocar é absolutamente preocupante e tem sido parte de nossa discussão em função do que é destinada efetivamente à Assistência Social. Essa questão é crucial.

Quando falamos em planejamento é em sonho mesmo, porque é uma “absurdez”. Concordo com o prezado Secretário: pensar em planejamento é uma maluquice. Alguns dias nos são dados para refazermos todo um trabalho que foi preparado ao longo do ano. Chega a ser brincadeira.

Não dá para ficar discutindo muito tempo porque a questão é uma só: a prioridade. E o que é prioridade? Há compromissos internacionais, nacionais com a dívida pública, isso tem que ser considerado, mas será que tem que ser com essa ênfase? Seria essa a discussão a se travar. Não dá para tirar um pouquinho mais, sobrar uma migalhazinha para amenizar tanto sofrimento?

O depoimento daquela senhora do interior de Sergipe causa comoção, tal o estado de penúria, de tragédia por que passa o Município. Mas a insensibilidade continua em relação a essas questões. Fiquei profundamente tocado com aquele depoimento e com um agravante que preocupa o Conselho; a definição dela foi muito objetiva: o Município é uma ilha cercada de “Comunidades Solidárias”. Pior ainda. Daqui a pouco, o Conselho Nacional de Assistência Social, que tem posição bem definida sobre o Comunidade Solidária, vai pedir que se inclua esse Município no programa. Que tragédia! Porque o relato daquela senhora foi de cortar o coração. Vejam bem, o problema da Vera, lá na Bahia, fica sendo muito menor do que o de Sergipe.

É preciso ter muito compromisso com essa área para continuar insistindo porque é desesperador. O que está acontecendo? Pegar 800 milhões e distribuir para um País como o nosso, desigual, pobre, é brincadeira. Teria que ser isso no mínimo para cada Estado para se avançar alguma coisa. Não tenho dúvida da sinceridade das palavras do Secretário em dizer que estamos juntos nessa luta, mas temos que ter compreensão de que o problema é bem mais amplo. Temos que aumentar nossa luta no sentido de sensibilizar. Seria ótimo que o Anoldo estivesse aqui para debatermos. Claro que cada um deve fazer a sua parte e nós da bancada federal, do Governo Federal, temos uma responsabilidade muito grande. Sempre falo que apanho em todos os lugares porque brigo com todo mundo dentro da minha casa, lutando para avançar nesse sentido, e apanho do outro lado quando vou dar as notícias que são péssimas. Mas o que fazer? Não temos alternativas. É lutar.

Vocês precisam ir até os Municípios pequenos para ver o que é necessidade. Não só nasci nessa região como continuo visitando-a não por masoquismo, mas para não perder a sensibilidade da burocracia dos gabinetes. É muito bonito ficar aqui discutindo em uma sala bem montada, com infra-estrutura, água e café a cada 30 minutos, mas precisamos ver o que está acontecendo lá, e eu faço isso sempre. Não gosto de sofrer, mas não quero perder a noção da realidade daqueles lugares. Em várias reuniões tenho perguntado aos colegas se já foram a tais e tais lugares. Agora vou recomendar que vão conhecer esse Município de Sergipe, para ver o que é realidade. Vamos separar um pouco da fatia para ajudar porque a situação é muito grave.

CÉLIO VANDERLEI MORAES - Sr. Secretário, sua fala poderia ser dita por qualquer um de nós. Por várias vezes insistimos que Política de Assistência Social tem que ser tratada com a seriedade que merece uma política pública e não simplesmente como um valor que pode ser cortado como o senhor estava colocando. A falta de sensibilidade do setor financeiro, de todo esse projeto de Governo, a maneira como tem sido tratado o setor de Assistência Social é uma das coisas que mais nos preocupam. Essa defesa que o senhor fez e que também fazemos pode acontecer com muito maior força e com mais relevância na medida em que conseguimos somar, além das forças da SAS e das suas, a rede da Assistência Social que estamos tentando instalar. Na medida em que tenhamos o sistema descentralizados, todos juntos e insistindo nesse

mesmo discurso de que é necessário priorizar a Assistência Social, teremos muito mais respaldo e será mais fácil convencê-los. Infelizmente, a forma como tem sido tratado todo o sistema descentralizado não só o Conselho Nacional mas também os estaduais e municipais tem desprezado esse apoio nesse discurso. Embora o discurso seja o mesmo está sendo desprezada a força de mobilização que tem a rede da Assistência Social.

É nesse sentido que insisto no estreitamento de nossas relações. Estamos na mesma perspectiva: a defesa da Assistência Social, mas precisamos das condições para somar esse esforço. Quais? Ter o máximo de informação com o máximo de antecedência, respeito ao processo democrático e descentralizado. Não tenho dúvida da sinceridade com que o senhor nos traz esse quadro, mas infelizmente ainda não está sendo traduzido com a veemência que consideramos necessária e suficiente para que isso ocorra. Até para que consigamos demonstrar juntos ao Governo Federal que se não for cumprido um orçamento digno para a Assistência Social vamos ter um quadro de calamidade pública tão ou mais grave quanto o quadro que o Governo tenta evitar quando injeta recursos no sistema financeiro, para salvar bancos que se quebrassem provocariam um caos. Se não fornecermos recursos para a Assistência Social também será provocado caos, e isso o Governo Federal ainda não vê.

DEUSINA LOPES DA CRUZ - Acompanhei com atenção todas as colocações. Percebemos que a cada viagem que fazemos tentamos discutir a questão da Assistência Social nos Municípios e é extremamente complicado. Chegamos a uma sinuca de bico. A única coisa que me deixa um pouquinho aliviada - porque tive que buscar algum alívio - é que antes da Lei Orgânica tínhamos um orçamento da ordem de 800 milhões e só não causava esse desconforto porque era acessado apenas por alguns Municípios; algumas entidades mais bem informadas e estruturadas acessavam esses recursos na forma de convênios, e a Nação se conformava até porque não sabia da existência desse caminho. O que se fez agora foi deixar cair a máscara. Com a LOAS, a publicação do orçamento e a solicitação da formulação dos planos estaduais e municipais veio a público essa situação absurda que contemplava alguns, e como os outros não sabiam que existia a impressão que ficava era de que estava tudo bem. Não nos sentimos

extremamente desestimulados porque estamos trazendo agora a público a situação verdadeira da questão orçamentária e da situação brasileira.

Na área do portador de deficiência está difícil reencaminhar a discussão sobre ver exatamente o que é a assistência a essa pessoa, que ações são necessárias. Nosso orçamento das metas conveniadas estão centralizados nas Regiões Sul e Sudeste; cerca de 60% de nosso orçamento vai para essa área, em convênios. Quando fizemos um levantamento mais profundo foi possível visualizar que no restante do País há Estados que não têm convênios como se não existisse esse tipo de carência lá, o que não é verdade. Tanto o Conselho quanto a Secretaria poderíamos ver em caráter emergencial o que se poderia reencaminhar quanto à discussão da LOAS e do nosso modelo de Assistência Social. O discurso está vazio, não temos como segurar o pedido de formulação dos planos municipais e estaduais e não temos retorno nem quanto à orientação técnica.

A Ana Lúcia me passou uma análise do parágrafo 4o. da proposta do projeto de lei em que se prevê que os recursos repassados pelo Fundo Nacional aos estaduais e municipais devam ser aplicados de acordo com as prioridades dos planos. E se pergunta se isso não incorre em descumprimento da LOAS, que fala que esse critério de repasse deve ser formulado a partir da questão populacional, demográfica e do perfil de renda. Fazendo uma leitura com mais atenção podemos observar que uma coisa não interrompe a outra. O critério de repasse do Fundo Nacional para o fundo estadual e o municipal deve ter como base o que a LOAS prega, que é o critério citado acima. Entretanto, a utilização desse recurso na instância municipal e na estadual deve ser, a nosso ver, precedido de seus planos e da priorização. Acho que o art. 4o. não inviabiliza essa proposição da LOAS. E entendo que deveríamos canalizar esforços para aprovar de forma emergente. Para uma situação emergente como esse precisaríamos ter o teto para planejar; o Estado e o Município deveriam saber quanto lhes caberia para poderem planejar e verificar quanto lhes falta e quais outras fontes de recursos teriam que articular. A mentalidade de Estados e Municípios é que toda a Assistência Social deve ser financiada pela União, mas isso não vai acontecer. Eles não conseguem planejar isso e assim fluir no processo; fazem planos para atender às exigências da União para tentar receber alguns recursos, o que também não está acontecendo. Então não acredito que tenhamos sustentação dessa situação por mais um ano.

Não vamos ter mais o que falar. Acho que poderíamos eleger como prioridade uma alteração da lei, no mínimo para tentar encaminhar a questão, que entendo mais emergente, que é o repasse de recursos.

MARIA DE FÁTIMA DE AZEVEDO FERREIRA - O Célio levantou uma questão extremamente importante com relação ao discurso do Sr. Secretário que aborda de forma clara a situação em que se encontra a Assistência Social. Só quero dizer que isso não é novo; realmente, a Assistência Social tem aquela velha história que é muito repetida mas as mudanças são poucas: pensar pobre para pobre. Era assim quando era a LBA. O orçamento da LBA sempre foi deficitário frente a demandas e necessidades. Houve toda uma mudança que trouxe novas expectativas com a LOAS, com a possibilidade de passar a ser uma política pública, mas como vamos transformar uma assistência filantrópica, clientelista em uma política pública? Esse é o desafio, e aí entra a questão orçamentária e principalmente financeira. Às vezes temos orçamento, mas não é liberado financeiramente, então o que adianta?

Temos sentido que não há grandes modificações dos orçamentos antes da Lei Orgânica e após a Lei Orgânica; e entramos naquele problema que o Celcino comentou que considero muito sério. A LOAS é uma política pública *versus* programa de Governo, no caso, o Comunidade Solidária, que tem distribuído cestas básicas em alguns bolsões de pobreza, mas não tem conseguido amenizar a pobreza, que está crescendo e pedindo socorro. Os serviços assistenciais com relação a creches, idosos e pessoas portadoras de deficiência estão mais deficitários do que anteriormente por conta de vários motivos, *per capita* baixo, falta de assessoramento etc.

Realmente a crise é muito forte, e não podemos pensar a Assistência Social desligada da Seguridade Social como foi colocado aqui, nem mesmo dentro da política econômica do Governo. Acho que devemos implementar essa parceria que já se iniciou entre a SAS e CNAS na medida em que estamos tendo reuniões entre essas equipes, e que viabilizemos a discussão desse orçamento, já em termos de encaminhamento. A próxima semana, pelo que o Sr. Secretário informou, já deve trazer essa questão, a Comissão de Financiamento teria que analisar isso junto à SAS e com o César e trazer propostas a serem discutidas. Paralelamente,

podemos encaminhar à Comissão de Financiamento do CNSS, que está procurando fechar pelo menos os orçamentos do Ministério de Previdência e Assistência Social e da Saúde.

PATRÍCIA SOUZA DE MARCO - Acho que a fala do Secretário, sem querer repetir, expressa nosso sentimento e é muito bom ver pessoas da esfera do Governo com esse tipo de preocupação. Pelo menos nos sentimos menos sós.

Realmente, penso que não dá para conciliar compromissos inconciliáveis. Essa é a grande dificuldade de o Governo organizar seu orçamento. É difícil honrar o pagamento de dívidas e dar prioridade social. Tem que ser feita uma escolha, e se escolhem compromissos como o pagamento de dívidas externa e pública. Mas queria dizer que pode ter passado pelo pensamento de muitos de nós que com a LOAS, além do controle social, da publicização da Assistência Social viriam mais recursos. Isso não aconteceu. Mas a publicização da assistência, a discussão da política de assistência, da elaboração de planos e do controle social por meio dos Conselhos, esse espaço de participação faz gerar uma mobilização para conseguirmos mais recursos. O dinheiro da assistência é decorrente da LOAS, mas o que essa Lei gera, propicia, pode trazer mais recursos. Lógico que isso não vai ser automático, mas o fato de começarmos a discutir assistência, entendê-la, influenciá-la e começarmos a ter acesso a informação gera uma mobilização que pode pressionar para que esse setor tenha mais recursos. É uma luta de poder. A Assistência Social só terá mais poder se essa política tiver uma mobilização por trás dela. Não serão os técnicos dos gabinetes, nem nós em reuniões do CNAS ou nos Conselhos estaduais e municipais que simplesmente vamos trazer dinheiro para a assistência; a mobilização é que vai fazer isso. E a informação e a publicização da assistência é que gera isso. Cada setor vai brigar por mais dinheiro.

A Assistência Social, entre outros motivos, sempre teve pouco orçamento porque o usuário dela é desorganizado, não é um cidadão, não tem voz e não trará nunca dinheiro para assistência. A LOAS trouxe a possibilidade de esse usuário começar a ter voz e de setores organizados poderem também fortalecer esse usuário. Percebemos que a LOAS tem poder e importância naquilo que ela pode propiciar; não ela por si só, mas o que pode nos dar se soubermos utilizar os mecanismos que a compõem.

Mais uma vez percebemos a importância da 2a. Conferência Nacional de Assistência Social, porque as Conferências estaduais e municipais são processos de fortalecimento dessa política, fortalecimento da nossa briga por mais recursos. Quando esses espaços de mobilização e participação sofrem impedimentos é enfraquecida a política e a possibilidade de mais recursos financeiros. Embora fiquemos muito chocados com esse tipo de informação e com a discussão do financiamento à Assistência Social, por outro lado, acho que o fato de não termos resposta aos planos que estamos fazendo traz mais aliados para a luta da Assistência Social. O evento de ontem com aquele número de Parlamentares presentes também é significativo. Em outras épocas não teríamos tantas pessoas se colocando como aliados da assistência. Então estamos caminhando. E acho que a publicização, a informação é fundamental para trazermos aliados e recursos para a Assistência Social.

Entrando em uma parte de encaminhamentos, o Secretário colocou a questão do crédito especial que é o que vamos ter que batalhar porque para o orçamento que está sendo pensado não teremos tempo suficiente para influenciar nesse momento, pelo que estamos vendo. Acho que o Conselho, nessa reunião que precisamos fazer para discutir a proposta da SAS e o financiamento como um todo, tem que começar a pensar em estratégias para poder buscar esse crédito especial. Nesse sentido penso em um calendário de atividades. Que mecanismos podemos ter junto à Comissão de Seguridade Social, de Orçamento, seja qual for. E além do Congresso Nacional, quais outros sujeitos e atores poderemos buscar.

Sei dos limites impostos a qualquer ação que possamos pensar, sei que não virão os recursos necessários, mas acho que mais do que nos sentirmos frustrados com essas perspectivas vamos ter que pensar em ações políticas concretas que possamos desencadear na busca de créditos especiais. Na próxima reunião teremos que pensar nesse calendário de atividades que nos permitam empreender isso, já sabendo que as possibilidades de orçamento são muito negativas.

A SAS tem que ver no CNAS um espaço muito amplo de articulação e mobilização para a busca de recursos. Quanto mais estreita for essa relação SAS/CNAS, tanto mais informações e articulações, e com certeza quem vai ganhar é a Assistência Social, não é a SAS nem o CNAS.

PRESIDENTE (Celecino de Carvalho Filho) -Lilton, por favor, nosso combatente da Paraíba, na área da Assistência Social.

LILTON BISPO FILHO - Queria dizer que sou Conselheiro do Conselho Municipal e que muito me preocupa essa questão de orçamento quando se coloca a causa de falta de recursos, que extrapola a questão do benefício. Minha visão é que esse benefício não é o dinheiro em si, é a falta de operacionalidade do benefício. Vemos que os critérios propostos não são suficientes. Por quê? Porque eu assino o atestado financeiro, mas não posso contestar alguma coisa fora que extrapola o regulamento, porque o própria Previdência diz que não podemos contestar alguma deficiência ou laudo médico. Tudo bem, sou leigo, mas se tivermos uma previsão de 16 milhões de deficientes podemos chegar a uma clareza de quanto pode se gastar, não que isso seja o exato, mas é uma previsão do que pode ser gasto. Por exemplo, a Previdência se abre para doenças cardíacas e não podemos fazer nada; aí vai dando recurso para esses doentes, e o portador de deficiência e o idoso ficam sem receber. Temos que propor novos critérios para pensar em um recadastramento ou alguma coisa. Aí sim poderemos discutir um orçamento claro.

PRESIDENTE (Celecino de Carvalho Filho) - Muito obrigado, Lilton, pela sua participação.

Antes de passar a palavra a nosso visitante e agradecer a sua presença queria pedir encarecidamente que nos encaminhe o mais rápido possível essa proposta orçamentária para que possamos discuti-la.

Sr. Secretário, suas palavras finais para prosseguirmos.

MÁRCIO NETTO BAETA - Em relação aos questionamento feitos pelo Lilton, Conselheiro Municipal, quero dizer que o benefício posto no art. 203, V, da Constituição Federal talvez não esteja colocado para os 16 milhões de deficientes. Infelizmente nossa Carta colocou esse benefício para aqueles deficientes e idosos que não tenham meios de prover a própria

subsistência. Desse modo talvez tenhamos um número diferente. Temos dados estatísticos em nível de operacionalização do sistema que o INSS nos repassa. Temos muito poucos requerimentos represados, não atendidos, e o prazo médio de atendimentos de todos os requerimentos apresentados não tem ultrapassado 40 dias. Essa informação nos é passada pelo INSS. Foram distribuídos 600 mil formulários e os critérios, meios de prova exigidos, por parte dos beneficiários, são os mais tênues possíveis. Sem brincadeira, declarações de padre, de delegado, tudo isso vale. E no caso do deficiente, evidente, se exige um atestado médico, fazendo uma simplificação da tradicional exigência de junta médica, perícia. Mas realmente houve muitos casos de venda de atestado médico para deficiente.

Esse benefício foi iniciado em fevereiro do ano passado. A coisa tomou um corpo grande, exatamente na área mais carente que havia, que é de deficientes porque os idosos já eram atendidos. A rede bancária está fazendo os pagamentos, o processo não está complicado para que essa população obtenha o benefício; dentro de toda a burocracia do INSS, ele ficou o mais simplificado possível, acreditamos. Mas sugestões para melhorar esse processo não se fazem indispensáveis.

Quanto aos 16 milhões, acredito que têm que ser atendidos sim por políticas para deficientes, talvez seja um benefício específico voltado só para aquele deficiente que não tenha condições de prover a subsistência, uma destinação bem específica.

Já falei demais aqui hoje e peço desculpas. Agradeço a todos. Quero dizer que lá na SAS, pelo menos de minha parte e acredito também que da parte da Secretária, que quer com o Conselho um relacionamento formal, dentro do que a lei exige e o Conselho tem o direito de exigir e nós a obrigação de apresentar, estamos à disposição.

Não é que não queremos parceria, mas todo papelzinho produzido pela SAS com dados que ainda não têm consistência, que não são oficiais não devem ser encaminhados realmente porque causar problemas para vocês e dificuldades para nós. O Conselho tem estatura política muito importante. Acho que temos que vir aqui com muita freqüência, temos que vir aqui requerer a vocês, e apresentar e submeter à consideração deste Colegiado todos os critérios, tudo aquilo que está previsto na lei. Aqui realmente é onde se aprova a Política Nacional de Assistência Social, pela lei e pela competência aqui colocada. Nós somos órgãos de execução,

coordenação dessa política. Dentro dessa colocação política mais ampla e dentro dessa formalidade que se faz indispensável nesse relacionamento, independentemente de qualquer acesso informal que vocês possam ter em relação ao corpo diretivo da Casa, que está sempre à disposição do Conselho, permanentemente, acho que temos condições de estabelecer as melhores relações possíveis, de trabalhar em conjunto; não há como não fazer isso, é fundamental que o façamos.

Precisamos demais do Conselho, temos que pensar em captar recursos em nível internacional, temos que estabelecer em conjunto que mínimos sociais são esses para os quais a lei nos impõe o atendimento. Hoje talvez não possamos nem falar nisso, temos que falar em prioridades, mas temos que fazer muitas parcerias para que nosso público tenha o montante de recursos necessário a esse atendimento. Temos que buscar fontes de financiamento que nos possibilitem fazer isso e ver de que forma podemos operacionalizar esse tipo de atendimento. Acho que são grandes passos que devemos dar juntos, mas sem a participação do Conselho e de toda a sociedade isso se faz absolutamente impossível. O Governo Federal sozinho não faz.

PRESIDENTE (Celcino de Carvalho Filho) - Antes de o senhor nos deixar, Secretário, queremos dar o nome daquele Município extremamente carente em Sergipe, que é Muribeca. O nome é meio estranho, mas representa o Município que passa a ser emblemático da tragédia social que se abate sobre o País, porque o que foi dito ontem em nossa reunião definiu uma situação seguramente muito grave.

Aproveitando ainda a sua honrosa presença nesta Reunião do Conselho, Secretário, e dentro dessa postura de um relacionamento formal que acho extremamente importante para os dois organismos, apesar de termos dois representantes da SAS muito atuantes no Conselho, queremos encarecer a questão da Política Nacional, que estamos aguardando. O Conselho recebeu uma proposta e, em vez de só aprovar ou não e devolvê-la, adotou um postura construtiva, organizou um grupo de trabalho, montou oficina com especialista, apresentou sugestões e devolveu essa proposta à SAS com considerações de que há avanços na proposta e recomendações à Secretaria que veja essas outras alternativas até porque a SAS

participou de todo esse processo por meio de seus Conselheiros. Então, encareço junto ao senhor que faça com que essa nova versão retorne ao Conselho o mais rápido possível.

O segundo ponto: a norma operacional básica. Só para lhe dizer, a SAS encaminhou, mas a política veio com enorme atraso. O Conselho ainda assim colaborou, discutiu e ofereceu alternativas; fizemos um documento o melhor possível; longe da perfeição, mas o melhor possível. Demos tratamento técnico e político à norma operacional básica e solicitamos que fossem considerados os aspectos discutidos pelo Conselho. Quero dizer que percebemos que esse espírito de colaboração tem mudado radicalmente em relação à SAS, relatado pelos colegas, fazemos nossas reuniões dentro da SAS, o que mostra que há uma postura de entendimento e isso é bom para acabarmos com o clima de desconfiança. Para mim é algo simples: se se tem informação, discute-se, acaba a desconfiança, e passamos a discutir o mérito. É bom que haja divergências porque haverá o debate, sempre salutar para todos.

Então, encareço, por seu intermédio, que a SAS envie esforços para retornar ao Conselho o mais breve possível o documento da política e o da NOB para que possamos avançar o processo.

MÁRCIO NETTO BAETA - Perfeitamente. Conheço os dois documentos, já os li. Tenho alguns questionamentos pessoais com relação à norma operacional básica. Sei que foi muito negociado, houve todo um trabalho de base, com participação de universidades, de Estados e é muito difícil criticar um documento que foi exaustivamente discutido por todos. Mas é um documento que está lá, ainda não foi aprovado pela nossa Secretária no que se refere a seu âmbito, evidentemente, e acredito que haja algum senão que esteja evitando a continuidade da tramitação da NOB e que talvez possa ser negociado e conversado para darmos encaminhamento final àquele documento. Levo isso como missão e vou procurar atendê-la no menor prazo possível. Muito obrigado.

PRESIDENTE (Celcino de Carvalho Filho) - Muito obrigado novamente pela sua presença.

Dando continuidade a nossos trabalhos, vamos discutir a reorganização da pauta.

MARIA DE FÁTIMA DE AZEVEDO FERREIRA - Mesmo porque houve solicitação do Vando, do Padre Virgílio e do Eduardo Barbosa para que esse problema fosse discutido em suas presenças.

PRESIDENTE (Celecino de Carvalho Filho) - Estão retornando neste exato momento.

Estávamos retomando a pauta no ponto relativo à II Conferência, mas com o retorno dos colegas da audiência realizada, gostaríamos de ouvir primeiro o que ocorreu e que notícias têm a registrar perante o Conselho.

PADRE VIRGÍLIO LEITE UCHÔA - Em primeiro lugar, quem tomou a palavra foi o Vando, que relatou o histórico do processo, nossa responsabilidade como Conselho. Todos nós conhecemos a posição que ele colocou, mostrando que seria uma frustração enorme termos que parar um processo que já está em andamento. Logo depois o Eduardo falou e o Ministro nos disse que era todo ouvidos.

MARIA DE FÁTIMA DE AZEVEDO FERREIRA - Quem eram os participantes?

PADRE VIRGÍLIO LEITE UCHÔA - Estavam lá Fátima Pelaes, Eduardo Jorge, Rita Camata, Jandira Fegalli, o Eduardo, o Vando e eu.

O Eduardo ponderou ao Ministro toda a questão das dificuldades que teria o processo em nível estadual e municipal, a frustração que seria causada, deu o testemunho da participação dele como sociedade civil nos Conselhos, mostrando um lado e outro do processo, que não deveria ser interrompido. Foi bastante feliz em sua argumentação.

A Fátima Pelaes interveio também mostrando toda a luta da aprovação da LOAS, e aos poucos todos se manifestaram. Falei ao Ministro, reafirmando a posição no sentido

de que a democracia é aperfeiçoada no próprio exercício dela e foi um pouco por aí a manifestação de todos.

O Ministro começou a falar e nos deu a impressão de que a questão partiu da área da Previdência Social. Ele praticamente lavou as mãos, é minha interpretação. Ele disse que a modificação da lei foi trazida pelo Ministério de Previdência e Assistência Social, o Ministro teria exposto suas razões quando veio ao Conselho dizer que era uma posição de Governo, e depois discorreu toda uma argumentação mais ou menos semelhante à argumentação do Elizeu, aqui no Conselho, mostrando que essa avaliação já havia sido feita, já estava em andamento a parte técnica e disse de todas as razões necessárias mas não suficientes para cancelar - pelo contrário, até as razões expostas pelo Ministro favorecem que se convoque imediatamente - ou manter a posição atual do Governo. Mais ou menos foi essa argumentação do Ministro: de um lado disse que a iniciativa não foi da Casa Civil e em segundo lugar usou como argumentos a necessidade da proximidade do CONANDA, a questão do pouco tempo, que os processos são lentos etc. Depois lembrou que a Conferência da Saúde é de 4 em 4 anos, rebatido pela Jandira Fegalli de que o processo da Saúde é bastante diferente porque já está na 10a. Conferência. Houve a intervenção interessante do Eduardo Jorge, que colocou mais diretamente a questão da medida provisória. Chamou a atenção do Ministro, que ficou um pouco sem resposta, de que não só se editou medida para modificar a lei, mas também para impedir o Conselho de convocar extraordinariamente. O Ministro disse que isso foi retirado, mas que não estava impedido. O Eduardo Jorge quis dar a entender que foram fechados praticamente todos os caminhos e estendeu sua ponderação, apoiado pela Fátima e por todos nós, a respeito de na reedição que deve ser feita se retirar pelo menos esse inciso para depois negociarmos. Todas as argumentações mostraram que até podemos discutir a questão da periodicidade, mas não estamos de acordo com a maneira como foi colocada. As razões alegadas não são suficientes para se justificar que se de um lado existe uma Lei Orgânica suada, difícil, de outro há um Conselho constituído como o nosso, paritário - Governo e sociedade civil - em que essa questão deveria ter sido discutida mais amplamente. Um ato quase extraordinário tolhe um processo de longa data, do qual ele mesmo reconhece que participou também no Governo anterior, em outra área. Na verdade, ele evitou entrar em discussão mais profunda da questão. Simplesmente

argumentou, tirando um pouco a responsabilidade dele, e de maneira insuficiente, pelo menos do nosso ponto de vista.

Mas nós também não estávamos ali para discutir profundamente, porque não era o caso. E ao final percebemos que as negociações não dependem tanto dele, mas de como ficaria na área do Ministério de Previdência e Assistência Social. Ele voltou a dizer que não era uma posição pessoal dele, que teríamos que discutir no Conselho depois. O Eduardo voltou àquela possibilidade de quem sabe na reedição retirar aquele inciso, discutirmos sobre a questão da periodicidade na Conferência e, ao mesmo tempo, sobre a possibilidade de convocarmos extraordinariamente a Conferência, talvez um pouco mais para frente. O Eduardo lançou a hipótese do mês de março, reiterando que era posição pessoal, não do Conselho. A reunião terminou mais ou menos assim.

Um comentário que o Eduardo fez - pena que ele não pôde voltar aqui, porque tinha um compromisso - foi que, pelo que nós conhecemos, às vezes o Ministro é bastante inflexível, mas naquele momento parecia não estar tão inflexível. Não sei se porque não depende tanto dele ou se porque ele está mostrando uma posição mais amena diante da representação que ali estava para ganhar um pouco mais de tempo e espaço.

PRESIDENTE (Celcino de Carvalho Filho) - Ficou algum compromisso formal de procedimento por parte da Casa Civil ou não?

VANDEVALDO NOGUEIRA - A Fátima Pelaes argumentou que fará um trabalho junto ao Congresso para apresentar um projeto de conversão à medida provisória e explicitou ao Ministro que é importante que o Governo não seja contra essa mudança, no sentido de favorecer o CNAS. A Rita Camata, não na vista do Ministro, disse que queria fazer um pronunciamento criticando a medida provisória e questionando o seu conteúdo e chamando a atenção para o fato. Também o Eduardo fez outra referência que considere importante: o Ministro valorizou que acontecessem as Conferências municipais e estaduais. Pelo menos não foi contra; disse que acha bom que isso aconteça, que ele tem uma preocupação mais pessoal de que haja um

movimento que complique a vida nos Estados, movimento do Governo Federal. Então ele saiu com o entendimento de que isso o Governo Federal não vai fazer. Espera-se.

MARIA DE FÁTIMA DE AZEVEDO FERREIRA - Esse desdobramento seria o quê? Seria a discussão voltar ao Ministério de Previdência e Assistência Social?

VANDEVALDO NOGUEIRA - Na reedição. Ele disse que o Governo tinha uma análise da realidade e que concluíra pela necessidade da medida provisória porque achava prematura a Conferência em dezembro porque não haverá tempo suficiente para implementar - aquela história que já foi colocada aqui - mas que agora está ouvindo o outro lado, chegou a explicitar, o de pessoas que também eram do Governo e que faziam ponderações, que agora ele tinha duas versões e que ele não estava para se manifestar no sentido de sim ou não, mas de ouvir.

PADRE VIRGÍLIO LEITE UCHÔA - Ele foi bem enfático nisso, nessa posição de que ele estava ouvindo.

MARIA DE FÁTIMA DE AZEVEDO FERREIRA - Sim, mas que desdobramentos? Ou vamos discutir aqui?

VANDEVALDO NOGUEIRA - Temos que esperar o capítulo Congresso e o capítulo da Casa Civil na reedição da medida. Não houve anúncio do capítulo seguinte.

MARIA DE FÁTIMA DE AZEVEDO FERREIRA - Na audiência, o Ministro da Previdência disse que daria uma resposta, embora não tenha dado. E todo mundo foi tomado de surpresa com a medida provisória. Quer dizer, ele não encerrou, e os desdobramentos vão ser discutidos por nós.

MARLOVA JOVCHELOVITCH - Vando, queria entender o que o Ministro quis dizer com “ouvir o outro lado”. Para mim não faz o menor sentido que o Governo primeiro edite a medida provisória...

VANDEVALDO NOGUEIRA - No sentido de que a medida provisória tinha vindo, segundo o que entendeu Padre Virgílio e o que eu entendi, ela tinha vindo da área, do Ministério da Assistência Social. Com base nisso é que saiu a medida provisória.

MARLOVA JOVCHELOVITCH - O Conselho de Assistência Social não faz parte da Casa.

VANDEVALDO NOGUEIRA - Isto foi argumentado também: que o Conselho recebeu o comunicado e não houve discussão. O processo estava em andamento, e o Conselho foi comunicado. Isso foi colocado, que o Conselho não foi ouvido.

MARLOVA JOVCHELOVITCH - Tem alguma coisa errada nesse argumento. Vocês me desculpem.

VANDEVALDO NOGUEIRA - Marlova, por favor, você perguntou o que foi a conversa, agora as interpretações...

MARLOVA JOVCHELOVITCH - Mas estou tentando ouvir a tua interpretação sobre o fato também, porque tu estavas lá, Vando? Eu acho isso uma coisa estranha, porque se o Ministro diz que veio do Ministério da Previdência, da Casa, daqui, de algum lugar. O Ministro Stephanes veio a nossa reunião, ouviu as ponderações, recebeu Parlamentares, eu mesma fui falar com ele, a Confederação de Municípios idem. Ele tinha essa posição, e se ela não chegou de volta ao Governo tem alguma coisa esquisita nisso. Fica no ar a pergunta.

PRESIDENTE (Celcino de Carvalho Filho) - Só o Ministro poderia esclarecer.

DEUSINA LOPES DA CRUZ - É só para dizer que o que se acompanhou e se observou durante o processo ficou muito complicado. Ninguém sabe exatamente quem conduziu o processo inteiro. Sabemos que as questões da Casa Civil não são encaminhadas exclusivamente pelo Ministro Clovis Carvalho, há um contexto de Casa Civil. Eu me lembro muito bem que a Dra. Lúcia, algumas vezes, em reunião comigo, com o Dr. Elizeu e outras pessoas, questiona: “Mas vamos fazer a Conferência agora? Não vai dar tempo de fazer isso.” Coisas assim. Esse mesmo tipo de comentário, mais ou menos afirmado, ela deve ter feito ao Ministro e outros fóruns. No momento em que isso tomou forma de medida provisória, ela se perdeu um pouquinho. No dia que o Ministro esteve aqui para fazer o comunicado, eu disse a ela que o Ministro veio e o que ele disse. Ela mesma perguntou: “Mas o Ministro foi comunicar isso?” Porque isso não estava fechado na posição do Governo. Foram feitas ponderações e colocadas preocupações em várias reuniões, mas o Governo não estaria fechado na questão pelo cancelamento da Conferência. Ela mesma demonstrou surpresa pelo fechamento dessa questão. E aconteceu que a medida foi editada. Todo mundo viu pela manhã no jornal. E vários setores enviaram correspondência, pedindo justificativa pelo cancelamento.

O que nos foi solicitado é que colocássemos no papel a série de ponderações que sempre fazemos quanto à realização ou não da Conferência. O que o Elizeu fez foi redigir toda uma série de ponderações que estariam sendo colocadas ao longo disso tudo. Essas ponderações do Dr. Elizeu, que hoje o Ministro e todo Governo devem ter à mão, foram feitas depois da medida provisória, em função do que aconteceu. O que o Governo estava pensando ao longo disso? Ele ordenou e organizou, e, seguramente, hoje esses argumentos estão sendo colocados dessa maneira. No dia da exposição do Dr. Elizeu, ele chegou a dizer que a Secretária não era contrária à realização da Conferência, porque ela mesma havia ficado surpresa com a medida provisória.

Estamos fazendo essas colocações para dizer que tem a questão social do Governo não tem comando único no âmbito do Ministério da Previdência e Assistência Social. Tem vários fóruns, várias intervenções, interpretações; se outros membros da Casa Civil estiverem entendendo que a realização da Conferência possa trazer essa ou aquela abordagem,

isso vai vir à tona; há um comando paralelo nisso. É um ponto de pauta que temos que ter para saber que as coisas não são decididas em um fórum só.

PRESIDENTE (Celecino de Carvalho Filho) - O Ministro veio falar de uma posição de Governo. Você fez uma colocação que me chamou a atenção: eu não entendi bem quando você falou que a Secretária disse que não era uma posição de Governo. Foi dito aqui pela Conselheira Fátima - e eu reafirmei porque participei de uma reunião interna do Ministério que nada tinha nada a ver com o Conselho, acho que você estava também - que nessa reunião a Secretária falou que não deveria haver a Conferência e fez uma relação de arrazoados, na frente do Ministro, é claro. E eu contra-arguntei, ponto por ponto, mostrando a importância da Conferência, nessa mesma reunião. Fico preocupado agora pensando que ela estava estranha em relação a essa posição.

DEUSINA LOPES DA CRUZ - Inclusive, depois que a medida saiu, nós ligamos várias vezes para saber de onde a medida havia saído e qual tinha sido a sua justificativa.

PRESIDENTE (Celecino de Carvalho Filho) - Há até outra explicação, que é importante, a explicação formal. Se o órgão está no Ministério, se é o Ministério que cuida do assunto Assistência Social, e o Conselho é a ele vinculado, qualquer ato que envolva o Ministério tem que ser um ato do Ministro setorial. Isso é uma questão meramente formal. É importante saber isso. Não misturemos as coisas. Se o assunto é transporte, quem vai mandar formalmente o assunto para o Planalto, obviamente, é o Ministério setorial. Isso é o que deve ter acontecido em relação à Previdência também. Estou só esclarecendo, do ponto de vista formal, como é o procedimento.

MARLOVA JOVCHELOVITCH - Eu quero entender uma coisa: a Conselheira representante da SAS está dizendo que a SAS se questionou de onde teria saído a medida provisória. Liguei para saber. Acho que o Presidente acabou de responder. Todo mundo sabe que a medida provisória certamente saiu da consultoria jurídica do Ministro Stephanes, foi feita aqui;

depois foi para a Casa Civil. A subchefia jurídica da Casa Civil analisa, ela volta para cá e é novamente enviada, inclusive porque o Ministro Stephanes assina. Então nem todos são pegos de surpresa quando sai uma medida provisória de um Ministério. Com certeza, nosso Ministro consultou o setor jurídico e tinha que ter dado ciência ao Celecino e à Lúcia Vânia sobre esse assunto, porque envolve as duas áreas. O tempo todo em que fui Presidente tive ciência de tudo o que envolvia o Conselho. Então tem alguma coisa que está esquisita.

PRESIDENTE (Celecino de Carvalho Filho) - Acho que seria melhor você explicitar o que chama de esquisita para deixar bem claro.

MARLOVA JOVCHELOVITCH - Eu estou achando esquisito, Celecino, que se vá a uma audiência com o Chefe da Casa Civil e ele diga que a iniciativa foi do Ministério da Previdência. O Ministro Stephanes, que é o representante máximo, quando veio aqui, deixou claro que era uma posição de Governo. Portanto, não era uma posição do Ministério da Previdência e ele disse a Casa Civil, pode verificar a gravação. Nós tínhamos certeza de que isso era uma iniciativa da Casa Civil. Todos nós tínhamos certeza. Se o Ministro Chefe da Casa Civil diz, na frente dos Parlamentares e dos Conselheiros, que foi uma iniciativa do Ministério da Previdência, tem alguma coisa que está mal nisso. Pior ainda: que uma argumentação foi preparada depois. Claro que não, Celecino, ninguém é ingênuo: argumentação se prepara antes, tem uma exposição de motivos para isso. Nosso consultor jurídico, o Bonifácio, tem que ter ajudado a fazer isso. Alguém ajudou a fazer. Se não foi o Conselho Nacional, quem foi?

PRESIDENTE (Celecino de Carvalho Filho) - Por favor, uma questão de ordem que é importante. O Conselho Nacional não foi. O Ministro deixou claro que iria levar as ponderações, mas que haveria um ato. Você mesma citou a medida provisória, que, pelo que nós conhecemos, seria o único ato capaz de cortar o processo abruptamente. Ninguém aqui está fora disso. Em nenhum momento, eu como assessor especial fui consultado sobre esse assunto.

MARLOVA JOVCHELOVITCH - O que está erradíssimo.

PRESIDENTE (Celecino de Carvalho Filho) - Sim; veja bem, Marlova, estou só tentando esclarecer a questão de postura. Várias vezes voltei ao Ministro, dizendo da inconveniência do processo em função do que foi decidido em reunião. Mostrando os dados, mostrando a inconveniência política, toda uma argumentação. Um dia ele disse: "Não; esse assunto, nós estamos vendo junto ao Governo". Tudo bem, Ministro, porque sempre que eu tenho audiência com ele separo bem os assuntos do Conselho e da assessoria especial. O processo estava em andamento, você sabe como isso acontece, há uma exposição de motivos, e quem elabora é a Consultoria Jurídica; é uma exigência formal da Casa Civil para que não haja problema de inconstitucionalidade, etc. Qualquer assunto tem que, no mínimo, passar pela Consultoria Jurídica, porque é uma exigência do Palácio do Planalto, para evitar confusões.

MARLOVA JOVCHELOVITCH - Celecino, tu não foste informado pelo Ministro do texto da medida provisória?

PRESIDENTE (Celecino de Carvalho Filho) - Absolutamente.

MARLOVA JOVCHELOVITCH - E também não foste informado com antecedência de que ela tinha ido para o Diário Oficial?

PRESIDENTE (Celecino de Carvalho Filho) - Absolutamente.

MARLOVA JOVCHELOVITCH - Eu acho que temos que chamar o Ministro para uma reunião do Conselho. Eu acho isso seriíssimo. O tempo todo em que estive nessa Presidência, eu fui informada sobre esse tipo de coisa, e sendo tu, sendo assessor especial do Ministro, haveria um motivo a mais para que ele te informasse. Acho que há um caso de duplo desrespeito.

PRESIDENTE (Celecino de Carvalho Filho) - Como ele já tinha dado a notícia aqui no Conselho, e eu estava insistindo o tempo inteiro sobre a questão de encaminhamento...

MARLOVA JOVCHELOVITCH - São coisas diferentes.

PRESIDENTE (Celecino de Carvalho Filho) - Eu sei. Quero dizer que várias vezes fui ao Ministro falar sobre a situação do Conselho, inclusive por um aspecto importante: o processo está em andamento. Aquilo que comuniquei aqui, que estava tomando todas as providências para a realização da Conferência; que se o Governo mantivesse a decisão, que a anunciasse para decidirmos que rumo dar. Insistentemente, nos meus despachos com ele, coloquei isso com toda a clareza. Se a decisão era aquela, estávamos vendo junto com o Governo, para ver o que iria acontecer. Dizia que o prazo estava correndo, mostrei-lhe o calendário, disse que a data para lançamento da Conferência era dia 23. Que estava expedindo ofícios para: fóruns estaduais, secretários estaduais, todo o Parlamento nacional, Deputados, comunicando as ações da Presidência do Conselho para efetivação da Conferência. Isso foi comunicado insistentemente, percebe? De minha parte, todo o conhecimento foi dado, sempre lembrando que se aquela era uma decisão de Governo, que fosse ultimada para o Conselho tomar as providências.

MARLOVA JOVCHELOVITCH - É; considerando que o Ministro se comprometeu conosco, em público, na reunião, a dar uma resposta e considerando que a medida provisória partiu daqui, eu acho, Celecino, que tem um problema gravíssimo nisso, sabe? Acho muito sério e muito grave.

PATRÍCIA SOUZA DE MARCO - Celecino, acho que temos que abrir inscrições, porque vários Conselheiros gostariam de fazer colocações, para não ficar polarizado, e para tirarmos os encaminhamentos.

PRESIDENTE (Celcino de Carvalho Filho) - Só estou dando esse esclarecimento para ficar bem claro o comportamento da Presidência, como foram os encaminhamentos, para não ficar nenhuma dúvida sobre nosso procedimento. Agora vamos às inscrições. Vando.

VANDEVALDO NOGUEIRA - Só mais duas informações, uma séria e outra não muito séria. Aquela moção foi também entregue ao Ministro, com as assinaturas de ontem. E eu disse ao Ministro que ele não ajudasse a criar o movimento dos sem-Conferência Nacional de Assistência Social. E isso não é brincadeira. Eu acho que temos que convidar o Ministro, muito mais no sentido de renovar as ponderações para que a Conferência seja realizada. Agora já tem uma conversa com o Ministro da Casa Civil, tem um movimento que está sendo organizado em nível parlamentar, alguns Parlamentares estão assumindo a causa da Conferência, o que na época em que o Ministro esteve aqui não existia, tem a Reunião Ampliada com uma explicitação em favor da Conferência, temos mais argumentos, mais acontecimentos em favor da Conferência. O Ministro poderia vir aqui para ouvir essas ponderações outra vez, e se possível esclarecer também esses mal-entendidos. De uma coisa eu tenho certeza, não foi a ABONG que fez a medida provisória.

PRESIDENTE (Celcino de Carvalho Filho) - Até porque a ABONG não é Governo, evidente.

DEUSINA LOPES DA CRUZ - Retomo a palavra para esclarecer que a medida provisória e a justificativa que deve estar acompanhando-a não foram feitas pelo Dr. Elizeu na Secretaria. O que o Dr. Elizeu trouxe e expôs aqui foi a correspondência que ele preparou para responder a uma série de questões que já estavam chegando à Secretaria sobre a não-realização da Conferência. Ele esteve aqui e explanou ordenadamente isso. Essa eu tenho certeza porque redigi junto, digitei e tudo mais. Foi feita depois da medida provisória.

PATRÍCIA SOUZA DE MARCO - Só quero reforçar a proposta do Vando, porque o fundamental para nossa questão é que o Conselho se posicionou contrariamente, e seu presidente colocou essa posição com clareza ao Ministro.

PRESIDENTE (Celecino de Carvalho Filho) - Reiteradamente.

PATRÍCIA SOUZA DE MARCO - A Presidência está colocando isso para nós e é com esses dados que vamos trabalhar. Nós, Conselheiros, no momento em que o Ministro esteve aqui, também nos posicionamos. Pelo que o Vando e o Padre Virgílio colocaram está indicado que a posição foi do Ministério e não da Casa Civil; portanto, acho que temos que retomar o contacto com o Ministro. Porque não interessa, do ponto de vista formal, quem do Ministério redigiu, quantas pessoas, que pessoas. Nossa posição no Conselho, quando queremos falar com o Ministério, falamos com o Ministro. Como Conselho, temos que atuar da seguinte maneira: se está indicado que a iniciativa de encaminhamento da medida provisória foi do Ministério, temos que falar com o Ministro; temos que ser mais objetivos nesse encaminhamento.

PRESIDENTE (Celecino de Carvalho Filho) - Até porque as decisões são tomadas pelo titular, independentemente de posições divergentes. Isso é a coisa mais normal no dia-a-dia. A função do Titular é essa mesmo. Fátima.

MARIA DE FÁTIMA DE AZEVEDO FERREIRA - Estou achando tudo isso muito confuso. Diz-se que é a Casa Civil, mas a Casa Civil fala que foi o Ministério. Por isso que Vando brincou quando disse que não foi a ABONG; juro por Deus, também não fui eu. Procura-se quem escreveu uma medida provisória; não quem escreveu, mas quem é o responsável por ela, ou seja, quem não quer que a Conferência se realize, para que possamos convencer essa pessoa que a Conferência é importante - concordo com o Vando, não vou repetir - até por causa de todo o movimento que já existe, depois da edição dessa medida provisória. Mas por onde começar a procurar esse que foi o responsável? Tem que começar pelo Ministro da Pasta, que disse que tinha sido o Ministro...

PRESIDENTE (Celescino de Carvalho Filho) - Disse que foi uma decisão de Governo.

MARIA DE FÁTIMA DE AZEVEDO FERREIRA - Sim; disse que era decisão de Governo, mas o Ministro Clovis Carvalho jogou a bola de volta. Vamos pegar a bola da mão do Ministro, e trazê-lo de volta o mais rápido possível, para ver se revertemos essa situação.

PRESIDENTE (Celescino de Carvalho Filho) - Só um esclarecimento formal: Ministro não assina sozinho medida provisória; não é competência dele. No máximo, uma portaria.

MARIA DE FÁTIMA DE AZEVEDO FERREIRA - Estou dizendo que ele assinou conjuntamente, e como Ministro da área deve ter tido toda a influência. Tem que haver o começo, e esse é o Ministro.

PRESIDENTE (Celescino de Carvalho Filho) - Marlova.

MARLOVA JOVCHELOVITCH - Que me perdoem se estou sendo insistente, mas há algumas questões complicadas. Primeiro: desde o episódio do decreto regulamentador da eleição da sociedade civil para o CNAS, ficou claro que a Casa Civil não queria que o Ministério da Previdência sozinho decidisse como seria esse processo de eleição. Porque a Casa Civil da Presidência da República entendia que o CNAS estava causando problemas, que essa composição tinha que ser repensada e eu, que na época era Presidente do Conselho, mas todos os Conselheiros sabem, porque dei notícias durante o processo todo, passei 3 meses negociando com a Casa Civil o texto do decreto regulamentador da eleição.

Ali aprendi muito como é que se faz um processo desses: o consultor começa a escrever aqui, nós damos palpites, dizemos o que não pode ser. Fui com o consultor várias vezes à Casa Civil para discutir na subchefia de assuntos jurídicos como deveria ser o decreto; quando

a coisa emperrava eu ia, com o Ministro, ao Ministro Clovis; quando a coisa não tinha mais jeito os dois Ministros conversaram com o Presidente. E era só o decreto regulamentador de eleição da sociedade civil no CNAS. Eu acho que o interesse da Casa Civil pela área da Assistência Social é mais antigo. Estou tentando lembrar um pouco isso.

No episódio da minha sucessão, isso ficou ainda mais evidente, porque havia um negociador nomeado pelo Ministro Clovis para perguntar a ele, por telefone, que negociação poderia ser feita, como se poderia votar e em quem se poderia votar. Todo mundo que está nesta sala participou disso. Houve súbita perda de memória? Não, não houve. Todo mundo se lembra que essas coisas aconteceram, que a Casa Civil interferia e interferiu diretamente. Se a Casa Civil, porque eu tomo com seriedade uma declaração de um Ministro de Estado, qualquer que seja, independentemente do respeito e da admiração maior que eu possa ter por um ou por outro, qualquer Ministro de Estado em princípio merece toda a credibilidade e todo o respeito. Se o Ministro Chefe da Casa Civil diz que a origem é o Ministério da Previdência, aí para mim tem um problema grave. Grave porque o Ministro Stephanes, durante os dois anos que eu presidi o Conselho, nunca teve para com esse Conselho qualquer atitude de desconsideração ou desrespeito; pelo contrário, a relação dele com o CNAS se pautou pelo mais absoluto respeito, consideração, cordialidade. Muitas vezes, quando as posições dele divergiam das nossas, ele foi capaz de voltar atrás e mudar de idéia. Foi assim no episódio de convocação da 1a. Conferência. Todos os Conselheiros sabem, a Carmelita era vice na época e estava lá comigo. Ele disse: “Eu não assino a portaria” e depois voltou atrás e assinou.

Eu acho que o Conselho tem que parar e prestar atenção em duas coisas. Primeiro, nós vamos ter um problema interno para resolver, porque eu sou daquelas que insiste que o CNAS é tão parte do Ministério da Previdência quanto a SAS e morrerei defendendo isso. Não me sinto menos Governo nem mais sociedade civil; eu acho que o CNAS na hierarquia e estrutura funcional do Ministério, tem exatamente os mesmos direitos que tem a Secretaria. Nós somos um órgão vinculado ao Ministro de Estado. Portanto, acho que teríamos que ter sido informados e incluídos na discussão dessa medida provisória. No mínimo contigo, entendeu? E independentemente de tu seres ou não assessor especial do Ministro, qualquer que fosse o Presidente do CNAS.

PRESIDENTE (Celecino de Carvalho Filho) - Porque o Ministro sabia da minha posição contrária. Pode ter sido essa a razão de não ter me ouvido.

MARLOVA JOVCHELOVITCH - Mas aí, Celecino, é uma questão que não depende de quem seja o Presidente. Isso é que está mal. E ainda mais por ser tu. Gostaria que o Ministro fosse convidado para nossa reunião e eu realmente quero ouvi-lo. Primeiro: se isso foi uma iniciativa do Ministério da Previdência, por que o CNAS não teve o mesmo direito que os outros órgãos do Ministério de se fazer ouvir; por que ele não veio aqui nos ouvir? Ele veio aqui comunicar. Existe uma diferença muito grande. Se comprometeu de público a dar uma resposta, não deu. Se foi gestada no Ministério tem aí outro problema. Eu estou realmente sendo rigorosa, e todo mundo sabe do respeito e admiração que eu tenho pelo Ministro, porque eu acho que esse é um assunto que envolve muitas pessoas, muitos interesses, muitas entidades e muitas posições. E principalmente porque esse assunto envolve inciso de artigo da Lei Orgânica da Assistência Social que trata das competências do CNAS. Eu acho que se abirmos um precedente mudando o primeiro, abriremos precedente para mudar muitos incisos e muitos artigos.

E aí tem essa coisa que a Patrícia falou, sobre a questão formal, quem fez, quem não fez. Não é isso que está em pauta. O que está em jogo para mim são essas questões que estou levantando. Do ponto de vista do encaminhamento, só ouvindo o Ministro vamos poder avançar no sentido de construir o caminho que permita retirar isso do texto da medida provisória, já que partiu daqui. Essa é a proposta concreta que eu queria fazer.

PRESIDENTE (Celecino de Carvalho Filho) - Dois esclarecimentos formais: primeiro, fica claro que qualquer decisão de Governo relativo a cada área, o assunto tem que sair daquela área. E, segundo, uma pequena diferença, formal também: na estrutura do Ministério é diferente, do ponto de vista formal - não quer dizer que possa causar qualquer tipo de desconsideração dentro da estrutura; mas uma secretaria tem um tipo de vinculação diferente da de um Conselho. A secretaria é parte integrante da estrutura; o Conselho é vinculado. Só para

esclarecer que há uma pequena diferença. Não impede absolutamente que se trate do mesmo jeito, dê o mesmo espaço, a mesma consideração, etc. Estou dizendo só para esclarecer aos Conselheiros que vinculado é uma coisa, fazer parte é outra. As Secretarias de Previdência, Previdência Complementar e a de Assistência são da estrutura do Ministério. O Conselho é órgão vinculado.

MARLOVA JOVCHELOVITCH - Eu ouvi explicação diferente nas várias reuniões de que participei, na condição de Presidente do Conselho, aqui e na Casa Civil. A Andréia participou de algumas me representando. Era o seguinte: quando a Medida Provisória 813, de 01 de janeiro de 95, a da estrutura, que passou o CNAS para o Ministério da Previdência, ficamos como órgão integrante da estrutura do Ministério.

PRESIDENTE (Celécino de Carvalho Filho) - Integrante, mas vinculado. É isso; eu trago para você.

MARLOVA JOVCHELOVITCH - Eu questionei aqui para todos os assessores e ao pessoal da Casa Civil, por que o CNAS tem que se submeter ao acompanhamento, à avaliação e a uma série de outras exigências burocráticas e legais com que estávamos lidando na época, e eles me disseram: porque o CNAS é parte da estrutura do Ministério. Eu disse: é parte da estrutura? Responderam que sim. E eu falei: que bom; é bom saber, porque eu sempre achei que o CNAS era um órgão vinculado. Daí me disseram: não, é da estrutura. Então eu acho que até aqui dentro há dupla interpretação para isso.

PRESIDENTE (Celécino de Carvalho Filho) - Não, é só uma. Você foi mal informada, porque isso está claro na lei. Só um exemplo para deixar a coisa clara, uma questão básica: não somos gestores orçamentários. Isso só é competência de quem é da estrutura propriamente dita. Só para esclarecer.

Pela ordem, Célio.

CÉLIO VANDERLEI MORAES - Que a edição da medida provisória foi um flagrante desrespeito ao processo de discussão nos Conselhos já foi bastante insistido no dia de ontem. Acho que não é mais essa a questão que está em pauta. A questão que está em pauta, e por isso considero relevante convidar o Ministro, não é questioná-lo do desrespeito porque isso já ficou evidente, já está óbvio, mas sim tentar convencê-lo do contrário. Temos que direcionar nossa atenção, nossos esforços nessa direção. Se não foi ouvido o Conselho isso é lamentável, mas não se pede poder a quem tem poder: ou se conquista, ou não se tem. Não adianta pedir. Se ele já está nos desrespeitando, é óbvio que não temos cacife para exigir, temos que conquistar. Mas não é com a presença dele, é fortalecendo a rede em relação aos Conselhos estaduais e municipais, como ficou demonstrado ontem na Reunião Ampliada. Convocar o Ministro? Sim. Mas, mais do que pedir esclarecimentos sobre de onde partiu e por onde passou, é tentar argumentar ou reargumentar com ele para, primeiro, na reedição da medida provisória não se incluir esse artigo e, segundo, se isso não o convencer, se não conquistarmos essa proposta, que ao menos se retire desse inciso o veto à convocação extraordinária, para que possamos abrir inclusive essa possibilidade que até agora não tinha sido discutida.

MARIA JOSÉ LIMA DE C. BARROSO - Eu também concordo que o momento é profundamente delicado. Concordo também que se devam retomar as negociações, se deva começar tudo de novo para que possamos ter força e alcançar o objetivo maior que se quer que é a realização da Conferência.

Muito embora tenhamos essa curiosidade de querer saber quem foi, quem não foi, acho que vamos perder tempo. Mas não temos mais essa oportunidade de perder tempo, nem é prudente que isso ocorra. Acho que temos que negociar. Concordo com o Célio e com os outros colegas da sociedade civil: temos que chamar o Ministro e reargumentar as posições do Conselho, da Reunião de ontem, da área governamental. Como a Lisete disse, ficou muito assim marcado para nós, se ela fosse ouvida, ela diria da importância de ser melhor fazer do que não fazer. A repercussão nacional pode até ultrapassar nosso território por conta dessa imposição, desse autoritarismo de não realizar a Conferência. Isso pode ser muito mais prejudicial para o Governo.

Não nos compete aqui fazer um inquérito sobre esse assunto: temos que avançar, ser humildes, negociar para alcançarmos aquilo que é bem maior que é a realização da Conferência. Esse é o meu pensamento.

ANA LÍGIA GOMES - A Mariazinha falou exatamente o que eu iria falar: que era para nós, objetivamente, fazer com que o Ministro viesse aqui ainda hoje, porque estamos reunidos e amanhã seria mais complicado. E voltar a discutir a questão com o Ministro, em função da avaliação que o Gabinete Civil coloca. Na audiência que tivemos com o Ministro, por exemplo, ele se colocava como alguém a nos ouvir e levar isso para outrem. Um ser superior. Mas não parece ser bem assim.

Acho que devemos colocar essas ponderações com novos fatos para o Ministro. Mostrar inclusive, Mariazinha, que é uma insensatez. O Governo não vai deixar de ser avaliado por causa de não fazer uma Conferência nacional; muito antes pelo contrário. Já há uma afirmação do número de Conferências estaduais que vão se realizar, o Governo vai ser avaliado nas Conferências estaduais, e agora com má vontade. Criou-se um clima de má vontade, um clima psicológico horrível. Ora, é uma insensatez não querer fazer! Vamos fazer um fórum nacional paralelo que vai ser pior. Eu não entendo.

Então, se a questão é com o Ministro, pode fazê-lo refletir sobre isso. Aqui, ele disse que iria levar as ponderações. Mas para quem, então? Vamos mostrar que temos argumentos, depois da Reunião Ampliada de ontem, suficientes. E, como disse Mariazinha, não podemos perder tempo. O ideal seria conseguir já um compromisso do Governo. Pode mandar ver que na próxima reedição vamos suprimir isso, porque se ficarmos sem nos mexer, ainda com esse engessamento do ponto de vista da organização da Conferência nacional, esperando a próxima reedição, em 15 de maio, e se o Governo vai nos atender e compreender isso, que se comprometa conosco já e mandamos embora.

MARIA JOSÉ LIMA DE C. BARROSO - Só para complementar a Ana Lígia. Não podemos perder tempo. Se o CEVAS ou CEFESS passou 300 faxes, Ana Lígia, passe agora 700, 1000. Porque ele está sensível. Acho que já alteramos alguma coisa. Vamos retomar.

Outra coisa, esses dados que o Conselheiro Elizeu apresentou aqui, vão nos servir para mostrar mais uma vez a importância dessa Conferência. E pedir também que o Ministro ou a Casa Civil ou esse ser superior que você falou, ouça nossos colegas da área governamental, porque eles poderão também nos ajudar a argumentar que será bem mais benéfico para o Governo sofrer as críticas que poderão advir na Conferência, porque ele ganhará politicamente muito mais. Do contrário, cada vez mais, vai ficar entrincheirado pela revolta popular, da sociedade.

PRESIDENTE (Celcino de Carvalho Filho) - Temos duas propostas. Eu entendi a Patrícia falar em convidar o Ministro. A Ana Lígia propõe que seja ainda hoje. Podemos tentar isso. São 12h20min. Estamos ainda para começar a discussão da agenda. Pergunto aos colegas: suspendemos a reunião e retomamos às 14 horas para prosseguir a pauta ou prosseguimos já? Eu posso passar a Presidência para algum colega e ir tentar um contato com o Ministro para ver se é possível que ele venha ainda hoje.

MARLOVA JOVCHELOVITCH - A reunião não pode recomeçar às 14 horas porque todos os Conselheiros foram informados que teriam que viajar ainda hoje, que a reunião só iria até meio dia, até as 13h.

PRESIDENTE (Celcino de Carvalho Filho) - Vamos prosseguir até as 13h. Eu tinha esquecido desse detalhe. Houve um fato superveniente, porque como essa audiência não estava programada, ficamos ouvindo toda essa parte, foi muito proveitoso ouvir o Secretário Adjunto da Assistência Social, trazendo detalhes sobre o orçamento, até porque estávamos aguardando o 2o. Item que era o da Conferência.

O que fazemos? Prosseguimos até as 13h, e vou tentar um contato com o Ministro para ver se ele pode vir aqui ainda nesta reunião?

MARIA DE FÁTIMA DE AZEVEDO FERREIRA - Acho que tem duas propostas que podemos escolher: uma é ir até as 13h, você sair, e o Vando ficar na Presidência. Vemos

quais são os pontos de pauta mais importantes para cumprir até as 13 hora ou até o Ministro chegar. A segunda seria parar agora e retomar às 14h30min. E para isso eu pergunto: alguém marcou avião para hoje, antes disso?

PRESIDENTE (Celecino de Carvalho Filho) - Isso não é problema. Isso eu conserto. Foi feito uma programação, houve um fato novo, e isso não seria problema. Agora, se já há compromissos é outra coisa. É só a Marlova que está com esse problema de retorno? A do Carmo também, a Sônia também. Bom, nesse caso, não teremos mais *quorum*. Houve uma programação que foi alterada em função desse fato novo. O Conselho programou uma pauta mais ou menos tranqüila que iria até as 13 horas, mas houve um fato novo. Então, paciência.

ANA LÍGIA GOMES - Se o Ministro puder vir, as pessoas vão ter que fazer um esforço para estar aqui. Não digo aquelas que têm que viajar, mas a própria SAS acho que faz um esforço para vir aqui, se o Ministro vier.

PRESIDENTE (Celecino de Carvalho Filho) - Temos que reconhecer que não houve um problema de planejamento, pelo amor de Deus. Só houve um fato novo.

MARIA DE FÁTIMA DE AZEVEDO FERREIRA - Eu permaneço com a minha proposta primeira. Celecino, veja se o Ministro pode vir agora, se ele não puder, o Vando continua conosco para ver o que podemos fazer em relação à pauta. Essa é a primeira questão. Segunda, se o Ministro não puder vir agora, mas puder vir à tarde, aqueles que puderem ficarão aqui e conversarão com o Ministro. Se houver *quorum* continua, se não tiver, pelo menos a discussão com o Ministro não se inviabilizará por isso.

Estou fazendo a seguinte proposta, rápida e imediata: que o Vando assuma a direção dos trabalhos, e o Celecino vai falar com o Ministro, porque eu acho fundamental falar com o Ministro, de preferência hoje. Ou todo o Conselho ou parte dele.

MARLOVA JOVCHELOVITCH - Eu ia propor que o Celecino fosse ver se o Ministro está aí, se pode conversar com o Conselho e nós aguardaríamos e faríamos isso. Eu sou radicalmente contra fazer reunião à tarde. Tem que respeitar um pouco, sabe? Todo mundo tem atividades, todos são ocupados, os assuntos são da maior importância, meu suplente não foi avisado, porque não havia necessidade. Eu não posso estar aqui à tarde e não abro mão de participar da reunião. Acho que é uma coisa que está mal encaminhada. O CNAS tem que resolver essa questão importante, abre-se mão do almoço, do horário, eu posso ficar até 14h30min, 15h esperando, se for o caso.

PRESIDENTE (Celecino de Carvalho Filho) - Tudo bem. Quero dizer que já coloquei com clareza o procedimento, Marlova - só para esclarecer e você conhece isso muito bem - se o Plenário entender diferente sua posição, vamos apreciar isso. Com todo respeito a sua posição.

MARLOVA JOVCHELOVITCH - Se tem alguém que conhece bem que o Plenário é soberano sou eu. Só estou dando minha posição.

PRESIDENTE (Celecino de Carvalho Filho) - Conselheiro Vando, assuma a Presidência, por favor.

PRESIDENTE (Vandealdo Nogueira) - Assumi a Presidência, sem saber muito bem o que conduzo nesse momento.(Pausa)

Eduardo, agora que você chegou, quero dizer que o Padre Virgílio fez uma síntese da nossa conversa. Pergunto se você tem alguma coisa a colocar. Não? Alguma observação?

EDUARDO LUIZ BARROS BARBOSA - Mais do que o relato, vai a impressão. Eu achei muito positiva a audiência. Conhecendo o Ministro Clovis Carvalho, de outras ocasiões, em outros assuntos, sei que ele é muito pragmático em suas colocações: pão, pão; queijo, queijo.

Geralmente, saímos da Casa Civil decepcionados ou eufóricos, não tem meio termo. O fato de ele ter ouvido, e ele ouviu mais do que falou, no meu entendimento, porque todos tivemos oportunidade de expressar, ele abriu a possibilidade de reanalisar a questão dentro do Governo. Isso para mim foi um ganho positivo.

Além disso, eu percebi o seguinte - isso ficou categórico na fala dele: primeiro, a não-interferência na realização das Conferências estaduais e municipais. Todos nós ontem, nos bastidores, tínhamos medo de ter uma determinação do Palácio, alguma orientação aos Governadores para que a coisa também se desmobilizasse nesse nível. Ele disse que não, que isso é claro, que aconteçam as discussões, as Conferências estaduais, municipais, se é oportuno acontecer. Isso para mim já foi um dado positivo. Segundo, que ele percebeu claramente que existem outras versões das questões apresentadas. Ele sentiu que foi muito válido ter nos ouvido, porque ele passou a ter outras percepções, diferentes daquelas que as vezes eram apreciadas de dentro do Governo. Não sei se o Padre Virgílio colocou isso. Foi a minha sensação e minha percepção. Inclusive deu até possibilidades de que coisas assim podem ser evitadas, se ouvidas todas as partes. Mas deixou claro também, colocou em nome do Governo central, que a coisa tinha sido encaminhada, em termos de esclarecimento, pelo Ministério da Previdência. Acho que são essas 3 conclusões.

Eu não sei se vai ser revertido, se foram colocadas opções que surgiram lá. Vocês chegaram a falar? Mês de março, coisas desse tipo. Eu até discuti rapidamente isso com o Vando; achava que não deveria ser colocado, mas depois a Fátima introduziu o assunto, e eu manifestei pessoalmente, não em nome do Conselho, que poderia ser uma alternativa negociável e discutida, se fosse essa a alternativa. O que ficou proposto de forma concreta é que na reedição, pelo menos, se dê abertura para a assembléia extraordinária, que foi a proposta que a Fátima Pelaes encaminhou para que o Governo possa sair do impasse. Ele não volta atrás, mas abre uma alternativa. Achamos que isso é negociável, e todos os Parlamentares presentes, Fátima, Eduardo Jorge, Jandira, acharam que era uma forma tranqüila de estar negociando. Ele não definiu que isso seria a solução. Está claro? Alguma pergunta?

PRESIDENTE (Vandevaldo Nogueira) - Tenho impressão que foi bem concordante com o que foi colocado aqui, talvez não com tanto otimismo, com um pouco menos, mas da mesma forma. Pediram-me para começar com algum ponto de pauta. Projeto de lei: não o conheço e não sei quem iria apresentar. Relato de comissões: se alguma comissão quiser fazer um informe, enquanto o Celecino não volta, poderia ir adiantado a pauta. Tem a Comissão de Financiamento, da Assistência Social, a Comissão de Fixação de Normas e Regulação Público e Privada da Assistência Social e tem a Comissão de Política de Assistência Social. Se alguma das comissões quiser aproveitar esse espaço para ir fazendo o relato, ajudaria a avançarmos a pauta.

LISETE CASTANHO RIBEIRO - Deixe-me falar um fato que ainda não tive oportunidade de falar com a Ana Lúcia, mas estive em reunião com o Secretário Executivo do Conselho Nacional de Saúde, discutindo todo o trabalho que estamos levantando no grupo de normas e concluímos pela necessidade de um grupo de trabalho que seria a integração de membros do Conselho Nacional de Saúde com membros da nossa Comissão de Normas. Na próxima reunião do Conselho Nacional de Saúde vai ser colocado para os Conselheiros e vão ser eleitos dois ou três Conselheiros que farão parte das nossas discussões para que possamos ter uma política integrada: saúde e assistência social. Acho que isso vai ser um ganho muito bom para nós, eu tive muita receptividade, e vamos começar a batalhar nessa área. Eu não tinha tido oportunidade de falar no nosso grupo, porque isso foi nessa semana.

ANA LÚCIA GOMES - A Lisete começou; então, as questões da Comissão de Normas, não vou repetir, porque falamos um pouco ontem. O trabalho do Prof. Vicente está em versão preliminar, e ele entrega o trabalho pronto dia 30. É uma versão que o professor pediu para não ser divulgada, só os membros da Comissão de Normas estão discutindo o assunto com ele, para aperfeiçoar as recomendações. Ele submeteu esse relatório parcial à consideração da Comissão de Normas, tivemos duas reuniões com o professor, e no dia 30 ele entregará a versão final do relatório.

Esse relatório dá indicações para o CNAS regulamentar o art. 3o. da LOAS e propor alguns critérios gerais aos Conselhos municipais para inscrição de entidades. Nossa

proposta - e aí queria contar com a aprovação de vocês - é fazer um seminário em que o Prof. Vicente Faleiros apresente o trabalho para todos nós já em junho, dada a urgência de fazermos os encaminhamentos. Vocês viram ontem que os Conselhos municipais estão ansiosos por receber essas coisas mais sistematizadas. A idéia é fazer um seminário com o Prof. Vicente e também - ainda não discuti na Comissão de Normas, só com alguns membros - que para esse seminário convidemos também alguns professores, estudiosos que discutiram esse assunto também e podem ter contribuições ao trabalho do professor. A idéia era que essas pessoas também tivessem acesso ao documento para que elas venham preparadas para debater com o Prof. Vicente. Por exemplo, nós nos lembramos da Profa. Aldaíza porque trabalhou no assunto e da Profa. Potyara, que também tem pensado sobre o assunto; seria inicialmente a pessoa que contrataríamos. Mas podemos pensar em outras que estejam discutindo isso para fazer esse debate.

Ontem fiquei trabalhando a proposta, em função de vários Conselhos municipais terem nos procurado. Evidentemente não é interesse do CNAS, nem a Comissão de Normas quer construir essa regulamentação sem a participação dos Conselhos municipais que têm experiência acumulada. Eles começaram a andar; aliás, é competência deles mesmos fazer isso. A proposta era convidá-los, aos Conselhos municipais de capitais, pontuando a importância de que para esse evento precisaríamos de quem tem discussão acumulada. É um evento ao qual as pessoas devem trazer suas experiências, que terão um momento para ser expostas. Não é evento para ir para o microfone para dizer como o processo vai. Deve ser um seminário, um pouco oficina, porque é um debate, mas todos estão qualificados para contribuir naquele momento. Essa é a idéia, e se vocês aprovarem a Comissão de Normas vai detalhar e preparar esse seminário ainda para junho. Se der para junho; se não, faremos em julho. Em julho, enrola um pouco com a Reunião Ampliada. Teríamos que conseguir. Eu não sei para quando é a reunião do CNAS em junho.

O Celecino está retornando, e depois eu retomo.

PRESIDENTE (Celecino de Carvalho Filho) - Só para dar notícia aos Conselheiros: falei com o Ministro; ele tem audiência às 17 horas com o Ministro Clovis Carvalho,

já tinha marcado antes. Ele está com a agenda cheia agora. Ele mantém a posição que é de Governo e que qualquer alteração só após a audiência dele com o Ministro Clovis Carvalho. Obviamente. Ele tem audiência com o Ministro Clovis Carvalho às 17 horas e depois da audiência dará notícias.

MARIA DE FÁTIMA DE AZEVEDO FERREIRA - Você não disse que nós gostaríamos...

PRESIDENTE (Celescino de Carvalho Filho) - Insistentemente, minha querida, eu disse que o Conselho está reunido, que a reunião terminará as 13 horas. Ele disse que tudo bem, mas que repetiria o que disse antes. Que se tiver qualquer alteração, teria antes que conversar com o outro que está em uma posição mais próxima ao Presidente e que recebeu o pessoal em audiência. Ele puxou a agenda: 17 horas Clovis Carvalho. Não estou interpretando, estou trazendo a resposta do Ministro.

MARIA DE FÁTIMA DE AZEVEDO FERREIRA - O Eduardo trouxe uma questão importante: que permanecesse o intervalo de quatro anos, talvez para não desmoralizar o Governo, mas que um inciso a respeito da convocação da reunião extraordinária pudesse permanecer.

PRESIDENTE (Celescino de Carvalho Filho) - Para possibilitar a convocação.

MARIA JOSÉ LIMA DE C. BARROSO - Eu pergunto se seria possível o CNAS digitar com urgência as conclusões da Reunião Ampliada de ontem que poderiam até ajudar o Ministro a contra-argumentar ou nos reforçar a idéia.

PRESIDENTE (Celescino de Carvalho Filho) - Isso eu faço aqui na assessoria do Ministro. Tem mais infra-estrutura.

MARLOVA JOVCHELOVITCH - Celecino, talvez fosse bom se o Ministro se dispusesse a receber alguns Conselheiros antes da reunião, porque temos um dado novo hoje de que isso partiu daqui. Naquela nossa reunião com o Ministro, em que ele nos comunicou a posição de Governo, não nos foi possível reunir subsídios de argumentação que temos agora sobre a necessidade da Conferência. É um momento bem diferente. Talvez fosse bom que o Ministro, antes dessa audiência, pudesse ouvir essas posições. O próprio Ministro Clovis disse que é muito bom quando se podem ouvir outras posições. É uma questão de consideração nossa com o nosso Ministro, subsidiá-lo com essas novas informações. Porque senão ele vai chegar lá, desconhecendo todo um processo que aconteceu desde a última vez em que esteve conosco.

PRESIDENTE (Celecino de Carvalho Filho) - Não. Eu fiz um relato, em reforço à insistência do convite do Conselho, do que aconteceu ontem na Reunião Ampliada, o conjunto de recomendações e proposições; falei do resumo da audiência com a Casa Civil, quais foram as conclusões e deixei claro que foi relatado aqui que a iniciativa não foi da Casa Civil; que o Conselho gostaria que ele viesse aqui participar da reunião e o que aconteceria? Ele disse que teria audiência com o Ministro Clovis Carvalho à tarde e que se viesse aqui agora diria o que disse antes: que é uma posição de Governo. Então, qualquer alteração é conversar com o ser superior, Casa Civil e Palácio do Planalto. Agora estou deduzindo.

MARLOVA JOVCHELOVITCH - Estou pensando mais que ele venha nos ouvir do que dizer coisas, porque acho que não fomos ouvidos.

PRESIDENTE (Celecino de Carvalho Filho) - Se a Conselheira acha que ele não foi suficientemente esclarecido do que aconteceu, não vejo nenhum problema sobre isso. De minha parte nunca. Se o Conselho entende assim, o Conselho intercede pedindo que seja ouvido. Esse relato já fiz sucintamente, dizendo o que aconteceu, tudo o que acabei de dizer aqui. Se ainda assim o Conselho acha que quer se fazer ouvir junto ao Ministro...

EDUARDO LUIZ BARROS BARBOSA - Eu vejo o seguinte: o recado foi dado, ele já tem toda a avaliação do que aconteceu ontem, ele está muito bem informado de nossa posição. O momento é de eles sentarem e pensarem o que querem. Não precisamos mais nos preocupar em falar. Antes de chegarmos ao Clovis Carvalho ele mesmo colocou que foi bem informado das reações de ontem. É perder tempo. É conversa de dentro de casa mesmo.

PRESIDENTE (Celecino de Carvalho Filho) - Prosseguimos? Sr. Vice-Presidente, a Comissão de Normas já falou?

PATRÍCIA SOUZA DE MARCO - Normas fez uma proposta: fazer uma oficina com o Prof. Faleiros.

Eu não sou do grupo de Normas. Agora que percebi que atrolei, posso continuar? O grupo tem a proposta de fazer um seminário, uma oficina em que o Prof. Faleiros apresentasse seus estudos e outras pessoas também fossem convidadas. Pensaram no nome da Profa. Aldaíza e da Potyara, pelo acúmulo que elas têm na área, mas que estaria aberto a outros nomes e que seria interessante convidar alguns Conselhos de capitais que já têm experiência em registro e cadastro para ver como é que eles estão realizando isso e debater um pouco também. A proposta seria aprovarmos esse evento e marcar a data para que os procedimentos possam ser iniciados. Já tem até uma proposta de data, não é Lígia?

ANA LÍGIA GOMES - A idéia desse evento é que não seja muito grande: o Professor apresenta o trabalho ao Plenário do Conselho Nacional, com a participação dos Conselhos municipais que já puderam acumular alguma coisa para debater e outras pessoas que estudaram o assunto. A idéia não é um evento de qualificação a rigor. É um seminário meio oficina.

PRESIDENTE (Celecino de Carvalho Filho) - Permita-me um aparte. É um pouco diferente daquela proposta inicial que você mesma fez. Fazer uma oficina da qual o Conselho participaria, prepararia um dossiê com todas informações ...

ANA LÍGIA GOMES - Essa seria outra. Agora estou falando de um momento em que o Professor apresentaria seu trabalho não só à Comissão de Normas, mas ao Conselho inteiro. Nada melhor do que ele apresentar.

PRESIDENTE (Celécino de Carvalho Filho) - Não seria razoável que tivéssemos aquele dossiê que já está se fechando?

ANA LÍGIA GOMES - Aquela outra poderia ser em um segundo momento. Razoável, eu concordo com você. Mas não vamos ter todo o trabalho pronto até junho. Era uma primeira oficina que iria discutir o art. 3º: entidades de Assistência Social. Depois em outra juntaríamos tudo. Eu, por exemplo, vou estar de férias em maio. Para dar uma resposta à Comissão de Normas, que tem reunião amanhã, poderia pensar no assunto e ver se damos conta.

PRESIDENTE (Celécino de Carvalho Filho) - Meu questionamento é fazer dois eventos em função da enorme dificuldade que estamos tendo em reunir esse material.

ANA LÍGIA GOMES - Tem uma questão fundamental que eu iria comunicar. A idéia da oficina maior era juntar todas essas frentes. Uma delas, por exemplo, que é fundamental é o estudo jurídico. Como é que o CNAS pode se movimentar para tentar construir. Esse estudo jurídico não existe. Não vai ficar pronto. É um estudo que qualquer advogado sério diz que é de fôlego, é um estudo tremendo. Para aproveitar, poderíamos, nessa oficina do Professor, a Comissão de Normas planejar a incorporação de outras questões para atender a sua expectativa. Eu acho que você tem razão. Custo jurídico não teríamos, eu tenho certeza. Ainda estamos negociando com um advogado que vai ser contratado para fazer isso. A assessoria jurídica do CEFESS me disse que é um trabalho que demandaria meses. Vamos negociar esse tempo com ele, é claro.

PRESIDENTE (Celecino de Carvalho Filho) - Dadas as várias reuniões que temos, se fizermos mais uma e depois, logo em seguida, outra, aquela oficina programada inicialmente, fico preocupado porque são dois eventos para tratarmos do mesmo assunto. Eu estava preferindo juntar o máximo de peças naquele relatório feito por sua coordenação, montar o dossiê, distribuir e, no final de maio, no máximo em início de junho, fazermos essa oficina, mesmo faltando alguma peça para não dilatar mais. Não estou dizendo que seria a última, mas fazer uma com mais substância, mais subsídios para que possamos promover uma discussão. A minha preocupação é que apenas o relatório do Prof. Faleiros, que já será muito importante, pode ser insuficiente para aprofundarmos no nível que você estava e continua desejando. É só essa minha preocupação. É um dossiê previsto para cerca de 8 documentos, se não me engano. Só o primeiro, que é o marco da definição conceitual é muito importante, mas insuficiente para uma melhor compreensão do problema.

Eu queria apressar um pouco mais. Já temos informação do INSS, temos informação da Receita Federal, ainda que parcial, temos um apanhado jurídico da legislação que é uma coisa importante embora não seja ainda um parecer. Temos algumas peças com as quais podemos montar um dossiê e faríamos então uma oficina. Vão ser levantados vários problemas. Se isso for insuficiente, recheamos esse dossiê e fazemos uma segunda oficina com questões bem mais objetivas. Estou percebendo assim a questão.

ANA LÍGIA GOMES - Não há discordância. É uma questão de a Comissão de Normas pensar um pouco, porque nossas tarefas na comissão já estão distribuídas. Podemos dar uma checada amanhã nas condições que temos que construir. Já temos o documento do Professor, e essa outra parte que já está distribuída entre os Conselheiros. Acho que seria só acertar isso.

PRESIDENTE (Celecino de Carvalho Filho) - Seria mais proveitoso. É a sua idéia: quanto mais informação tivermos para começar a discussão, melhor. Meu temor é que venha a apresentação conceitual e percebamos que falte isso ou aquilo e não seja possível aprofundar o debate. Então marcaremos a próxima. Prefiro que façamos já a próxima, com o

máximo de subsídios, para que avancemos; claro que não vai se esgotar, absolutamente, mas vamos ter com clareza a possibilidade de onde queremos chegar. Essa é um pouco a minha preocupação.

ANA LÍGIA GOMES - Tudo bem.

PRESIDENTE (Celcino de Carvalho Filho) - Então aguardamos essa reunião de amanhã, e se os Conselheiros trouxerem subsídios, podemos marcar nesse nível. A idéia inicial, se entendi bem, era que não só o Conselho, mas também alguns especialistas e interessados na área, faríamos uma reunião com cerca de 20 e 30 pessoas - que você calculou, talvez um pouquinho mais - exclusivamente para discutir esse assunto. Mas antes entregaremos esse dossiê para que as pessoas tenham noção do que o Conselho quer discutir. Mais do que entregar o dossiê, ele estará capeado com questionamentos básicos que evitarão dispersões que não vão nos ajudar. Isso seria o início. Um dia ou dois de discussões exclusivas em cima disso.

E sem nenhum sentido pejorativo, estou convidando os grandes lobistas da área. Quero todo mundo em plenário para discutirmos. Quem é interessado, quais são os interesses específicos, genéricos, para fazermos esse apanhado. A partir daí veremos o que falta estudar mais e, se for o caso, faremos uma coisa menor para poder encaminhar as questões e sermos objetivos.

Está havendo uma pressão, não se esqueçam que há um compromisso que nós solicitamos, e a Câmara de Deputados atendeu, por meio de sua Comissão de Seguridade, no sentido de acompanhar e, mais do que isso, apoiar com Parlamentares e técnicos essa discussão. Vejam que o assunto tomou um corpo, e temos que dar substância a ele.

VANDEVALDO NOGUEIRA - Celcino, no momento em que limitamos em 20 ou 30 pessoas, mas queremos convidar todos os interessados e lobistas da área, mais os Conselhos municipais, acho que estamos subestimando.

ANA LÍGIA GOMES - Eu queria que o Conselho permitisse que a Comissão de Normas aprofundasse um pouco essa discussão no sentido da forma de organização. Gostaria que o Conselho nos delegasse isso. Nossa questão é a seguinte: tenho muito cuidado e muita preocupação com tumulto, o que é diferente de querer ampliar o debate. Não dá para fazer um seminário e chamar todos os lobistas da área, sem o CNAS ter proposta. Isso não queremos fazer. Por isso queremos fazer uma oficina com os primeiros levantamento. Não podemos chegar a um lugar desses com tantas idéias diferenciadas, com gente que não sabe sequer o que é filantropia nem educação. Não podemos não ter propostas. Há duas separações: a primeira é que determinado grupo de parceiros que pensam no mesmo sentido nos ajudem a construir propostas. No segundo, com essa proposta, criada e defendida por este Conselho, estaremos prontos. Isso é direção política. Se queremos caminhar em determinado rumo, não vamos para um seminário sem estar preparados, sabendo quais são as divergências nessa questão. É claro que eu quero que minha proposta passe.

PRESIDENTE (Celécino de Carvalho Filho) - Acho que é uma alternativa mais do que adequada, mas eu estava pensando um pouquinho diferente. Eu queria primeiro ouvir, exatamente o que cada seguimento pensa, quais são as preocupações, para nós conhecermos e, em seguida, faríamos uma coisa menor. Porque corremos o risco de fazer uma proposta, e os interesses colocados serem tão díspares que não vamos avançar. Minha idéia era ouvir mesmo. Ouvir do menos infinito ao mais infinito. Depois encaminharemos.

ANA LÍGIA GOMES - Só que não vai ter nenhuma produtividade. Nós vamos ouvir e anotar.

PRESIDENTE (Celécino de Carvalho Filho) - Faríamos num segundo momento.
Patrícia.

PATRÍCIA SOUZA DE MARCO - Eu não sou da comissão, mas tendo a pensar como...

ANA LÍGIA GOMES - Vamos ouvir isso: o pessoal da Saúde vai falar do preço da *per capita*, das AIHs. É isso. Você vai ouvir as misericórdias reclamarem disso, dos processos etc.

PRESIDENTE (Celecino de Carvalho Filho) - A idéia era consolidar todas as preocupações.

PATRÍCIA SOUZA DE MARCO - Eu tendo a achar que a proposta de fazer uma coisa mais interna como primeiro momento é mais interessante e é muito semelhante ao que fizemos para discutir o processo de política da SAS. Ter como objetivo socializar essas informações dentro do próprio Conselho. Quem acumulou sobre esse temário foi a Comissão de Normas, os outros Conselheiros e Comissões têm pouco conhecimento. Seria uma oficina mais interna para o Conselho se qualificar com um debate mais amplo com outros setores. Socializar as informações e nivelar mais o acúmulo da discussão e fazer uma discussão não tão definitiva, mas que nos ajude, nós que não somos dessa comissão, a compreender as contribuições que os outros vão trazer. É um assunto que é muito pouco dominado pelos Conselheiros; e corremos o risco de ir para o evento, pensando no conjunto do Conselho, sem condições até de entender o que os outros sujeitos estão trazendo para nós.

PRESIDENTE (Celecino de Carvalho Filho) - É uma alternativa, tudo bem.

ANA LÍGIA GOMES - Reforçando isso, nós da Comissão de Normas ficamos com a responsabilidade de falar coisas não sabemos como o Conselho pensou. Eu digo com segurança que a Comissão de Normas concorda com o que estou dizendo. Nem sempre se sabe qual é a posição do Conselheiro sobre o assunto e quando se está falando em nome do Conselho, fica-se um pouco preocupado com isso.

Mesmo compreendendo sua questão, Celecino, esse assunto é muito complexo e tem tantos desdobramentos e é uma coisa que se cobra tanto do CNAS que a única coisa que constrangeria essa discussão seria falta de dinheiro, porque necessidade, com certeza, há.

PRESIDENTE (Celecino de Carvalho Filho) - É infinita.

MARLOVA JOVCHELOVITCH - Eu ia endossar a proposta da Patrícia. Percebemos que há muitas posições diferentes dentro do Conselho sobre esse assunto. Primeiro temos que fazer uma oficina interna e depois ampliar a discussão. Minha preocupação é ficarmos dando informações desencontradas. Porque se pegar um Conselheiro que venha de uma entidade prestadora de serviço, por exemplo, ele já fala diferente de um Conselheiro que é trabalhador, de representante de Estados ou Municípios. Devemos unificar internamente nossa posição, discutir o que é para nós filantropia, o que é câmbio específico de assistência, o que é saúde, o que é educação; senão fica complicado fazer isso em grande grupo. Minha proposta era apoiar a Patrícia.

PRESIDENTE (Celecino de Carvalho Filho)- Tudo bem. Deixo claro que não pensei em ir a essa reunião fazer proposta, seria para ouvir mesmo. Até para que o Conselho saiba que há dez correntes e trabalhe em cima dela. Primeiro captar e depois avançar.

MARLOVA JOVCHELOVITCH - Eu te entendo e acho que essa reunião que tu propões é muito oportuna, mas eu a vejo como necessária após uma primeira nossa, porque meu medo é que quem ouve tem que também falar em algum dado momento. O Conselho tem que falar alguma coisa lá e aí vai falar o quê?

PRESIDENTE (Celecino de Carvalho Filho) - Questionar, levantar as várias questões, não tem que assumir nada. Na minha visão, nesse momento, não encaminhar ainda, apenas questionar e ouvir. Mas, tudo bem, eu falei que era apenas uma alternativa. Não tem nenhum problema. Vamos marcar nossa oficina.

ANA LÍGIA GOMES - Ficou como?

PRESIDENTE (Celecino de Carvalho Filho) - Ficou sua proposta inicial, vamos marcar uma interna.

ANA LÍGIA GOMES - Que bom.

PATRÍCIA SOUZA DE MARCO- Interna, com alguns convidados.

ANA LÍGIA GOMES - A Comissão de Normas agora está com pouquíssimos processo para examinar, e nosso desejo é que realmente acabemos o exame deles para podermos nos concentrar na questão nova. Às vezes, nas reuniões, acabamos despendendo mais tempo para os processos, examinando-os do ponto de vista da legislação porque não podemos desobedecê-la, e, com constrangimento, não se consegue. Agora podemos ter mais fôlego para caminhar um pouco mais.

PRESIDENTE (Celecino de Carvalho Filho) - A Presidência cumprimenta a coordenação, porque sabe do tamanho dos abacaxis que está cuidando, os rolos seguidos que há para resolver.

ANA LÍGIA GOMES - É muita boa vontade de trabalho dos nobres companheiros da comissão, todos eles.

PRESIDENTE (Celecino de Carvalho Filho) - A comissão sugerirá uma data para realizarmos essa primeira oficina interna.

Lilton você queria fazer uma abordagem sobre esse assunto?

LILTON BISPO FILHO - sobre essa discussão que foi posta, nós do Município sentimos uma necessidade maior; apesar de estar perto das entidades, sinto que ficamos dependendo exatamente do CNAS em nível federal para tomar uma atitude, pegamos como referência a Resolução 34 para fazer alguma coisa. Os Municípios hoje, não desfazendo dos Conselheiros nacionais necessitam mais do que o Conselho Nacional em si. Acho oportuno quanto mais rápido, porque seria melhor. Eu queria que o CNAS em primeira etapa fizesse com o Município para tirar mais subsídio até mesmo para o Conselho, aí sim nós poderíamos, ou a comissão, fazer um documento mais amplo e mais sólido sobre o que está acontecendo lá fora. Porque os pensadores da política, nós já sabemos mais ou menos o que eles pensam. Minha preocupação maior é esta: que o Município imediatamente tenha subsídio para agir.

PRESIDENTE (Celecino de Carvalho Filho) - Muito obrigado Lilton, por suas considerações, e o objetivo é exatamente esse.

Srs. Conselheiros, temos uma questão de ordem. A pauta tem um bom tempo para ser cuidada, já são 13 horas e consulto o Plenário. Suspendemos a reunião a partir de agora ou fazemos uma suspensão temporária e retomamos mais tarde. Temos que decidir sobre isso. Já explicamos que houve um fato novo que atrapalhou nosso processo. A consulta é para saber se suspendemos e voltamos às 14:30, se houver *quorum*, sem o que não terá sentido marcar o retorno.

Sugerem estender por mais uma hora para tentarmos encerrar a pauta? É outra alternativa. Temos agora a Comissão de Política, que está faltando. E a de Financiamento? Era a primeira.

ANA LÍGIA GOMES - O Decreto 1.765...

PRESIDENTE (Celecino de Carvalho Filho) - Mas esse é mais um comunicado, é um informe da Presidência.

ANA LÍGIA GOMES - Mas eu tinha uma longa discussão sobre ele.

PRESIDENTE (Celecino de Carvalho Filho) - Tudo bem.

DEUSINA LOPES DA CRUZ - Sendo bem honesta, está complicado. Tínhamos previsto sair às 15 horas. A pauta é muito importante, em todos os pontos. Para discutir tudo de forma atropelada, acho que é melhor assumir que não temos tempo, estamos cansados, com fome, estamos fora de casa.

MARLOVA JOVCHELOVITCH - Proponho, Celecino, que convoquemos uma extraordinária. Tem essa resposta do Ministro, dessa audiência das cinco horas, tem coisa na pauta que é importante discutir. Eu proporia uma extraordinária, acho que cabe. Não sei se os Conselheiros estão de acordo, mas acho que é a melhor solução.

PRESIDENTE (Celecino de Carvalho Filho) - É outra alternativa, até porque já havíamos falado hoje na parte inicial, acho que você não havia chegado ainda, a questão do orçamento. O Secretário se comprometeu a encaminhar a proposta orçamentária que precisará ser primeiro examinada pela Comissão de Financiamento.

MARLOVA JOVCHELOVITCH - No final ouvi que o CNAS assumiu o compromisso de se manifestar.

PRESIDENTE (Celecino de Carvalho Filho) - A data prevista para a reunião de maio é 15 e 16.

MARLOVA JOVCHELOVITCH - Eu proporia antecipar a de maio, talvez, daqui a dez dias.

PRESIDENTE (Celecino de Carvalho Filho) - Sim, ou isso: fazer a extraordinária.

MARLOVA JOVCHELOVITCH - Vamos ver no calendário como fica melhor, mas procurar não deixar espaço muito grande a partir de hoje, até em função do retorno do Ministro, para podermos ver, antes de 15 de maio, como negociar a retirada da reedição da MP.

PRESIDENTE (Celcino de Carvalho Filho) - Temos duas questões extremamente relevantes: uma é a questão da Conferência e outra é a questão orçamentária. O prazo colocado de encaminhamento pelo MPAS do orçamento é 13 de junho. Tem que ser uma data antes, Marlova, e mais ou menos bate com essa preocupação. Então vamos decidir nesse sentido?

Na realidade, nessa pauta de hoje há uma proposta de alteração de calendário para maio: em vez de 15 e 16, proporíamos 26 e 27, porque estava muito em cima dessa, mas temos esses dois fatos novos: a questão da Conferência e a do orçamento. Precisaríamos saber dessa data agora, mas só a partir da entrega, pela SAS, da proposta orçamentária, para que a Comissão de Financiamento tenha uma possibilidade de rapidamente examinar a proposta e trazer ao Plenário. Essa reunião teria esses dois pontos de pauta. Claro, e os demais, se houver condições.

Proponho o seguinte objetivamente: até amanhã voltamos a fazer contato com a SAS, encareço à Conselheira da SAS, a Deusina, que é a representante, para ver se ultima essa proposta de encaminhamento o mais depressa possível, e, a partir dela, marcaremos a próxima reunião. O mais rápido, se possível, na próxima semana.

MARLOVA JOVCHELOVITCH - Acho melhor deixar marcado.

PRESIDENTE (Celcino de Carvalho Filho) - Tenho receio, Marlova de marcar, e a SAS demorar mais um pouco com a proposta orçamentária e atropelaria esse processo.

MARIA DE FÁTIMA DE AZEVEDO FERREIRA - Eu não venho, a partir da próxima semana.

ANA LÍGIA GOMES - A Fátima, a Patrícia e eu estaremos de férias em maio.

PRESIDENTE (Celecino de Carvalho Filho) - Férias coletivas? Pode isso?

ANA LÍGIA GOMES - Não sei se compromete o *quorum* do Conselho, mas só para informar.

PATRÍCIA SOUZA DE MARCO - Até o dia 13 de maio estou disponível.

PRESIDENTE (Celecino de Carvalho Filho) - Será antes disso, com certeza. Vamos, em princípio, programar para o início da próxima semana?

ANA LÍGIA GOMES - Eu queria lembrar que o Presidente tem um compromisso com o CEFESS dia 2 de maio.

PRESIDENTE (Celecino de Carvalho Filho) - Mas é entre o feriado, já foi levantado que é feriado.

MARLOVA JOVCHELOVITCH - Eu queria fazer um apelo no sentido de procurarmos estabelecer nosso calendário até o fim do ano, porque é complicado: temos que nos agendar com antecedência. Eu me divido entre Porto Alegre e Brasília, e para mim é uma complicação quando se muda a data.

PRESIDENTE (Celecino de Carvalho Filho) - Já há um calendário estabelecido e aprovado. O que há é proposta de alteração em função de outros eventos. Por exemplo, tem uma reunião que a Conselheira do CEFESS levantou, em função de um grande evento que vai acontecer em Belo Horizonte. O ajuste era em função disso. Mas já há um calendário aprovado. Está se fazendo um ajuste em função das circunstâncias.

A outra semana, após a próxima, começa no dia 5 segunda feira. Seria razoável que fosse nesta semana de 5 a 9. Estou ainda preocupado: para que tenhamos eficácia nessa reunião, é necessário que a SAS nos mande esse relatório.

MARLOVA JOVCHELOVITCH - Mas temos que ver o que é mais urgente. Porque se a questão da Conferência que foi defendida aqui por todo mundo é tão urgente, temos que ter tempo hábil de ouvir a resposta do Ministro e articular antes do dia 15.

PRESIDENTE (Celecino de Carvalho Filho) - Queria só concluir, querida. A reunião deveria ser feita entre 5 e 9, em função dessa informação que eu estava passando. Se a SAS encaminhar, por exemplo, até amanhã, a orçamentária, já proponho que seja dia 5 ou 6, antes. Na pior das hipóteses, 8 ou 9. Acho que um dia é suficiente. Vejam bem: a proposta do Ministro teremos hoje. Estou supondo isso, é razoável pensar assim, porque a audiência está marcada para as 17h. Hoje à noite ou amanhã, teremos essa informação. A proposta orçamentária está prometida para o mais rápido possível. Vamos admitir que segunda feira. Então, poderemos fazer no início da semana. Estou querendo antecipar mais ainda a data. Vamos fazer o seguinte, marcar em princípio para o dia 6 terça-feira?

DEUSINA LOPES DA CRUZ - Um minutinho, os pontos de pauta seriam o orçamento, a Conferência e o que mais?

PRESIDENTE (Celecino de Carvalho Filho) - Só para completar; os outros são informes.

MARLOVA JOVCHELOVITCH - Isso não vai substituir a reunião de maio?

PRESIDENTE (Celecino de Carvalho Filho) - Sim, substituiria.

MARLOVA JOVCHELOVITCH - Então precisaríamos de dois dias, porque daí não fazemos na outra semana.

PRESIDENTE (Celecino de Carvalho Filho) - Corretíssimo.

CÉLIO VANDERLEI MORAES - Além disso um dos pontos que está aqui colocado, a história dos convênios da SAS com os Estados, que Santa Catarina e o Ceará colocaram, tem que necessariamente constar da próxima pauta.

PRESIDENTE (Celecino de Carvalho Filho) - Lógica, toda a pauta não tratada hoje, Conselheiro, automaticamente o será na próxima.

MARLOVA JOVCHELOVITCH - E vai ser juntada com a de maio. Por isso precisamos dos dois dias.

PRESIDENTE (Celecino de Carvalho Filho) - Temos duas alternativas: 7 e 8, ou 5 e 6? Votemos. (Pausa)

Pela contagem, decidimos pelos dias 7 e 8.

Amanhã ainda - a Presidência se compromete - tendo a resposta do Ministro sobre o objeto da audiência de hoje, passará um *fax* ou tentará se comunicar individualmente com cada Conselheiro para saber qual foi o resultado dessa audiência do Ministro da Previdência com o Ministro da Casa Civil, para que não haja angústia, na espera até 7 ou 8 do que aconteceu. A Presidência notificará os Conselheiros sobre o resultado dessa audiência.

MARLOVA JOVCHELOVITCH - Confere o *quorum* da reunião de 7 e 8, porque agora estou preocupada: às vezes a pessoa vota na preferência, mas isso não quer dizer que ela virá.

PRESIDENTE (Celcino de Carvalho Filho) - Isso é importante. Quem não poderá vir na reunião de 7 e 8? (Pausa)

O Padre Virgílio tem suplência na CNBB; o representante dos trabalhadores não tem suplência. Patrícia pode vir. Então não há problema; fica marcada a reunião para os dias 7 e 8 do mês de maio.

ANA LÍGIA GOMES - Eu queria fazer uma comunicação. Vou passar uma cópia para a Secretaria Executiva, mas gostaria que os Conselheiros tomassem conhecimento. Saiu uma resolução do INSS, Resolução nº 435, que estabelece normas e procedimentos para a operacionalização do benefício de prestação continuada devido à pessoa portadora de deficiências e dá outras providências. É importante isso porque essa resolução tem artigos que contrariam inclusive a lei. Ela cria o laudo de avaliação do portador de deficiência, embora a lei estabeleça que ele pode ser feito pelo SUS ou por entidades credenciadas. Ele só vale alguma coisa se a perícia médica do INSS apreciar. É uma resolução muito importante e acho que deve ser pautada uma discussão para esse assunto; deve ser chamado o pessoal da divisão do Serviço Social do INSS para discutir isso. Se o CNAS não for discutir a ilegalidade disso e fazer alguma coisa, talvez a entidade que eu represento possa querer fazê-lo. Por isso estou querendo discutir o assunto aqui, porque acho o lugar mais adequado.

ANA MARIA LIMA BARBOSA - Ana Lígia, o INSS já determinou a revisão de todos os benefícios já concedidos.

ANA LÍGIA GOMES - Quando o INSS não quer cumprir a lei ele faz uma resolução que vira alguma coisa que é uma constituição. E resoluções são capazes de tudo.

PRESIDENTE (Celcino de Carvalho Filho) - Dado o aviso? Registrado? Esse é assunto então da pauta da próxima reunião. Está incluído já.

ANA LÍGIA GOMES - Ou pelo menos na de junho. Mas eu acho que o Conselho deveria avaliar a discussão do benefício de prestação continuada, que até hoje não avaliou suficientemente. Trazer uma avaliação de qualidade, chamar a Divisão de Serviço Social do INSS. O Dr. Schubert vinha aqui falava números, e todo mundo ficava calado. A Divisão do Serviço Social do INSS tem discussão qualitativa, tem várias questões. Pode-se convidar a Maria Lúcia, que é substituta do Dr. Schubert. Eu já falei com ela; seria a pessoa a vir mesmo. Para fazer uma avaliação mais séria sobre o assunto. Inclusive a questão dessa resolução.

MANOEL VERAS DO NASCIMENTO - Seria bom colocar em discussão a Ordem de Serviço 150, da Diretoria de Arrecadação e Fiscalização, porque ela vai além da lei, aquela que define a concessão da isenção.

PRESIDENTE (Celécino de Carvalho Filho) - Muito bem. Isso será objeto de pauta da próxima reunião.

Agradeço a todos, especialmente aos nossos convidados aqui presentes, uma reunião um pouco diferente das habituais, mas que mostra que é assim que vamos avançando, apesar de todas as dificuldades.

Muito obrigado mais uma vez a todos aqui.